

ROSA AMALIA ESPEJO TRIGO

**CEFURIA - MILITÂNCIA E
PAIXÃO:**

**Um estudo sobre a processualidade do sujeito
político em contexto de formação**

**Doutorado em Psicologia Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

SÃO PAULO - SP

2007

ROSA AMALIA ESPEJO TRIGO

CEFURIA - MILITÂNCIA E PAIXÃO:

**Um estudo sobre a processualidade do sujeito
político em contexto de formação**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social, sob a orientação da Professora Dra. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO - SP

2007

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia
Orientadora
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social PUC-SP

Prof. Dr. Sérgio Ozella
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social PUC-SP

Profa. Dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC-SP

Profa. Dra. Kátia Maheirie
Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFSC-SC

Profa. Dra. Margarida Barreto
Departamento de Medicina Social - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de
São Paulo-SP

*Machu Pichu, pusiste
Piedra en piedra, y en la base harapos?
Carbón sobre carbón, y en el fondo la lágrima
Fuego en el oro, y en él, temblando el rojo
Goterón de la sangre?
Devuélveme el esclavo que enterraste!
Sacude de las tierras el pan duro
Del miserable, muéstrame los vestidos
Del siervo y su ventana
Dime como durmió cuando vivía.
Dime si fue su sueño
Ronco, entreabierto, como un hoyo negro
Hecho por la fatiga sobre el muro.
El muro, el muro! Si sobre su sueño
Gravitó cada piso de piedra, y si cayó bajo ella
Como bajo una luna, con el sueño!
Antigua América, novia sumergida...*

Fragmentos del poema de Pablo Neruda "Alturas de Machu Picchu"

*"La visión de Karl Marx – ciertamente utópica – entraña la supresión de la enajenación, la apropiación de la riqueza social – de la totalidad de la cultura – por parte de cada individuo particular. En el espíritu de tal utopía el socialismo constituye una cualidad vital; su idea conductora es el **sentido de la vida** de los individuos; y la transformación revolucionaria de la estructura social es únicamente su instrumento" Heller, 1991, p. 6.*

DEDICATÓRIA

Ao CEFURIA, pelas lutas e sonhos alcançados

“Hacer que deje de haber sufrimiento es la tarea fundamental para el hombre contemporaneo. Y nunca ha sido tan difícil esa tarea. Porque nunca ha sido tan grande el peligro” (Heller, 1985, p. 315)

A Ramón, pelo amor companheiro

**A minha mãe amada,
Luzviana**

**A nossos filhos, presentes de toda vida,
Carlos Alberto e Ana Maria**

**A nossos dois novos amores,
Valentina e Ignacia**

A Adriana, pelas jornadas vividas dia a dia

Aos movimentos sociais, por tudo que devemos a eles

A América Latina, terra querida

AGRADECIMENTOS

Agradeço, infinitamente, aos professores que me deram a oportunidade de estar hoje escrevendo estas linhas.

Muito obrigada pela confiança, dedicação e valiosos ensinamentos, à professora Dra. Bader Burihan Sawaia, minha orientadora e professora. Ao me acolher, mostrou-me os caminhos de um desenvolvimento humano. Um obrigado especial.

Muitíssimo obrigada, quase sem palavras que possam expressar meu agradecimento, à professora Dra. Kátia Maheirie que, com força, dedicação e exigência, levou-me de volta aos trilhos da psicologia social como ciência do conhecimento do ser humano. E, junto a isso, também me estendeu a mão amiga.

Meus agradecimentos à professora Dra. Andréa Zanella pela interlocução, seus conselhos e ensinamentos e pelo grande apoio em momentos difíceis. Obrigada por fazer que hoje esteja escrevendo todo este encadeamento.

Obrigada à professora Dra. Mary Jane Spink, Coordenadora do Programa de Pós-graduados em Psicologia Social, pela oportunidade e abraço carinhoso.

Obrigada aos professores que participaram da qualificação Dra. Maria Lucia Carvalho e Dr. Sergio Ozella pela leitura dedicada e as valiosas contribuições para a elaboração deste trabalho de pesquisa.

Sou agradecida também a “minha turma”: Adélia, querida colega e amiga de grandes encontros, Rosário, Dulce, Flavia, J’amis e Paulo Vinicius. Obrigada, queridos amigos, pois com vocês encontrei a amizade, o respeito e a grandeza dos bons relacionamentos.

Um agradecimento muito especial para meu amigo Marquinhos que “adotou” meu doutorado como uma causa sua e esteve comigo ajudando-me, com sua interlocução, a pensar, analisar e elaborar interpretação da realidade. Muito obrigada, Marquinhos.

Agradeço a meu querido amigo Jardel, pela força, a amizade e as contribuições.

A Marlene querida, por sempre facilitar as formalidades necessárias com seu jeito carinhoso. Agradeço sua forma de ser leve e acolhedora, obrigada.

A Andressa, amiga querida, pelo apoio e pelas transcrições das entrevistas e pelos momentos de descontração.

Um agradecimento muito especial ao Cefuria e a sua gente carinhosa, que me ensinaram a ter um olhar mais aberto da vida. Agradeço, em especial, às pessoas que se dispuseram ao diálogo em minhas entrevistas. Mais uma vez: muito obrigada.

Queria agradecer à Adriana, minha querida, pela companhia e força contagiante e pelo grande apoio no que “der e vier”.

A Elsa, minha querida colaboradora em casa, pelo apoio e amizade.

A Ramón, companheiro de tanta história, a Carlos Alberto e Ana Maria, nossos filhos queridos, que nos ensinam, dia após dia, como é necessário persistir no destaque de um sujeito da ética pelos valores do desenvolvimento humano.

Agradeço infinitamente ao Professor Décio que com máxima dedicação limpou este trabalho do rebelde “*portunhol*”, espero não ter construído muitos novos rastos. É difícil deixar de escrever, quando sentimos que esse é o caminho...

Ao CNPq, agradeço profundamente pela bolsa que possibilitou este querido empreendimento de pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a processualidade do sujeito político que participa em espaços coletivos populares. A pesquisa foi realizada com militantes que participam do Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo - Cefuria, com sede em Curitiba - Paraná, que há mais de 25 anos dá subsídios a distintos grupos e movimentos em sua formação e mobilização política. O referencial teórico-metodológico adotado se fundamenta na concepção de um sujeito histórico-social, da qual destacamos a obra de Vygotski que permite privilegiar os processos de transformação do sujeito como singularidade que expressa ao mesmo tempo o efeito do contexto sócio-político. Outros autores que sustentam a concepção de um sujeito histórico social também contribuíram com nossa leitura teórica.

Foi utilizada a entrevista semi-estruturada como instrumento de pesquisa, sendo entrevistados dezesseis sujeitos, dos quais oito foram escolhidos, neste estudo, para a análise pela abrangência e representatividade de seus depoimentos. A análise dos dados busca caracterizar a processualidade da participação política dos sujeitos entrevistados, na apreensão dos sentidos dados à realidade na elaboração dos afetos, pensamentos e vontade, enquanto categorias psicossociais constitutivas dos sujeitos. Para tanto, buscam-se nos depoimentos unidades de sentido, que, na configuração de um processo da realidade, nos possibilitem a compreensão e análise de momentos de transformação e estagnação, constituídos e constituintes dos sujeitos entrevistados. A partir da análise, é possível refletir sobre a base afetivo-volitiva que os mantém na participação. Encontramos, nestas pessoas, uma força de vontade, uma paixão que as leva a enfrentar os conflitos, as crises, as dificuldades, não como elementos que possam abalar sua própria participação, mas, como fatores que as promovem a procurar "brechas", novas formas de ação política que ampliem o campo dessa ação. Este trabalho de pesquisa demonstrou que as necessidades que motivam a estas pessoas estão voltadas "aos outros", na busca de espaços coletivos que, além de políticos, sejam comunitários e solidários, ensejando espaços de vida para os mais despossuídos da sociedade. Nesse sentido, encontramos nestes sujeitos, o "sujeito ético" que se afeta com os outros e o sujeito que caminha para seu desenvolvimento e para a liberdade.

ABSTRACT

This work has as aim to study the processability of the political agent that participates in collective popular rooms. The research was carried out with militants that participate of the Formation Urban Rural Center Irmã Araújo - Cefúrio, with seat in Curitiba - Paraná, that for more than 25 years gives subsidies to distinct groups and movements in their formation and political mobilization. The theoretical-methodologic reference adopted is based on the conception of a historic-social agent, of which we detach the work of Vygotski that allows to privilege the processes of transformation of the agent as singularity that express, at the same time, the effect of the political-social context. Others authors that sustain the conception of a historical social agent also contributed with our theoretical interpretation. It was used the semi-structured interview as a research tool where sixteen agents were interviewed, eight of which were selected, in this study, for the analysis for the abrangency and representativity of their deposition.** The analysis of the data searches for characterize the processuality of the interviewed agents, in the apprehension of the senses given to the reality of the elaboration of the affection, thoughts and wills, while psychosocial categories constitutive of the agents. In this way, it was searched in the depositions unities of sense that in the configuration of a reality process turned it possible the comprehension and analysis of moments of transformation and stagnation, constituted and constituent of the interviewed agents. Through this analysis it is possible to reflect about the affective-volitional base that maintain them participating. Having these people, their ideals directed to social transformation, what motivate them extremely is to promote in the diverse social sectors the participation. The political life of these people is a daily fight for participation and in this sense, elaborate their plans of action, their strategies and their own projects of life. We have found in these people a strong strength of will, a passion that make them face the conflicts, the crisis, the difficulties, not as elements that could disturb their own participation but as factors that promote them to find unknown alternatives, new ways of political action that turn it possible to amplify their field of action. This work of research demonstrated that the necessities that motivate these people are come back "to the others", in the search of collective spaces that beyond politicians, are communitarian and solidary, trying the most dispossessed spaces of life for of the society. In this direction, we find in these agents, the "thical agentes" that if affect with the others and the agents thar walks for its develoment and the freedom.

SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ALCA - Área de Livre Mercado das Américas
APP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná
ASC - Associação Social Continental
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEDOC - Centro de Documentação e Biblioteca Popular:
CEE Comunidade Econômica Européia
CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CEPAT: Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores
CNBB Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPJP - Comissão Pastoral de Justiça e Paz
CPO - Comissão Pastoral Operária
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única de Trabalhadores
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FACINLUTA - Cooperativa de artefatos de cimento para construir as casas na ocupação do XAPINHAL
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
MAIS - Movimento pelo Desenvolvimento, o Intercambio e a Solidariedade
MLCD Movimento de Luta contra Desemprego
MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MOPC - Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG - Organização Não Governamental
ONGs - Organizações Não Governamentais
PO - Pastoral Operária
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC - Pontifícia Universidade Católica
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México
XAPINHAL - Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	24
1. REFERENCIAIS TEÓRICOS.	24
1.1 O sujeito constituindo e constituído pela sociedade.....	24
1.2 A teoria de Vygotski como referência do sujeito.....	37
CAPÍTULO 2	52
2. CEFURIA.....	52
2.1 Um pouco de história	52
2.2 O que é o CEFURIA	62
2.3 O CEFURIA, o Povo e os Movimentos Populares	68
CAPÍTULO 3	78
3 REFLEXÕES E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	78
3.1 Reflexões e apontamentos metodológicos, a partir de Vygotski	78
3.2 A entrevista como técnica	83
3.3 Análise dos dados	84
3.4 Os entrevistados	87
CAPÍTULO 4	92
4. ANÁLISE DA PROCESSUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS	92
4.1 A raiz da participação	94
4.2 A origem da entidade.....	107
4.3 A Constituinte	112
4.4 Momentos difíceis.....	117
4.5 A Consulta Popular.....	132
4.6 A Campanha contra ALCA	142
4.7 A relação entre o partido e os movimentos e sua culminação na crise do Lula.....	150
4.8 Entre o macro e o micro a escolha pela economia solidária	160

4.9 CEFURIA, um lugar de encontros.....	179
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
6. BIBLIOGRAFIA.....	197
7 ANEXOS.....	206
Entrevista.....	207
Guias da entrevista.....	228

INTRODUÇÃO

Compreender o ser humano em suas práticas de resistência às relações de dominação e exploração é uma inquietação que me tem acompanhado desde longa data. O interesse nesse âmbito foi sendo suscitado a partir da cultura política das pessoas, ou seja, dos modos como, a partir de práticas de vida e concepções de mundo, as pessoas significam relações de dominação e poder, imprimindo o político no cultural e também, por sua vez, o cultural no político (Álvares; Dagnino e Escobar, 2000).

Na busca da compreensão desses modos de significação, fui-me surpreendendo pela tendência de uma grande maioria de pessoas assumirem formas de pensar e atuar que perpetuam relações de dominação e submissão.

No início de meus estudos em psicologia, tinha menos elementos que hoje para compreender essas formas de relacionamento. No entanto, elas foram se transformando no eixo mais preponderante de minha aproximação ao conhecimento. Tais inquietações têm-me acompanhado e motivado minhas reflexões, a partir da psicologia social, como área do conhecimento que focaliza a relação dos indivíduos entre si e com a sociedade.

No decorrer de meus estudos, foi se explicitando que vivemos nossas realidades mediadas por elementos ideológicos, os quais, muitas vezes, justificam relações de dominação que nos submetem, demarcando, disciplinando e buscando direcionar nossas formas de atuar. Todavia, o meu interesse focalizou-se naqueles grupos que questionavam essas condições, relacionando-as com a vida real: setores e grupos que se organizavam em “focos de resistência”. Foi a partir disso que surgiu a inquietação que motivou este trabalho de pesquisa, qual seja, **indagar como as pessoas significam sua participação em ações coletivas.**

Como estudante de Psicologia participei, nos anos 90, do Programa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), junto ao Laboratório de Estudos de Comportamento Político da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse espaço, tive a oportunidade

de acompanhar várias pesquisas, coordenadas pelas professoras Dra. Louise Lhullier e Dra. Kátia Maheirie, pesquisas que versavam sobre temáticas relacionadas com conceitos de autoritarismo, desenvolvimento moral, pensamento cotidiano e identidade. A partir do trabalho investigativo com esses conceitos, foi possível ampliar minhas reflexões e relacioná-las com acontecimentos que se impõem como desafios do mundo atual.

Tendo sempre como preocupação as relações de dominação e, especialmente, as formas de resistência como prática social, e ainda cursando graduação em psicologia, interessei-me por estudar, a partir dessa perspectiva, as formas de relações estabelecidas no mundo do trabalho¹. Aproximei-me da Escola Sul² da CUT de Florianópolis-SC e acompanhei, na forma de observadora participante, uma série de atividades de formação. Essa experiência levou-me a perceber o impacto provocado, neste âmbito das relações humanas, pelas profundas mudanças do mundo do trabalho, criadas no contexto da globalização e amparadas na ideologia neoliberal (Espejo, 1996).

Os problemas que estavam sendo tratados apontavam para uma nova forma de relações no mundo do trabalho. A busca de soluções e estratégias de ação era múltipla e se refletia seriamente em outras dimensões das vidas humanas, ultrapassando extensamente o mundo do trabalho.

Fiz o Mestrado focalizando a constituição do sujeito no impacto das transformações do mundo do trabalho e, nesse intuito, pesquisei sujeitos que vivenciavam o processo da privatização da empresa estatal na qual trabalhavam. Tanto os empregados que estavam de acordo com a privatização, quanto os que a rejeitavam coincidiam na preocupação despertada pela incerteza de que esse acontecimento trazia para suas vidas: a concretude real da fragilização de seus postos de trabalho. A pesquisa evidenciou as diversas estratégias que estes sujeitos

¹ Mundo do trabalho é definido por Fleury & Vargas (1983) como o espaço social, político e econômico no qual interagem o capital, o estado e os trabalhadores.

² Escola sul da CUT é uma entidade ligada a CUT que da formação sindical voltada aos dirigentes, lideranças, trabalhadores de base, formadores, assessores do movimento sindical na Região Sul.

desenvolveram para enfrentar esse momento, em um entremeado de práticas de resistência e conformismo (Espejo, 1999).

Foi relevante concluir que as condições estabelecidas levaram a grande maioria das pessoas a se voltar à filosofia de vida “salve-se quem puder” e à perda de espaços de convivência social. A tendência das pessoas foi a de se fixarem no individualismo, numa exacerbação das subjetividades mônadas. Toda essa complexidade das relações humanas e de constituição de subjetividades se dava no contexto de um mundo que vivenciava o fulgor das tecnologias em seus mais sofisticados artifícios. Referimo-nos às condições propiciadas pela globalização, que, como imperativo de nossas realidades, nos defrontavam com uma série de amplitudes e de limitações que derivavam em oportunidades e em profundas desigualdades.

Vastos setores são incluídos na globalização pelo endurecimento de suas condições de vida, pelo acirramento da pobreza e pelo recrudescimento das desigualdades. São também excluídos dos sistemas sociais, dos meios de informação e comunicação, das regalias dos avanços tecnológicos, impulsionando, assim, um distanciamento maior entre os diversos setores sociais (Stiglitz, 2002).

O que se consolida são formas instáveis e fragmentárias de modos de vida que repercutem nos seres humanos de forma desigual, em razão de certas características e condições pessoais, econômicas e sociais que, na atualidade, se realizam na lógica da exclusão – inclusão.

A própria história vai evidenciando que a globalização não é um fenômeno homogêneo e que, em sua realidade concreta, se realiza em um vasto campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses encontrados (Sousa Santos, 2002), não só como um fenômeno de expansão econômica, mas como um processo que atinge a vida das pessoas, produzindo subjetividades ativas e determinadas no contexto produzido. Nesse sentido, a globalização realiza-se não somente no processo de expansão pelos globalismos, mas também como um auge dos particularismos e localismos, que incendeia formas de identidades múltiplas, locais e nacionais (Sousa Santos, 2002).

Movimentos antiglobalização apoderam-se do espetáculo do mundo global, no início dos anos 2000, como expressões coletivas que conseguem colocar, na pauta política mundial, elementos da vida concreta das pessoas. Emergem localismos, focos de resistência que se recriam como uma forma de se sobrepôr às condições impostas pela globalização, denunciam condições de exploração e miséria e recriam antigas práticas de sobrevivência e luta, própria das épocas comunais.

Nesse contexto de realidade, é que voltei meu interesse por pesquisar como pessoas envolvidas historicamente em ações coletivas significam suas práticas a partir das condições atuais. Essa inquietude levou-me a procurar espaços que pudessem me ajudar a compreender esses fenômenos sociais.

Em Curitiba (Paraná), existe um espaço social, político e cultural que reúne diversos grupos que se organizam para a ação política: movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Pastoral Operária (PO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os sindicatos, os clubes de trocas, as padarias comunitárias. São grupos que transitam por este espaço com o objetivo comum da reflexão e ação para a transformação da sociedade, em prol de condições dignas de vida e em direção a novos modos de produção, em oposição ao capitalismo.

Trata-se do “Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo” - CEFURIA, uma Associação Civil que prioriza a formação política, através de assessorias e cursos de formação. O Centro de Formação colabora com diferentes setores populares na sua organização e na mobilização popular, bem como contribui com setores marginalizados da sociedade, para sua inclusão pelo trabalho e pela formação política.

Apresentem-me a essa instituição manifestando meu interesse de estudar sujeitos que participam em ações coletivas. Nesse intuito, fui convidada pelos militantes que me receberam no CEFURIA, a pesquisar a mobilização contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)³.

³ A ALCA é uma proposta de área de livre comércio, liderada pelos Estados Unidos, e que englobaria todos os países das Américas menos Cuba. Esta iniciativa foi sendo abandonada devido à oposição para sua implementação. Não obstante os esforços dos setores interessados em seu andamento orientaram-se para tratados comerciais mais pontuais, diretamente entre os países.

Logo depois, assisti a uma palestra, no CEFURIA, ministrada pelo líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile⁴, que tratou sobre os impactos da ALCA na América Latina. E, em outro momento, participei do Seminário Estadual de Formação e Mobilização, que aconteceu entre os dias 6 e 7 de abril de 2002; todas as atividades organizadas pelo CEFURIA.

Este Seminário reuniu aproximadamente 800 pessoas e foi um impacto à percepção que tinha dos espaços participativos para mobilização social. A idéia de que a globalização tinha imposto uma direção, sem deixar espaços para outras orientações, o que nas ciências sociais foi denominado de pensamento único⁵, diluía-se diante da presença de pessoas que tinham a inquietude de fazer algo em contraposição às condições estabelecidas hegemonicamente.

Representantes de pastorais, movimentos sociais, diversos sindicatos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) se articulavam, liderados pelo CEFURIA, na campanha contra a ALCA. Naquele momento, os rumos que foram assumidos e que se consolidaram me impulsionaram a pesquisar sobre a participação em ações coletivas no contexto atual da globalização junto à mobilização contra a ALCA em Curitiba – Paraná.

Entretanto, o objeto de pesquisa escolhido não conseguiu dar-me elementos suficientes e necessários para atingir o que estava buscando: aspectos psicossociais que mediatizam a participação destas pessoas em grupos de mobilização ou de resistência. A rigor, poder-se-ia dizer que fui totalmente absorvida pelo próprio movimento, perdendo o horizonte da pesquisa.

Contudo, enquanto me deparava com minhas dúvidas e incertezas, as pessoas que compunham o Centro de Formação mudavam diametralmente o rumo de suas lutas. Da participação na Campanha contra ALCA passaram a realizar práticas de

⁴ Líder dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Membro de sua direção nacional, é formado em Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS e com pós-graduação na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

⁵ A idéia central do pensamento único, compartilhada tanto por adversários como por defensores, é que a globalização da economia se impôs sobre os Estados nacionais e os Movimentos Sociais tornando inviáveis as políticas sociais. (Touraine, 1999, p. 13).

mobilização política junto aos setores mais empobrecidos, nas bases, com pessoas que se encontram em extrema fragilidade social. Sua participação agora se dava pelo acompanhamento das condições e meios de vida dessas pessoas e pela criação de espaços de formação e conscientização política, a partir do cotidiano delas.

Por que se mudou de rumo? Ou seria o mesmo? Qual é a trama que articula a mobilização global às pequenas comunidades desfavorecidas? Por que estas pessoas se orientaram a expandir sua potencialidade de luta junto ao segmento mais precário da população? Como elas significam seu processo de participação?

A realidade que se apresentava me deparava com desafios que deveria superar, munida de meus subsídios teóricos, referenciados na compreensão da perspectiva sócio-histórica dos sujeitos, sendo o homem sujeito da história e transformador de sua própria vida e da sua sociedade (Lane,1986).

Nesse intuito, foi-se revelando a necessidade de situar a noção de sujeito em algumas de suas implicações, assim como também alguns dos relacionamentos estabelecidos entre este e a sociedade que se definem, por um lado pelo sujeito submisso a forças escravizadoras, por outro lado, pelo sujeito resistente num esforço extremo para recusar o que quiseram fazer dele (Sawaia, 2000b).

Para apresentar essa concepção de sujeito que é a base da presente pesquisa exponho no **primeiro capítulo** a síntese do levantamento da literatura realizada. O que foi emergindo foi o sujeito da modernidade, na leitura de Renaut (1998), um sujeito das decisões, orientado à instrumentalização do mundo e de si mesmo. Um sujeito que se libera das amarras do mundo pré-moderno e que pode escolher seu futuro, num mundo incerto. Segundo Figueiredo (1991, 1992), um sujeito que, ao poder escolher seu destino, se insere num mundo inseguro, de erros e de dúvidas.

Um sujeito que, ao dominar a natureza, acabou submetendo-se a si mesmo, passando a ser regido pelas leis da natureza, que ele mesmo descobriu (Touraine, 1995). Um sujeito que se transforma em objeto e é atravessado numa sucessão de rupturas: alma/corpo; subjetividade/objetividade; razão/emoção que comandam a leitura de si mesmo.

Um sujeito que na busca de sua liberdade, oprime os demais, estabelecendo a propriedade privada e se rege pelo individualismo que passa a idéia de que tudo se deve a si mesmo e nada se deve a ninguém (Renaut, 1998; Canevacci, 1981).

Em um mundo construído pelos sujeitos, globalizado e diversificado e constantemente em transformação, Heller (1996), autora que se inicia em suas reflexões a partir de Marx, caminha na postulação de um sujeito da ética. Os caminhos teóricos, percorridos por esta autora, levam-na a definir que não há um caminho histórico pré-determinado para a emancipação.

Essa filósofa situa a emancipação humana como um processo de possibilidades na qual o sujeito é parte ativa. Declara a alienação do ser humano pela cisão entre razão e sentimentos, estipula que a ética possibilita a reconciliação destes, através do compromisso solidário destinado a aliviar o sofrimento da humanidade (Rivero, 1996).

A partir destas reflexões defino a concepção de sujeito sócio-histórico ou seja, que se configura nas suas relações sociais. Um sujeito social, constituído nas relações sociais, na historicidade de sua processualidade, motivado pelas suas necessidades. Um sujeito atuante e criativo que se realiza pela sua atividade, mas que é coagido e cerceado pelos outros, fundamentados em ideologias que mascaram a realidade. Marx (2004) e Marx e Engels (1996).

Nesse contexto, nossa visão psicossocial é subsidiada na obra de Vygotski (1999b, 1999c), autor que se rege pelo materialismo-histórico e dialético na inspiração de Marx, e nessa perspectiva, considera o sujeito, a partir de sua materialidade, constituído pela sua atividade e relações sociais. Nesta leitura teórica do sujeito, compreende-se que este se constitui na mediação dialética de suas conexões e relações interpsicológica, possibilitando, a partir daí, a construção dos processos intrapsicológicos, no qual as distintas categorias e funções se conectam, uma constituindo a outra concomitantemente, mas diferenciando-se em sua especificidade. Nessa perspectiva são superadas as cisões que dicotomizam historicamente a psicologia e os sujeitos.

O recorte teórico que se foi construindo deve levar-nos pela historicidade e mediação, na processualidade política dos sujeitos entrevistados, pela inexorável

relação com o processo da sociedade, na captação de afetos, desejos, motivos, interesses que denotam as relações constitutivas homem/sociedade. Como diz Marx, existe uma unidade indissolúvel de indivíduos e sociedade, de modo que seu desenvolvimento é realizado por meio da evolução social, ainda que, nesse processo, a sociedade lhe pareça estranha (Teixeira, 1999).

Seguindo os passos dos sujeitos deste estudo, nos defrontamos com seus desejos, necessidades e projetos, motivados em suas ações coletivas pelo povo e movimentos populares. Assim, o **segundo capítulo** versa sobre o CEFURIA, como a entidade mediadora de seus sonhos e projetos, e sobre a noção de povo e de movimentos populares, como o alvo que os motiva em suas ações e reflexões. A história do CEFURIA vai-se misturando com as origens políticas destas pessoas, suas lutas, relacionamentos que os constituem e que estão sempre vinculadas ao povo, atravessado de sofrimento ético-político e reunidas, em algumas ocasiões, politicamente nos movimentos populares.

O fio condutor que transforma a participação política em necessidade de alguns é o sofrimento ético-político dos outros, que, segundo Sawaia (1999), retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior e subalterno.

É Vygotski (1993, 1999c) principalmente, que oferece subsídios teóricos e metodológicos para a análise e compreensão dos sujeitos da pesquisa, o que desenvolvemos no **terceiro capítulo**. Este autor propõe a análise semântica pelo significado da palavra, como sendo unidade da linguagem e do pensamento, mas não sendo exatamente o mesmo que elas. Postula a vinculação extrínseca dos processos afetivos e intelectuais enquanto toda idéia pousa num afeto permitindo descobrir o movimento direcional que parte das necessidades ou impulsos do indivíduo para uma determinada intenção de seu pensamento e, ao contrário, permite desvelar a dinâmica do pensamento que se orienta à dinâmica do comportamento e a atividade concreta.

Nesse percurso e a partir desses subsídios teórico-metodológicos foram abordados os sujeitos, por meio de entrevistas semi-estruturadas (Triviños, 1987).

Procuramos, a partir das falas dos entrevistados, construir unidades de sentido, como sendo configurações que expressam o sujeito como objeto de análise, a partir de uma totalidade possível de ser compreendida, analisada e definida num contexto histórico-social pela apreensão dos aspectos afetivo-volitivos e intelectuais (Vygotski, 1993). No intuito de aceder à processualidade política destes sujeitos construímos essas unidades de sentido, em torno de momentos relevantes expressados, dessa forma, pelos sujeitos. Considerando esses delineamentos metodológicos no **capítulo quatro** fizemos análise das entrevistas.

Pode-se dizer que fazer uma pesquisa sobre participação em ações coletivas é a concretização de um desejo que reúne meus mais intensos afetos, na medida que esse espaço social possibilita a compreensão de algumas práticas de resistência às condições que se impõem no mundo atual. Por outro lado, trata-se de espaços de relevância social e política que possibilitam, a partir das subjetividades interrogadas, situarmo-nos nas realidades críticas de nossa sociedade regulamentada; aproximam-nos da compreensão dos caminhos percorridos por estes grupos enquanto “...são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra” (Melucci, 2001, p. 21).

A relevância de assumir o estudo desses militantes, a partir da dimensão psicossocial, fundamenta-se no fato de que, nas próprias práticas do dia-a-dia, na interconexão de pensamentos, afetos e vontade, os sentidos dos sujeitos vão adquirindo formas concretas que incidem em práticas sociais. Tais processos mediatizam a participação na ação coletiva e dependem em cada situação das circunstâncias históricas e das condições sociais, voltando-se em suas conseqüências a se recriar no contexto, impondo novos rumos às nossas sociedades.

A expectativa, em relação a este trabalho, passa pela possibilidade de alcançar, a partir da busca dos sentidos de algumas pessoas, vinculadas ao CEFURIA, um conhecimento do processo político de um setor atual das ações coletivas, as quais se constituem nos desafios de nossos tempos. Passa também pela possibilidade de propiciar espaços de reflexão sobre a realidade e a inserção transformadora e/ou reprodutora de alguns sujeitos nesse processo.

No âmbito da psicologia social na América Latina, os teóricos que têm trabalhado em uma linha de estudos sobre dominação e resistência são Montero (1987), Martín-Baró (1987), Salazar (1987). São autores que, com uma escrita crítica da realidade, ajudam a refletir sobre relações de dominação, a partir de categorias como conformismo, alienação e submissão, como elementos histórico-sociais que coagem a liberdade e propiciam as desigualdades.

No espaço nacional, a vertente crítica, aberta pelo grupo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), tem sido referência para trabalhos da psicologia social, que consideram o fator subversivo como gerador de condições de criação e emancipação humana. Nesse sentido, destaca-se o Núcleo de Estudos em Exclusão/Inclusão Social, que, numa perspectiva comprometida com o social e o ser humano, explora construtos analíticos, como o “ético-político”, abrindo caminhos para a compreensão das desigualdades sociais e para a ação psicossocial emancipadora.

CAPÍTULO 1

1. REFERENCIAIS TEÓRICOS

“... não há nada mais belo e sábio do que poder escolher, numa teoria, o que é mais necessário” (Heller, 1982, p. 22).

1.1 O sujeito constituindo e constituído pela sociedade

Neste capítulo far-se-á uma breve apresentação da concepção de sujeito que orienta a presente pesquisa. Sendo o sujeito histórico e social, é preciso destacar o sujeito e sua relação com a sociedade na compreensão de Sawaia (2000b).

“... especialmente a ambigüidade que caracteriza a relação: de um lado a submissão a forças escravizadoras, muitas vezes, prosaicas, levando o homem a defender valores que perpetuam a violência e a heteronomia, de outro, a resistência a poderes, alguns deles, poderosos, num esforço extremo para recusar a ser o que quiseram fazer dele” (Sawaia, 2000b, p. 2).

A história do sujeito enquanto o próprio sujeito, constituinte e constituído dessa história, tal como proposto por Vygotski (2000), está intrinsecamente relacionado com a história da sociedade.

Nesse sentido, encontramos-nos no momento paradoxal da globalização, no qual o sujeito se revela tanto pelas capacidades desenvolvidas quanto pelas restrições sofridas, derivadas das determinações com as quais convive. Se, por um lado se encontram os ganhos do desenvolvimento tecnológico de nossa época, como novas formas de informação e comunicação, por outro, assistimos a um aumento exacerbado das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres. (Sousa Santos, 2002).

“A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo ‘localizado’ de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente

relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilização galga ao mais alto nível dentre os valores cobiçados – e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual; logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos” (Bauman, 1999, p. 8)

Os sujeitos nessa trama do contexto social se realizam no transito do global/local. Bauman (1999) chama a atenção, no que diz respeito ao global/local, à configuração, a partir do global. A mobilidade adquirida pelo capital envolve uma desconexão do poder econômico com os sujeitos mais fragilizados. Ser local num mundo globalizado muitas vezes é sinal de privação e degradação social. O que prevalece é a remoção de espaços públicos para além dos alcances da vida localizada. Perde-se a capacidade de gerar e negociar sentidos proposicionais, devido a condição restrita de suas possibilidades.

O impacto desse processo realizou-se pelo endurecimento das condições de vida e pela escalada consumista que envolve a sociedade. Índices de Desenvolvimento Humano⁶ apontaram, nos inícios dos anos 2000 na América Latina um crescimento da pobreza e a acentuação das desigualdades, aumento dos excluídos do sistema (desempregados incluídos pelo desamparo) e distanciamento entre os mais ricos e os mais pobres.

Na modernidade essa concepção recebe força a medida que, como afirma Chauí (1995), fica estabelecido que, por natureza, todos os homens têm direito à vida e, por natureza, todos são livres e iguais. Por intermédio do contrato social, os homens concedem a um soberano o poder de criar e aplicar leis, com o intuito de preservar os direitos de todos os indivíduos. Desse pacto nasce o Estado, entidade na qual os indivíduos cedem seus poderes, mas não cedem suas individualidades. Uma

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Hag e vem sendo usado, desde 1993, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em seu relatório anual. Dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano podem ser encontrados no Site: www.pnud.org.br

vez declarados os homens autônomos, o poder do Estado só pode assentar-se no consentimento deles, e a obediência que lhe é devida só pode resultar de uma obrigação auto-assumida, isto é, do contrato social.

Porém, nessa organização social, a liberdade, vista como relação com o Estado, restringe-se ao campo da privacidade e dos negócios particulares; para o lugar das relações e atividades domésticas e familiares. No espaço público e das ações políticas, o que impera é a ordem e a obediência ao soberano. Figueiredo (1992) destaca que o que se consolida é uma contradição, pois sendo o mundo privado, o mundo das liberdades, é constituído também como o mundo da privação, onde as relações instauradas são despojadas de qualquer efeito político.

Marx e Engels (1996) declaram que, nessa contradição, entre o interesse particular e o interesse coletivo, fundam-se as bases de um Estado autônomo, separado dos reais interesses particulares. É justamente, desta contradição, entre o interesse particular e o interesse coletivo, que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares.

O Capitalismo Liberal deu lugar a um estágio avançado do processo de acumulação que foi derivando, desde um ponto de vista econômico, a uma concentração da riqueza. No âmbito político, o capitalismo se definiu por um Estado de democracia formal que legitima a apropriação privada (Deluiz, 1995).

Estas formas de assumir o mundo e o homem estão intrinsecamente relacionadas com uma perspectiva de sujeito que passa de ser passivo e contemplativo da natureza para uma postura de senhor do direito da natureza, que transforma o homem moderno num senhor de fato pelo domínio e manipulação do mundo natural; domínio que, nas nuances do mundo moderno, se amplia para a submissão de si mesmo.

O sujeito apresenta-se como indivíduo, o que é reforçado pelo significado dominante de propriedade privada. De acordo com Chauí (1995), a definição da propriedade privada como direito natural, fruto legítimo do trabalho, foi proposta por Locke (1632-1704). Dessa forma, o que se estipula é que todos têm direito à propriedade privada, mas só é concedida para quem trabalha. Os pobres, ou seja, os

que não conseguem tornar-se proprietários, são culpados por isso, por não pouparem para adquirir propriedades, e/ou por não trabalharem suficiente para adquiri-las.

As repercussões destas configurações ideológicas manifestaram-se numa perspectiva restrita do sujeito, influenciando o seu lugar no mundo e nas formas de conhecê-lo.

Paradoxalmente é na modernidade que o sujeito é colocado em suspeita, no momento em que considera a verdade como da ordem da objetividade. Dessa forma a subjetividade perturba e distorce a leitura da natureza e de si mesmo. Na imolação da subjetividade, tanto em suas expressões privadas – nos desejos, motivações e afetividade – como em suas expressões coletivas – no reconhecimento da constituição do sujeito pelo social; também ele é criticado pela sua incompetência em agir socialmente. Dessa perspectiva emerge um sujeito auto-centrado, racional, mênada, solitário cujo destino depende de sua racionalidade.

Em relação à subjetividade, consolida-se uma concepção idealista da subjetividade, na qual, o que prima são características transcendentais do sujeito ou prevalece uma concepção materialista, na qual o sujeito é determinado restritamente pelas suas condições biológicas e/ou inatas.

Como destaca Touraine (1995), o que se privilegiou foi a dissociação completa do sistema e dos atores, do mundo técnico ou econômico e do mundo da subjetividade. Segundo este autor, o sujeito é reconhecido pela razão na standardização, na normalização, na regulamentação, compreendido na sujeição a programas de aprendizagem racionais, capazes de resistir às pressões do hábito e do desejo.

A afetividade como antagônica da razão é reconhecida pela sua dimensão negativa, tomada como fenômeno que deve ser controlado e extirpado (Sawaia, 2000b).

E, como formula Figueiredo,

“... o sujeito é atravessado por uma sucessão de rupturas: num primeiro nível, a sensibilidade, a afetividade, a intuição, a vivência pré-reflexiva, etc., num segundo nível, é a própria razão que se desdobra em discursos de suspeita que procurem identificar e extirpar dos discursos com pretensões racionais os

vestígios cada vez mais dissimulados da subjetividade” (Figueiredo, 1991, p. 19).

São essas algumas das contraposições em que os sujeitos são reconhecidos no projeto sócio-cultural da modernidade, num processo cunhado entre os séculos XVI e XVIII que, a partir desse período, coincide com o capitalismo como forma de produção.

Nesse contexto, o que se constitui predominantemente enquanto sujeito é o indivíduo que encontra sua maior expressividade no filósofo Leibnitz (1646 - 1716), o qual, com seu conceito de mônada, define o indivíduo da era burguesa.

O indivíduo por excelência é o que possui propriedades. Canevacci (1981) postula que, em razão disso, não foi possível identificar como indivíduos a crianças, negros, pobres, escravos, mulheres, marginalizados ou trabalhadores assalariados, todos eles privados de propriedade privada. E também dessa realidade nasce a obrigação de criar ideologias que justifiquem as condições estabelecidas, os excluídos, os sem-sujeito. Nesse contexto, definem-se os vícios privados como a preguiça, a luxúria, a indiferença, a delinqüência, a anormalidade, a deformidade.

De acordo com Renaut (1998) foi possível resgatar uma leitura renovada de Tocqueville (1805 - 1959)⁷, configurada na postulação de que o mundo moderno possibilitou um processo de emancipação individual que derivou ao “individualismo” e deu origem a novos despotismos.

Estas possibilidades se fundamentam em novas condições de vida que se realizam distanciando os sujeitos em relação a assumir posições em questões coletivas de interesse social, mas que dão elementos para implementar suas próprias vidas, e, nesse sentido, assumir suas próprias decisões. Traspassa-se a idéia de que tudo é conseguido por méritos próprios e nada se deve a ninguém, o que leva a diluir os contatos e as referências coletivas e sociais.

⁷ Teórico que escreveu a obra “Da democracia na América” que inspira, em distintos autores, trabalhos sobre política, liberdade, democracia e individualismo, entre outros.

De acordo a Renaut (1998),

“O conceito do individualismo (compreendido no sentido da igualização democrática das condições) cede lugar a uma categoria crítica, utilizável para estigmatizar certas tendências das sociedades modernas, em primeiro lugar, o recolhimento do indivíduo à esfera privada, o culto à felicidade e ao consumo – fenômenos esses que suscitam em Tocqueville uma leitura paradoxalmente pouco distante daquilo que se lê em Marx, quando este evoca o indivíduo egoísta, membro da sociedade civil burguesa. Em ambos os casos, o individualismo moderno é incriminado por contribuir para o surgimento de uma figura monadária do ser humano, para o qual a ação recíproca com o próximo, que define o pertencer a uma comunidade, tende a se tornar rigorosamente estranha a sua auto-afirmação” (Renaut, 1998, p. 35).

Renaut (1998) manifesta que as críticas das análises tocquevilleanas são ainda vigentes para o mundo contemporâneo. Para este autor, a modernidade se caracterizou em sua originalidade a partir da valorização de um indivíduo enquanto princípio e valor para um individualismo.

Como ressalta Sawaia (1998), o que se revela como predominante é o sujeito que é valorizado para instrumentalizá-lo e aprisioná-lo ao individualismo e narcisismo consumista, base de sustentação do projeto neoliberal.

A partir de uma perspectiva diferente Marx (2004) elabora a crítica à sociedade e reconhece o sujeito não como indivíduo, mas como ser social, ativo na construção da sociedade e de si mesmo, constituído na processualidade das relações sociais, fazendo-se a partir dos outros. São palavras de Marx:

“Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com outros, sou social, porque é como homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social” (Marx, 2004, p. 140).

Teixeira (1999) desvela na obra de Marx a compreensão de um sujeito essencialmente ativo, em face do devir histórico social. Este autor ajuda a recuperar

um sujeito em Marx, que supera as leituras estruturalistas ou mecanicistas que apagam o sujeito, perante as formas sociais.

Nesse sentido, encontramos nos Manuscritos Econômicos Filosóficos de Marx (2004), escritos em 1844, um homem definido como um ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, um ser que sofre, condicionado e limitado. No entanto, acrescenta este autor, o homem não é exclusivamente um ser natural, é um ser natural humano, um ser genérico, que se distingue dos animais, principalmente, porque produz seus meios de vida. E, ao produzir seus meios de vida, produz também a sua própria vida material (Marx e Engels, 1996).

“A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital, está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida” (Marx, 2004, p. 116).

A vida produtiva, o trabalho, a atividade leva os homens ao encontro dos homens entre si, em suas relações sociais, e também promove o encontro com o desenvolvimento anterior, alcançado pelos homens, enquanto patrimônio da espécie humana, ou seja, a apropriação do arcabouço cultural, cultivado pelas gerações anteriores, revelando, dessa forma sua condição genérica. Ainda, o homem não se conforma com tomar aquilo que foi alcançado.

A partir dessa apropriação, o homem cria, através de sua própria atividade, outras possibilidades de vida material, produzindo novos instrumentos e processos de trabalho, determinando, direta ou indiretamente, transformações efetivas da objetividade social e também modificando suas subjetividades, que expressa novas necessidades (Teixeira, 1999).

Assim, temos que os homens transformam a natureza inicialmente por uma imposição de suas necessidades vitais, mas depois passam a ter relação com objetividades recriadas por eles próprios, humanizadas e, nesse processo, novas formas de sensibilidade são desenvolvidas.

Nesse sentido Marx postula:

“Só por meio da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano é que, em parte, se cultiva e, em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva humana (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, em resumo, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como capacidades humanas). Certamente não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos, (vontade, amor, etc.), ou melhor, a sensibilidade humana e o caráter humano dos sentidos que vêm à existência, mediante a existência do seu objeto, por meio da característica humanizada” (Marx, 2004. p. 143-144).

Nessa leitura de Marx (2004), o que promove, os sujeitos a se constituírem pelo desenvolvimento humano são suas necessidades. A satisfação das necessidades promove novas necessidades, as quais se revelam como forças efetivas que orientam aos homens para a atividade. No cumprimento de suas necessidades, os homens produzem sua vida material e se relacionam entre si, criando formas propriamente humanas de atividade e de relações sociais. Dessa forma, a produção material, como forma de existência social que a ela se vincula, promove um novo patamar de desenvolvimento.

Teixeira (1999) destaca a partir da leitura de Marx, a perspectiva de um homem historicamente constituído que em seu devir produz sua própria realização como necessidade interna.

“Donde a individualidade propriamente humana, resultante do devir autoproductiva da humanidade, tem a própria realização humana como necessidade, ou seja, tem a totalidade de manifestação humana de vida como potência historicamente desenvolvida e, conscientemente, a toma como objeto de seu carecimento” (Teixeira, 1999, p. 235).

Esse processo de desenvolvimento humano é cerceado pelas condições reais existentes, nas quais os homens são explorados e submetidos, perdendo o sentido de sua atividade. Na medida em que o homem é privado do sentido de sua atividade, ou seja, seu produto lhe é estranho, o elemento da sua produção rouba-lhe sua vida genérica e também se perde a atividade livre.

Foucault (2006) esclarece que, a partir dos séculos XVII e XVIII, foram instauradas verdadeiras estruturas administrativas do poder: exército, polícia, uma série de entidades que permitem que o poder circule, impregne as pessoas, as delimite, controle em tempo contínuo.

Nesse contexto, as relações sociais constituem-se no entrelaçado complexo das diversas práticas sociais, construindo nossas realidades, demarcadas por práticas de dominação que se configuram definindo as formas de se comportar, de atuar, de pensar e sentir, misturando-se de forma difusa, fluidamente, muitas vezes de forma velada, sustentando-se em ideologias que ocultam as bases dessas prescrições.

Uma das formas de dominação ocorre pela institucionalização, na formalização de regras, hábitos, costumes. Essas práticas sociais se realizam pela consolidação dos interesses de um setor. Na medida que estas atividades se incorporam às rotinas das pessoas, perde-se a referência de que elas (as regras) são sociais em sua origem e tornam-se cristalizadas, sem serem questionadas, transformando-se em imperativos não questionáveis que regulamentam a vida das pessoas.

“Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. Nem a relação de dominação é mais uma "relação", nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência” (Foucault, 2006, p.16-17).

Pode-se afirmar que, para Foucault (2006), o poder estendeu seus tentáculos além da ciência política e do Estado, recaindo nos locais específicos, circunscritos a pequenas áreas de ação. Foucault definiu que nem toda transformação ou mudança, provocada pela imposição do poder está ligada ao Estado. Os poderes não estão localizados em nenhum lugar específico da estrutura social. Funcionam como uma

rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa e que não tem fronteiras. Por isso, pode-se dizer que o poder não é algo que se detém como uma coisa, uma propriedade que se possui ou não.

O poder, nessa ampla extensão, assume as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Esse poder penetra nos indivíduos, atingindo sua realidade concreta, mediando suas práticas de vida.

O sujeito é “sujeitado”, mas também atuante em sua própria constituição. Essa resistência vai-se criando nos sujeitos de maneira sutil, muitas vezes sem uma organização predeterminada. Foucault nos fala da resistência emergente, diante das práticas médicas para as populações pobres, resistência delatada pela peregrinação ao Santuário de Lourdes, desde o final do século XIX. Essas práticas revelavam-se como uma resistência difusa à medicação autoritária e controle médico daquela época (que ainda persiste em muitos setores de nossa sociedade). A força destas práticas não estaria apenas na expressão das crenças tradicionais, mas em formas vigorosas de reagir contra a medicina, imposta aos pobres.

Nesse sentido, Foucault afirma...

“... a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 2006, p. 136).

Certeau (2003) fala-nos das pequenas resistências, nem sempre perceptíveis, mas que vão provocando mudanças, vão-se se fazendo um caminho contraposto. Pode-se argumentar, como afirma Certeau (2003) que microrresistências geram microliberdades, mobilizam recursos insuspeitos. O autor fala da inversão e subversão dos mais fracos, diante das imposições dos dominantes, direcionando o produto que é esperado das relações de dominação, para outro inusitado e criativo, correspondente, não às expectativas da ordem dominante, mas conducentes para interesses dos pretendidos acanhados. Trata-se do redirecionamento dos produtos, obtidos na relação de dominação, para resultados mais amenos para o setor em

sublevação. A lógica do poder é infringida pelos registros de funcionamento de uma lógica subversiva de oposição, de resistência que, por sua vez, está inscrita no processo histórico da tradição dos sublevados.

Na adoção de um projeto socialista nos ideários de Marx, Heller (1991) desenvolve uma antropologia social que recupera o sujeito na vida cotidiana. Seguidora de Marx, esta autora critica as perspectivas estruturalistas realizadas a partir deste autor, perdendo o indivíduo concreto em suas necessidades.

No prefácio de seu livro “Sociología de la Vida Cotidiana” Lukács (1991) postula que para esta autora a vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as mais altas formas de genericidade⁸.

Pelo estudo de esferas da vida pode-se alcançar uma compreensão da dinâmica interna do desenvolvimento da genericidade pelos processos heterogêneos da realidade social.

Nessa obra, Heller postula um sujeito que considera que...

“A esencia humana no es el punto de partida, ni el núcleo al que se superponen las influencias sociales, sino que constituye un resultado; sobre el supuesto de que el individuo se encuentra desde su nacimiento en una relación activa con el mundo en el que nació y de que su personalidad se forma a través de esta relación” (Heller, 1991, p. 7).

Os caminhos teóricos percorridos por Heller a levam a definir que não há um caminho histórico pré-determinado para a emancipação humana e, portanto, o que resta é dar sentido a nossas ações, orientado-as mediante valores, controlando suas conseqüências. Daí a importância do cotidiano, das necessidades da participação social dos sujeitos.

⁸ Heller (1991), tal como Marx (2004) introduz o conceito de genericidade, Aponta que todo ser humano é intrinsecamente genérico porque é social - só pode fazer-se ser humano em sociedade. No entanto, quando essa genericidade é assumida como uma relação consciente com o social é que o ser humano consegue situar a condição humana como uma necessidade. Ter uma relação consciente com a genericidade significa tê-la como fim, ou seja, transformá-la no fator motivacional dos atos e isso, de acordo a esta autora, implica um processo de aprendizagem, de assimilação da realidade, das oportunidades que o contexto proporciona, do sentido que se lhe é possível construir, a partir das experiências vividas.

Todavia, na compreensão de Rivero (1996), Heller sustenta sua posição em relação ao sujeito histórico e atuante, resgatando as categorias da vida cotidiana para pensar formas de emancipação humana que considerem o respeito pelas pluralidades de formas de vida. Assim, a autora situa a emancipação humana como um processo de possibilidades da qual o sujeito é parte ativa. Nesse sentido a autora recupera o sujeito pela ética, na configuração de seus valores.

Nesse contexto Heller (1996) resgata as necessidades como expressão da insatisfação dos indivíduos e, portanto, como um elemento importante do debate político, no sentido de que é necessário estipular, pela discussão política, quais as necessidades a se satisfazerem num mundo em que não é possível o cumprimento de todas elas.

Considera mais que as necessidades são apropriações de valores, que se podem complexificar e diversificar em extremo, expressando-se em termos sociais, políticos, espirituais, culturais, emocionais, psicológicos, etc.

Heller (1996) problematiza as necessidades na atribuição de verdadeiras ou falsas aduzindo que definir as necessidades nesse âmbito demanda que alguém possa ter essa atribuição. Por outro lado, também é problemático definir as necessidades como reais ou imaginárias considerando que se manifestam historicamente e que cada necessidade particular está determinada historicamente em cada exemplo particular. Heller (1996) postula que quem defende o conceito de necessidades verdadeiras e falsas, se orienta a acreditar que as necessidades irreais não devem ser satisfeitas, o que é o cimento de toda ditadura, enquanto determina as necessidades de um povo. Também como evitar a hierarquização das necessidades?

Para Heller (1996), todas as necessidades humanas devem ser reconhecidas como reais e verdadeiras, à exceção daquelas cuja satisfação envolva o uso de outras pessoas como meio. Necessidades, nos diz a autora, é uma categoria social. Os sujeitos tem necessidades enquanto sujeito políticos, mas as necessidades são sempre individuais. As necessidades podem situar-se entre os desejos e as carências (necessidades sócio-políticas). Os desejos são mais ambíguos, muitas vezes, as próprias pessoas não conseguem definir seus desejos, as carências são abstrações.

“El deseo manifiesta (directa o indirectamente) nuestra relación psicológico-emocional y subjetiva con las necesidades, mientras que las carências (necesidades sociopolíticas) describen um tipo o clase de necesidad que la sociedad atribuye o asigna a sus miembros (o a alguno de sus miembros) em general” (Heller,1996, p. 85).

Contudo, Heller (1996) considera que existem necessidades que são próprias da condição humana, tais como a vida e a liberdade.

“En tanto valores meramente abstractos, la vida significa supervivencia y la libertad significa ‘nacer libre’. La supervivencia no solo significa estar vivo, sino también permanecer vivo en un sentido que corresponde a la dignidad humana, sea cual sea el ‘nivel de vida’. La libertad apunta a la abolición del entramado social pré-moderno. La libertad personal es la medida mínima aqui. Estas necesidades son sociopolíticas – están asignadas a la ‘humanidad’ esto es, a todas y cada una de las personas de la especie humana, al margen de si estas necesidades pertenecen o no al juego de necesidades idiosincrásicas de la persona” (Heller, 1996, p. 112).

Na modernidade, a humanidade se orientou a uma liberdade concebida em termos de autonomia, na qual os homens asseguraram o desenvolvimento autônomo de todas as suas faculdades para exercerem seu domínio sobre a Terra (Renaut, 1998).

A liberdade dos clássicos que consistia na condição de ter responsabilidades foi se deslocando para a concepção do livre arbítrio, na qual a liberdade se reduz à livre escolha.

Atualmente, segundo Carvalho (1999), estaríamos assistindo a um significado da liberdade que poderíamos chamar de pós-moderna, mais negativa ainda do que a liberdade dos modernos. Na concepção atual, o que importa para o cidadão é gozar de toda a liberdade individual para fazer as escolhas mais variadas que o mercado oferece.

Um sujeito essencialmente privado e despolitizado que cifra sua liberdade na condição de, cada vez mais, poder decidir sobre assuntos privados cada vez menos relevantes. Nesse processo o sujeito se dilui, se perde pelo domínio dos outros e de si mesmo, e acaba sendo réu de si mesmo, sufocado pelas forças que o impelem ao individualismo e a liberdade se define pelo livre arbítrio. (Sawaia, 2001a).

De acordo com Chauí (2000b) encontra-se em Espinoza a noção de liberdade que se contrapõe à que se define pelo livre arbítrio. Para Espinoza o homem é livre, na medida que tem o poder para existir e agir, segundo as leis da natureza, ou seja, segundo necessidades. Portanto, aquele que age por uma necessidade de sua própria natureza, age livremente.

Nessa concepção a liberdade não se confunde com um poder voluntário para escolher entre alternativas, ou para fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Nessa concepção não se pode considerar livre um homem, quando deixa de pensar ou quando prefere um mal a um bem (Chauí, 2000a).

Necessidade é o termo empregado para referir-se ao todo da realidade existente em si e por si, que age sem nós e nos insere em sua rede de causas e afeitos, condições e conseqüências, é o necessário (Chauí, 1995).

Chauí (2000b) postula que a tradição teológico-metafísica separou liberdade de necessidade argumentando que tudo que acontece na natureza sucede por necessidade, e o que acontece por vontade sucede por liberdade. Ou seja, identifica-se o natural ao necessário e o voluntário ao livre.

Segundo Chauí (1995), tanto Espinoza como Hegel e depois Marx compreendem a liberdade regulada pelas necessidades. Esses autores consideram a liberdade como autodeterminação e também assumem que é livre quem age sem ser forçado nem constrangido, por conseguinte, é livre quem age pela sua vontade, de acordo com suas necessidades, em concordância com uma totalidade na qual o homem está inserido. O todo, essa totalidade, para Espinoza pode ser a natureza e para Marx a dimensão histórico-social, é livre em si mesma porque nada a força ou obriga desde o exterior. E é por sua liberdade que instaura leis e normas necessárias para suas partes, os indivíduos.

1.2 A Teoria de Vygotski como referência do sujeito

Vygotski (1896-1934) será destacado porque ele levou todas as discussões acima para o campo da psicologia. Por meio de suas reflexões pode-se apresentar a

concepção de sujeito dessa tese. Assumimos em nossa pesquisa com os participantes do CEFURIA, que os sujeitos se constituem na mediação de suas reflexões e afetos, motivado por suas necessidades e interesses, que procura seu desenvolvimento pela resistência à dominação e pela sensibilidade para o sofrimento humano. Um sujeito que caminha para a liberdade assumindo um projeto que o determina de acordo com sua vontade que é histórica e social.

Este autor russo conviveu com a experiência da Revolução Russa de 1917. Formou-se como advogado na Universidade de Moscou e recebeu formação em filosofia, psicologia e literatura na Universidade Popular de Shanyavskii. Podemos compreender um pouco da trajetória deste autor a partir do relato que fazem de parte de sua história os autores Davydov e Zinchenko (1994).

“Sua visão de mundo desenvolveu-se nos anos da revolução e refletiu as mais avançadas e fundamentais influências sócio-ideológicas, relacionadas à compreensão das forças essenciais do homem e das leis de seu desenvolvimento histórico e de sua formação plena, nas condições da nova sociedade socialista. Esse pensamento manifestou-se plenamente na filosofia materialista dialética que Vygotski conhecia a fundo e na qual baseou seu próprio ponto de vista sobre a palavra” (Davydov e Zinchenko, 1994, p. 153).

Além de ter construído uma vasta obra de trabalhos críticos e científicos, Vygotski guardava um compromisso com sua sociedade e com a transformação do homem para a liberdade, o que se refletia na busca incessante, em suas pesquisas, de ampliar os horizontes do sujeito nas formas do desenvolvimento humano.

Esta postura aparece claramente em sua obra “Psicologia Pedagógica”, publicada pela primeira vez em 1926 (no Brasil em 2004), considerada por Van Der Veer e Valsiner (2001) sua obra mais política; e no texto “A Transformação do Homem Socialista”, publicado na Rússia, em 1930, e disponibilizado na Internet em português, no ano de 2004.

Neste último texto, Vygotski (2004c) declara que o indivíduo só existe como um ser social, como um membro de algum grupo social em cujo contexto ele segue a estrada do desenvolvimento histórico. Preocupado com o desenvolvimento humano,

Vygotski declara que os caminhos assumidos pela produção material no capitalismo distorcem o desenvolvimento humano.

“... o processo de desenvolvimento humano é influenciado pelo crescimento acelerado da indústria. Todas estas influências adversas não são inerentes à indústria de larga escala como tal, mas à sua organização capitalista que está baseada na exploração de enormes massas de população e que resultou em uma situação na qual, em vez de todo passo novo para a conquista da natureza pelos seres humanos, todo novo patamar de desenvolvimento da força produtiva da sociedade, não só não elevou a humanidade como um todo e cada personalidade humana individual para um nível mais alto, mas conduziu a uma degradação mais profunda da personalidade humana e de seu potencial de crescimento” (Vygotski, 2004c, p. 5 - 6).

Nesse sentido, formula Vygotski (2004c) a contradição entre o poder crescente do homem e sua degradação, se aprofunda entre seu crescente domínio sobre a natureza e sua liberdade por um lado, e sua escravidão e dependência crescentes das coisas, produzidas por ele mesmo no outro. No entanto, afirma o autor, a fonte da degradação do sujeito, na forma capitalista de produção, contém em si mesma o potencial para seu crescimento infinito.

Ao postular o homem histórico-social, Vygotski proclama a liberdade das amarras do mundo natural, situando-o nas inúmeras possibilidades do mundo da cultura como o mundo transformado pelo homem que cede o passo ao homem das responsabilidades, o homem político, o homem social que se faz nas relações sociais pelas interações com os outros.

Vygotski (2004c) postula que existem comprovações suficientes de que o tipo biológico do ser humano não tem adquirido grandes mudanças, em relação a épocas anteriores. Por outro lado, pesquisas recentes demonstraram que existem poucas diferenças em termos de genoma⁹, em relação ao mundo animal. Isso não quer dizer que a evolução biológica se tenha mantido estática, mas sim que o desenvolvimento

⁹ Um recente informe sobre o genoma humano mostra que a diferença do código genético do homem para o de seu parente mais próximo, o chimpanzé, é de apenas 1,5%. O DNA de homens e dos ratos de laboratório (camundongos), por exemplo, tem mais de 70% de similaridade. Os homens têm somente 300 genes a mais que os camundongos. (...) Os seis bilhões de habitantes do planeta dividem 99,9% de seu genoma. Apenas cerca de 0,1% varia de uma pessoa para outra em função da combinação dos genomas dos pais. Informação disponível é acessada no dia 4 de abril de 2007 no Site: <http://afilosofia.no.sapo.pt/CGENOMA.htm>

humano predominantemente é demarcado pelo desenvolvimento histórico social. Por esse caminho, pode-se dizer que a repercussão do contexto social e cultural é um fator preponderante na constituição dos sujeitos.

Dessa forma, o autor não somente situa o ser humano na história como determinado pelas condições existentes, mas também como construtor dessas determinações, na compreensão de um homem inacabado, em constante transformação.

De acordo com Rivière (1987), Vygotski era um interessado nas artes, sua precocidade e interesse na semiologia e literatura o levaram a escrever “A tragédia de Hamlet”, quando ainda tinha 19 anos. Vygotski aproximou-se da psicologia, procurando algumas respostas sobre a psicologia de Hamlet; buscava uma explicação sobre a origem da criatividade cultural. Entretanto, as respostas geradas pela teoria dos reflexos, predominante naquela época se mostravam afastadas de poder dar uma explicação da atormentada consciência de Hamlet ou de qualquer outro ser humano. Por outro lado, tampouco o satisfiziam as teorias elaboradas pela psicologia introspectiva, derivadas de conceitos idealistas, descolados da realidade.

Vygotski (1999b) propõe uma psicologia que considera o sujeito a partir de sua realidade, caminhando para a construção de uma psicologia concreta do homem pleno, que deixa para trás elementos estáticos e transcendentais do ser humano. Nesta proposta, Vygotski situa o sujeito a partir de sua gênese social no entrelaçado de sua história, articulado dialeticamente em suas diversas dimensões psicossociais, postulando a gênese material da consciência pela atividade e as relações sociais.

Nessa linha de pensamento, Vygotski (1999b) foi construindo as bases da compreensão de um homem não dicotômico, problematizando as distintas perspectivas do ser humano que o cindiam e fundamentavam e ainda fundamentam a psicologia.

No texto “Teoria de las Emociones estudio historico-psicológico” Vygotski (2004a) discorre pelas raízes históricas da compreensão das emoções e abre espaços para uma nova leitura a partir das concepções filosóficas de Espinoza no intuito, segundo Sawaia (2000a), de superar a epistemologia dualista da Psicologia, que separa mente de corpo e intelecto de emoção.

Vygotski (1999c), não desatende em absoluto os elementos do pensamento, mas desloca as emoções de sua conotação negativa para a posição privilegiada de reguladora dos processos psicossociais. Reivindica estes elementos propiciadores de capacidades e criatividades, mas também como fatores que podem dificultar os processos de transformação. Dessa forma, o autor supera as dicotomias estabelecidas predominantemente nas bifurcações alma/corpo, consciência/atividade, espírito/mente, emoção/razão, singular/social e subjetividade/objetividade.

Assim, Vygotski (1993) transporta-nos, na compreensão do humano, como ser integral que se constitui pela materialidade histórica de sua especificidade e pelo simbólico, os significados e os sentidos onde fantasia e felicidade, medo e terror se revelam como elementos reais da vida das pessoas.

Nesse intuito, Vygotski (1999c) considera a interconexão das diferentes funções psicológicas, postula que a essência do desenvolvimento psicológico não se baseia na alteração das funções psicológicas, mas na alteração de suas conexões e na infinita diversidade das formas que esta se manifesta.

As formulações deste autor enriquecem todo e qualquer olhar e demarcam um caminho novo, de muitas aberturas para o sujeito inserido em seu tempo, não cristalizado nas estruturas de seus suportes psicossociais, mas que se refaz levantando novos desafios em relação ao conhecer, ao sentir e ao viver. Sua teoria profundamente histórica incorpora o social no individual, o biológico no cultural, o emocional no racional. Explica o inato pelo histórico como inscrição filogenética que se realiza na ontogênese pelo cultural.

Na teoria elaborada por Vygostky, são desenvolvidos vários conceitos interdependentes entre si. Nessa complexa e rica configuração a historicidade se revela como um eixo articulador.

Em a “Psicologia Concreta do Homem” (1929), Vygotski (2000) se refere à história, aduzindo que para ele significa duas coisas: a primeira postula a abordagem dialética das coisas e, nesse sentido, toda coisa tem sua história; e a outra, a segunda, postula a história do homem, esta última, sendo o materialismo histórico.

Para Pino (2000), estudioso de Vygotski:

“História é entendida por Vygotski de duas maneiras: em termos genéricos, significa ‘uma abordagem dialética geral das coisas’; em sentido restrito, significa ‘a história humana’. Distinção que ele completa com uma afirmação lapidar: ‘a primeira história é dialética; a segunda é materialismo histórico’. Podemos afirmar, então, com bastante segurança, que a nota que abre o ‘Manuscrito’ define o lugar de onde Vygotski fala e a matriz que lhe serve de referência nas suas análises: o materialismo histórico e dialético. Consideramos isto de suma importância, pois nos dá o perfil do autor como pensador da natureza humana, constituindo o núcleo duro da sua obra” (Pino, 2000, p. 48).

No mesmo texto – Psicologia concreta do homem – Vygotski refere-se reiteradas vezes ao social como constitutivo do homem. Postula: *tudo o que é interno nas funções superiores tem sido externo, isto é tem sido para os outros aquilo que agora é para si* (Vygotski, 2000, p. 25). Ainda afirma que falar de externo é falar de social. O desenvolvimento, diz-nos o autor, segue não para sua socialização, mas para a individualização de funções sociais, a transformação das relações sociais em funções psicológicas.

Shuare (1990) identifica em Vygotski três grandes eixos conceituais que derivam do historicismo de sua obra. O primeiro estaria entre a história da vida individual do sujeito e a história social. A história social se revela pela atividade produtiva, ou seja, pelos processos de transformação, introduzidos pelos homens ao longo da história. Nesse processo, os homens vão-se apropriando do mundo via instrumentos e símbolos que vão se constituindo no mundo cultural. O homem, no processo de sua própria história, recebe esse legado, apropriando-se dele e incorporando-o à sua história particular.

O segundo eixo conceitual se dá na dimensão dos fenômenos psíquicos. A psique humana é regida por um processo evolutivo que tem sua gênese no social. Portanto, nossos processos psicológicos mais complexos não são dados de uma vez para sempre. Existe um processo histórico de tais fenômenos. A história da psique humana é a história social de sua constituição.

O outro eixo conceitual do historicismo sustenta-se na superação do imediato na constituição da psique. Não temos acesso diretamente à nossa realidade, sendo que ela nos chega mediada por significados e sentidos. Produto das relações entre os sujeitos e destes com seu contexto social, são elaborados instrumentos e símbolos que mediatizam o vínculo com a psique.

Rivière (1987) postula que o primeiro problema que Vygotski assumiu na direção de estabelecer as bases de sua psicologia foi o problema da consciência. No texto “A consciência como problema da psicologia do comportamento”, escrito em 1925, Vygotski afirma que ignorar o problema da consciência, implica em fechar o caminho da pesquisa em psicologia. Nesse texto, Vygotski (1999a) esboçou o que viria a ser sua teoria sócio-histórica dos processos psicológicos superiores, afirmando a gênese e a natureza social da consciência.

Para Vygotski, é a experiência que determina a consciência; ainda postula o autor que o mecanismo do conhecimento de si mesmo (autoconsciência) e o do outro é o mesmo.

“Temos consciência de nós mesmos porque a temos dos demais e pelo mesmo procedimento através do qual conhecemos os demais, porque nós mesmos em relação a nós mesmos somos o mesmo que os demais em relação a nós. Tenho consciência de mim mesmo somente na medida em que para mim sou outro” (Vygotski, 1999a, p. 82).

O homem, diz Vygotski (1999a), repete duas vezes a experiência no trabalho humano: primeiro na mente e depois na modificação do material. Essa experiência duplicada permite ao ser humano ser ativo na adaptação ao seu contexto. É o que Vygotski convencionou chamar de “comportamento de experiência duplicada”. Assim, a consciência é instituída na experiência histórica pela experiência social e de forma duplicada, porque a consciência é um contato social consigo mesmo.

No texto “O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica”, Vygotski (1999b) vai articular a consciência à atividade. A consciência é a capacidade de refletir a própria atividade.

Em relação à consciência, num momento posterior, Vygotski (1999c) vai estudar as funções psíquicas superiores¹⁰, definindo sua gênese cultural e a interconexão entre elas. Essas funções caracterizam-se por serem mediadas e terem sua origem nas relações sociais. Nessa configuração, não existe predomínio de uma ou outra função, mas preponderâncias que são decorrentes das conexões existentes entre as funções. Assim, o sentimento, o pensamento e a vontade estão relacionados intrinsecamente, não existindo em forma pura ou separadamente, mas como interconexões funcionais permanentes na consciência.

De acordo com Vygotski (1993), conseguimos apropriar-nos dos elementos de nossa vida social pela significação que atribuímos às coisas, ou seja, por um processo de mediação no qual elaboramos símbolos, a partir de nossas interações, experiências, oportunidades, aprendizagens. É a partir desse processo inter/intrasubjetivo que podemos definir-nos, selecionar, valorizar, transformar, enfim, postular-nos como sujeitos ativos, passivos, criativos e reprodutivos.

Na relação do subjetivo/objetivo, a significação, enquanto elemento intra/inter subjetivo, é o que define nossa visão de mundo, a partir de nossas relações, nossos contatos e oportunidades com o contexto que nos circunda, é também aquilo que nos promove e nos situa no mundo como seres históricos, sociais e culturais.

Outra questão teórica que merece destaque pela importância nas reflexões da presente tese é a concepção de significado e sentido, uma vez que é seu objeto de estudo. Segundo Vygotski (2001), o significado da palavra

“...tem, na sua generalização, um ato do pensamento, na verdadeira acepção do termo. Ao mesmo tempo, porém, o significado é parte inalienável da palavra como tal, pertence ao reino da linguagem tanto quanto ao reino do pensamento. Sem significado a palavra não é palavra mas som vazio. Privada do significado, ela já não pertence ao reino da linguagem” (Vygotski, 2001, p. 10).

¹⁰ Funções psicológicas superiores são, segundo Vygotski (1995), a linguagem, memória lógica, atenção voluntária, formação de conceitos e outras.

Nesse sentido, o significado pode ser assumido como um fenômeno da linguagem e também como um fenômeno do pensamento. Pode-se dizer que a significação é aquilo que pousa em algo da realidade pela sua definição na linguagem, inscrevendo uma compreensão dos objetos e elaborações humanas que se entendem como sociais e compartilhadas.

Por ser um código de compreensão de algo, os significados têm uma dimensão estável que possibilita uma linguagem comum e a comunicação entre as pessoas. A palavra significada pode ser compreendida como um conceito, uma generalização e, nesse sentido, não deixa de ser algo relativamente estável, convencional. No entanto, isso não quer dizer que os significados sejam estáticos e, nesse ponto, radica um dos focos que Vygotski considera mais importante: a condição mutante dos significados que lhes aporta sua qualidade de dinâmicos, decorrentes das condições da vida social, das relações instauradas e, por isso, em constante transformação no processo histórico da realidade social.

Sendo os significados a mediação necessária e fundamental para a comunicação entre indivíduos, à apropriação e relação dos indivíduos com a realidade e com os outros realiza-se pelos sentidos que são atribuídos aos distintos elementos que se configuram nessas relações. Os sentidos seriam como a elaboração dos significados a partir da singularidade dos sujeitos, e, portanto, carregariam, entre outras coisas, todo o arcabouço histórico, social, cultural que lhes é constitutivo.

Vygotski assume de Paulhan (Vygotski, 1993), as relações que este autor estabelece entre significado e sentido. O sentido da palavra seria a soma de todos os processos psicológicos, evocados em nossa consciência pela palavra. O sentido da palavra é dinâmico, variável e complexo com muitas formas de estabilidade diferente. Os significados seriam umas dessas zonas de sentido, a mais estável, por ser estabelecida e convencionalizada culturalmente. Os sentidos seriam, porém as apropriações subjetivas das objetivações socialmente compartilhadas, se diluem nas singularidades, a partir de contextos diferentes, na diversidade de vínculos possíveis que situam os sentidos como uma configuração inesgotável.

Vygotski (1993) esclarece que é pela palavra que nós podemos aproximar do pensamento dos indivíduos. Não podemos esquecer, porém que, nas relações que

estabelecemos com esse objetivo, o que encontramos como mediação dos pensamentos, são os sentidos que os indivíduos outorgam, mediante a palavra, à realidade significada e compartilhada.

Ainda nos diz Vygotski (1993), que a compreensão dos sujeitos não se pode deter nas instâncias do pensamento; é necessário entrever na trama afetivo-volitiva que a origina.

“El pensamiento no nace de sí mismo ni de otros pensamientos, sino de la esfera motivacional de nuestra conciencia, que abarca nuestras inclinaciones y nuestras necesidades, nuestros intereses e impulsos, nuestros afectos y emociones. Detrás de cada pensamiento hay una tendencia afectivo-volitiva. Solo ella tiene la respuesta al último por que en el análisis del proceso de pensar” (Vygotski, 1993, p. 342).

É necessário ficar atento ao subtexto que perpassa toda expressão de pensamento, sendo que o caminho do pensamento à palavra é mediado pelo significado. A compreensão real e completa do pensamento de outros só pode ser possível se descobirmos a trama afetivo-volitiva que está oculta. Por trás das palavras, há um desejo orientado à satisfação de algumas determinadas tarefas volitivas. Alcançar o motivo do pensamento é o caminho de qualquer análise psicológica.

Sendo fiel à sua proposta de interconexões dos processos psíquicos superiores, Vygotski (1999c) situa as emoções intrinsecamente articuladas ao intelecto, insistindo na inscrição histórica e dialética dos processos psíquicos. Nesse sentido, podemos dizer que as formas de compreender as coisas da vida estão encravadas nos sentimentos enraizados historicamente nas pessoas.

No texto “Sobre os Sistemas Psicológicos”, Vygotski (1999c) esclarece a relevância das emoções, no sentido de serem estas, como fatores motivacionais e volitivos, as raízes de todo pensamento.

“Não sentimos simplesmente: o sentimento é percebido por nós sob a forma de ciúme, cólera, ultraje, ofensa. Se dizemos que desprezamos alguém, o fato de nomear os sentimentos faz que estes variem, já que mantêm uma certa relação com nossos pensamentos” (Vygotski, 1999c, p. 126).

O próprio fato de tomar conhecimento de nossos afetos provoca uma mudança neles, transforma-os de algo passivo em algo ativo, relacionando-os com outros elementos da vida psíquica.

Vygotski (1993) recorre a Ribot para destacar a interconexão entre intelecto (idéias) e emoção (afetos). Toda idéia predominante se submete a alguma necessidade, aspiração ou desejo, ou seja, a algum elemento afetivo. Não existe alguma idéia puramente intelectual. Todo sentimento predominante ou emoção deve concentrar-se na idéia ou na imagem que lhe dá materialização. Assim, idéia e emoção estão intrinsecamente articuladas, sendo que, algumas vezes, é mais predominante um ou outro.

Vygotski (2003) postula que na interseção de intelecto e afetos - surge a criatividade como fator que promove a transformação. Todo processo de criação humana está amparado na interconexão do intelectual com o emocional. Não poderia existir um ato de criação a partir da frialdade de um ato intelectual, ou seja, sem emoção. Ao contrário, toda emoção precisa situar-se a partir de uma imagem que dá materialização àquilo que se está configurando como elemento criativo.

Vygotski aproximou-se da psicologia, em busca da compreensão da criatividade humana e da imaginação. Seu interesse levou-o a reconstruir o arcabouço teórico da psicologia pelo frutífero e árduo labor de superar as cisões que nela estavam encravadas na psicologia.

No texto “Imaginación y Creación en la Edad Infantil”, publicado em espanhol no ano 2003, Vygotski destaca a importância da capacidade criativa como fundamental para o processo constitutivo do ser humano. O autor entende essa constituição tanto nas formas reprodutivas, constituídas na historicidade dos processos humanos, tanto nos elementos criativos, gerados a partir da necessidade de confrontar novos desafios.

“Si la vida que le rodea no plantea al hombre tareas, si las reacciones acostumbradas y heredadas por él lo equilibran completamente con el mundo circundante, no hay entonces ninguna base para que surja la creación, un ser adaptado por completo al mundo circundante no podría crear nada. Por eso la base de la creación siempre la forma la inadaptación de la cual surgen las necesidades, las aspiraciones y los deseos” (Vygotski, 2003, p. 40).

Vygotski assevera que os homens podem assumir atividades reprodutoras, que não somente são prolongações daquilo que está posto, mas também podem recriar suas atividades num ato criativo que pode realizar-se por uma nova forma de organização do pensamento ou dos sentimentos, questão que vai incidir nas possibilidades transformadoras do âmbito social e pessoal.

Diz Vygotski (2003) que a criação é indispensável para a existência humana. Sem prejuízo de que elaborações criativas sejam obras de arte que provocam a admiração da sociedade, a vida cotidiana está permeada de atos de criação, pelos quais os homens vão constituindo suas vidas. O ato criativo é o eixo que situa o homem como elemento ativo e não passivo, como construtor de sua sociedade e influente em seu próprio destino, apesar das condições determinantes do contexto social.

A criação pode existir em tudo aquilo que o homem, sujeito histórico e social, produz. Pode-se falar de criações coletivas, sendo elementos criados anonimamente, mas que, no todo, aparecem como projeções coletivas, com as quais, muitos contribuíram, a partir de suas modestas criações.

Em todo processo criativo é fundamental a imaginação. Tradicionalmente, compreende-se a imaginação como fantasia desligada da realidade. No entanto, a imaginação, como elemento fundamental do processo de criação, está em toda materialidade criativa, manifestando-se em todos os aspectos da vida cultural, expressando-se na arte, na ciência, na tecnologia e, por que não dizer, na política. Nesse sentido, deve-se considerar a imaginação não como algo sem transcendência ou importância, mas como algo fundamental para a vida humana.

A imaginação é histórica, está sempre estruturada a partir dos elementos que emergem da realidade. Imaginação é um processo, algo paulatino, que se vai desenvolvendo a partir de elementos simples para mais complexos.

A imaginação abre os caminhos para o novo, na medida que possibilita a combinação criativa dos elementos da realidade; pode entrelaçar-se com aspectos imaginários, fantasiosos, mas sempre terá uma raiz na trama das experiências históricas. Isto significa dizer que, para compor imagens, é necessário que o sujeito se

apropriar da realidade, por meio da percepção e do conhecimento, para que, em seguida, consiga decompor e recombinar os elementos em imagens (Maheirie, 2003).

Dentro desse raciocínio, Vygotski postula que...

“...a atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior do homem, já que é essa experiência que dá o material com o qual se estrutura a fantasia. Quanto mais rica a experiência do homem, maior será o material com que sua imaginação possa contar” (Vygotski, 2003, p. 22).

O processo da criação cumpre etapas nas quais, depois de constituído o substrato a partir de elementos da experiência histórica, o produto deve ser confrontado com a realidade.

Explicitando esse processo, Vygotski coloca um exemplo e diz:

“Quando eu, na base do estudo e das narrações dos historiadores ou viajantes, me imagino o quadro da revolução francesa ou dos desertos africanos, em ambos os casos, o quadro é um resultado da atividade criadora da imaginação que não reproduz o percebido por mim na experiência anterior, mas o que se cria, a partir dessa experiência” (Vygotski, 2003, p. 23).

Ou seja, se ninguém tivesse visto ou descrito o deserto africano nem a revolução francesa, seria impossível fazer-se uma idéia desses lugares ou fenômenos. Então, pode-se afirmar que o processo da imaginação, além de ser histórico em seus subsídios, depende da socialização das experiências.

Ainda nos diz Vygotski (2003): para que o processo criativo surja, é necessária a emoção. É a emoção que possibilita a seleção de certas idéias ou imagens, é ela que regula o que pode ser construído, enquanto elemento criativo. A emoção possibilita a seleção das idéias, imagens e impressões, criando uma outra dimensão que se manifesta na relação das idéias com os sentimentos gerados da vida social.

De forma geral, o que promove qualquer processo de criatividade é o processo constitutivo do homem no contexto que o rodeia. Se o contexto não provoca desafios, tampouco promove as pessoas a conseguir questões necessárias para sua vida, dificultando-se as possibilidades de desenvolver-se criativamente. Ribob (apud

Vygotski, 2003) aponta que cada necessidade, aspiração ou desejo por si mesmo ou junto a outros pode, por isso, servir de impulso à criação.

Estes elementos não são suficientes, tendo em vista que é necessária uma capacidade combinatória, ou seja, a capacidade de criar novas conexões com aquilo que acolhemos para nossa ação. São necessárias condições técnicas, compreendidas como as possibilidades de concretizar o que está sendo construído e também é indispensável que concorram os elementos da tradição, ou seja, aqueles que estão em nossa história (Vygotski, 1999c).

Para que se efetive a criação, vale destacar, é necessária a objetivação de um novo produto no contexto social, seja ele um objeto artístico, ou científico, ou tecnológico, ou uma nova forma de lidar com o cotidiano, ou uma nova forma de atuação e reflexão acerca da política. De qualquer maneira, ao falar em processo de criação, estamos necessariamente referindo-nos à subjetivação da objetividade e da objetivação da subjetividade (Maheirie, 2003).

A proposta de Vygotski considera um sujeito atuante; determinado e determinante na construção de sua sociedade; um sujeito que se emociona e pensa, que se apropria da realidade pelos significados que atribui a ela; um sujeito que nas contradições do mundo que o rodeia, caminha para seu desenvolvimento.

No livro *Psicologia Pedagógica* de Vygotski (2004b), publicado originalmente em 1926, o autor refere-se à vontade, tema que vai retomar em seu texto “*Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores*”, em 1931 (Van Der Veer e Valsiner, 2001). Sendo o pensamento, a emoção e a vontade constitutivos do ser humano, Vygotski (2004b) define a vontade como um dos grandes diferenciadores entre os homens e os outros animais enquanto possibilita, na relação com o pensamento reflexivo e com o comprometimento emocional, o planejamento e a execução de suas ações. O autor faz a comparação entre o trabalho humano e o trabalho animal, postulando que o homem elabora seu trabalho duas vezes: primeiro em pensamento e depois na prática, pela projeção e planificação efetuada anteriormente no pensamento.

A vontade se revela como o substrato que nutre o processo humano, como projeção de sua própria humanidade. Vygotski (2004b) postula que ela não aparece do nada, sem ligação nenhuma com os diversos fatores da realidade.

O que temos em Vygotski é a postulação de que o processo não se esgota na vontade, mas que existem elementos que lhe são anteriores e que a definem em sua liberdade.

“...o ato volitivo pressupõe em nossa consciência a existência anterior de certos desejos, vontades e aspirações relacionadas, em primeiro lugar, com a concepção de objetivo final a que aspiramos e, em segundo, com a concepção das atitudes e ações que são necessárias da nossa parte para a realização do nosso objetivo” (Vygotski, 2004b, p. 227).

Segundo Vygotski (1995), o que mais caracteriza o domínio das reações próprias é a eleição. Postula, no entanto o autor que a vontade não é livre, ela depende de motivos externos. Nesse sentido, a liberdade do sujeito radica não em estar livre dos motivos, mas em tomar consciência deles e em escolher.

A vontade não é apenas acionada por motivos, mas também pela reflexão e pela emoção; é base do pensamento que se configura em reflexão. Esta configuração constitui a base afetivo-volitiva que se expressa na palavra para o pensamento. E com base nessas conexões que nos propomos a analisar as entrevistas levantadas.

CAPÍTULO 2

2. CEFURIA, O POVO E OS MOVIMENTOS POPULARES

Nenhum processo de mobilização começa no vazio e, contrariamente ao que se formula desde a teoria de massas, quem se mobiliza nunca são indivíduos isolados e desarraigados. As redes de relações já presentes na fábrica social facilitam os processos de implicação e reduzem os custos do investimento individual na ação coletiva (Melucci, 1999, p. 62).

2.1 Um pouco de história

A origem do CEFURIA está ligada à história do país, à própria história da sociedade brasileira e, de uma forma mais próxima à história dos movimentos populares. O CEFURIA, no início, foi-se constituindo muito próximo do Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e, juntos, foram ampliando a mobilização a outros espaços, como o Movimento contra o Desemprego, as Creches, o Movimento de transporte, todos eles com assessoria e participação do CEFURIA.

Segundo Garcia¹¹ (2001), os precursores do Centro de Formação foram pessoas que desempenhavam ações educativas nos bairros populares, denominados como “grupão”. A atuação desse grupo foi importante para a emergência das primeiras Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – em Curitiba.

Participaram do processo de formação de várias associações de moradores, assessoravam e ajudavam na organização de alguns sindicatos do campo e da cidade, favorecendo o processo de mobilização, organização e articulação das classes populares. Seguindo a tendência da época (inícios dos anos 1980), o “grupão” podia ser definido como grupo de intelectuais orgânicos, e vários deles, buscando ser conseqüentes com seus ideais, decidiram morar nos bairros onde atuavam.

¹¹ Maysa Dias Garcia foi formadora do CEFURIA, no período inicial do Centro.

Estas pessoas todas tinham em comum o contato com monges beneditinos, que moravam no Mosteiro da Anunciação em Curitiba. Notoriamente, esses encontros influenciaram profundamente o “grupão”. Os monges possuíam um pensamento “progressista” e, em seus espaços, aproveitavam para fazer reflexão sobre as condições de vida das pessoas. Sua prática era demarcada por uma noção de justiça e superação das desigualdades.

Tendo raízes profundamente cristãs, as pessoas que fundaram o CEFURIA mantinham vínculos com a Arquidiocese de Curitiba, relações que, no transcurso do tempo, foram se deteriorando nas divergências da forma de atuar. Essas pessoas eram “progressistas”, e por isso incomodavam muito a Igreja mais “tradicional”, representada na Arquidiocese. Ainda assim, as relações se conservavam, até porque, como diz um dos pertencentes do grupão “... era uma igreja diferente, mas, pelo menos, era igreja” (entrevistado por Garcia, 2001).

Para o cumprimento de suas atividades, o grupão fazia uso das implementações da Arquidiocese. Considerou-se, no entanto, que se precisava de novos espaços para atender as demandas do movimento popular, uma estrutura mínima que desse suporte ao trabalho realizado em assessoria e formação junto às comunidades.

Assim, no dia 28 junho de 1981, foi realizada a reunião para a pré-fundação do Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo, na Capela da Comunidade que se localiza na Rua Francisco Derosso, no Jardim Maringá, em Curitiba. E no dia 1º de agosto, o Centro nasce oficialmente.

O mais importante já havia, isto é, o CEFURIA tinha-se constituído da vontade de sujeitos que tinham em comum o interesse pelo coletivo. O espaço e alguns recursos financeiros foram conseguidos, mas, segundo Padre Miguel, fundador do CEFURIA e participante do grupão, o mais importante e o que não podia faltar eram “os ideais”, tal como assinala em sua fala sobre o CEFURIA: *“Pode faltar dinheiro, mais não vai faltar o ideal. O primeiro recurso foi a grande convicção do ideal e muita colaboração, muita gratuidade, muito voluntariado”*.

A partir de sua fundação, o CEFURIA passa, junto com seus militantes, a acompanhar os movimentos populares, contribuindo com suas atividades.

Implementaram cursos, promoveram encontros e seminários para a área sindical, popular e outros espaços comunitários e políticos. Ainda, as pessoas do CEFURIA faziam auto-formação que consistia em auto-avaliações, grupos de estudo, de reflexão e leituras bíblicas. Ressalta-se que o CEFURIA fosse como uma escola do povo, a partir da cultura popular, e que tivesse como objetivo superar os preconceitos construídos em torno à noção de povo.

Em tríptico elaborado pelo CEFURIA são expostos os objetivos da entidade, como sendo:

“... construir o protagonismo popular, contribuir na formação da cidadania plena, ajudar o povo a ter vez e voz. Um povo consciente e organizado não se deixa manipular, nem explorar. Não permite que seus sonhos sejam reduzidos à busca desenfreada pelo consumo, que só faz aumentar a distância entre pobres e ricos, além de destruir a natureza, inviabilizando a vida das novas gerações”.

A necessidade de um Centro de Formação se dava no contexto de uma sociedade pujante, que se organizava em Movimentos Populares Urbanos com disposição de superar o processo ditatorial e de efetivar direitos nas condições de vida. Por outro lado, a efervescência proveniente do meio urbano em Curitiba – como em muitas cidades do Brasil – possuía uma de suas raízes no meio rural. O impacto pelo tecnicismo e profissionalização das lavouras impulsionava as pessoas a se deslocar às cidades, provocando uma migração extensiva dos espaços rurais para os urbanos. Essa nova direção do âmbito agrícola foi instaurada com uma grande tecnologização que dispensa o homem da terra, expulsando-o do campo e provocando seu deslocamento para as grandes cidades.

Consolidado o centro da cidade e os lugares ao redor, as populações foram sendo deslocadas para lugares mais periféricos que, em muitos casos, não dispunham das condições básicas de infra-estrutura urbana. Aqueles que chegavam do meio rural instalavam-se nos lugares mais acessíveis economicamente para eles, faltando-lhes comumente condições básicas para a moradia. Assim, os bairros de Boqueirão e Xaxim foram povoados intensamente, apesar das recomendações dos especialistas em questões habitacionais e urbanas que alertavam sobre as condições

pouco aptas para vivenda nesses lugares, tendo em vista os constantes perigos de inundação.

“Pode-se dizer que a região sudeste de Curitiba, especialmente os bairros do Xaxim e Boqueirão, bem como os seus arredores reuniam, no final dos anos 60 e início da década de 70, uma série de condições que favoreceram o surgimento de movimentos populares. Esta era uma região marcada pelos problemas decorrentes da ocupação desordenada do solo, através de loteamentos clandestinos e de ocupação de terrenos habitacionais e núcleos de desfavelamento” (Garcia, 2001, p.7).

No início dos anos 80, as mobilizações coletivas em Curitiba, como no resto do país, surgem em resposta à espoliação urbana e à exploração econômica. Essas mobilizações rompem a pausa das ações coletivas, ocorrida após 1964 e, de forma geral, representam o marco de separação entre os movimentos sociais tradicionais e o surgimento dessas novas formas de organização ou de um novo caráter de algumas das antigas organizações populares. São novas formas de fazer política que surgem, a partir dos bairros, numa tendência a se afastar das práticas clientelistas, assistencialistas e autoritárias, comuns nos períodos anteriores à década dos 60 da história do Brasil, épocas do populismo (Neves, 2006).

Estes atores sociais surgem de práticas de luta que se desdobram em novos espaços que caminham para o político, distantes daqueles considerados como tradicionais. O CEFURIA emerge nesse contexto, junto ao despertar das ações coletivas, silenciadas durante o grande período da ditadura, iniciada em 1964.

Poder-se-ia dizer que o CEFURIA surge da necessidade orgânica dos setores populares, das demandas urbanas que tinham a ver com as condições fragilizadas dessas populações.

Eu estive lá, vi acontecer e vi inclusive o CEFURIA lá. Eu já conhecia o CEFURIA, porque, morando na Região Metropolitana, então em Pinhais, na Vila Maria Antonieta, eu participava do Movimento de Bairro. Isso a partir de 83/84 e; foi nessa época que eu conheci o CEFURIA, porque o CEFURIA estava, na época, envolvido com o Movimento de Bairro. O MAB tinha sua sede no CEFURIA, que era o Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana (Sílvia)¹².

¹² Participante do CEFURIA e entrevistada nesta pesquisa.

As pessoas despertam para a mobilização social e transitam pelos espaços sociais, fazendo contatos, construindo o espaço das lutas populares em Curitiba. Foram práticas construídas desde o mundo cotidiano, a moradia e seu mundo de sociabilidades, com seus dramas do dia a dia. Eram as dificuldades das condições de vida que se traduziam nas carências urbanas, comuns a todos no espaço habitacional. A partir desse lugar e dessas condições, é que se constituíam os elementos que davam sentido e revitalização à organização da mobilização coletiva (Telles, 1987).

De acordo com Telles (1987), evidenciava-se, como novidade, o deslocamento das personagens, o reconhecimento de sujeitos sociais que não situavam sua participação, como ação coletiva, na pertença à classe operária. Sujeitos que se situam num espaço distinto da categoria do trabalho e que organizavam sua ação coletiva, com seus modos de vida, constituindo-se, enquanto especificidade e reflexão intelectual, como “Movimentos Populares Urbanos”. A denominação dada possibilitava conferir estatuto teórico a movimentos que não encontravam lugar nos referenciais tradicionais, voltados para a análise das classes operárias.

Nesse campo de relações, a Teologia da Libertação configura-se como uma forma de pensamento que influi na participação das pessoas em ações coletivas populares, definindo elementos valorativos de justiça e solidariedade, que promovem a organização e mobilização na América Latina.

Na perspectiva da Teologia da Libertação, considera-se que o homem é sujeito de sua história, o que promove que pessoas envolvidas em valores cristãos se insiram em movimentos populares (Sherer-Warren, 1993). Poder-se-ia dizer que, a partir da Teologia da Libertação e pela participação nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs –, começa a se construir a história do CEFURIA. Uma história que se funda compartilhando uma utopia, formas de compreender o mundo e a sociedade, a partir de valores e crenças similares, configurando-se numa vertente ideológica deste grupo. As pessoas recriam, baseadas na Teologia da Libertação, uma religião politizada que, além de promover espaços de reflexão da vida real, das condições de vida, as promove para a ação.

Scherer-Warren (1993) postula a vertente da Teologia da Libertação como uma das utopias importantes na sociedade contemporânea da América Latina. De acordo com esta autora:

“... valoriza-se o compromisso com a realidade histórica presente em que a Igreja exerce sua missão. Todavia, este compromisso implica uma avaliação das condições de existência da maioria populacional. Como na realidade histórica latino-americana, a maioria do povo encontra-se submetido a situações de opressão, miséria, a não cidadania, a meta fundamental desta teologia vem a ser a busca de mecanismos que possibilitem a libertação destas variadas formas de opressão” (Scherer-Warren, 1993, p. 33).

A consolidação de grupos com valores cristãos foi se estendendo além das entidades eclesiais e foram se organizando como pastorais pelas pessoas comprometidas com essa concepção de realidade e de sociedade; daí surgem as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, as quais deram um grande suporte às pessoas e grupos perseguidos pela ditadura militar e da qual também surge a idéia do CEFURIA. A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, o CEFURIA começa a ser pensado, num momento em que emergem vários movimentos populares e também estão sendo construídas as bases para a recuperação da vida política democrática do país.

No livro “CEFURIA 25 Anos Fazendo História Popular” (Souza, 2006a), a autora, uma militante e formadora do Centro de Formação, define as bases ideológicas das contradições nas quais a sociedade esta inserida, desigualdades que promovem a ação e um protagonismo nas ações coletivas em Curitiba.

“E a nossa sociedade é uma sociedade dividida – entre classes sociais – pobres e ricos, trabalhadores e patrões; entre os que sabem e os que não têm acesso ao saber; entre os que vivem do seu trabalho e os que vivem da exploração do trabalho alheio. Esta é a realidade de uma sociedade que se organiza sob o modo de produção capitalista. E nada do que existe dentro dela, pode escapar a esta lógica. A sociedade capitalista é uma sociedade esquizofrênica, dilacerada” (Souza, 2006a, p. 11).

De acordo com essa autora e militante, o CEFURIA trabalha para a emancipação popular, apostando na construção e consolidação dos instrumentos que

ajudem a superar as contradições capitalistas e avançar no socialismo. Luta-se por um socialismo original, qualificado como “a nova sociedade” pelos militantes cristãos.

Souza refere-se ao estatuto da Ata de Fundação do CEFURIA como fundamental na orientação dos princípios da entidade. Como segue abaixo,

“Apoio e ajuda às iniciativas do povo, fundamentando-se nos princípios evangélicos e caracterizando-se por uma prática de respeito profundo aos valores culturais e religiosos do povo; atuando na perspectiva de uma sociedade justa; e marcando sua autonomia em relação a qualquer outra entidade” (Souza, 2006a).

São princípios que se traduzem nos “grandes significados” que as pessoas compartilham, dando suporte a suas atividades e ação política. Significados que os sujeitos participantes compartilham, mas que, em suas singularidades e na prática da vida militante, vivenciam de uma forma particular, a partir de suas histórias, de suas delimitações, fazendo as suas subjetividades.

Dentro dos marcos da institucionalização, o CEFURIA é um centro de formação com sede em Curitiba – Paraná, que dá subsídios a diferentes grupos para a reivindicação de interesses e necessidades de setores desfavorecidos da sociedade.

O CEFURIA está localizado, atualmente, em pleno centro da cidade de Curitiba (PR), no segundo andar de um prédio antigo, em um conjunto comercial, no Edifício Astor, na Galeria Andrade. Seu portal já nos avisa quais os elementos ideológicos que perpassa sua prática. Há cartazes incitando por sonhos de um mundo melhor, retratos que denunciam injustiças e desigualdades sociais, fotos que expressam a pobreza e textos de artistas que noticiam a vida. No “hall” de entrada, junto à secretaria da recepção, são oferecidos à venda e para empréstimos, livros e vídeos que se referem a temáticas ligadas às suas lutas. Além disso, há uma exposição de artesanato da Economia Solidária em que se dispõem seus produtos à venda.

O CEFURIA já passou por várias hospedagens. Originalmente, estabeleceu-se numa sala da Cúria Metropolitana, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com a Pastoral Operária (PO). Depois se mudou para um prédio comprado pela

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sua próxima morada foi uma sala alugada por seus membros num edifício da Rua Westphalen, deslocando-se, um tempo depois, para um local na Rua Muricy, onde também estava abrigado o Movimento de Associações de Bairro (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Posteriormente, foi a seu próprio local, na Galeria Andrade, edifício Cláudia, no centro da cidade. Não obstante, foi necessário que grande parte de sua equipe se deslocasse para a Casa do Trabalhador, no intuito de administrar a casa e assumir a Escola Milton Santos, um projeto de formação de várias entidades, das quais o CEFURIA faz parte. Os militantes decidem, porém, voltar ao centro da cidade, no mesmo prédio, mas em outras dependências, onde se instalou até hoje.

Conheci o CEFURIA no período da Campanha contra a ALCA (2002), um momento de muito fluxo de pessoas que se sentiam atraídas por essa temática. Tomei conhecimento do lugar por um *site* na Internet ao qual cheguei através de algumas palavras-chave. Estava interessada em espaços que me possibilitassem pesquisar aspectos psicossociais de sujeitos que estivessem envolvidos em mobilizações coletivas.

Naquele momento (inícios do ano 2002), o CEFURIA, tinha-se transformado na entidade que assumia a liderança da Mobilização contra a ALCA no Paraná e, portanto na Sede da Campanha. Para tanto, como lugar de encontros, era ocupado por pessoas que se deslocavam de diferentes lugares do Estado e de distintos setores da cidade. Representantes de sindicatos, escolas, comunidades de bairro, outras entidades populares solicitavam informação e/ou material. Realizavam-se muitos encontros, reuniões para deliberar, planejar, compartilhar e, muitas vezes, para descontrair, como um lugar de amigos e companheiros.

No período do processo da campanha do Plebiscito contra a ALCA, a quantidade de visitas e demandas em relação ao tema cresceu amplamente, incrementando o movimento nos recintos do CEFURIA. As pessoas aproximavam-se para conhecer mais sobre o tema, para contribuir com o andamento da campanha. A maioria transitava em busca de informação e apoio para suas próprias atividades. Outras, porém, permaneciam e assumiam tarefas, incluíam-se no cotidiano da

entidade e da campanha. Grande parte vinha em representação de outras entidades, fazendo a conexão numa rede que integrava distintos espaços coletivos.

Houve, na época, vários encontros que reuniram lideranças dos distintos setores e também se atenderam muitas solicitações de escolas, colégios e das comunidades que requeriam do CEFURIA assessoria para se informar sobre as conseqüências da assinatura do tratado da ALCA. Esse trabalho era realizado por pessoas que trabalhavam no CEFURIA e por voluntários que vinham de outras entidades ou de suas comunidades, disponibilizando-se, dessa forma, para contribuir com a campanha. Aqueles que se inseriam na campanha participaram de seminários de formação para, num momento posterior, transmitirem as informações e os conhecimentos adquiridos a outros grupos. Era quase impossível atender todas as demandas, mas as pessoas responsáveis tentavam atender ao máximo as solicitações de assessoria, trabalhando por longos períodos de noite e nos fins de semana.

Muito do material da campanha contra a ALCA era enviado ao CEFURIA pela coordenação nacional da campanha, para distribuição nos diversos setores das localidades da região. De certa forma, o valor dos materiais deveria ser repassado para a coordenação da Campanha Nacional contra a ALCA, mas a partilha era realizada de acordo com as necessidades das localidades. Em outras palavras, o material passava diretamente para as regiões mais desfavorecidas, as mais afastadas e/ou as menos atendidas pela rede social, setores que não tinham condições de assumir os custos do material.

As mobilizações efetuadas eram, em grande parte, organizadas e financiadas ao mesmo tempo pelo CEFURIA que, nas pessoas de seus organizadores faziam verdadeiras ginásticas em economia, para alcançar cobrir os gastos decorrentes da campanha. O telefone e a persuasão eram fundamentais no processo de arrecadação de fundos. Foram assinados cheques, feitas promessas de pagamento, assinatura de papéis simples, enviados materiais para pagamento posterior. Isso tudo na dinâmica de que todo dia é um dia e que no *“decorrer do tempo, arruma-se a carga”*.

A campanha se mostra como uma grande rede, mesmo porque as pessoas que estavam disponíveis, em tempo completo, eram poucas. Dessa forma, os voluntários eram fundamentais para o cumprimento das atividades propostas.

São freqüentes os momentos místicos, nos quais se manifestam diversos aspectos que constituem o mundo representativo destas pessoas, tal como a história de dominação, os desejos de uma sociedade diferente, a figura dos antagonistas, a projeção de projetos de futuro. É também comum que esses momentos sejam acompanhados de expressões artísticas, como canto, poesia e dramatizações, buscando, em algumas ocasiões, enaltecer seus princípios e, em outras, desfrutar delas como expressão artística e cultural.

Num momento em que me encontrava presente, numa jornada das muitas de formação da Campanha contra a ALCA, solicitou-se às pessoas reunidas que escrevessem em um cartão “uma palavra” que expressasse o porquê de estarem ali, participando. Foi uma ocasião extremamente significativa para mim, pois poucas pessoas coincidiram em sua “palavra”; ora, ali o desafio da psicologia na pluralidade dos sentidos evidenciava-se nesse pequeno ato de compartilhamento. Algumas das palavras expressadas por essas pessoas foram: “Água, América livre e soberana, amor solidário, cidadania, ciência, compromisso, conhecimento, dignidade, distribuição de renda, distribuição da riqueza produzida, educação, ética, família, humanidade, humanismo, igualdade, justiça social, liberdade, luta, lutar, organização, poder popular, socialismo, solidariedade, trabalho, transformação, união, utopia, vida”. Por duas, vezes surgiram as palavras amor, justiça, revolução, paz e, por três vezes, a palavra trabalho.

Buscando retratar, em parte, o que o CEFURIA significa para as pessoas que o constituem, trazemos as palavras de uma militante:

“Há uma mística atravessando o CEFURIA desde a sua gestação, que não lhe permite separar completamente o espírito da matéria, o indivíduo do coletivo, a vida da luta, a racionalidade da emoção, a teoria da prática. Nos momentos em que ele ia pendendo para um dos pólos da contradição, aparecia alguém – da equipe interna, da direção, do conselho, do quadro de associados, das organizações irmãs, do movimento popular ou dentre as lideranças comunitárias e militantes de base – e elaborava a crítica. Que, por sua vez, desencadeava um novo processo de avaliação” (Souza, 2006a, p. 13).

Essas palavras já nos apontam que, embora o CEFURIA seja uma entidade promovida por interesses e motivações comuns de quem participa, não está livre de conflitos. Segundo os próprios militantes (Souza, 2006a), é a partir destes, porém, que se impulsiona sua ação, renovando seus planejamentos e dando direção a seus passos.

2.2 O que é o CEFURIA?

O CEFURIA é uma entidade não governamental? Poderia ser, mas não o é precisamente, pois esse é um termo que não se apropria ao significado que as pessoas que o constituem, imprimem em sua instituição. As ONGs, segundo explicava um membro do grupo, surgiram nos anos 70 – 80, para assumir, de forma terceirizada, o que o governo, como poder público, deixava de fazer. Isso, na ideologia neoliberal de minimizar o Estado, diminuir os gastos sociais e otimizar seu funcionamento.

... não somos uma ONG, porque assim, o CEFURIA é anterior às ONGs; o CEFURIA em 81 surgiu como Centro de Formação Política, o que é diferente porque as ONGs elas têm ... enquanto esse conceito... Porque nós temos que diferenciar isso (...) E porque nós não nos sentimos ONG, porque na verdade as ONGs, nos anos 90, elas já vieram nesse bojo de desresponsabilizar o Estado, da construção de um terceiro setor, enfim, e que muitas delas se beneficiaram e muitas se organizaram. Também eu não posso julgar, mas assim como uma forma de construir empregos para algumas pessoas, e eu não vamos dizer que todas as ONGs são ruins, mas, por exemplo, a gente se construiu como um centro, tanto é que a gente diz que é uma associação da sociedade civil com fins não lucrativos, e que não se diz como organização não governamental, em algum momento aparece isso em alguns documentos (Sílvia).

É reconhecido que as ONGs, posteriormente, assumiram um caráter muito mais ativo, esquivando-se da definição tradicional, porém, o CEFURIA prefere se definir como uma associação civil de direito privado, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e econômicos, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Na atualidade, o CEFURIA constitui-se organicamente de um Conselho Político constituído de 21 membros. Esse conselho determina entre seus membros

uma Coordenação Executiva, que tem como objetivo dar agilidade aos programas e projetos encaminhados.

A coordenação executiva distribui-se em várias coordenações:

Coordenador de política geral,

Coordenador administrativo/financeiro,

Coordenador de sistematização e registro,

Coordenador de programas e projetos,

Coordenador de comunicação e divulgação.

Todos os cargos referidos anteriormente não recebem salário pelas suas funções e seus membros, em sua grande maioria, têm história de militante e provêm dos movimentos populares.

Também participa do Centro de Formação a Equipe Interna, composta por pessoas contratadas pelo CEFURIA e que, em seus méritos, não diferem dos anteriores em responsabilidade. A equipe interna tem a seu cargo as funções mais técnicas e administrativas, sempre privilegiando as finalidades e os projetos políticos que perpassam todas as atividades. Este grupo se compõe de vários formadores e das pessoas do setor administrativo. Além disso, estão as pessoas que fazem estágio e as voluntárias que aderem aos distintos projetos da entidade.

O CEFURIA financia-se principalmente com os aportes da MISEREOR¹³ uma ONG fundada em 1958, como uma organização contra a fome e a doença no mundo. É uma entidade da Igreja Católica da Alemanha que procura contribuir contra as injustiças, promover a solidariedade com os pobres e os perseguidos. Seus recursos provêm de doações dos católicos alemães e também da Igreja que, por sua vez, é apoiada por fundos públicos do Governo Alemão e da União Européia (www.misereor.org.br).

Em 1993, outra possibilidade de financiamento se abriu pelos contatos realizados por um dos padres, fundador do CEFURIA, com a Comunidade

¹³ MISEREOR - Cooperação da Igreja Católica alemã para o desenvolvimento é apoiada também com fundos públicos do Governo alemão e da União Européia.

Econômica Européia (CEE), o que se concretizou num grande projeto “O programa de Apoio às Organizações Populares de Base, Curitiba-Paraná-Brasil”. Nesse projeto participaram a Comunidade Econômica Européia (CEE), a comunidade de Mambre (região da Itália, onde o padre fez os contatos), e a ONG Movimento pelo Desenvolvimento, Intercâmbio e Solidariedade (MAIS).

O projeto se constituiu de um grande Programa de Formação, envolvendo a Comissão Pastoral Operária (CPO), a Comissão Pastoral de Terra (CPT), a Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão (XAPINHAL), o Movimento de Moradia, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP). Também o projeto considerou a reestruturação da cooperativa de artefatos de cimento, para construir casas na ocupação da Organização das Associações de Moradores do Xaxim, Pinheirinho e Boqueirão (XAPINHAL), a construção do barracão e compra de equipamentos para o Centro de Compras Comunitárias, hoje Centro Comunitário de Proteção Alimentar Padre Miguel.

Outros recursos foram para financiar a gráfica Popular, a vídeo-produtora e um jornal que se denominou Folha Popular. Também se implementou uma confecção de artesanato e um aviário como possibilidades de geração de renda para meninos e meninas de rua, na Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros.

Foi possível, com esse projeto, financiar a compra da sede do CEFURIA, que assim, possibilitou a melhora considerável das implementações da entidade. Foi um projeto que visava estruturas físicas e equipamentos, na distribuição de cinco anos (Souza, 2006a). Algumas parcerias ou pequenos projetos são assinados para se viabilizarem algumas linhas de trabalho.

O projeto Rede da Vida foi apresentado em 2002 ao Ministério da Saúde, contemplando um trabalho com jovens o qual considerou espaços de comunicação com educação sexual, teatro, rádio, jornal, pintura, poesia, fotografia, vídeo, fantoche, dança, reciclagem, música, entre outros. Este projeto também recebeu apoio da UNESCO.

Em 2003, apresentou-se um pequeno projeto à Comunidade de Mambre que permitiu organizar a documentação e preservar a história do movimento popular,

hoje concretizado com o Centro de Documentação e Biblioteca Popular “Mara Vallauri”, um espaço de pesquisa aberto para o público, que contribui especialmente em documentação sobre movimentos sociais, educação popular, sócio-economia popular e solidária. Também possui material sobre história, política, sociologia, psicologia social, dívida externa, ALCA, Teologia da Libertação, Reforma Agrária, entre outros.

Uma parceria com a Universidade Federal do Paraná permitiu a contratação de dois estagiários que deram suporte às atividades do CEFURIA. Nessa parceria, foi realizado um Seminário de Rádios Comunitárias, em 2003, e dois seminários de comunicação.

Em 2004, gerou-se o projeto Talher que faz parte da estrutura de organização do Programa Fome Zero, desenvolvido pelo Governo Federal. Este projeto possibilita o acompanhamento e a formação cidadã de setores extremamente desfavorecidos. Através dele tornou-se possível a contratação de alguns educadores, ampliando o trabalho do CEFURIA.

Em 2005, aprovaram-se alguns projetos. Junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia com a Financiadora de Estudos e Projetos (MCT/ FINEP), que permitiu a implementação das padarias comunitárias com uma cozinha na casa do trabalhador.

A educação como prática social transformadora da realidade, visando a uma finalidade humanizadora, é a perspectiva proposta pelo CEFURIA, para subsidiar os cursos de formação que oferece. Nesse intuito, a pedagogia de Paulo Freire é uma importante contribuição.

Em documento do CEFURIA, à disposição no *site* da entidade, encontramos um texto de Sousa (2006b), que se reporta aos mais importantes referenciais teórico-metodológicos, adotados de Paulo Freire. Partindo da idéia de que a educação é um ato político, o CEFURIA valoriza de Paulo Freire a proposta pedagógica que promove uma alfabetização política, que envolve construir um conhecimento novo, a partir da realidade concreta, um conhecimento que integra prática e teoria e se constitui na relação do educando e o educador.

Também o CEFURIA considera deste autor a proposta da ação dialógica que considera dois momentos fundamentais: o da desumanização e o da humanização. O

primeiro, sendo o momento da denúncia, e o segundo, o do anúncio, ambos construídos na ação dialógica.

Destacam-se na obra deste autor, vários valores, referências para o trabalho formativo do CEFURIA. Entre eles, importantes são a dialogicidade como matriz de um projeto democrático e o “trabalho coletivo”. Este autor enriquece os subsídios do Centro de Formação na valorização da ética, da tolerância, a política, a esperança, a indignação e a autonomia.

Em termos de formação, o CEFURIA consolida sua primeira experiência de formação continuada em 1988, com o Curso de nível II de “Capacitação de Lideranças do Movimento Popular”, que cumpriu várias etapas e abrangeu até os anos 1991 - 1992. Nos próximos anos, houve outras experiências continuadas, em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizaram-se cursos sobre neoliberalismo, globalização, e suas conseqüências para os movimentos sociais. A partir de 1999, os cursos se orientaram para “A história que não foi contada”, que tinha como intuito desvelar as relações de dominação que persistem na história oficial. Atualmente é realizada a “Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária: História Social do Trabalho”, que se iniciou em 2004 e se mantém até hoje (Sousa, 2006a).

Em conjunto com essas iniciativas de formação, atuam duas instâncias que se constituem em espaços de aprendizado coletivo, que são o Coletivo de Animadores dos Clubes de Troca e o Conselho Gestor das Padarias Comunitárias.

Desde 1998, o CEFURIA - dentre outras ações - acompanha Grupo de Economia Solidária, promovendo cursos, seminários e oficinas; também dá assessoria a entidades, apóia feiras solidárias, ajuda a construir Clubes de Troca, Padarias Comunitárias, etc.

São objetivos destas práticas: (a) ajudar na organização popular para conquista de novos direitos e efetivação daqueles já garantidos legalmente; (b) elevar a auto-estima e autonomia; (c) criar novas formas de sociabilidade, fundadas no afeto, na democracia participativa, solidariedade, autogestão; (d) melhorar as condições materiais de vida das pessoas envolvidas; (e) investir na formação, para melhor compreender o funcionamento da sociedade e poder transformá-la.

As práticas de Economia Solidária, em especial os Clubes de Troca, têm possibilitado que as pessoas se reúnam e dialoguem, partilhem bens materiais, além dos sonhos, afetos, informações, saberes. Enfim: saiam do isolamento, dêem as mãos e busquem saídas coletivas para os problemas comuns.

Os Clubes de Troca acontecem, geralmente, nas Paróquias, Centros Comunitários, Associações. Quem impulsiona e acompanha estas experiências, são, de modo geral, voluntários e assistentes sociais, pessoal que trabalha junto aos pobres, beneficiários de alimentos doados.

O papel do CEFURIA, neste caso, é ajudar a implementar a experiência nos locais onde são chamados. Fazem visitas, participam de alguns encontros, como animadores, e depois, dão espaço para os grupos caminharem sozinhos, cada um com sua especificidade.

A metodologia adotada pelos animadores reúne elementos da educação popular, na perspectiva que o CEFURIA define esta prática - compreendida como um instrumento de transformação social que possibilite enfrentar a opressão e avançar para a emancipação dos sujeitos.

A Escola de Formação Básica, Multiplicadora da Economia Popular Solidária, surgiu em 2004 e representa um passo a mais na organização da população e na formação de lideranças.

A característica que marca esta Escola (carinhosamente chamada de "Escolinha") define-se por reunir grande diversidade de pessoas; desde as que não tiveram acesso à educação formal até aquelas que têm nível superior; são pessoas que se caracterizam pela multidiversidade de suas raízes, pessoas de distintas idades e de diferentes etnias, religiões e culturas.

Conforme documento elaborado por Carneiro e Bez (2005), a Escola de Formação Básica, Multiplicadora da Economia Popular Solidária - Escolinha, visa a promover as bases para uma economia diferente, baseada na solidariedade e na valorização do ser humano. Cada etapa resgata a história do trabalho, analisada sob os referenciais aportados por Paulo Freire. Promovem-se espaços de diálogo, nos quais se procura a análise crítica dos fatos históricos, procurando a desconstrução de compreensões da realidade que legitimam relações de desigualdade. A Escolinha

procura promover valores de solidariedade, de auto-estima, de pertença a um grupo de referência e também busca a valorização das pessoas pelo seu protagonismo, como sujeitos da história.

2.3 O CEFURIA, o povo e os Movimentos Populares

Ao falar do CEFURIA, é necessário falar de movimentos populares como ações coletivas que surgem no seio do povo e das necessidades que lhe são comuns, em relação a suas condições de vida. Nesta parte do trabalho, privilegia-se a noção de povo e de movimentos populares como os eixos que mobilizam e que dão sentido à existência do CEFURIA.

Bierrenbach (1986) formula que a noção de povo se dá em vários contextos, sendo-lhe atribuídos distintos significados. Nas ciências humanas, o povo é definido pela Antropologia como etnia ou nação, ou seja, uma população definida por uma origem cultural ou racial. A partir da corrente filosófica de Santo Agostinho, considera-se “povo” uma multidão associada pelos interesses comuns e pelo consenso do direito. Na Teoria Geral do Estado, “povo” é formalmente o conjunto de cidadãos ou súditos de um mesmo Estado.

A definição e sua relação com o contexto social se estruturam de acordo com alguns referenciais históricos. Na América Latina, essa inscrição se define entre a Segunda Guerra Mundial e até o período das ditaduras pelo populismo em matrizes ideológicas que percorrem desde o marxismo-leninismo até os nacionalismos neofascistas. Nesse contexto, o Estado assume a tarefa de unir as classes sociais progressistas, num projeto de desenvolvimento econômico que tem como meta a industrialização. Este processo permitiria a incorporação de populações rurais que, empobrecidas, se deslocam para as cidades, em busca de melhores condições de vida.

No período dos golpes ditatoriais, a noção de povo diluiu-se sendo a grande população denominada preferencialmente de “nação” a qual se focalizava na busca de uma doutrina do nacional, enquanto valor patriótico.

No enfraquecimento dos governos ditatoriais, surgem os movimentos populares que se apropriam novamente do termo e centram suas reivindicações a partir da noção de “povo”. Para os movimentos populares, esse termo vem revestido de significações políticas e sócio-econômicas. Além das formulações interpretativas teóricas ou filosóficas, são as próprias pessoas que formulam sua autodefinição, sabendo quem é; quem são os seus adversários, elaborando novas formas de organização, produzindo sua cultura, delineando seu projeto histórico de forma apta a exprimir seus sofrimentos e suas lutas, mas também suas alegrias e esperanças.

Em relação ao “popular”, é importante destacar que, mesmo que existam elementos históricos que nos permitem identificar o grupo em sua relação com a sociedade a partir desse núcleo explicativo, as pessoas que configuram esse âmbito social não se referem a si mesmas por essa denominação. A noção de popular é mais utilizada a partir de outros setores, referindo-se ao vulgar, ao simples, àquilo que não tem elaboração nem reflexão.

No entanto, em uma postura de contraposição, apropriam-se do termo “povo” setores com consciência política assumindo o conceito para se autodefinir quando se organizam e se declaram “movimentos populares”.

Wanderley (2005) postula a necessidade de esclarecer a ênfase no popular, considerando as ambigüidades do conceito. O autor situa esse debate nas diversas concepções que envolvem o termos “povo” e “popular”, aduzindo várias tendências.

Nesse contexto, o autor refere-se aos defensores do termo povo como mais amplo e rico do que os de indivíduo e classe social, comuns nos discursos do liberalismo e do marxismo. Também fala dos que situam o povo em contradição com o poder e que defendem uma compreensão fundamentada em relações políticas e ideológicas de dominação de uma formação social determinada e não de relações de produção. Outros postulam os termos “povo e popular” próximos do enfoque do populismo. Ainda outros setores situam esses conceitos nas especificidades que as classes sociais assumem em formações sociais dependentes, como América Latina e também estão os que integram “povo e classes” como realidades objetivas em suas múltiplas determinações.

Podemos considerar as condições do povo como as dadas às classes populares. Nas palavras de Wanderley (2005):

“Quando nos referirmos às classes populares ou classes subordinadas, falamos daquelas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo. (...) A dimensão de dominação diz respeito à submissão no plano social e político, dada pela exploração econômica” (Wanderley, 2005, p 26).

A noção de classes populares é definida por Wanderley (2005) como uma ampla gama de setores caracterizados por serem pobres e oprimidos. Nessa âmbito encontram-se o operariado, o campesinato, os marginais, o lumpemproletariado, os funcionários, os profissionais e setores da pequena burguesia, os indígenas, os desempregados e os subdesempregados.

O que prevalece e se reafirma em qualquer noção, atribuída ao que é “povo”, é a condição social humilde, e que, quanto mais acirrada, mais autenticamente se pode falar dele. A noção de povo não corresponde a uma população determinada, mas às circunstâncias sócio-históricas, do contexto da época.

Chauí (1995) distingue, na definição do social, “o popular” como denominação pela qual se reconhecem os setores mais desfavorecidos; uma designação que nasce das outras classes sociais, para definir as manifestações culturais dos setores subalternos.

É possível dizer que o termo *popular* articulado à cultura, comumente designa significados e sentidos que derivam em diversas noções de imposição de poder. Seguindo o rasto histórico do termo, Chauí nos fala de algumas dessas conotações, que, em suas perspectivas, evidenciam as diferenças sociais e as desigualdades. O popular se assenta no conceito de cultura sendo “cultura popular” aquelas elaborações humanas que provêm de um setor desfavorecido da sociedade.

O popular se atrela aos setores sociais mais desfavorecidos e mais desvalorizados. De uma forma excepcional, no pensamento da ilustração, denomina-se “povo” aos burgueses, e o que hoje se compreende como povo era denominado como “plebe”, os que eram definidos como ignorantes, supersticiosos, irracionais e, sobretudo sediciosos (Chauí, 1986).

“Ao povo, portador da Razão, cabe a tarefa política fundadora. Quanto ao povinho e suas necessidades básicas, cabe auxiliá-lo através da filantropia e educação, através da disciplina do trabalho industrial, educação essencial para conter suas paixões obscuras, supersticiosas, sua irracionalidade e, sobretudo sua inveja, que se exprime no desejo sedicioso do igualitarismo” (Chauí, 1986, p. 17).

Por outro lado, a tendência do pensamento dos Românticos (século XVIII), numa crítica ao Iluminismo, desenvolveu o conceito de popular a partir de outra perspectiva. Sendo eles confrontadores dos desígnios da modernidade, postulam o popular, enquanto simplicidade e imaginação, a pureza e o rompimento com os preceitos da racionalidade. O popular aqui está atrelado à vida camponesa e pastoral, aos bons selvagens, como nos diz Chauí (1986).

“O povo romântico – sensível, simples, iletrado, comunitário, instintivo, emotivo, irracional, puro, natural, enraizado na tradição – nasce de motivos estéticos, intelectuais e políticos. Esteticamente, é a resposta do Romantismo ao Classicismo, a revolta da natureza contra a ‘arte’. Intelectualmente, é a resposta dos sentimentos contra o racionalismo ilustrado, a revolta da tradição contra o progresso das Luzes, do sobrenatural e do maravilhoso contra o desencantamento do mundo” (Chauí, 1986, p. 19).

Em um sentido confrontacional com a ilustração, a cultura popular, para os românticos, realiza-se pelo nacional, pelo nativismo. Aqui, o popular se entende pelo primitivismo, denotando a preservação das tradições, e pelo comunitarismo, demarcando a criação popular como coletiva e anônima, enquanto manifestações espontâneas.

Uma outra noção do popular é introduzida pelo conceito *gramsciano* de hegemonia. Numa perspectiva tradicional marxista, o popular é considerado como a luta de classes, o povo é o povo explorado, dominado e excluído. É pela ideologia que medeia as práticas sociais que as pessoas transitam entre a exploração econômica e a dominação política.

Nesse conceito, a hegemonia contém tanto a cultura - como processo social global que constitui a visão de mundo de uma sociedade e de uma época - e a ideologia - como sistema de representações, normas e valores da classe dominante

que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata. A ideologia, neste sentido, distingue-se como a cultura dos mais dominantes.

Chauí (1986) vai considerar a cultura popular como algo que se efetua por dentro da mesma cultura dominante, ainda que para resistir a ela. A autora acredita que a dualidade cultural surge, quando nos deparamos com as expressões acabadas, com os produtos culturais, diferentes, mas tal impressão supera-se, quando se analisa o processo em seu movimento constituinte.

Nesta concepção do popular, Chauí (1986) destaca a cultura popular como cultura plebéia, no sentido que o direito romano dava ao conceito de plebe: aqueles desprovidos de cidadania e que se fazem representar por meio de outros (cidadãos), encarregados de apresentar e defender o direito na cena pública e de potencializar a organização e a reivindicação de direitos.

Desse modo, a cultura popular será situada por Chauí (1986) como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria - o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência -, distinguindo-se da cultura dominante, exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência.

O povo aparece em suas lutas e reivindicações como movimentos populares que podem ser reconhecidos historicamente nas lutas indígenas, quilombolas, do banditismo. São manifestações sociais que se podem perfilhar em nosso contexto histórico desde o período colonial e hoje se encontram nas organizações sociais da periferia, dos favelados, dos migrantes, das pessoas que se organizam em comunidades, dos catadores de lixo, dos desempregados.

Os movimentos populares no Brasil adquirem seu auge no período em que se inicia o declive do processo ditatorial, nos anos 70 - 80. De acordo com Telles (1987), estes movimentos surgem das periferias das cidades, centrando suas reivindicações, em formas de organização articuladas, a partir de interesses imediatos, relacionados com condições de vida.

“O que se pode dizer é que, nas condições opressivas daqueles anos (década de 70), os movimentos populares, tão pontuais em suas

reivindicações, tinham um alcance simbólico que ultrapassava o sentido imediato de conflitos locais, para mobilizar e articular como experiência compartilhada as várias opressões, vividas em lugares diferenciadas. Davam assim, projeção política e abriam novos horizontes à opressão e violência, vindas do Estado. É possível ainda dizer que, fazendo aparecer o mundo cotidiano da moradia, como lugar onde se realizava a organização e luta contra as condições vigentes, esses movimentos ganhavam significados de uma reabertura do social como alternativa política” (Telles, 1987, p.61).

As primeiras interpretações teóricas, relacionadas com ações coletivas, surgiram junto às manifestações de protesto dos trabalhadores do mundo operário da revolução industrial, nas primeiras etapas do capitalismo. Estes grupos foram considerados como irracionais e anormais, aduzindo sua emergência a colapsos na sociedade. Le Bon (s/d) escreveu, em 1895, sua obra **“A Psicologia das Multidões”**, na qual definiu o indivíduo participante como bárbaro e postulou as manifestações coletivas como um retrocesso do processo civilizatório. Este autor foi predominante nessa perspectiva, centrava o foco explicativo em aspectos individuais ou psicológicos, aduzindo aos sujeitos, alterações de comportamento, produto de processos patológicos. As formas de participação eram compreendidas como comportamentos primitivos, alheios à razão, produto do contágio, da histeria ou de efeitos circulares.

As chamadas Teorias do Comportamento Coletivo, interpretações elaboradas desde o interacionismo simbólico de Blumer (1962) e da leitura sistêmica de Smelser (1963) se caracterizam por considerar as manifestações coletivas como um ponto intermédio de desenvolvimento da sociedade. Para os sistêmicos, as ações coletivas são expressão de um desequilíbrio da dinâmica da estabilidade da sociedade. Para os interacionistas, os movimentos sociais são manifestações inseridas no processo da criação das normas e regras. Entre estas teorias existem profundas diferenças. No entanto, elas concordam ao considerar, como princípio geral, que, em algumas circunstâncias, as normas sociais e os mecanismos de controle social são superados e não conseguem impor a ordem, dando espaço a situações de descontrole e incertezas, nas quais surgem movimentos massivos irracionais que derivam em ações coletivas. Nesta perspectiva, a razão é situada contrária à subjetividade e a consciência atrelada

à razão, definindo sentimentos e emoções pela sua conotação negativa. A razão é valorizada pela ordem e sujeição às regras e normas.

A partir de leituras marxistas das ações coletivas, resgata-se a razão como fator preponderante para a participação em ações coletivas, mas de igual forma que nas teorias anteriores, as emoções são desconsideradas, ou ainda definidas contra a razão, irracionais, portanto, sem controle.

Dos anos 60 em diante, emerge nos Estados Unidos uma nova corrente interpretativa dos movimentos sociais, a teoria chamada de Mobilização de Recursos. Nesta perspectiva, orientam-se as explicações à participação para a questão dos recursos; os movimentos surgem, quando os recursos se tornam viáveis. Posteriormente, a teoria foi ampliada à questão das oportunidades políticas (Gohn, 1997).

Numa outra perspectiva, definem-se os Novos Movimentos Sociais, dando ênfase a questões articuladas à cultura, à ideologia, às lutas sociais cotidianas, à solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social que se configuram em processo de identidade (Gohn, 1997). Consideram-se grupos de indivíduos que se mobilizam por questões que têm a ver com suas vidas e que não são necessariamente considerados nas estruturas do Estado tradicional. Assim, eles escapam das dualidades esquerda/direita, classe operária/classe dominante, rural/urbano. As lutas são ligadas à etnia, gênero, sexualidade, meio ambiente, paz, questões que têm relação com toda a humanidade e que se configuram, além de uma identidade, também pelo direito às diferenças. As questões que são privilegiadas formam parte da cultura, das situações sociais e têm por atores construtores de significados, que participam, com outros construtores de significados. São grupos mais descentralizados, sem grandes hierarquias internas, abertos, espontâneos e fluidos.

Nesse contexto, surgem ou tomam nova aparência o movimento estudantil, o movimento feminista, os movimentos pacifistas, ecologistas, antinuclear, gays, etc. Movimentos que obrigaram a um olhar diferente que escapa da focalização existente até esse momento: as ações coletivas como processos revolucionários ligados à sociedade industrial.

O que se evidencia é a politização de questões que estão além do institucional, demarcado pelo Estado, temas articulados às necessidades da vida comum e que, portanto, superam algumas dualidades que demarcaram tradicionalmente o político, em relação ao público e privado; subjetividade e objetividade; individual e social.

Eurípides de Cunha Dias (2001) discute a necessidade de viabilizar a liberação de significações que estão presas nas formas discursivas as quais se referem aos movimentos sociais.

A referência a ofuscamentos de algumas práticas de mobilizações coletivas se dá pela leitura delimitada nos marcos de interpretação consagrados. Em algumas ocasiões, defrontamo-nos com extensos documentos relativos a teorias dos movimentos sociais que não conseguem dar explicações à complexidade desafiante das realidades concretas. Em vista disso, ajudam-nos as postulações de Cunha Dias, quando afirma que os movimentos populares passaram por um obscurecimento que não deixa liberar suas significações encobertas e reprimidas no campo discursivo dos movimentos sociais.

Segundo este autor, os movimentos populares passaram por uma dupla exclusão: primeiramente das análises marxistas e, posteriormente, da teoria dos novos movimentos sociais.

Poder-se-ia dizer que, em se referindo à teoria marxista, a exclusão se daria por uma dificuldade das pessoas de se reconhecerem nas categorias do proletariado, por estarem excluídas do mundo do trabalho. A exclusão pela teoria marxista deu-se por não apresentarem os identificadores de antagonismo de classe, centrados no conflito entre capital e trabalho.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais priorizou novas formas de fazer política, a partir de novos sujeitos que surgem como atores políticos, ao longo das mudanças que se dão na década de 60, nos Estados Unidos e Europa. São grupos que se destacam por novas formas de compreender o político no alongamento de seus sentidos para questões da vida social. Grupos que, predominantemente, se assentam, procurando uma identidade e na busca de inserção de novos temas como o ecológico, o étnico, as condições de gênero, entre outros. Seu interesse focaliza reivindicar identidades e formas de fazer política, além do institucional.

No âmbito restrito dessas interpretações teóricas, encontram-se dificuldades para relacionar a realidade dos movimentos populares, no contexto discursivo da teoria marxista e dos Novos Movimentos Sociais.

Melucci (2001) manifesta-se, criticando a orientação a qual foi assumindo a conceituação de “Novos Movimentos Sociais” sendo que ele mesmo estava querendo definir algumas diferenças comparativas entre as formas históricas do conflito de classe e as formas emergentes de ação coletiva. Este autor assevera que, nos movimentos contemporâneos, como em todos os fenômenos coletivos, combinam-se formas de ação que se referem a distintos momentos históricos.

O que define propriamente os novos movimentos sociais é a ênfase colocada em questões mais articuladas à cultura, à ideologia, às lutas sociais cotidianas, à solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social que se configuram em processo de identidade (Gohn, 1997).

Kärner (1987), em seu texto “Movimentos Sociais: Revolução no Cotidiano” aponta que é a partir de uma nova concepção política, não apenas voltada para a conquista de um futuro melhor distante, mas que fundamentalmente considera uma existência cotidiana digna de viver, conquistada no dia a dia, que emergem novas expressões coletivas. Com relação a isso, desenvolvem-se movimentos sociais nos quais habitantes de favelas e bairros populares começam a reivindicar melhores condições de vida. Uma luta que não representa para o morador a conquista do poder (estatal), nem a formação de um partido, a hierarquização dos processos de decisão ou a guerrilha, mas, significa tratar de criar, de viver mais humanamente.

A superação das determinações de uma perspectiva marxista ortodoxa se dá pela apropriação dialética de suas concepções na postulação de um sujeito histórico, atuante e criativo que supera os determinismos sociais pela sua ação e criatividade; um sujeito social que extrapola o determinado na concepção marxista, a partir do proletariado como o sujeito histórico. Luta social, conflito, ideologia e alienação são conceitos que se enriquecem com a perspectiva do sujeito histórico, social e cultural.

Nesse campo de novos horizontes, as demandas e necessidades históricas dos seres humanos são recapituladas com práticas culturais, nas demandas do cotidiano,

alongando as reivindicações políticas para as formas de vida. Assim, confluem movimentos populares com novos movimentos sociais.

Numa abertura, as possibilidades dadas na realidade das configurações coletivas, Doimo (1995) chama a atenção para desvencilhar categorias prévias impulsionando-nos a esforçar um olhar interpretativo que conjugue diferentes níveis de abstração assumidos pela prática do grupo.

Dessa forma, nosso intuito é focalizar formas de resistência, apreendendo, como enfatiza Sawaia (1997), lugares insuspeitos de defesa das necessidades humanas, na era da globalização, que podem ser consideradas a partir do ético-político que se relaciona com a emancipação humana.

Sawaia (1997) apresenta-nos a riqueza de estratégias de enfrentamento à racionalidade tradicional de exclusão, possível de se encontrar nos movimentos sociais locais, ou, de acordo com nosso olhar, nos movimentos populares. Trata-se de práticas que não têm como intuito imediato a revolução, contudo, realizam-se gerando contra poderes caminhando na contramão das propostas que, de forma abalada, se efetivam pelas políticas atuais do neoliberalismo.

É nesse contexto que o CEFURIA soma-se às lutas populares dando subsídios aos movimentos em formação e articulação.

CAPÍTULO 3

3. REFLEXÕES E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

“A possibilidade da psicologia como ciência é, antes de mais nada, um problema metodológico. Em nenhuma ciência, existem tantas dificuldades, controvérsias insolúveis, uniões de questões diversas, como em psicologia. O objeto da psicologia é o mais difícil que existe no mundo, o que menos se deixa estudar; sua maneira de conhecer terá de estar cheia de subterfúgios e precauções especiais, para proporcionar o que dela se espera” (Vygotski, 1999b, p. 390).

3.1 Reflexões e apontamentos metodológicos, a partir de Vygotski

A vasta obra de Vygotski, apesar de sua curta vida, é perpassada por delineamentos metodológicos. Neste espaço, propomo-nos trazer alguns elementos relevantes para esta pesquisa que apontam para a contribuição de uma leitura e compreensão analítica.

Os delineamentos metodológicos deste autor encontram-se espalhados em diferentes momentos de seu trabalho, dando suporte a diversas temáticas. Estas não são as únicas; a obra de Vygotski possibilita focalizar distintos elementos metodológicos.

Vygotski (1999b) postula a revisão dos preceitos psicológicos, focadas numa perspectiva marxista, o que, nesta pesquisa, significa adotar uma perspectiva histórico-social do ser humano, orientada metodologicamente pelo materialismo histórico e dialético. Considerar o objeto psicológico com base no marxismo é assumir o estudo do ser humano a partir da materialidade de suas relações sociais, pelas suas contradições no decorrer de sua processualidade.

No texto “O Significado Histórico da Crise da Psicologia, uma investigação metodológica”, escrito em 1927, Vygotski (1999b) se situa na crítica às leituras

fragmentadas do psicológico, que diluíam o objeto da psicologia em conceitos como: alma/corpo; objetivo/subjetivo; biológico/social; razão/emoção.

Nesse sentido, Vygotski (1999b) percebe a necessidade de construir os próprios princípios e conceitos desta área, tarefa que realiza a partir da crítica histórica da psicologia, uma proposta fundamentada na crítica a uma psicologia objetiva que restringia as funções psicológicas complexas a processos elementares e a uma psicologia subjetivista que preservava a complexidade dos conteúdos da consciência, mas incapaz de explicar sua gênese.

No texto “Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores” escrito em 1931, Vygotski (1995) se refere criticamente aos mesmos aspectos.

“Las formaciones y procesos complejos solían ser descompuestos en sus elementos constitutivos y dejaban de existir como un todo, como estructura. Eran reducidos a procesos de un orden mas elemental, que ocupan un lugar de supeditación y que cumplen una determinada función en relación con el todo, de cuya composición forman parte” (Vygotski, 1995, p. 15).

Dessa forma, o autor nos orienta metodologicamente a “não diluir” nosso objeto, não perder o horizonte de que estes são sujeitos que pensam, atuam, sentem, se manifestam; constituindo-se assim num todo integrado que, em seu recorrer histórico e dialético, configura conexões de suas funções psicológicas que mudam, transformando-se a si mesmos e orientando comportamentos.

Vygotski (1999b) vai mostrar-nos a importância de situar a psicologia como uma ciência concreta. Para isso explorou as causas mais próximas da crise, ou seja, o campo da psicologia aplicada. A partir desta área, Vygotski (1999b) situa a necessidade de reformular a psicologia, pois é ali onde emergem as problemáticas que exigem uma psicologia concreta para um homem pleno, embora esta psicologia não seja um espaço de grande desenvolvimento, tal como formula Vygotski no seguinte parágrafo.

“Por mais estranho e paradoxal que pareça à primeira vista, é precisamente a prática, como princípio construtivo da ciência, que exige uma filosofia, ou seja, uma metodologia da ciência. O que absolutamente não está em contradição com a atitude irrefletida e ‘despreocupada’, segundo o

termo empregado por Münsterberg (outro autor), que tem a psicotécnica em relação aos seus princípios: na verdade, tanto a prática quanto a metodologia da psicotécnica são, com freqüência surpreendentemente impotentes, débeis, superficiais, inclusive ridículas. Os diagnósticos da psicotécnica não dizem nada e fazem lembrar as reflexões sobre a medicina dos charlatães de Molière; sua metodologia é cada vez inventada ad hoc e carece de disposição crítica; com freqüência foi denominada de psicologia de verão, ou seja, leve, efêmera, pouco séria. Tudo isso é correto. Mas não modifica em absoluto o fato essencial: é justamente essa psicologia que gera uma metodologia férrea” (Vygotski, 1999b, p. 345).

Para o autor não cabe dúvida de que é pela prática dos homens que emerge a reformulação de uma psicologia geral e é ali onde, quer queira, quer não, o homem não pode ser fragmentado. *Cabe dizer da psicologia aplicada: a pedra que os construtores rejeitaram veio a ser a pedra angular (Vygotski, 1999b, p. 344).*

A afirmação de Vygotski sustenta-se em três fatos. **A prática** expressada nas psicologias aplicadas (a psicotecnia, a psiquiatria, a psicologia infantil, a psicologia criminal) que situa a psicologia nas necessidades e desafios da vida. A prática como princípio construtivo da ciência, exigindo uma **metodologia** da ciência que, nessa área, se manifesta historicamente, ainda frágil e superficial, mas que fundamenta seu enriquecimento no desenvolvimento de uma metodologia. E, como terceiro fato, a própria **psicologia real** que ultrapassa necessariamente os limites da psicologia idealista, porque, a partir de um olhar transcendental, não tem como dar conta dos problemas concretos e reais do ser humano. *A vida necessita da psicologia e de sua prática e em conseqüência desse contato com a vida é que se deve esperar um auge na psicologia (Vygotski, 1999b, p. 348).*

No texto “A psique, a Consciência, o Inconsciente” escrito em 1930, Vygostki (1999d) refere-se à psicologia dialética, definindo-a como a unidade dos processos psíquicos e fisiológicos. O autor afirma que a originalidade da psicologia dialética consiste em determinar, de um modo completamente novo, seu objeto de estudo, que não é outro senão o processo integral do comportamento. A concepção dialética do ser humano já era desenvolvida por Vygotski no texto “A Psicologia Pedagógica” (2004b), no qual afirma:

“O homem se opõe à natureza como força da natureza, o organismo se opõe ao mundo como grandeza ativa em luta. O organismo vai de encontro às influências do meio, munido da experiência que herdou. O meio como que achata como uma espécie de martelo e forja essa experiência, deformando-a. O organismo luta pela auto-afirmação. O comportamento é um processo dialético e complexo de luta entre o mundo e o homem, e tanto no interior do homem quanto no desfecho dessa luta as forças do próprio organismo e as condições de sua constituição herdada desempenham papel não inferior ao da influência agressiva do meio” (Vygotski, 2004b, p. 71).

A psicologia dialética se revela na unidade de seus processos constitutivos. É a relação do homem com o mundo que não pode ser apreendida se não com um olhar dialético, no qual os distintos elementos que se opõem, ao mesmo tempo constituem-se mutuamente.

A história do homem só pode ser apreendida como processo em constante transformação. No texto “Métodos de Investigación”, item II da “Historia do Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores”, escrito em 1931, Vygotski (1995) formula que a história geralmente se identifica com o passado. Estudar algo historicamente seria traspasar o tempo e deter o estudo nessa dimensão. Para Vygotski (1995), no entanto, estudar algo historicamente é estudá-lo em movimento, em sua processualidade. Trata-se de abranger o desenvolvimento de algum fenômeno em todas as suas fases e mudanças. Isto permite revelar a essência do que se quer conhecer. Nesse sentido, diz Vygotski (1995), a história da conduta não é complemento, mas um fator que o constitui. A conduta só pode ser compreendida como história da conduta.

Vygotski (1999b) postula que o singular expressa o social, o singular como o microcosmo que se constitui no social e, portanto o contém, configurando um modelo global que retrata a sociedade.

“Investigar até o fundo, esgotar uma coisa qualquer, um objeto, um fenômeno significa conhecer o mundo inteiro, em todas as suas conexões. Nesse sentido, podemos dizer que cada pessoa é, em maior ou menor grau, o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais. Podemos ver que, nessa colocação, o conhecimento do singular é a chave de toda psicologia social; do modo que devemos conquistar para a psicologia o direito de considerar o singular, ou

seja, o indivíduo, como um microcosmo, como um tipo, como um exemplo ou modelo da sociedade” (Vygotski, 1999b, p. 368).

Extraír do singular aquilo que pode ser um princípio geral só pode ser conseguido por intermédio da análise, base fundamental de qualquer princípio explicativo que se pretenda alcançar.

No início de seu texto “El Problema y el Método de Investigación”, item I do texto Pensamento e Linguagem, escrito em 1934, Vygotski (1993) critica as análises que procedem a decompor os conjuntos psíquicos complexos em seus elementos e propõe a análise semântica que considera a relação entre pensamento e linguagem. Vygotski substitui a análise das partes por um outro que considere “unidades”, entendendo como unidade aquele elemento que possui todas as propriedades fundamentais características do conjunto, que constitui uma parte viva e indivisível da totalidade.

Vygotski (1993) afirma que o elo que dá essa unidade é a palavra, como um fenômeno da linguagem e do pensamento. A palavra não como um objeto isolado, qualquer, mas como um grupo, toda uma classe de objetos que expressa significado. A palavra é conhecida em seu aspecto externo, quando se dirige aos demais; o interno, seu significado, permanece desconhecido; no entanto, é isso que se deve alcançar porque, no significado da palavra, se encontra a relação entre pensamento e linguagem. O método de pesquisa então, não é outro, que a análise semântica, a análise do aspecto significativo da linguagem.

O método proposto por Vygotski (1993) postula como fundamental a conexão entre intelecto e afeto, ou pensamento e emoção. A separação dessas funções psicológicas leva-nos a perder o pensamento, em idéias que se produzem em si mesmas. A análise revela a existência de um sistema semântico dinâmico representado...

*“...por la unidad de los procesos **afectivos e intelectuales**. Muestra como cualquier idea encierra, transformada, la actitud afectiva del individuo hacia la realidad representada en esa idea. Permite también descubrir el movimiento direccional que parte de las necesidades o impulsos del individuo hacia una determinada intención de su pensamiento y el*

movimiento inverso que parte de la dinámica del pensamiento hacia la dinámica del comportamiento y a la actividad concreta de la personalidad” (Vygotski, 1993, p. 25).

O método, afirma Vygotski (1993) permite não só descobrir a unidade interna do pensamento e a linguagem, mas também analisar a posição do pensamento lingüístico com respeito ao conjunto da atividade da consciência e a suas funções mais importantes.

3.2. A entrevista como técnica

De acordo com Vygotski (1993), a forma de chegar ao pensamento das pessoas é pela palavra. Considerando sua afirmação de que a significação da singularidade é nível legítimo de produção de conhecimento. Nesse intuito, consideramos como instrumento principal de pesquisa a entrevista. Conforme o objetivo da pesquisa, foi elaborado um roteiro de perguntas que visava a alcançar informações sobre o processo de participação dos sujeitos em práticas de ação coletiva.

A entrevista semi-estruturada revelou-se como a mais indicada, pois, segundo Triviños (1987), este modelo deixa ao pesquisador a possibilidade de orientar a entrevista, dentro das demarcações que a este interessa, mas também abre as perspectivas possíveis para que o entrevistador e o informante alcancem a liberdade e a espontaneidade necessárias, para trazer elementos importantes, que podem não ter sido considerados nos itens da entrevista. Procura-se, com esta dinâmica da entrevista, enriquecer a investigação.

Ainda segundo Triviños (1987), pode-se entender por entrevista semi-estruturada aquela que parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que depois se vai ampliando, numa série de interrogativas, que surgem à medida que a pesquisa transcorre e são recebidas as respostas dos informantes. Dessa forma, os entrevistados seguem por um fluxo particular, dentro do foco principal, dado pelo pesquisador.

As perguntas elaboradas foram construídas buscando principalmente evidenciar elementos destacados do percurso processual da participação dos sujeitos. Outras perguntas foram realizadas com o intuito de situar histórica e socialmente os sujeitos. Desse modo, as entrevistas, como sugere González Rey (1997), foram sendo assumidas como um processo de interação e de diálogo no qual a informação requerida é produto dessa interação.

As entrevistas foram todas gravadas, transcritas, impressas e trabalhadas, conforme as unidades de análise que adotamos no processo analítico.

3.3 Análise dos dados

Iniciamos nossa análise atenta à apreensão dos sentidos, em uma compreensão dos sujeitos, que envolve uma bagagem histórico-cultural. Ciente de que não é possível a aproximação aos sujeitos diretamente, focalizamos a mediação das diversas conexões intrapsicológicas e interpsicológicas e a processualidade histórica de suas realidades.

Assim, endossamos os postulados de Aguiar e Ozella (2006) sobre a apreensão dos sentidos, segundo os quais estes devem ser focalizados, numa metodologia...

“... pautada numa visão que tem no empírico seu ponto de partida, mas a clareza de que é necessário irmos além das aparências, não nos contentarmos com a descrição dos fatos, mas buscarmos a explicação do processo de constituição do objeto estudado, ou seja, estudá-lo no seu processo histórico” (Aguiar e Ozella (2006, p. 224).

A processualidade histórica leva-nos a recorrer, nos depoimentos dos sujeitos, as inscrições históricas que revelam a engrenagem que vincula o intrapsicológico e o interpsicológico na complexidade de suas combinatórias revelando os sentidos que os sujeitos atribuem à realidade, na mediação dos diferentes espaços que eles transitam, entre os quais o CEFURIA.

A mediação permite superar as enraizadas dicotomias que cindem o sujeito em emoção/razão; interno/externo, e compreender as distintas funções, conexões e relações deste como sendo concomitantemente constitutivas, num complexo processo que se entrelaça, evidenciando o sujeito singular como sendo expressão do social.

Neste caso, a variação e a heterogeneidade dos sentidos e significados remitidos pelos entrevistados – mediados por desejos, necessidades, possíveis tensões, estratégias de participação, percursos assumidos, entre outros - devem dizer-nos algo sobre a processualidade da participação política dos sujeitos que estarão sendo analisados.

No campo da pesquisa definido para nossos objetivos, esta pluralidade de significados e sentidos está intimamente ligada às diferentes posições acerca da realidade, da política, bem como, das estratégias de luta, utilizadas e defendidas pelos diferentes militantes e grupos políticos.

Para esta análise consideramos trabalhar com “Unidades de Sentido”, extraído de Vygotski (1993) essa idéia como sendo configurações que expressam o **sujeito** como objeto de análise, a partir de uma totalidade possível de ser compreendida, analisada e definida num contexto histórico-social pela apreensão dos aspectos afetivo-volitivos e intelectuais.

Para tanto, num primeiro momento, buscamos apropriar-nos dos discursos dos entrevistados e, lemos, por diversas vezes, cada uma das entrevistas até conseguirmos ter uma visão geral daquilo que foi expresso e que se foi configurando como significativo para esses sujeitos.

Num segundo momento, foi feito em cada entrevista, um levantamento temático dos conteúdos abordados, organizados de acordo com os momentos relevantes que os sujeitos relatavam em seus depoimentos. Essas unidades históricas foram conformadas no contexto de uma totalidade que possibilitasse o fluxo das unidades de sentido e com o objetivo de, num momento posterior, concatenar a processualidade da participação dos sujeitos.

Em decorrência do que fosse destacado pelos sujeitos, em seus depoimentos confluíam, em uma ou outra unidade histórica e nem todos se envolveram na

totalidade do processo, assim como também alguns momentos só foram relevantes para um deles.

Nessa configuração de totalidade, elaboramos as análises de sentido, tal como orienta Aguiar (2006), pela sua complementariedade na similaridade ou contraposição. Tendo esse objetivo analítico, voltamos às entrevistas tantas vezes quantas fossem necessárias, considerando que se trata de um processo e, portanto, elementos importantes só poderiam surgir no recorrer da própria análise.

Segundo González Rey (1997), nem todos os discursos são passíveis de análise; isso acontece, pois nosso objeto é social e intencional. Seu estudo, pois, só é viabilizado em situações de comprometimento afetivo, tal como fundamenta teoricamente Vygostki (1993). A expressividade do sujeito é uma condição necessária para alcançar a profundidade que permite transformar o discurso emitido numa fonte de conhecimento psicológico (González Rey, 1997, p. 245).

No entanto, pequenas manifestações, expressões sutis, relatos históricos podem ser de grande riqueza, se inseridos num contexto histórico-social.

Para tanto, alguns elementos metodológicos propostos por Aguiar (2006) foram considerados: situar as unidades escolhidas, a partir de falas de sujeitos inseridos num processo dialético, histórico e social; considerar os sujeitos constituídos pelas suas atividades e na produção de suas formas de existência; não perder de vista que nosso material de trabalho nas entrevistas terá como ponto de partida os significados e sentidos como mediação dos sujeitos com a realidade e como produtos históricos e sociais.

Considerando que esta pesquisa possui um antecedente no tema da mobilização da ALCA, para o processo da análise foram consideradas as entrevistas de três dos sujeitos daquela pesquisa, que foram posteriormente novamente entrevistados. No total, foram entrevistadas dezesseis pessoas participantes. Neste processo, percebemos que, das dezesseis entrevistas realizadas, oito continham todas as demais, ou seja, contemplavam, de forma abrangente, todas as outras, no que concerne aos principais temas selecionados. Assim, optamos por fazer uma análise em profundidade destas mesmas entrevistas, destacando-se, neste sentido, as falas de Otávio, Helena, Sílvia, Júlio, Pâmela, Ângela, Gabriela e Lílian.

3.4 Os entrevistados

Expõe-se, continuando, um breve resumo do histórico de cada um dos entrevistados que contribuíram com a análise:

Entrevistado 1: Júlio

Egresso de uma família conservadora e morava, quando criança, num bairro típico de classe média. Desde muito moço, teve interesse pela inserção nos espaços de participação popular. No início de sua inserção profissional, foi bancário, comerciário e professor.

Iniciou-se na participação em ações coletivas pela formação religiosa e universitária. Integrou-se nas pastorais sociais da igreja, chegando depois a participar de Movimentos Sociais e de partidos políticos.

Sua participação no CEFURIA data dos anos 1980, primeiramente, como participante colaborador. Em 1984, passou a formar parte da diretoria do CEFURIA, e depois foi contratado para acompanhar o movimento contra o desemprego, considerando que era uma das lideranças do Movimento de Associações de Bairro (MAB) onde militava.

Em seu percurso militante, passou pela Pastoral Operária, aonde chegou a ser liderança nacional e a participar da Secretaria Nacional. Também passou pela militância política partidária, sendo militante ativo do PT. Na atualidade, participa da Assembléia Popular, um projeto alternativo de sociedade que o CEFURIA acolhe como próprio e que apóia, cedendo espaços para encontros e reuniões. Participa do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), e faz doutorado em Ciências Sociais com o tema “Trabalho e subjetividade”.

Entrevistado 2: Helena

Oriunda de uma família tradicional e de convicções conservadoras, participa dos Movimentos Sociais desde muito cedo; com 14 anos já participava de um grupo de jovens de sua comunidade. Participou da Pastoral Operária e assumiu a

coordenação de formação desta por sete anos. No CEFURIA, é considerada a grande articuladora das mobilizações, marcando toda uma época de importantes articulações. Esteve nessa entidade como coordenadora até o ano de 2002 com um intervalo para cumprir tarefas, em âmbito nacional, da Pastoral Operária.

Inicia um processo de formação acadêmica, concluindo o curso de Filosofia no ano de 2002, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Depois prossegue sua formação acadêmica e faz especialização em Ciências Sociais. Atualmente, trabalha no CEPAT e faz mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. Encontra-se afastada das atividades de mobilização; mantém, no entanto, sua presença ativa no Centro, participando de distintas atividades.

Entrevistado 3: Ângela

Pertencente a uma família conservadora e de pequenos comerciantes, Ângela iniciou sua participação social na universidade, defendendo interesses comuns em sua condição de estudante do curso de Fisioterapia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Sua inserção nas questões sociais deu-se pela participação num grupo ecumênico da Igreja Luterana, o qual refletia e efetivava sua ação em torno de debates e reflexões pelos Direitos Humanos. Foi marcante para suas escolhas futuras o comparecimento e a participação num Encontro de Meninos e Meninas de Rua da América Latina, de acordo com a entrevistada, a experiência mais iluminada de sua vida. Logo depois se inseriu na Comissão Pastoral da Terra e, posteriormente, no Partido dos Trabalhadores.

Como participante do CEFURIA, acompanhou o processo da Constituinte e participou em inúmeras atividades de formação e administração. Sendo militante do PT, foi candidata a presidenta do partido. Teve uma participação importante na Consulta Popular, uma proposta de sociedade alternativa que surge no ano de 1997. No momento do início da pesquisa, liderava, junto ao CEFURIA, a Campanha contra a ALCA. Foi presidenta do CEFURIA e participou do quadro de formadores da Escola Milton Santos, uma proposta assumida pelo CEFURIA em parceria com outras entidades.

Acompanhou o Jornal Brasil de Fato e o Fórum de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. Além disso, foi assessora parlamentar do vereador Adenival Gomes, do PT. Teve a seu cargo a recompilação de todo o processo da Constituinte, que foi lançado num livro (2006), parte de uma coletânea de resgate da memória do CEFURIA. Na atualidade, tem a seu cargo a organização do Centro de Documentação e Biblioteca do CEFURIA. Integra o Conselho Político para o período 2005 – 2007.

Entrevistado 4: Sílvia

Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Educação, Sílvia tem formação anterior em Farmácia - Tecnologia de Alimentos. Inicialmente, trabalhou com ascensão rural, mas a consciência das diferenças, das desigualdades entre a vida no campo e na cidade, os ricos e os pobres a motivaram a estudar Ciências Sociais. Encontra-se no CEFURIA há seis anos com um intervalo de afastamento nos anos 2000 – 2002, período em que fez Mestrado. O tema desenvolvido em sua dissertação foi: “Movimentos Sociais e Educação Popular”.

Suas primeiras incursões pelo mundo da mobilização social deram-se nos anos 80, quando participava nos Movimentos de Bairro. Sua aproximação ao CEFURIA aconteceu através desse movimento. Naquele tempo, teve oportunidade de participar no 1º Congresso do MST, promovido pelo CEFURIA, que cedeu a essa entidade um espaço para sua organização.

Sendo funcionária da EMATER, integrou a primeira chapa da associação sindical, fazendo, junto com a equipe, um trabalho interessante. Filiou-se ao PT e participou ativamente no Movimento de Base, junto aos Movimentos de Bairro. Realizou sua monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais com o tema Associações dos Movimentos de Bairro de Curitiba - Paraná.

Participou como assessora do PT na Assembléia Legislativa e depois na Consulta Popular. No ano de 1996, assumiu como assessora na Associação de Professores do Paraná (APP) e, no ano de 1998, passou a integrar a equipe de formadores do CEFURIA. Sendo uma grande defensora do resgate das memórias das lutas populares, teve a seu cargo elaborar as obras “Irmã Araújo, Vida e Obra” e

“CEFURIA, 25 anos fazendo história popular”. Considerada freireana convicta, destaca-se pela sua disciplina e vontade no trabalho junto ao Centro.

Entrevistada 5: Gabriela

Oriunda de Rio de Janeiro, iniciou sua participação popular no período que fazia faculdade, cursando Serviço Social. Sua aproximação ao Centro de Formação a convenceu a direcionar sua prática social para os espaços do Movimento Popular. Tendo concluído o curso de Serviço Social, trabalhou na prefeitura de Quatro Barras, sempre trabalhando como voluntária junto ao CEFURIA. Logo foi convidada por esta entidade a fazer parte de sua equipe, o que não titubeou nem um instante a assumir. Como contratada, preocupa-se com a parte formativa, com a planificação e o ministério de cursos. Na formação, trabalha com a teoria de Paulo Freire.

Além disso, estende sua prática junto aos Clubes de Troca e Economia Solidária. Fez Mestrado no curso de Direito com o tema Cooperativas na Economia Solidária. Participa do Conselho Político do CEFURIA pelo período 2005 – 2007 e também é membro titular da entidade.

Entrevistada 6: Lílian

Inserida na vida religiosa, esteve, durante todo seu período escolar, vinculada a entidades cristãs. Conheceu o CEFURIA pelo Padre Otávio, que a convidou a participar das assembleias. Também, por sugestão dele, passou a fazer parte do Conselho, dedicando-se cada vez mais às atividades da entidade. Participou de várias campanhas, contribuindo em diversas funções de formação, de administração ou de organização. Atualmente, coopera com o Projeto Talher e com as Padarias Comunitárias. É membro titular do CEFURIA e do Conselho Político para o período 2005 – 2007.

Entrevistado 7: Otávio

Oriundo de Itália, chegou ao Brasil um mês antes do golpe militar em 1964. Em Curitiba, assumiu em 1965, a Paróquia do Bairro Xaxim. Otávio é Filósofo e pós-graduado em Teologia Pastoral. Foi um dos fundadores do CEFURIA, parte

integrante do “grupão”. Foi padre da Paróquia São Pedro Apóstolo e assessor das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Já participou de Movimentos Populares junto às associações de bairro. Atualmente, é presidente da Escola Milton Santos, entidade ligada ao CEFURIA e forma parte do Conselho Político do CEFURIA, sendo Conselheiro Honorário.

Entrevista 8: Pâmela

Pâmela nasceu em Curitiba, num dos bairros oriundos das lutas populares da cidade. É casada, tem dois filhos com seu marido ainda moram nesse setor onde participam ativamente da igreja e do CEFURIA.

Apresenta uma trajetória em Movimentos Populares, sempre vinculada à igreja, pois começou a participar das CEBs, e depois, em outros espaços e comunidades, como na Juventude Operária Católica. Militante do PT, na atualidade, ela lidera o CEFURIA.

Dos entrevistados, o Padre Otávio é o único que participou da fundação do CEFURIA; Ângela, Sílvia, César e Helena são militantes que transitam pelo CEFURIA desde a década de 1980. Lílian, Pâmela e Gabriela se vincularam ao CEFURIA a partir dos anos 1990.

Cabe destacar que estas pessoas podem não ter um vínculo constante formal e/ou estável com o CEFURIA. De acordo com a dinâmica da entidade, como a dos próprios Movimentos Populares, os vínculos são dependentes de muitos fatores; dentre eles, as possibilidades que o Centro de Formação possui de poder contratar seus formadores ou militantes; as necessidades da própria mobilização; e a disponibilidade dos próprios militantes.

No entanto, eles estão sempre engajados em algum projeto ou iniciativa que signifique avançar na luta popular. Participam em movimentos ou organizações próximas ao CEFURIA. Em algumas ocasiões se inserem como voluntários e outras vezes, são contratados pela entidade a partir da qual podem desenvolver práticas que sejam propícias para aquilo que almejam.

CAPÍTULO 4

4. ANÁLISE DA PROCESSUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

“Investigar até o fundo, esgotar uma coisa qualquer, um objeto, um fenômeno significa conhecer o mundo inteiro em todas as suas conexões. Nesse sentido, podemos dizer que cada pessoa é, em maior ou menor grau, o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais. Podemos ver que nessa colocação o conhecimento do singular é a chave de toda psicologia social; do modo que devemos conquistar para a psicologia o direito de considerar o singular, ou seja, o indivíduo, como um microcosmo, como um tipo, como um exemplo ou modelo da sociedade” (Vygotski, 1999b, p. 368).

Os sujeitos desta pesquisa compartilham um espaço social que predominantemente, se dedica a dar subsídios à ação coletiva e a promover formação política. Nesse intuito as pessoas se envolvem em atividades e se relacionam construindo significados e sentidos acerca da realidade. Procura-se neste espaço, analisar alguns sentidos preponderantes para os percursos que estes sujeitos assumiram, em suas atividades relacionadas com ações coletivas.

Foram momentos compartilhados, constituídos a partir de apropriações da realidade, que, na elaboração reflexiva e emocional dos sujeitos, promoveram transformações e novos rumos, no contexto no qual participam e em si mesmos, fazendo a história de seu processo coletivo e também a história do CEFURIA, como espaço mediador dessas ações.

Os momentos aqui trazidos foram aqueles que os sujeitos entrevistados deram relevância nas suas narrativas. Assim, estes momentos, destacados pelos seus significados e sentidos, configuram-se importantes, na processualidade da ação política, por serem momentos de avanços ou de estagnação ou também por evidenciarem tensões e conflitos.

Foram momentos que revelaram como os sentidos dados pelos sujeitos a aspectos de sua ação política orientavam suas práticas, na medida que

comprometiam suas afeições e se transformavam em momentos que potencializam a ação e a reflexão, ou que a dificultavam, transformando-se em momentos difíceis ou de tensão. A apropriação desses momentos permitiu tecer uma trama que revela o processo histórico da entidade que os vincula e principalmente indagar os processos psicossociais que mediatizam a processualidade de sua ação política.

Foi possível chegar a esta construção analítica na interlocução com os entrevistados pela localização de seus afetos, que denotavam, entre outros fatores, necessidades, preocupações, reflexões, desejos de mudança, elaboração de estratégias. Em outras palavras, mostrava o sujeito ativo que orienta sua vontade para e pelos seus desejos de participação, em projetos de transformação social.

Em seguida, apresenta-se um quadro ilustrativo dos momentos relevantes captados em nossa análise, sistematizados na decorrência de seu encadeamento histórico que nos remete à processualidade política dos sujeitos entrevistados.

Estas unidades de sentido, configuradas a partir de momentos relevantes da ação política, foram construídas a partir de distintos momentos das entrevistas, sempre considerando o contexto histórico – social, no qual estavam inseridas.

Os Anos 80	Os Anos 90	Os Anos 2000	Algumas tensões que atravessam o processo de participação
4.1.- A raiz da participação	4.4.- Momentos difíceis	4.6.- A Campanha contra a ALCA	4.7.- A relação entre o partido e os movimentos e sua culminação na crise do Lula
4.2.- As origens da entidade	4.5.- A Consulta Popular		4.8.- O macro e o micro e a escolha da Economia Solidária
4.3.- A constituinte			
4.9.- O CEFURIA, um lugar de encontros			

4.1 A raiz da participação

“Todas las capacidades fundamentales, los afectos y los modos de comportamiento fundamentales con los cuales trasciendo mi ambiente y que yo remito al mundo ‘entero’ alcanzable por mi ambiente y que yo objetivo en este mundo, en realidad yo me los he apropiado en el curso de la vida cotidiana” (Heller, 1991, p. 25).

Esta primeira unidade de sentido foi organizada selecionando momentos catalogados pelos pesquisados como cruciais para sua inserção na vida militante. No decorrer do processo da vida destas pessoas, houve fatos, acontecimentos, relações que, em sua significação, se orientaram, dando sentido a sua participação política. Considera-se importante destacar esses momentos dos entrevistados na medida em que aportam indícios da base afetivo-volitiva que sustenta sua inserção no processo participativo na ação coletiva e, dessa forma, indicam também seus interesses, suas motivações, suas escolhas e o sentido de suas vontades. Em alguns destes depoimentos, captou-se a riqueza desse processo pela intensidade emocional demonstrada. Outros não proporcionaram essa possibilidade, no entanto, de igual forma, foram registrados, na medida que outorgam informações dos sujeitos, em relação a suas inserções, permitindo uma contextualização histórica e social deles e da organização, de uma forma geral. Neste espaço, estão os depoimentos de Ângela, Sílvia, Helena, Júlio, Pâmela, Lílian e Gabriela. O Padre Otávio não se referiu a essa etapa de sua vida, por isso não incluímos nesta unidade que iniciamos com o depoimento de Ângela.

Quando perguntamos a Ângela como foi se inserindo nos Movimentos Sociais e como iniciou seu interesse nesse contexto, apresentou um episódio de sua vida.

Desde menina, eu já tinha assim uma diferença em relação, por exemplo, com minha irmã; éramos duas em casa; meu pai é português daqueles conservadores, reacionários, sabe? (...) e eu lembro assim que meu pai tinha uma loja e tinha uma funcionária que fazia a limpeza, uma senhora bem pobre, enfim, e ela vinha em casa toda a semana e final de semana e ela vinha mesmo e a gente sabia que ela vinha para comer. Então, ela vinha e trazia o filho, tanto é que ela tinha um carrinho, aí com a mão arrumava a mesa, a minha irmã tinha raiva, ela tinha ódio daquilo, sabe? Ficava louca da vida e eu tinha vergonha porque eu não achava justo ela não ter comida

e eu me escondia, mas eu não me escondia de braveza, era de vergonha porque eu tinha vergonha de ter e como é que ela não tinha? Isso, eu lembro, me angustiava muito a presença dela porque mostrava uma coisa que eu não entendia (Ângela).

Nesse depoimento, Ângela nos transmite a emoção que sentiu, naquele momento, diante de uma situação que não lhe era compreensível, um sentimento que a afetou, chegando a provocar-lhe vergonha. A vergonha, diz Heller (1985), é o afeto social por excelência, o que deriva das prescrições sociais. Neste caso, evidencia uma relação na qual Ângela se sente, de alguma forma, responsável por uma situação de seu contexto social. O que se pode comentar acerca do sentimento de Ângela é que, sendo tão nova, sente o impacto dessa situação, sem compreender ainda suas causas. Aberta à alteridade, Ângela se situa a partir de um determinado lugar no mundo e de suas possibilidades de se fazer afetar pelos acontecimentos e situações que o contexto lhe impõe.

Acredita-se que a entrevistada quis manifestar a importância que esse acontecimento teve para sua trajetória de vida. A “Ângela-menina”, que vive essa experiência em seu pequeno mundo de relações sociais, teve a oportunidade de sentir a assimetria das desigualdades que imperam em nossas sociedades, afetando-se profundamente, até o ponto de dar uma direção a sua vida, promovendo sua vontade de lutar contra as injustiças (o que perdura na atualidade), enfrentando os embates do dia a dia, mas sem abandonar seus princípios.

Seu pai é um homem conservador, e a irmã sente raiva da situação. Não se pode afirmar que a reação de Ângela seja descolada de sua história ou que se tenha iniciado subitamente. Ela vem de uma família de políticos, embora não tenha contado de que tendência. Pressupõe-se que, com base nas suas possibilidades, ela fez escolhas; o processo de sua própria história posterior mostra que foi isso que aconteceu. Na medida que Ângela se aprimora em uma forma de olhar o mundo e os seres humanos, vai atribuindo sentido à realidade, o que promove nela escolhas que nutrem a base afetivo-volitiva que orienta sua inserção em espaços coletivos de ação política. Podemos refletir sobre esse processo de Ângela a partir de Vygostki (2004b) quando afirma que:

“Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. As emoções são esse organizador interno das nossas reações, que retesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas reações. Desse modo, a emoção mantém seu papel de organizador de nosso comportamento” (Vygotski, 2004b, p. 139).

Para Ângela, esse momento foi crucial porque dele que foi construindo sua consciência política, orientando sua vontade para atividades de ação coletiva. Desde sua inserção na universidade, sempre procurou distintos espaços coletivos, prevalecendo sempre seu interesse pela condição social dos sujeitos. Integrou-se a um grupo religioso ecumênico que discutia direitos humanos, participou da Pastoral da Terra, foi ativa militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e, no decorrer de sua história, por várias vezes assumiu responsabilidades no CEFURIA. Não faltaram problemas nem conflitos, momentos de decepção e de esperança. Mas o que perdura é sua prática, a sua inserção em espaços de ação coletiva e sua noção de justiça e superação das desigualdades, questão esta última que a aproxima dos ideários que persegue o CEFURIA, de dar apoio às iniciativas dos setores populares.

Como afirma Heller (1991), apropriar-se das habilidades do contexto dado, madurar para o mundo dado, significa não somente interiorizar e desenvolver capacidades humanas, mas também, ao mesmo tempo, ter em conta a sociedade em seu conjunto, apropriar-se da alienação. Essa apropriação implica em analisar a situação do outro, a luz de suas (im) possibilidades.

Na medida que as pessoas têm possibilidades de se apropriar do legado cultural de seu mundo, de conhecer outros espaços, de se relacionar com outras pessoas, elas vão-se constituindo, definindo seus interesses e motivações, suas necessidades e sentimentos, ligados à vida. Ou seja, vão fazendo escolhas que denotam em questões de valor e que, portanto, evidenciam um sujeito da ética.

“A ética se expressa como desejo, paixão, conhecimento, ao mesmo tempo que é mediada por eles no movimento da subjetivação da objetividade e de objetivação da subjetividade. Os homens não escolhem valores éticos, eles não optam entre o bem e o mal, objetivamente; o que escolhem são idéias, alternativas, necessidades, as quais são portadoras de conteúdos axiológicos objetivos” (Sawaia, 1995, p.49).

Sílvia, outra entrevistada, também traz um momento de sua história para expressar como se inseriu nos espaços de ação coletiva. Segundo conta, formou-se como Farmacêutica Bioquímica em Tecnologia de Alimentos e iniciou seu trabalho na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Nesse lugar, ela teve algumas experiências com pessoas do meio rural.

Não tinha nenhuma filiação política, nenhum partido, nenhum movimento; eu tinha um incômodo (vamos dizer assim) de enxergar a sociedade, mas eu não conseguia compreender as causas nem o funcionamento. Eu tinha um incômodo nessas coisas de pobres e ricos; era uma coisa que me incomodava muito, mas eu não conseguia ter clareza, enxergar. O trabalho da EMATER me ensinou a enxergar essas diferenças. A diferença entre campo e cidade, e eu me indignava muito, porque eu via a miséria com que viviam os pequenos agricultores, achava que isso tinha a ver conosco também que morávamos no meio urbano. Depois que eu comecei a compreender que a questão não é entre o campo e a cidade, mas é entre os ricos, os que têm os meios de produção e os que não têm nada, enfim... Mas daí comecei a fazer contato com a comissão da Pastoral da Terra, daí eu cheguei ao primeiro Congresso do MST (Sílvia).

A partir de uma inquietação com relação às desigualdades da sociedade, Sílvia começa um processo analítico reflexivo da realidade que a orienta para a participação política. Pode-se sentir, na fala de Sílvia, a força de suas convicções, a vontade que dera suporte e ainda impulsionou a mudança radical em sua vida. Esse “incômodo”, como chama a entrevistada a seu sentimento, levou-a a modificar diametralmente seu projeto de vida. Abandonou sua profissão e começou a cursar Ciências Sociais. Com o novo título, Sílvia inseriu-se no mundo profissional, trabalhando em projetos de formação para a luta popular.

Acreditamos que, ao trazer à entrevista esse conteúdo argumentativo de suas escolhas, Sílvia quer mostrar não só os motivos que a levaram a adotar os caminhos que assumiu, no transcurso de sua vida, mas também denota com suas palavras, um desejo de transmitir, de denunciar, de esclarecer as deturpações da ordem social. Esse desejo mostra-se como uma expressão dessa base afetivo-volitiva que mediatiza suas atividades na “formação” como a atividade que propicia a consecução de seus projetos. Quando perguntada a respeito de suas escolhas, ela diz:

Não é bem assim uma escolha. É e não é. É aquilo que eu te falei: eu tinha uma insatisfação (...) Comecei a trabalhar na EMATER, e aí eu fui fazer o curso de Ciências Sociais, exatamente para entender essa coisa da

desigualdade; e aí, uma coisa foi puxando a outra, né? Rosa, não é bem uma decisão, é uma decisão no sentido de que eu tive oportunidade de estar dando aula na Universidade e aquilo me fazia muito mal. Não conseguia ver luz na Universidade, no espaço da Universidade, uma possibilidade de mudar alguma coisa e aquilo contribui para teu processo de formação social; então, foi uma escolha nesse sentido, eu nunca me importei com a minha carreira pessoal, quero trabalhar num lugar porque eu preciso... eu preciso sobreviver, mas que eu não tenha que irritar meus princípios; então, nesse sentido, é uma opção. Mas, então, uma coisa foi puxando a outra da EMATER, eu fui me aproximando da CPP, do MST, me inseri na própria organização sindical; e veja uma coisa vai puxando a outra... depois no Partido dos Trabalhadores, depois no sindicato dos professores. Então as coisas foram se colocando na minha vida como possibilidades (Sílvia).

A postura que Sílvia mostra em seu discurso é determinante. Para ela, suas escolhas, na inserção em distintos espaços de ação coletiva, foram sendo possibilidades dentro das condições dadas pelas determinações sociais, ou seja, decorrentes de sua processualidade histórico-social. Sua determinação em assumir caminhos, metas e projetos, movida por suas convicções, determinadas pelos seus valores e princípios, transforma seus desejos em necessidades e suas vontades em projetos. E é nesse campo de determinações, considerando as opções possíveis “sem irritar seus princípios”, que Sílvia faz suas escolhas, definindo suas ações em determinadas delimitações, orientada por uma ética que reconhecemos nas reflexões de Chauí (1998), quando define uma ação como ética...

“... se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa, se for livre, e só será livre, se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externa” (Chauí, 1998, p.1).

Sílvia encontra caminhos na medida em que atua segundo seus princípios, atribui sentido à realidade de seu contexto histórico-social, sopesando os motivos que a levam a assumir alguns caminhos como necessidades pessoais. Essas escolhas, muitas vezes, exigem decisões, assumir caminhos difíceis, que não abalam sua vontade, mas, ao contrário, a fortalecem pela intensidade das emoções depositadas em seus propósitos e pelos desejos de alcançar projetos futuros que almeja para a sociedade. “Vontade” não como “desejar e fazer” descolado do contexto, mas

vontade na relação com necessidades que se projetam em sua realização a partir de uma totalidade sócio-histórica.

A direção da vida de Sílvia e a força de suas convicções foram postas em deliberação, quando ela, concluindo o mestrado, decide não voltar ao CEFURIA para ser professora de uma Faculdade, o que se manteve por um período de alguns meses.

O que acontece com Sílvia, assim como com Ângela, é a primazia de uma experiência marcante que promove sentimentos e pensamentos sobre as condições da realidade social, despertando nelas o desejo de um projeto de sociedade que se constitui como um desejo pessoal, promovendo um processo afetivo-volitivo que orienta suas escolhas, suas determinações, seus comportamentos. Foi a partir do viver e de serem afetadas que elas buscam uma inteligibilidade para aquilo que experienciaram e fazem escolhas mediadas pelos seus sentimentos: a de serem militantes.

Esse processo é configurado como um projeto de vida, na medida que são adquiridos os conhecimentos que explicam e sustentam sua compreensão da realidade e na medida em que se acentua a sensibilidade para com o ser humano, e, fortalecendo a base afetivo-volitiva que as envolve, impulsiona suas atividades e relações sociais.

O relato de outro entrevistado também tem como ponto referencial a situação de miséria como grande detonador emocional que vincula o sujeito com os outros. A miséria como um fator que comove a vida e direciona caminhos.

A minha primeira de fato, (pausa) a minha primeira tomada, assim, de percepção da miséria foi a partir da minha casa; morava num bairro em Curitiba, Santa Quitéria, na frente, houve uma ocupação: favela, penúria horrível, triste. (pausa) Chocava-me muito, garoto de dez anos de idade, que morava no final da rua. (...) Essa foi a minha primeira percepção dessa vivência, dessa violência (Júlio).

Júlio destaca, como preponderante para suas escolhas de vida, esse seu primeiro encontro com a miséria. Ainda sendo um menino, sentiu essa experiência dolorosamente: ter consciência das diferenças, da existência do outro como alteridade que o levou primeiramente a procurar a igreja, buscando respostas às condições de desigualdade que o tinham afetado. Depois, inseriu-se em diversos

Movimentos Sociais e atividades de mobilização popular. As misérias e as desigualdades adquirem sentido para Júlio pela racionalização. Ele avoca-se a reflexão, a crítica, à elaboração da análise da realidade.

... a minha primeira percepção mais clara de consciência do processo sócio-econômico, da realidade, da percepção da desigualdade social, da miséria, da injustiça social, foi através da formação principalmente da faculdade de teologia, aqui na faculdade de Curitiba; era 1982, uma teologia bastante esclarecida pelo princípio da Teologia da Libertação (Júlio).

Foi na Faculdade de Teologia que adquiriu as bases que lhe possibilitaram compreender as injustiças, as desigualdades, a violência, tal como prossegue afirmando, na seguinte fala.

... uma opção de vida, se deu fundamentalmente através da formação, me inseri no movimento social, uma luta social de bastante confronto, foi através da formação, da faculdade, da formação religiosa. Posteriormente, nas pastorais sociais da igreja, eu fui cada vez mais me envolvendo, participando no processo de tomada da consciência, através da formação (Júlio).

A força de Júlio, sua vontade, o que o faz perdurar em seu projeto de vida na luta popular, realiza-se na crítica social, pela formação, pela busca do conhecimento, mas potencializada pelos seus afetos originados de sua experiência com a pobreza dos outros. A sensibilização com a miséria, a experiência de ser afetado por ela na medida em que se fazia aberto à alteridade, acabou marcando sua vida e direcionando suas escolhas.

Um amplo setor dos militantes inicia sua participação social por meio da Igreja. A religião, como toda produção humana, constitui-se como mediação social de subjetividades, que se objetivam nas práticas promovidas por essa dimensão da vida cultural. O espaço da religião para eles é o espaço da comunidade, da abertura ao coletivo, onde as pessoas se encontram, compartilham e constroem vínculos de solidariedade.

Outra entrevistada, Helena relata que iniciou sua participação política em grupos de jovens cristãos. Assim, assumiu um lugar na participação em ações coletivas como uma forma de vida, mediado pela reflexão iniciada no grupo de amigos. Helena relata que seus pais tinham um pouco de medo de suas escolhas, das drogas que envolviam a vida dos jovens e tudo que a pudesse atingir, por ser uma

adolescente iniciando-se na vida. Todavia, o grupo de amigos da igreja foi marcante para ela e, desta forma, foi escolhendo o caminho das lutas populares. Foi-se “apaixonando pelo ser humano” (palavras dela) e fez das lutas pela transformação social sua vocação de vida.

Rindo, ela contou que é muito grata, porque conseguiu vincular o útil ao agradável e, dessa forma, esteve ligada ao CEFURIA como a outras instituições, sempre envolvida com lutas populares. Helena demonstra ser alegre e contagiante, contando que os outros falam que ela é articuladora por “natureza” e que sua presença em momentos de protesto é indispensável, porque imprime ao grupo a coesão necessária nessas ocasiões.

Pode-se dizer que, para Helena, o processo de relacionamento com determinados sujeitos, mais especificamente, com um determinado grupo, foi muito importante, fazendo da mediação afetiva e dos “bons encontros” com o outro, um ponto fundamental na construção de uma inteligibilidade política.

... comecei com um grupo de jovens e tive a sorte de ir para um grupo de jovens que tinha já uma determinada consciência, muita crítica, que tinha um pé na discussão política, na realidade e outro pé em ações práticas. Sempre mantive o pé na comunidade, ao lado do grupo de jovens, eu fui para a Pastoral Operária; na Pastoral Operária tinha, um grupinho lá que já discutia o mundo do trabalhador, a realidade do trabalhador, a problemática do desemprego, a problemática do trabalho, aquele trabalho que explorava as pessoas, então tinha a realidade (pausa) nós tivemos na Pastoral Operária, sempre foi uma pastoral que acompanhou o mundo da política e daí foi um passo para o Partido dos Trabalhadores, o PT, que estava, naquela época, sendo criado (Helena).

Para Helena foi predominante o grupo social de jovens da igreja do qual participou quando era moça. Nas relações instauradas nesse grupo, aprendeu a apreciar os outros, adquirindo valores sociais que se transformaram em referências para sua vida.

Lílian, outra das entrevistadas foi-se aproximando de alguns setores populares, e sensibilizada com as necessidades das pessoas desses lugares começou a participar de atividades de solidariedade. Numa dessas atividades, conheceu o Padre Otávio, um dos fundadores do CEFURIA, que a convidou a participar do Centro.

... a gente foi-se aproximando, vendo que a gente poderia participar, e depois teve a Assembléia do CEFURIA e o Padre Otávio nos apresentou

para fazer parte do Conselho. E aí nós entramos no Conselho. Ninguém nos conhecia, a gente não participava de bases, assim, a gente ia nas favelas e nós fazíamos trabalhos lá, mas ligados aos seminaristas do Cabral. E daí que a gente conheceu todo o trabalho do CEFURIA. Nossa!!! Eu fiquei assim (pausa) que trabalho grande, bonito, e aí eu vi que era por aqui mesmo, pois fui sendo reeleita, reeleita no Conselho, participando e estou até hoje (Lílian).

Lílian já havia trabalhado nas comunidades da periferia, tinha um caminho percorrido. O encontro com o CEFURIA foi o encontro com aquilo que ela acreditava como organização social, com o que se identificava. Ela nos conta que a pobreza a sensibilizava demais e considerava que algo se poderia fazer, sempre, no sentido de contribuir com a transformação social, atenuar o sofrimento dos outros, trabalhando para mudar as condições vida.

Ela conta que vivenciou a pobreza na “própria pele”, tendo a oportunidade de se educar e sair dessa condição, com ajuda de uma comunidade religiosa. Ela já havia trabalhado durante um longo período de sua vida em cargos administrativos. Conta que, cansada da “ideologia” que perpassa esses lugares, decidiu aposentar-se para dedicar-se exclusivamente ao trabalho popular.

Em Lílian, como em todos os outros entrevistados, percebemos que suas atividades em prol da ação coletiva são assumidas como necessidade do “eu”, como algo que se produz e envolve os sujeitos em seus projetos de vida, fazendo-os viver em torno de uma realidade, a ação coletiva, produzindo relações sociais, conhecimento, vínculos com as pessoas, significados que vão transformando o CEFURIA num espaço social que realiza seus desejos e sonhos.

Para Pâmela, a inserção nas lutas populares foi uma experiência que vivenciara, desde muito nova. Segundo ela nos conta, sua família tinha um grande compromisso social, seu pai estava entre os assinantes da fundação do CEFURIA. Pâmela relata que seu pai alugava espaços de habitação, cobrando preços módicos para as pessoas que chegavam do interior. Conta que seu pai falava para ela que sua maior satisfação era ver essas famílias saírem para suas próprias casas, considerava que o maior ganho dele era ajudar as pessoas. Influenciada pelo pai, Pâmela foi-se inserindo em diversos grupos, sempre junto a comunidades religiosas.

A minha inserção começou, posso chamar minha militância pela igreja, nas Comunidades Eclesiais de Base nas CEBs, então desde muito novinha, adolescente ainda, eu comecei a participar do grupo de jovens na comunidade, e assim fui começando a participação na comunidade mais ativamente, depois comecei a participar mais fora mesmo, através das CEBs mesmo, comecei a conhecer outros lugares, outras comunidades, comecei a fazer esse intercâmbio, essa troca de experiências, tanto com o grupo de jovens, quanto depois também. Já em 89, 90, eu comecei a participar do Partido dos Trabalhadores, PT; filiada ao PT, porém eu fui me filiar em 92, eu não me lembro bem; em 89 foi meu primeiro voto, com 16 anos, onde comecei a participar bem ativamente (Pâmela).

A apropriação do mundo se dá em Pâmela pelas relações que mediatizam seu cotidiano, escolhendo como próprio o espaço no qual cresceu, assumindo valores e princípios, transmitidos pela sua família e relações mais diretas. Ainda mora no mesmo bairro onde nasceu, casou-se com um rapaz que compartilha com ela os mesmos ideais, em relação à família, à comunidade e à sociedade. Os dois são vinculados ao CEFURIA e desenvolvem grande parte de suas vidas nesse contexto.

Para Pâmela, assim como para Lílian, a mediação dos outros foi a “mola propulsora” do engajamento em ações coletivas, marcando escolhas e determinando caminhos que por ela foram respaldados. As relações que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos são sempre mediadas pelo afeto e é sempre neste plano, pela proximidade ou distância em relação ao outro, que o mundo ganha sentido (Maheirie, 2003).

Para Gabriela, uma nova visão de mundo chegou, quando cursava faculdade. Os contatos, a mediação de uma professora a levou a conhecer o CEFURIA e a compreender outra dimensão da realidade. A partir daí, tudo mudou em sua vida, passando a se dedicar completamente às lutas populares. Deixou para trás sua forma de vida convencional. Ao ser indagada sobre aquilo a que se dedicava antes, ela ruborizou-se para falar que tinha uma lojinha de enxoval para bebês.

... eu comecei a fazer faculdade e comecei a despertar para várias coisas e aí, no penúltimo ano, eu conheci o CEFURIA, conheci o Movimento Sem Terra, e foi, através da Faculdade mesmo, através de trabalhos que a gente fazia, e o CEFURIA exatamente formou um curso da Consulta Popular que foi em 98, no final de 98, que era um curso da história que não foi contada e a professora minha da faculdade que me convidou para fazer com ela e ela até não pode participar e eu fui sozinha, conheci o CEFURIA, e foi dali que

eu nunca mais deixei, aí eu comecei a trabalhar como voluntária, participava dos eventos das mobilizações, me envolvi bastante (Gabriela).

As condições de vida dos outros passam a ter um espaço fundamental em suas próprias necessidades, motivações, expectativas e valores. Com o interesse social, surge o sentimento de comunidade, que se compreende como o sentimento de unificação com outros. Constrói-se a participação nos objetivos, a partilha de noções de igualdade e justiça.

O sentimento para com os outros constrói-se historicamente na medida que o indivíduo sente sua existência na existência dos outros, constituindo-se, mutuamente, enquanto sujeitos.

Heller (1985) e Vygotski (1999c) se encontram, quando argumentam sobre a relevância das emoções, no comportamento das pessoas. Ao interpretar essa visão, adotamos as considerações de Vygotski (1999c), na medida que toda emoção e razão formam parte do imbricado processo psicológico do ser humano, como categorias psicossociais que não podem desvincular-se umas das outras.

Vygotski (2003) postula que, por trás de todo argumento, há um sentimento; detrás de toda razão, há uma emoção que, como aponta o autor, se apossa da realidade, imprimindo sentido, orientando idéias e direcionando comportamento e argumentos. Esta postura é também defendida por Sawaia (1987), amparada em sua pesquisa de doutoramento, quando descobre que as emoções se constituem mediadoras na participação de mulheres, em contextos e ações comunitárias.

Sílvia, nossa anterior entrevistada, depois de sentir-se afetada pela experiência relatada, foi cursar Ciências Sociais, para poder compreender as estruturas organizacionais do meio social. A necessidade de conhecer a partir do sentir, buscar uma compreensão para aqueles fatos, apontava para caminhos que pudessem gerar uma explicação. Júlio, que vivenciou um impacto com a miséria dos meninos da ocupação, em um momento posterior, sente a importância do conhecimento e encaminha-se para espaços acadêmicos e/ou religiosos.

Vygotski (1993) formula que não há como separar os aspectos intelectuais dos afetos. A separação entre o aspecto intelectual de nossa consciência e seu aspecto afetivo-volitivo constitui um erro que desloca o pensamento a um espaço autônomo,

de idéias que se pensam a si mesmas. Desta forma, para se aproximar do que as pessoas pensam, é necessário ir aos afetos experienciados por elas, aos sentimentos, tal como afirma Vygotski:

“El pensamiento no nace de si mismo ni de otros pensamientos, sino de la esfera motivacional de nuestra conciencia, que abarca nuestras inclinaciones y nuestras necesidades, nuestros intereses e impulsos, nuestros afectos y emociones. Detrás de cada pensamiento hay una tendencia afectivo-volitiva. Solo ella tiene la respuesta al último por que? En el análisis del proceso de pensar” (Vygotski, 1993, p. 342).

Sawaia (2000a) afirma que o estudo das emoções foi assumido pela sua negatividade, ou seja, como algo que perturba o equilíbrio, a racionalidade e, por isso, seriam contrárias ao bom senso. Nessa concepção, a subjetividade é da ordem das paixões e deve ser anulada, para não perturbar a participação racional. Em uma outra perspectiva de compreensão, a subjetividade deixa de ser força incontável e passa a ser constitutiva da participação racional. Assim, adotam-se os postulados de Sawaia (2000a), na perspectiva de resgatar as emoções em sua positividade ontológica, ou seja, em sua condição de elemento constitutivo do pensamento e das ações humanas.

Destacar a positividade da subjetividade, como aponta Sawaia (2001b), é avançar na contramão do que foi posto ideologicamente na história da sociedade, enquanto o bem-estar individual deve ser submetido, para garantir o bem-estar coletivo. Destacar a subjetividade como categoria analítica possibilita destacar suas necessidades como prioritárias nos objetivos da participação.

Para estas pessoas o fato determinante que as leva a assumir escolhas em suas vidas, orientadas à ação política, é a afecção que lhes provoca o sofrimento humano, base do entremeado afetivo-volitivo que perpassa suas atividades e projetos de vida. O ser humano torna-se, para estas pessoas, um fator determinante nas decisões de suas vidas, promovendo-as a participar em lutas populares, em projetos para a superação das condições de sofrimento.

A participação política deve considerar, segundo Sawaia (2001b, p 120), *“concepções de sociedade, de cidadania, de ética e de justiça, bem como sobre educação popular*

e Movimentos Sociais, desigualdade e exclusão social". Sawaia (2000b) formula que o subtexto da participação deve ser constituído do debate ético-político, que não pode ser pensado em si mesmo, mas a partir de pressupostos sobre a natureza humana e a subjetividade, tanto quanto sobre sociedade e verdade.

Pode-se dizer que estas pessoas têm valores em comum e compartilham uma ideologia que as unifica e as assemelha e, ao mesmo tempo, as diferencia como seres únicos e singulares que trazem uma história própria que lhes é anterior.

São pessoas que, com suas diferenças e os diferentes contextos sociais nos quais foram se constituindo, optaram pela luta popular. A opção delas contradiz propostas teóricas que assinalam que os seres humanos só se mobilizam na promoção de seus interesses pessoais e procurando algum benefício particular; afirmando que geralmente os sujeitos assumem projetos coletivos se os ganhos pessoais são maiores que os investimentos, tal como argumenta Olson (1999).

Heller (1991) afirma que todos os sentimentos guardam alguma relação com o ponto de vista particular como fator importante de motivação, no entanto, isso não significa que todos os afetos se constituam a partir de si mesmos. E, citando Rousseau, refere que paralelamente à autoconservação, e por motivos igualmente fortes, nasce a compaixão e a comiseração, ou seja, o interesse solidário pelo outro.

"El grado en que el hombre referirá a su yo el mundo descubierto a su alrededor, el grado en que la particularidad tendrá un lugar dominante en el mundo afectivo del que el se ha apropiado depende de muchísimos factores. Ante todo depende del mundo en el que nace; en segundo lugar de sus circunstancias (y no de las motivaciones) particulares, de sus características y de la medida en que estas son 'cultivables' en el seno de su ambiente dado. Por eso debemos aclarar desde ahora que la exacerbación de la particularidad es una reacción del mundo de los afectos en su conjunto ante la realidad alienada; el hecho de que en la historia del género humano haya bastado la particularidad a la media de las clases (estratos), a la media de los hombres singulares para orientarse en la vida cotidiana, el hecho de que haya sido considerado como excepcional el caso de que alguien se haya elevado de un modo duradero por encima de la particularidad, indica que estamos en presencia de la alienación" (Heller, 1991, p. 43).

Nem todas as pessoas reagem da mesma forma às diferentes experiências que se lhes deparam na vida. Mas, nas pessoas entrevistadas, encontramos algo em

comum, o sentido que elas deram a suas experiências e a projeção que deram a suas vidas; cada uma, a partir de sua singularidade, se realiza na participação e luta pelos seus ideários junto aos setores populares. A busca da transformação social, a constante busca de estratégias, para cativar e conscientizar as pessoas para a luta popular, é a marca de suas atividades.

4.2 A origem da entidade

A segunda unidade de sentido refere-se às origens da entidade, nas palavras e nos sentidos atribuídos pelo Padre Otávio, que ao ser requerido para falar sobre este espaço coletivo remonta-se aos momentos em que foi fundada a entidade.

Cabe destacar que de nossos entrevistados ele é o único que foi fundador do CEFURIA e, portanto, seu depoimento poderia trazer-nos elementos daquela época. Quando lhe foi pedido que falasse sobre o CEFURIA, ele se remeteu ao tempo da ditadura no Brasil, enfatizando o impacto que causou, nos setores populares, esse acontecimento histórico e político.

Bom, eu vim da Itália, em 1964, um mês antes do golpe e, portanto, toda minha presença aqui no Brasil foi de acompanhar o calvário do desmonte, do desmanche de todas as organizações sociais, em que prendiam, torturavam e davam sumiço a todos os dirigentes dos Movimentos Sociais, seja dos trabalhadores, como dos estudantes, como dos movimentos políticos, e aí o povo ficou meio assim, meio sem rumo, e a gente ficou acompanhando este povo abandonado (Padre Otávio).

Foram perceptíveis as repercussões que a ditadura deixou no Padre Otávio. Percebemos, pelo seu relato, que para ele foi uma experiência intensa que vivenciou pelo sofrimento dos perseguidos pelo regime. O sentimento provocado por esse episódio marcou seu processo de comprometimento com essas pessoas, sendo esse fator preponderante para suas escolhas futuras, em relação a suas atividades como padre.

No entanto, naquele momento, a relação desse acontecimento com o surgimento do CEFURIA não se fazia clara. O que o Padre Otávio quer dizer, quando traz o tema da ditadura para falar do CEFURIA? Em outras palavras, qual o

significado que ele dá a esse momento? Com a continuação de seu relato, pode-se perceber para onde se orientava o sentido de suas palavras.

As origens do CEFURIA tinham sido.(*pausa*). Eu vim para Curitiba em 67, antes mesmo da AI5¹⁴, quando começou mesmo a repressão. E daí pela pressão do pessoal, dos trabalhadores que trabalhavam pela periferia, de se organizar (*pausa*) uma única forma de organização era o projeto de base. Coincidia com a orientação que a igreja dava para nós, que éramos formados em projetos de base, com a necessidade de o povo se organizar que era a única forma permitida, forma religiosa, e foi por aí que a gente começou a se interessar pelo social, porque se unindo com o povo trabalhador e estudante que era perseguido e que não permitia as liberdades pessoais e sociais. Então, aí começou a se pressionar, a organizar e participar das comunidades, num momento, no meu entender muito bonito para mim, de muita presença do povo sofrido nos anos 70 até os anos 80 (Padre Otávio).

O Padre Otávio nos relata que sua aproximação aos setores populares foi originada pela preocupação que lhe provocara a situação de pessoas perseguidas pela ditadura. O desejo de proteger e amparar essas pessoas promoveu nele um comprometimento que o levou a participar em atividades de ação coletiva e trabalhar em conjunto com elas.

O padre assume o papel de protetor e guia destas pessoas. O sentido que ele dá a seu papel religioso orienta seu trabalho nos setores populares, aduz que foi a igreja que lhe deu formação de base. O padre foi-se inserindo nessa trama social das resistências dessa época (anos 1980), explicitando o vínculo entre o tempo da ditadura e a fundação do CEFURIA. Refere-se aos fios históricos que se tecem entre uns acontecimentos e outros. Para o Padre Otávio a emergência dos movimentos de bairro em Curitiba não só eram decorrentes das necessidades dos setores populares que chegavam a se instalar na cidade, mas também da necessidade de construir espaços estratégicos que, além de possibilitar a organização dos setores comunitários, servisse também para acobertar os líderes, perseguidos pela repressão do regime militar. Proporcionar proteção às pessoas perseguidas passou a ser uma necessidade que ele procurou satisfazer em espaços comunitários de base.

¹⁴ O Ato Institucional nº5 – AI5 - foi o instrumento utilizado pelos militares no período da ditadura militar para aumentar seus poderes e permitir a repressão e a perseguição das oposições. Esse ato entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968.

Dessa forma, revela-nos que a fundação do CEFURIA adquire, para ele, um significado próprio que vai além do decorrente da emergência das mobilizações de bairro.

Compreender que existiam vínculos históricos que mediavam a participação foi um primeiro passo para compreender o interesse deste entrevistado. Pode-se sentir um fio condutor, uma história na qual estão inscritos sujeitos que tinham um passado de atuação coletiva. Uma história emocional que remonta às experiências de sujeitos atingidos pelo regime militar e que precisavam se reconstruir num espaço de expressão.

Assim, seu depoimento revela que, por trás de uma produção visível, se configura uma outra que se dissemina pelos mesmos lugares, procurando outros propósitos e que se revelam no compromisso afetivo-volitivo que promove sua ação política. É possível destacar uma posição de Vygotski (1999c) acerca da construção social das emoções, abrindo espaço para compreender a imbricada relação dos afetos com a participação política. Diz ele:

“As emoções complexas aparecem somente historicamente e são a combinação de relações que surgem em consequência da vida histórica, combinação que se dá no transcurso do processo evolutivo das emoções”
(Vygotski, 1999c, p. 127).

Assim, a política é vivenciada dialeticamente pelo Padre Otávio e também por outros sujeitos como espaços de confronto contra o poder estabelecido e também como a busca de uma vida melhor, a vida na polis, isto é, na produção de experiências de interações, de encontros, de organização das comunidades de bairro.

As reivindicações de bairro são o respaldo para a atuação política contra uma outra opressão e violência: a falta de liberdade política. Dessa forma, a participação nos movimentos de bairro se realiza tanto como uma estratégia de resistência às condições estabelecidas pelo regime político do Estado, como um espaço para reivindicações das condições de vida.

Na verdade, nos anos 78, 79, 80, quando começou aquela abertura, então algumas pessoas mais encadeadas, já de classe média, e de estudo superior, que perceberam que aqui em Curitiba o lugar onde havia o maior

crescimento populacional, era nesta região (refere-se ao bairro), então havia também o maior número de organizações de base era nessa região, então se movimentaram para cá e vieram morar por aqui mesmo, e começaram também a organizar muito essa organização, foi ali que as comunidades com essas pessoas já de estudo superior, que se começou a pensar numa organização para a reestruturação da sociedade que tinha sido desmontada pelo AI5. A reconstrução da sociedade, o seu tecido de base, então se organizaram os trabalhadores dos sindicatos, as associações de bairro ou partidos políticos (Padre Otávio).

O interesse do Padre Otávio pelas condições da época não era só motivo de preocupação para ele, mas também mobilizava setores que sofriam as condições de suas vidas o que se afetavam com a situação de sofrimento dos outros. Sofrimento definido por Sawaia (1999b) como a dor mediada pelas injustiças sociais.

Esse sentimento que é vivido como necessidade do “eu”, mas compartilhado intersubjetivamente, concretiza-se na construção de espaços de ação coletiva e mobilização popular que marcou a época dos anos 1970-1980 no Brasil. Nesse processo muitos intelectuais e pessoas da igreja se voltaram aos setores populares assumindo uma perspectiva de ação política.

O que promove estas pessoas é uma atitude ética em relação aos outros que, como aponta Heller (1982), é sempre concreta e individual. Para esta autora...

“Ética sempre significou, e continua a significar hoje, que o sujeito desenvolve uma relação individual com o sistema de valores da sociedade à qual ele se refere. A essência subjetiva de toda ética, porém, não significa, em nenhum caso, que a ética seja subjetiva. Com efeito, as normas com as quais o indivíduo se defronta são prescrições histórico-sociais válidas para o conjunto da sociedade. O verdadeiro sujeito dessas normas é, necessariamente, um sujeito social” (Heller, 1982 p. 150-151).

Concordamos com Sawaia (1998), quando postula que a ética está no homem e na relação e, portanto, está no sentir, no pensar, no agir. A ética quando envolve o afetar de si mesmo e dos outros, construída ao longo da história do indivíduo, dentro de contextos sócio-históricos específicos.

A implicação do Padre Otávio com o sofrimento de pessoas potencializa nele a criação e participação em novos espaços políticos. Nesse intuito assume como seu projeto a necessidade coletiva da criação do Centro de Formação. O CEFURIA nasce,

então, para implementar a consolidação de uma expressão social que reunia diversos setores populares, mas que, no pensamento e nos projetos do Padre Otávio já tinha uma raiz, um percurso na história das mobilizações coletivas.

Assim, o CEFURIA foi criado, com a intenção de dar suporte e formação aos grupos que estavam dispostos a organizar-se. A mobilização popular era necessária e fundamental para pressionar o governo a dar atenção às suas demandas. Era nesse espaço que funcionava o centro de formação, não só oferecendo cursos, mas também participando ativamente nas lutas populares. Em pouco tempo, o CEFURIA se engajava ao mundo das mobilizações coletivas.

Souza (2006a) profere sobre um documento do CEFURIA que se remete ao período 1981 - 1984 e que expressa os espaços e atividades nos quais o CEFURIA foi incursionando.

“...já tinha PT, CUT, MAB, MST. Em suas mochilas carregavam as lutas por melhores condições de trabalho e salário, por emprego; pela elaboração de leis que garantissem os direitos dos trabalhadores; por melhores condições de vida nos bairros; moradia, transporte, postos de saúde, escolas, creches, por melhores condições de vida no campo: acesso à terra, aos insumos, transporte e preço justo para os produtos agrícolas. Eram todos instrumentos novos de luta, que o CEFURIA ajudara a criar, junto com a CPJP, CPO, CPT (ou antes dela, a Pastoral Rural), as CEBs” (Souza, 2006a, p. 83-84).

Dessa forma, o CEFURIA constituía-se junto às mobilizações coletivas e, com a sociedade, iniciando sua história e fazendo parte da história de nossos entrevistados e parte fundamental na história dos Movimentos Populares na cidade de Curitiba.

No período dos anos 80, o pessoal do CEFURIA realizou uma extensa agenda de atividades: apoio à formação e articulação; ações de apoio para a Campanha pelas Diretas Já; os 100 dias de acampamento em frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em apoio aos ilhéus do rio Paraná, desalojados pela Itaipu; novo acampamento dos Sem Terra em frente ao INCRA; preparação do 1º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja secretaria compartia os espaços com o CEFURIA.

Um grande número de assessorias a sindicatos rurais e urbanos, ao trabalho organizativo com as oposições sindicais, à participação nas comissões de transporte, saúde, creches do Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana (MAB); participação nas atividades do Movimento de Luta contra o Desemprego (MLCD); realização de cursos básicos nos sindicatos de trabalhadores rurais em várias cidades do Paraná; curso de Transporte Coletivo, e apoio ao Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP).

Naquela época, Júlio participava no Movimento de Associações de Bairros, pelo Movimento de Luta contra o Desemprego, em 1984 participou da diretoria do CEFURIA, passando logo depois à equipe interna da instituição, sempre com a função de acompanhar o Movimento de Luta contra o Desemprego. Sílvia estava inserida nos Movimentos de Bairro, em inícios de 1980 trabalhou como assessora para o Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa e depois foi trabalhar em formação, junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP). Helena adere aos Movimentos Populares, sendo membro de grupos de jovens católicos e participando em diversas atividades de ação social e política. Como militante da Pastoral Operária assume a função de Coordenadora da equipe interna do CEFURIA, em 1993. Ângela participa da Pastoral da Terra, e de muitas das atividades, organizadas pelo CEFURIA, em 1987, soma-se à equipe interna da instituição para acompanhar a Constituinte.

4.3.A Constituinte

O momento da Constituinte é trazido pelos depoimentos de Ângela, como uma experiência individual e coletiva, que acarreta sentidos da realidade vivida em torno a esse processo, explicitando, de alguma forma os rumos assumidos pelo CEFURIA e em geral pelos espaços populares de ação coletiva.

A Constituinte de 1988 despertou grande interesse por participação de distintas entidades e Movimentos Sociais. A Constituinte é significada formalmente como o instrumento potencializador da volta à democracia, segundo Dagnino (2004).

“... consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos 80 ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia” (Dagnino, 2004, p. 196).

Nos anos da década de 1980, os Movimentos Populares tinham acumulado experiências, em diversos campos da ação política: infra-estrutura urbana, saúde, creche, educação, transportes. A participação na Constituinte impulsionou os movimentos urbanos populares a sistematizarem essas experiências, para sua implementação na inserção institucional. Assim, os conhecimentos acumulados nos diversos campos de luta, organizados e reunidos em emendas populares foram apresentados como propostas do povo. O povo brasileiro organizado em sindicatos, associações e outros Movimentos Populares, liderados pelo Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC) apresentou 122 emendas, respaldadas por mais de 12 milhões de assinaturas. Muitas dessas propostas foram aprovadas e são hoje artigos da Constituição Federal.

Os anseios, os sonhos de uma sociedade mais justa poderiam ser alcançados num projeto conjunto da sociedade. Os Movimentos Sociais superariam, assim, o estágio puramente reivindicativo e defensivo que os caracterizava e teriam uma participação ativa nas decisões políticas e sociais.

Nesse intuito, o CEFURIA, similarmente a outras entidades sociais e políticas, participou ativamente da elaboração da Constituinte, encaminhando seus quadros para a discussão e para o acompanhamento do processo, que toma conta da maioria das agendas dos Movimentos Populares.

Engajada ao CEFURIA, Ângela participa do Movimento de Participação Popular na Constituinte, mobilizando-se pelos bairros, fazendo trabalho de formação. Ângela lembra...

...veio a questão da Constituinte, que eu também trabalhei com isso, era aquela questão em que eu me envolvi, a gente ia aos bairros fazer discussões sobre a Constituinte; o que é Constituinte? O que é lei? (Ângela).

Ângela nos fala da Constituinte como uns dos momentos-chave para o percurso das mobilizações coletivas. Ela recupera a história da Constituinte,

publicando o livro de sua autoria intitulado “Movimento de Participação Popular na Constituinte”, obra que integra a série Memórias das Lutas Populares no Paraná Pós-Ditadura Militar, organizada pelo CEFURIA (Baggio, 2006).

No decorrer de sua fala Ângela afirma:

Eu quero continuar fazendo a pesquisa, porque eu acho que a gente na Constituinte trabalhou muito pela participação popular, que eram os conselhos de direitos, onde a população participa da administração pública (Ângela).

Ângela quer nos dizer algo que ainda não consegue expressar. Lembramos as palavras de Vygotski (1999e), quando postula que o pensamento é uma nuvem, da qual a fala se desprende em gotas.

“ O pensamento é um processo interno mediado. É o caminho de um desejo vago até a expressão mediada através do significado, ou melhor dizendo, não até a expressão, mas até o aperfeiçoamento do pensamento na palavra” (Vygotski, 1999e, p. 182).

O que Ângela transmite é a efetivação de um processo, de dedicação e esforços que prometia reivindicações e direitos para o povo, que se inicia pela Constituinte e que para ela vai adquirindo um outro sentido, distinto do que a Constituinte significava para a sociedade, em relação a um avanço dos processos democráticos. A direção que assume o processo se reflete nas seguintes palavras de Ângela.

Então em 88, se promulgou a Constituição e, em 89, fizemos a Constituição Estadual; em 90, as leis orgânicas municipais em que o CEFURIA também se envolveu. E nos anos 90, foi implementar esses mecanismos; então tudo se voltou para isso: foram os conselhos de saúde, os conselhos de educação, os conselhos da criança e do adolescente e os da segurança. O movimento foi se institucionalizando (Ângela).

Para Ângela, a participação nos conselhos, criados a partir da Constituinte, submeteu os Movimentos Populares às instâncias reguladoras do Estado. Para ela, os espaços populares foram perdendo capacidade decisória, em relação a questões que eram de seu interesse, conseguidas depois de muitas lutas e negociações. Nesse processo de relação com o poder, foi-se perdendo autonomia pela institucionalização, pela burocracia e pelas disposições regulamentarias.

A trama que envolveu os Movimentos Populares não é compreensível a partir de um poder repressivo identificável, mas como postula Foucault:

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 2006, p. 8).

A Constituinte significava um grande projeto, um mediador do que estava sendo construído como estado democrático, era uma promessa de bem-estar e desenvolvimento. As pessoas se engajavam nesse processo assumindo funções, comprometendo seus projetos, suas expectativas, participando em algo que acreditavam. Mas, para Ângela foi transformando-se num dos fatores que favoreceram a fragilização dos Movimentos Populares, constituindo-se numa gama sutil de poderes que passaram a coagir e fragilizar a ação coletiva pela ação institucional dos sistemas regulamentadores governamentais.

Além disso e para contribuir com o processo de democratização que estava sendo implementado, o CEFURIA decide apoiar a formação de quadros partidários e líderes que atuavam junto ao PT, com o intuito de ganhar espaço nos âmbitos do governo. Na decorrência do relato de Ângela, ela nos conta que...

... associado a isso vieram as primeiras prefeituras, então o PT começou a ganhar as prefeituras, começou a ganhar deputados. Os quadros do movimento popular começaram a se absorver pela institucionalização. Então isso fragilizou o movimento. Essa é uma avaliação que eu faço (Ângela).

Segunda Ângela, o que foi acontecendo com muitos dos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) foi a transmutação de seus interesses, gradativamente perdidos na luta pelo poder. Ângela reflete a complexidade do processo que estavam experienciando. Por um lado, a sustentação no poder, que exigia uma forma de relação, como parceria; por outro lado, a relação de cobrança que o movimento mantém com a própria instância do poder institucionalizado.

E pior de tudo é que isso se comprova; hoje eu consigo comprovar um pouco disso (...) Porque os relatórios são claros, os relatórios das atividades de rua começam a se transferir para a área burocrática. São os relatórios, os conselhos, a briga da prefeitura com o conselho. Só que sempre num quadro de desigualdades muito grande, não se consegue as reivindicações, ali você perde a base, eu acho que começa sim uma crise nos anos 90 (Ângela).

Ângela sentiu a transmutação dos sentidos desse processo na experiência como um processo doloroso, porque sua análise, suas reflexões e posição crítica lhe foram exigindo o distanciamento com o partido que ajudou a construir. A abertura política trouxe essa contradição.

De acordo com Foucault (2006) o poder revela-se nas entidades regulamentadoras, nos ministérios, juizados, e outras entidades. O poder na vida real se dispersa estendendo-se, oprimindo, coagindo, impondo, delimitando, construindo saberes, determinando regras, disciplinando, constituindo sujeitos. Pela institucionalização é determinado muito do que as pessoas podem fazer e como fazê-lo. O poder regulamentado é mediado pela norma, escondendo quem impõe o poder.

Assim, os significados e as apropriações de sentido que os indivíduos outorgam a suas práticas sociais são mediatizadas por esses processos que, por sua vez, permeiam tanto as condições históricas sociais quanto a própria história particular de cada um. Nesse contexto, encobrem-se relações de dominação e poder que permeiam nossas práticas.

Olha, eu sou crítica na questão da institucionalização, eu tenho dúvidas e incertezas muito grandes com relação ao estado; eu tenho defendido até porque, quando eu escrevi o livro (da Constituinte) foi se abrindo um monte de angústias e coisas que eu estava sentindo, foi se clareando muito, assim teoricamente, e eu acho que a gente tem que começar a construir algo diferente do que está colocado; eu acho que o Brasil foi plantado, eu não sei, mas acho que a gente tem que fazer coisas diferentes, eu acho que esse Estado é um Estado falido, não tem, eu acho que o que é do Estado tem que largar, eu acho que tem que construir outras formas de relação por fora, inclusive política (Ângela).

O processo que Ângela experimenta leva-a a procurar novas conexões que como diz Vygostki (1999c) ampliam seu conhecimento da realidade promovendo-a a novas alternativas para as lutas sociais. Compreende-se que, nas reflexões de Ângela,

os acontecimentos se revelam pelos sentidos que confluem nas contradições da realidade. E, nesse sentido, a Constituinte, embora tenha sido um passo importante para a democratização do país, significou novos entraves para a ação popular.

O que prevalece em Ângela é sua proximidade a espaços de ação política que defendam os interesses dos setores populares, o que se revela como a trama afetivo-volitiva que sustenta seu engajamento nas atividades da mobilização popular.

4.4 Momentos difíceis

Esta unidade de sentido foi configurada a partir dos depoimentos de Ângela, Sílvia, Helena e Júlio, militantes da década dos anos 80 que experienciaram esse processo.

Os momentos difíceis no processo participativo se revelaram nos depoimentos destas pessoas pelas dificuldades que elas sentiram em preservar os espaços coletivos e políticos construídos nos anos 80. Uma época de consolidações e de amplitudes do movimento popular que se desestruturava surpreendendo a estas pessoas pelo esvaziamento dos espaços conquistados.

Assim, a década de 90 não foi fácil para os militantes vinculados ao CEFURIA. Não só tiveram que enfrentar a perda de muito do que tinham ganhado em longas jornadas de lutas e reivindicações, mas também experimentaram o desmoronamento dos espaços políticos, que tinham ajudado a construir, e passaram a ser testemunhas do detrimento dos setores populares. Desse dismantelamento nos fala Ângela...

... esfacelou-se o MAB, o movimento de saúde, o movimento de (pausa) mesmo os meninos de rua, os Movimentos Sociais parece que eles perdem muito e a dificuldade de você trabalhar com as pessoas da cidade é muito grande, de ouvir as pessoas. As pessoas chegam cansadas, perderam seus vínculos, suas raízes, hoje elas moram aqui, semana que vem elas não estão mais aqui (Ângela).

Tal como manifesta Ângela, se desestruturaram os espaços de ação política e modificaram-se os espaços urbanos e isso remete a uma perda dos lugares de comunicação e organização social e política. É difícil compreender esse processo sem se referir às mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, realizadas no

resguardo de um processo de globalização que se recria pela (in) flexibilidade dos fluxos de capitais. Como postula Chauí (1998), do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural; do lado da política, a privatização do público.

Em termos concretos, o impacto desse processo realizou-se por um endurecimento das condições de vida de um setor amplo de pessoas, pelo acirramento da pobreza, pelo recrudescimento das desigualdades, por um aumento dos excluídos do sistema (desempregados), incluídos pela miséria. E também pela perda de algumas garantias, que, de alguma forma, existiam em relação à moradia, emprego, e saúde. As mudanças acontecidas repercutiram consideravelmente nas expectativas das pessoas, em relação a condições de vida. Trata-se de novas formas de poder sobre as existências e novas formas de dar sentido a elas.

Lembrando os anos de 1980, Ângela relata...

... aquelas pessoas que vieram (nos anos 80) para a cidade, vieram com esperança de alguma coisa, elas vieram com esperança de empregos, de construir uma casa, por mais paupérrimas que elas fossem, vieram de lá, já sem condições de vida, mas elas vieram e se elas vieram foi com um objetivo, bem ou mal elas vieram, aqui tinha alguma coisa. Essas daqui não têm nada; hoje, no final da tarde, é conseguir comer alguma coisa, entende? (Ângela).

Segundo Ângela, as pessoas se deslocavam de seus locais de origem e procuravam melhorar suas condições de vida. Nesse processo, eram sujeitos ativos e constituíam espaços coletivos, organizando-se para conseguir suas reivindicações; criavam vínculos de amizade e solidariedade, e, dessa forma, iam criando espaços coletivos que dariam vida aos Movimentos Sociais urbanos, como relata Ângela, em seu depoimento:

...as pessoas, lá nos anos 80, as pessoas vinham buscar seu local de moradia, seu local de trabalho e tal; então elas vêm para uma região, principalmente a região sul, o Boqueirão, que é extremamente precário em tudo; então elas se organizam, daí vem a luta pelo transporte coletivo, pela saúde, pelas unidades de saúde, pela escola; as pessoas começam a se reunir nas associações de moradores, começam a tentar viabilizar a infraestrutura pública, os equipamentos públicos (Ângela).

As condições dessas pessoas eram deficientes; elas eram compelidas a deixar seus espaços de origem para procurarem novas possibilidades. No entanto Ângela chama atenção à condição delas de “organização no coletivo”, no social; a comunidade se revelava como um potencializador de seus desejos, de suas necessidades materiais e afetivas.

Ângela conta que, embora não existissem condições para prover a todos do necessário para a vida urbana, a organização coletiva em comunidades, estabelecida na década de 1980, facilitou muito o processo de reivindicação da qualidade de vida desses setores. Prosseguindo seu relato, Ângela nos diz que a comunhão que irradiava nos espaços populares, nessa época, foi um fator importante da organização social e política. Os relacionamentos estabelecidos tinham suas raízes nas formas de convivência em seus lugares de origem, o interior, onde se procura muito manter vínculos. As pessoas que chegavam rapidamente procuravam estabelecer amizade e se organizavam, constituindo redes de solidariedade, facilitando a construção da ação política, tal como expõe Ângela em seu relato:

... você lá no interior, você conhece as pessoas pelo sobrenome, você é de família tal, de que família você é? a Fulaninho é enamorado da sicraninha. Mas de que família? Ah! Porque você conhece, você tem identidade com o local, com as pessoas que vivem naquele local. E essas pessoas que vinham do interior, elas, mesmo quando viessem sozinhas, elas precisavam criar essa identidade. Então existia muito essa coisa de reproduzir os relacionamentos que existiam no interior, o compadrio, as pessoas eram comadres, um batizava o outro, as próprias comunidades de base se davam em função disso, de se criar raízes, de se criar relações de amizade, de fortalecer esse lado solidário com o outro (Ângela).

No entanto, o que transmite o relato de Ângela é que as transformações, acontecidas na década de 90, provocaram a dissolução das formas organizativas, culminando no desamparo de muitas pessoas e na perda de referências e de espaços coletivos, produzindo-se a desestruturação dos espaços comunitários e políticos.

Gil Rodríguez (2004) afirma que essas condições provocam a construção de subjetividades monádicas, condições que tornam possível que todo mal-estar se transforme em algo individual e que se concretize numa perda do sentido comum.

“Pérdida de un sentido de lo común puede leerse incluso en los espacios urbanos; éstos son diseñados desfavoreciendo una apropiación colectiva de los mismos y pensando solo en su función de recorrido y no para la ocupación” (Gil Rodríguez, 2004, p. 26).

Esta autora postula que esses processos organizativos são expressões de poder, nas quais os sujeitos são imersos, dando lugar a subjetividades ultra-individuais e simuladas.

Ângela se refere às repercussões dessas mudanças, a partir do relato de uma conversação que manteve com um paciente (ela é fisioterapeuta); o paciente conta para Ângela que, em vinte anos, mudou tudo. *“Fulano morava lá, sicrano morava lá”*. Hoje o que está ali são grandes conjuntos residenciais.

Ângela prossegue seu relato, fazendo reflexões do que pode ter acontecido...

...então você tem unidade de saúde 24 horas, você tem rua da cidadania, você tem terminal de ônibus, você tem as coisas; então, bem ou mal esses equipamentos chegaram (...) eu acho que a política, o discurso ele se aperfeiçoou muito, a própria mídia, eu acho que tem um papel importante nisso (...) então, para as pessoas já está tudo feito, e o que não tem agora é culpa delas, se não tem emprego agora, por que não estudou? Elas não culpam a escola que é ruim ou o fato de ter que ir para a rua trabalhar e não ter tempo de estudar, ou estar muito mal, cansadas e não ter condições de competir com o outro, entende? Então acho que o discurso político ajudou as pessoas a se aquietarem, acomodarem, acharem que é isso mesmo, e que está tudo pronto, que não tem muita coisa. Hoje em dia, para você reivindicar alguma coisa é complicado (...) você vai existem favelas, problemas seriíssimos, mas até as pessoas que estão lá hoje, talvez até pelo discurso, elas acham que elas são culpadas de estarem lá, que elas são culpadas, por que tanta gente tem e elas não têm? Então elas são culpadas (Ângela).

No processo da narrativa de Ângela é possível identificar sua crítica e sua dor, pelo rumo que foram assumindo os setores populares: o esvaziamento dos coletivos. Ela cobra a falta de crítica, a passividade. Sua análise não está pautada somente em um processo reflexivo-cognitivo, mas fundamentalmente em um processo que envolve também o afetivo-volitivo, pois se revela afetada pelo contexto que o engendra. É possível compreender esse fenômeno que tomou conta dos setores urbanos, pela propagação de significados transmitidos nas relações sociais e nos diferentes meios de comunicação, no enaltecimento do individualismo. Mas, ao

mesmo tempo, é fundamental compreender o modo como os sujeitos afetivo-volitivamente são afetados. Ângela para além de uma “análise sociológica” acerca do contexto político na contemporaneidade, nos alerta dando indícios do sofrimento ético-político que sujeitos militantes experienciam diante de valores pautados em um exacerbado individualismo.

“El individualismo es la forma hegemónica de subjetivación en el occidente, la cual se ha constituido en relación directa con el capitalismo industrial y postindustrial; todos los discursos sobre economía liberal, por poner un ejemplo claro, han venido siempre parejos con discursos sobre la naturaleza puramente individual de las personas. De igual forma, el discurso neoliberal defiende a ultranza la libertad individual, a sabiendas de que dicho discurso es el que mejor sirve a sus intereses, y de que lo malo (o lo bueno) de los discursos es que estos tienen efectos; por ello, a la vez que se anuncia la existencia del puro individuo, dicha existencia también se otorga y esto nos atraviesa a todos” (Gil Rofríguez, 2004, p. 103).

Numa sociedade que transmite valores enaltecendo um sujeito competitivo, inovador, polivalente, os sujeitos das camadas pobres não encontram cabimento em suas necessidades e anseios. A constituição dos sentidos é perpassada pelos atributos valorizados, e, nesse contexto, a passividade está relacionada ao que os sujeitos acham que merecem; dessa forma, legitimam-se injustiças e desigualdades. Sob esta ótica, os sujeitos militantes de organizações e movimentos de resistência sofrem o impacto da apatia do outro em suas próprias existências. Os significados que se cristalizam na população acabam sendo de inoperância individual, desconstruindo o discurso da resistência e da luta por uma vida mais digna.

A reprodução do individualismo e da instrumentalização tornam-se estratégias eficientes de naturalização e legitimidade da exclusão. Por ser vivida como sentimento de humilhação, vergonha e exclusão é facilmente transformada em culpa individual, encobrendo a injustiça (Sawaia, 2000b).

Numa compreensão sócio-histórica do sujeito pode-se aduzir que todo processo psicológico é inicialmente social e é convertido em psiquismo nas intersubjetividades. Nesse sentido Marx e Engels (1996) postulam “...a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais (Marx e Engels 1996, p. 13); e Vygotski (2000) afirma

“necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si” (Vygotski, 2000, p. 25).

O social e o psicológico encontram-se nos significados. Estes se constituem num processo de configurações permanente e relativamente estável. Os sujeitos constituem seus sentidos no confronto entre as significações sociais e sua experiência particular. A racionalidade que se instaura entre a população se constrói a partir de significados cristalizados, apontando para uma sensação de incompetência diante da vida.

Sawaia (2003) dá alguns exemplos da racionalidade individual que descola o indivíduo das determinantes históricas: “você consegue, basta querer”, “Você é dono de sua vontade”. A autora postula que a economia não é independente dos territórios particulares e dos desejos dos homens. A subordinação política é realizada em regimes de práticas diárias, flexíveis, mas que criam hierarquias brutais, culminando na sensação de incompetência e apatia. Tal apatia coletiva afeta a singularidade de Ângela, gerando inconformismo e crítica diante do sofrimento ético-político do outro.

Tal como se expressa em seu relato, a economia brutal se realiza no empobrecimento dos mais pobres.

... esse público de hoje, esse público são as pessoas que não têm mais relação nenhuma com nada; elas vivem da cesta básica que a igreja dá, elas não têm trabalho, elas não têm moradia, onde elas moram (...) elas não tem vínculo com ninguém, são pessoas que se lhe matassem o filho, não têm pra quem pedir socorro, entende? (Ângela).

É possível, diz Ângela, que, em algum momento, essas pessoas tenham sido as mesmas que chegaram do interior, em busca de melhores condições de vida, mas não as conseguiram. São pessoas que, segundo Ângela, foram jogadas para baixo pela evolução da globalização; elas *“caíram fora, não tem esperança”*, e não procuram participar, embora fossem as que mais precisassem de fazê-lo.

Nesse sentido, pode-se dizer que as relações que se instauraram em nível macrossocial, como projetos político-econômicos, que prometiam o progresso, se refletiram em nível microssocial nas carências e necessidades das pessoas das classes populares que se obrigam a retirar das ações coletivas, o que repercutiu no âmbito do

CEFURIA e de seus militantes em uns de seus momentos mais difíceis, pelo esvaziamento de seus espaços coletivos, mas principalmente porque o sofrimento destas pessoas as afeta profundamente, a tal ponto que esse fator se transforma no elo que as faz perdurar na luta popular.

Ângela reflete que as pessoas não só perderam o sentido do coletivo e do político, como também a noção de si mesmos, enquanto sujeitos de direitos, perdendo muitas vezes, o sentido de suas vidas.

Para Sílvia os anos 80 foram fundamentais para a consciência política e concorda com Ângela quando afirma que o período mais difícil de sua militância foram os anos 90 e comenta:

...enquanto a esquerda ficava meio tonta com os militantes tentando entender o neoliberalismo e querendo saber o que estava acontecendo e correndo atrás para não deixar perder, o trabalho de base foi esvaziado (Sílvia).

A fala de Sílvia patenteia uma crítica às formas como na época, as pessoas mais engajadas enfrentaram a situação. No entanto, não se pode desconhecer que a trama ideológica que mediava a implementação do neoliberalismo se impregnava nas pessoas, tanto pelo seu discurso como pelas suas conseqüências, enquanto se transmitia que as medidas adotadas e o percurso que a sociedade estava assumindo era o único válido e o único possível; o que se convencionou de chamar de pensamento único (Touraine, 1999).

Neste contexto, de grande complexidade, com uma ideologia global, adotada pelos sistemas políticos no poder e definida por alguns interesses corporativos e instituições internacionais, o CEFURIA volta-se à formação, segundo Sílvia, quase se transformando num centro de excelência, buscando dar subsídios aos movimentos e também buscando adequar-se aos novos tempos.

Nesse intuito, o que aconteceu foi o afastamento cada vez maior das bases. Esta situação gerou crise no ano de 1993, um momento difícil para o CEFURIA, quando quase todo o pessoal da equipe interna (só ficou uma pessoa) do Centro de Formação se demitiu de suas funções. Segundo documentos da entidade, o pessoal da equipe interna tinha-se voltado para uma formação elitizada, falava-se de oferecer

serviços e de transformar-se em ONG. Essa orientação da formação foi sendo assumida pela equipe interna da época, a partir das propostas que estavam sendo dominantes, numa concepção que provocou conflitos sérios dentro do CEFURIA.

...em algum momento aparece isso em alguns documentos, principalmente na época que o Euclides esteve aqui, inclusive foi um período de conflitos, por, naquele momento, para nós imagine só, no início dos anos 90... A coisa de falar de ONG e terceiro setor para nós era um horror, eu não estava internamente, mas eu vi pelos documentos que diziam que o CEFURIA talvez tivesse que fazer uma adaptação estatutária para se transformar numa ONG, prestadora de serviços, inclusive para vender serviços de assessoria. Não que ele não tivesse compromisso, mas acredito que ele tinha uma outra visão, naquele momento, do papel da ONG, enfim, para poder arrecadar recursos (Sílvia).

Pelo que Sílvia comenta, esse foi um momento difícil no CEFURIA, que provocou severas mudanças e a imposição da retomada dos rumos na busca da aproximação às bases. As pessoas que saíram podem ter-se esforçado, de superar os entraves que estavam enfrentando, tentando acompanhar as transformações. No entanto, eles próprios constituem-se no interior das contradições da sociedade, o que as levou à crise, na definição concreta de que a entidade se afastara das bases.

O trabalho de base que caracterizou os tempos de início do CEFURIA foi-se complicando, pelo distanciamento das pessoas da participação em Movimentos Populares, pela própria dificuldade dos militantes de acompanharem o processo. Contudo, para os militantes entrevistados, as dificuldades preocupavam e se transformavam em desafios, orientando-os a retomar outros caminhos, procurando, como sempre, motivar a participação. Helena relata como inverteram esse processo.

Aí fomos, para retomar, com a missão de botar o CEFURIA para fora, fazer o CEFURIA crescer, aumentar a imagem porque ele estava às moscas. Ali começamos a resgatar então (pausa). Ah! Não tem trabalho popular, não tem trabalho de base, vamos retomar o trabalho de base. Aí entramos nas articulações das lutas nacionais também. Aí, bom, mas o CEFURIA não é uma ilha, o que está colocado aqui está conectado com uma questão maior, de linhas gerais; você não faz uma ilha, você tem que estar conectado às coisas. Nos começamos a assumir; aí a luta contra a dívida externa, aí veio a ALCA e enfim, veio várias atividades que nós puxamos em nível nacional que o CEFURIA se colocou (Helena).

Helena lembra os tempos dos anos 90 e afirma que, diante dessa crise, optaram por sair em busca de uma aproximação às bases. Em seu relato manifesta

sua grande vontade de obter esse retorno, vontade compartilhada com outras pessoas, ligadas ao CEFURIA. Dessa forma, o trabalho de base é reencontrado na aproximação que o CEFURIA faz, aderindo à Campanha de Betinho “Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria”. Segundo Helena era importante fazer trabalho de campo e mostrar para as pessoas as raízes da fome porque, segundo ela, “a fome tem raiz”. Assim se conseguiu resgatar o vínculo com as pessoas: elas chegaram, conheceram e foram participando, alguns se inserindo nos processos de formação.

Helena expressa a importância de se aproximar às pessoas pelas suas necessidades, porque elas precisam de “coisas concretas”. E, por isso, alimentos e roupas eram importantes. Helena afirma que sempre é possível ajudar, quando se tem “vontade”; dessa forma, pessoas contribuem com a campanha, fazendo vínculos. “Não adianta falar de socialismo, falar de uma sociedade desejável, se concretamente as pessoas não vêem nada”. Conforme relata, formaram-se vários comitês nas Vilas em que se distribuía alimentos e, junto com isso, se fazia formação. Assim, comida e reflexão caminhavam juntas.

... conversávamos com a liderança, sabíamos o que acontecia no bairro, qual era o problema ali. O problema era que tinha um alto índice de violência, e as pessoas falavam, comentavam. Então nós preparávamos uma palestra sobre o assunto e levávamos um especialista da área, e daí a pessoa ia lá na sede do CEFURIA e lá nós fazíamos a palestra e falávamos sobre o CEFURIA, começávamos a vender nosso peixe. Olha, qualquer coisa o CEFURIA ajuda assim. Daí a pessoa precisava fazer um panfletinho lá na vila: olha, vamos fazer. E eu falava: nós vamos dar um curso para que a pessoa possa fazer o seu próprio panfleto; aí nós fazíamos uma pesquisa no que o CEFURIA poderia ajudar. Aí nesses comitês as pessoas falavam das suas necessidades, que não sabiam fazer jornal. Em outra localidade queriam aprender a falar em público. Então montamos os cursos a partir dessa experiência, fizemos curso de fotografia, de preparar jornal, de teatro, de filmagem, e aí tinha uma mulherada que começou a ser candidato e não sabia falar em público e aí fizemos um curso só para a mulherada. Então a gente filmava a pessoa falando e auxiliava nas melhoras, foi uma coisa bem bacana e assim as pessoas foram conhecendo o CEFURIA, e, ao mesmo tempo como nós trabalhávamos com parceiros e os parceiros variados, a coisa melhorou porque você conhecendo o CEFURIA e o CEFURIA vendendo seu peixe, mostrando consistência no trabalho (Helena).

Os sujeitos militantes reagem diante do sofrimento ético-político vivido pelo outro e experienciado por eles em sua consequência participativa. Eles encontram uma alternativa diante do impasse que se colocava em relação as dificuldades

enfrentadas na militância. No entanto, isso não era suficiente, uma vez que as pessoas precisam de condições de vida, de emprego, moradia, segurança, dignidade. Os governos traspassam a responsabilidade de prover as condições de satisfação de algumas dessas necessidades para o mercado, que só responde as demandas através do sistema monetário. Num sistema neoliberal, estas condições se exacerbam, legitimando ao extremo, o mercado como distribuidor de necessidades e da satisfação delas.

E a crise que toma conta da sociedade vai-se aprofundando, complicando aos militantes as possibilidades de estar junto aos espaços populares. Nesse contexto, o que chega para esses espaços é o crime organizado.

E foi aí (nessa época) que o crime organizado fincou e centrou... Como parte da própria lógica do capitalismo, dos tempos do vale tudo para ter dinheiro, para se ter lucro a todo custo, é o crime, porque é um sistema criminoso e a impunidade ia engrossando. Então, como resultado (eu digo) da própria questão do desemprego, o crime organizado se colocou como opção de emprego, e inclusive os criminosos fazendo aquela proteção que o Estado não dá à camada mais pobre. Então, quer dizer os religiosos e os militantes que antes faziam opções de vida de morar na favela, nas ocupações irregulares, e que tinham muito apoio... Que também é um reflexo dos anos 90, esse retrocesso da Igreja Católica, na inspiração da criação da ideologia da libertação, que tinha sido uma grande força nos anos 80. Então assim, esses espaços do povo foram ficando meio abandonado nesses anos 90. No momento de crise profunda de emprego e de impunidade, com uma degradação da polícia; na verdade, acho até que antes já era, mas talvez era menos. A questão do desemprego acelerou isso. Então assim, ficou muito difícil; hoje é muito difícil você adentrar esses espaços, porque os caras têm os donos, os lugares de pobreza hoje têm seus donos. Então é muito, enfim, mas a gente tem que aproveitar as brechas. Que brechas nós teríamos para voltar para esse trabalho de base? Essa que era a idéia (Sílvia).

Sílvia expõe esta profunda transformação acontecida nos espaços populares, como repercussão das políticas econômicas que desestrutura os relacionamentos estabelecidos entre moradores, militantes e a igreja católica, abrindo espaço para relacionamentos com o crime e a delinqüência e como tais condições se fazem concretos empecilhos, de onde se precisa vislumbrar novos pontos de resistência.

Desse modo, novas formas de relacionamento se impõem aos setores populares. Sílvia estabelece a relação entre a crise da sociedade e as mudanças nos

bairros, criando uma ética contraditória, na qual as pessoas precisam aprender a conviver com a insegurança/segurança que impõem os donos do poder, nas precariedades dos setores populares.

Chauí (1998) postula que, com o desenvolvimento da comunicação de massas, são construídas formas simbólicas, promovendo a cultura do consumo, que desperta desejos de ter objetos e incita a sua aquisição, mediante qualquer meio.

“...a sociedade da mídia e do consumo de bens efêmeros, perecíveis e descartáveis, engendra uma subjetividade de tipo novo, o sujeito narcisista, que cultua sua própria imagem como única realidade que lhe é acessível e que, exatamente por ser narcísica, exige aquilo que a mídia e o consumo lhe prometeu sem cessar, isto é, satisfação imediata dos desejos, a promessa ilimitada de juventude, saúde, beleza, sucesso e felicidade que lhe virão por meio dos fetichizados, promessas que, no entanto, não podem se cumprir e geram frustração e niilismo (Chauí, 1998, p. 3).

Na opinião de Sílvia hoje existe mais informação, mas de forma fragmentada, que confunde. Existe um apelo intenso ao consumo, do qual essas pessoas ficam excluídas; e elas começam a achar formas alternativas de construir suas vidas, inclusive, como Sílvia enfatiza anteriormente: através do crime, do tráfico de drogas, do roubo, da comercialização de produtos ilegais. Essas práticas burlam as legislações vigentes e possibilitam para alguns setores o acesso a bens que são exibidos pela propaganda, que desperta o desejo de possuí-los. Dessa forma, o crime vai tomando conta e, em termos de militância política, os espaços comunitários e políticos se encolhem.

Como denuncia Sílvia, as práticas corriqueiras dos anos de 1980 foram banidas dos bairros, houve mudanças profundas nas formas societárias das comunidades, consolidando-se formas de individualismo que medeiam formas de significar a realidade e os relacionamentos.

...a gente sempre falou muito do coletivo, do coletivo e as experiências históricas não deram conta disso, porque sempre deixou as pessoas em segundo plano, os indivíduos. E depois vem um sistema individualista, que coloca como se a pessoa fosse o centro de tudo (Sílvia).

Nesse sentido, Sílvia se refere ao estruturalismo e o individualismo, deixando entrever a ambigüidade que está posto nos relacionamentos sociais que polarizam o individual e o coletivo, perdendo a dialética que perpassa essas noções, enquanto o coletivo constitui o individual e o individual é constitutivo do coletivo. O coletivo significado como sociedade que se impõe ao sujeito, ou o coletivo como massa irracional. Nessas duas acepções, perde-se o sujeito. Mas também o sujeito se perde no indivíduo indivisível, no mônada, criado pelo individualismo. Essas concepções são valorizadas e se difundem nos cotidianos e na mídia de circulação global, em diversificadas formas simbólicas, que se impregnam nas subjetividades, tal como comenta Sílvia, quando fala da eleição de Lula:

Então quem votou no Lula em 2002, a característica do voto no Lula foi diferente de quem votou no Lula em 89. Que a gente dizia o voto que tem um saldo organizativo na sociedade, e, em 2002, teve mais a ver com essa coisa da consciência individual. Não acho que seja só por conta da propaganda, também isso acho que tem um peso importante, mas tem muito a ver por que as pessoas têm acesso também à informação do ponto de vista da consulta. à internet, que não querem militar hoje junto aquele político, junto a uma associação profissional de moradores. Elas podem ter acesso à informação alternativa de internet, mesmo as coisas que nós divulgamos, que as organizações divulgam, podem conhecer toda a história do MST, via internet. Via internet, elas não têm que estar diretamente nos grupos; então, assim é uma coisa nova que a gente precisava entender (Sílvia).

A consciência individual para Sílvia é construída na perda da relação com o outro, da relação face-a-face. Como aponta Thompson (1995), a comunicação de massa implica, geralmente, o fluxo em mão única de mensagens do produtor para o receptor. Perde-se a condição dialógica. Nesse mesmo sentido, Melucci (1999) aponta que os recursos que consistem em informação exigem a capacidade social da individualização, de tal forma que os indivíduos possam ver-se como centros independentes, capazes de conhecer, de tomar decisões, de aspirar ao poder, etc. Mas, concomitantemente e pela mesma razão, os sistemas que dispõem esses recursos de autonomia, estreitam o controle e orientam os sentidos e as identidades individuais. Assim postula Melucci (1999):

“Los procesos de individualización aparecen como altamente ambivalentes: por una parte, se manifiestan como procesos que defienden la autonomía, la autodefinition, la posibilidad de meta-cognición y meta-comunicación (...) pero, por otra parte, son procesos extremadamente frágiles, ya que están expuestos a la manipulación por vía de códigos externos que se les imponen, a menudo en forma invisible” (Melucci, 1999, s/p).

Essa ambigüidade é trazida por Sílvia, quando se refere ao episódio da eleição de Lula trazendo novos elementos de problematização:

Eu acho que houve uma esperança muito grande no Lula. Mas não é uma esperança fundada numa consciência política de esquerda socialista, como a gente achava que seria o Lula, em 89. É uma outra coisa; também o Lula está fazendo uma fala para o povo, do ponto de vista que ele é aquele guri que veio e começou na miséria e veio para São Paulo como retirante, etc. (Sílvia).

Por um lado, indivíduos elegem na solidão de suas interlocuções com a mídia, com a conexão planetária de informações. Por outro lado transmite-se a imagem de um “Lula individual”. Nesse entremeado histórico-social, os sujeitos se constituem nas multiprocessualidades, como afirma Zanella *“como um processo permanente e inexoravelmente social de (re) invenção de si em que um ‘outro’ é fundamento e expressão do próprio eu”* (Zanella, 2006, p. 34).

Um processo marcado pelos múltiplos fatores que permeiam as relações entre sujeitos e que revelam o sujeito dominante e o sujeito que encontra fugas e recria resistências; e também aquele que se submete ou é submetido.

Os momentos difíceis se evidenciam no depoimento de Júlio pelas transformações produzidas nas relações em torno do desemprego.

... aqui em Curitiba nós tínhamos um movimento que se chamava Movimento de Luta contra o Desemprego, movimento com início nos anos 80 que foi puxado pela Pastoral Operária e, na oportunidade, uma das conquistas desse movimento pela luta contra o desemprego foi o passe para o desempregado. Conseguimos esse passe ao desempregado (...) quem distribuía o passe aos desempregados era o próprio movimento, de tal forma que as associações de moradores cadastravam os desempregados, nos traziam esses cadastros e todas as semanas nas sextas-feiras à noite, nós fazíamos uma assembléia e distribuíamos o passe para as associações que no fim de semana entregavam para os desempregados (Júlio).

O sentido do desemprego era dado pelo social e mobilizava os diferentes setores da sociedade. Nesta fala, Júlio ressalta o desemprego significado como

carência, como um direito no qual cabe responsabilidade ao Estado e à sociedade. Nesse intuito, o que prevalecia era o sentimento de solidariedade e o compromisso das pessoas com os desempregados.

Nessas circunstâncias, Júlio reconhece e afirma:

... a nossa leitura assim superficial aponta para o fato de que houve mudanças substanciais na forma de você organizar a política, na forma de você organizar a economia, que a gente assim de forma simplista denomina de globalização, que tiveram impactos também no mundo da cultura muito forte (Júlio).

Júlio refere-se, nesse momento, às instâncias políticas que afetaram os sujeitos em suas relações com o trabalho e o desemprego, e refere-se a essa dimensão do problema, nas palavras seguintes, frisando as mudanças.

Ocorre que houve uma modificação na conjuntura do país e também na conjuntura internacional, que foi nos levando a dificuldades cada vez maiores em trabalhar com o povo. Porque eu lembro o seguinte, que nos anos 80, nós conseguíamos reunir muita gente, conseguíamos simbolizar, fazer manifestações. Na questão do desempregado era uma coisa impressionante: nós fazíamos passeata, porque o problema do desemprego era um problema crônico, sério. Agora, hoje, também é, só que acontece que, naquela época, nós conseguíamos criar esse movimento, não só aqui em Curitiba; era um movimento de luta contra o desemprego, e conseguíamos conquistas importantes. O que aconteceu foi que, naquela época, nós conseguíamos criar e hoje o desemprego continua aí tão grave ou mais grave e não conseguimos mais (Júlio).

É perceptível a mágoa que invade Júlio, no momento em que relata como esse processo foi tomando conta da realidade social e individual das pessoas. O que ele aponta é uma inércia, uma conformidade das pessoas, o que se transforma num empecilho para os processos de organização e participação em movimentos que pudessem enfrentar tais condições.

O desemprego passou a ser significado como um problema do indivíduo, tal como expõe Júlio, com as seguintes palavras.

... na realidade do trabalho, o que é hegemônico hoje é aquela concepção de que as pessoas não estão no mercado de trabalho por função de sua incapacidade, enquanto pessoa que não se qualificou e não como um problema social (Júlio).

De acordo com o que Júlio relata, pode-se entender que o que predomina é considerar o desemprego como falha individual, descolada das condições sócio-históricas que propiciaram suas condições. Sennett (2000) fala como o individualismo foi corroendo os valores societários das pessoas no trabalho, empurrando-as a centrar-se em si mesmas, numa forma de vida, ou melhor, de sobrevivência, regida por uma ética acomodativa e instrumental. Nessa concepção, o sujeito é o indivíduo particular, o sujeito que assimilou autonomia como autodeterminação, liberdade como livre arbítrio e projeto da modernidade como um projeto instrumental. Nesse contexto, há pouco espaço para o sujeito comunitário. Evidenciando essa condição, Júlio lamenta:

... nos anos 80, os recursos eram bem menores, mas havia mais energia, mais vibração, havia mais vontade, havia mais convicção que as coisas (pausa). Tinha-se muita vontade política de fazer com que as coisas, de fato acontecessem. Havia mais ação unitária, havia (pausa). A agenda de luta era mais clara (Júlio).

Compreende-se o desânimo de Júlio, seu mal-estar pelo rumo que assumiram os acontecimentos. Ele se manteve na luta, mas nem todos fizeram essa opção. Pessoas se retiraram dos movimentos, sem dúvida muito pela condição de terem que responder às condições que estavam vivendo: na exacerbação do desemprego o sofrimento é constante e cristaliza. Sofrimento compreendido por Sawaia (1995) como...

“... mal-estar psicossocial, como sendo a fixação do modo rígido do estado físico e mental que diminui a potencia de agir em prol do bem comum, mesmo que motivado por necessidades do eu, gerando, por efeito perverso, ações contra as necessidades coletivas e, conseqüentemente, individuais” (Sawaia, 1995, p. 50).

O sofrimento como algo que corrói o sistema de resistência social. Rompe o nexo entre agir, pensar e sentir. Anula o sentimento por encontrá-lo suspeito e anula também o pensar na atividade. Seu estado favorável é a miséria, a heteronomia e o medo. E o que se cultiva a partir dele é a passividade, o alcoolismo, o fatalismo, a vergonha, o medo (Sawaia, 1995).

De acordo com Chauí (1998), as conseqüências no contexto social se revelam por um refluxo dos movimentos e um retrocesso de políticas de emancipação do gênero humano. A fragmentação dos grupos sociais e a destruição de seus antigos referenciais de identidade tornam difíceis as possibilidades de espaços de desenvolvimento societários. Estas condições aparecem como valores positivos, na medida em que o que se incentiva no mundo neoliberal é o individualismo competitivo e o sucesso, a qualquer preço.

No entanto, militantes persistem e procuram novos caminhos para reinventar sua caminhada e, nesse intuito, começam a pensar em espaços alternativos, diferentes dos partidos políticos, que não tinham dado conta do fenômeno do neoliberalismo. Nesses rumos, partem para a Consulta Popular.

Tendo como objeto de motivação lutar pela superação das condições que estavam sendo postas e inserindo-se numa ética libertadora que os ajudasse a procurar condições de justiça, os militantes de nosso estudo se voltam para reinventar as lutas populares, sempre construindo significados compartilhados, mas dando-lhes sentidos singulares que se constituem a partir de suas histórias.

4.5 A Consulta Popular

Esta unidade de sentidos foi construída a partir dos depoimentos de Ângela, Sílvia e Júlio, ativos militantes desta experiência coletiva e política. Iniciamos com as palavras de Ângela que faz um breve resgate histórico que nos ajuda a recapitular os momentos mais relevantes.

Da mesma forma que a Constituinte foi para muita gente, da mesma forma que o MAB foi, a Consulta Popular também era; participavam os movimentos de organização, participavam da Consulta e estavam dentro do CEFURIA (Ângela).

Na fala anterior, Ângela situa pinçando aqueles momentos que, para os militantes, foram marcantes, ou seja, momentos que “ficaram”. Como bem ressalta Ângela, primeiro foram as associações de bairro, de onde se origina o CEFURIA,

depois foi a Constituinte como um momento de revelação, e agora a Consulta Popular, como momento de criação.

De acordo com o documento “Quem somos” (2005), emitido pelo Movimento da Consulta Popular:

“A Consulta Popular é a expressão orgânica da idéia da necessidade de se resgatar um Projeto Popular para o Brasil e uma proposição de que a esquerda precisa ser refundada partindo da avaliação de que o ‘ciclo PT’ chegara ao fim, compreendendo que não se tratava de um evento, uma sigla ou forma de luta, mas da construção de um processo necessário – a refundação da esquerda brasileira”¹⁵

Como se refazer? A difícil situação é definida por alguns dos entrevistados como “carregar o piano”. Não obstante, como afirma Vygotski (2004b), é da degradação do homem que emergem suas forças potencializadoras. É nesse mesmo sentido que Sawaia (2000b), a partir da leitura de Espinoza, postula que sentimentos tristes que imobilizam e escravizam como medo e insegurança podem ser impulsores de sentimentos libertários, de esperança. Em outras palavras, os sentimentos de tristeza podem ser impulsores de se potencializar, para pensar e atuar na contraposição do que está afetando e provocando sentimentos tristes.

As políticas neoliberais atingiram não só os espaços do trabalho, onde tinham sido construídas formas históricas de luta, mas também estas repercutiram nos espaços da vida cotidiana como espaço de existência e convivência que estavam despertando para espaços coletivos de ação política.

Nesse contexto, surge o movimento da Consulta Popular, um momento que se revela na fala de nossos entrevistados como extremamente importante, dentro de seus processos de ação política, e que, neste espaço de pesquisa, foi destacado por três dos entrevistados: Júlio, Ângela e Sílvia.

Júlio nos relata que a Consulta Popular surge em dezembro de 1997, em uma assembléia em Itaiaci, Indaituba – São Paulo. *“Surge em uma Assembléia que eu participei”* (Júlio). Para Júlio, essa proposta foi uma experiência particular que vivenciou com a maior expectativa e que assume ainda hoje, em seu percurso

¹⁵ Texto elaborado para o Seminário Partidos de Esquerda na América Latina, Fundação Rosa Luxemburgo.

histórico. Na reunião fundadora do movimento da Consulta Popular estavam presentes aproximadamente 400 militantes, provenientes de diversos lugares do País. Quem liderava esta iniciativa era o MST, que, segundo Júlio, era o único movimento que não entrara em crise, nos anos 90. Também foi o único movimento que manteve a formação política, o que se traduzia para Júlio em uma maior clareza e uma crítica mais fundamentada da sociedade.

A Consulta parte de uma crítica aos setores que tomam as decisões nas diretrizes sócio-políticas e econômicas da sociedade. Ela nasce da inquietude de intelectuais brasileiros que percebem que os rumos do PT já não condizem com as necessidades do povo; e que existe uma crise que volta ao partido e seus dirigentes para outros interesses.

De acordo com Gebrim (2005) a Consulta Popular se levanta, fazendo a aclamação da volta ao povo, numa proposta que é abraçada pelos setores populares que não aderiram ao pensamento hegemônico e que acharam que o caminho era uma nova forma de fazer política popular, recompondo-se a partir da base.

Júlio, lembrando esses momentos, argumenta sobre as condições que provocaram a criação da Consulta Popular.

O PT estava cada vez mais se institucionalizando, estava se afastando dos Movimentos Sociais, estava cada vez mais entrando numa dinâmica da mera luta pelo poder: então aquilo foi uma chamada de atenção, assim: será que a gente não precisa retomar o trabalho de base e voltar apostar na formação política e será que vale a pena gastarmos toda a energia na luta política institucional? (Júlio).

Nessas palavras, Júlio revela a inquietude que o foi envolvendo em relação ao distanciamento que o PT demonstra aos interesses que estavam na sua origem. O processo histórico evidenciava a necessidade de adotar novos rumos e a Consulta Popular se revela como uma proposta contundente, nesse sentido.

Contudo, qualquer iniciativa de transformação precisaria de muita decisão e vontade de mudança dos envolvidos, pois os entraves acumulados no transcurso dos anos 90, tinham afetado consideravelmente a participação em ações políticas. Ainda assim, Júlio, Ângela e Sílvia apostam na Consulta Popular e voltam todas as suas potencialidades a dar suporte a essa proposta. Eles eram militantes que aderiram à

militância nos anos 80, que sobreviveram como tais, durante o longo período de crise dos anos 90 e que hoje se dispõem a reinventar a luta por aquilo em que acreditavam: avançar nas lutas populares, visando a superação do sofrimento do povo.

No ano inteiro são chamadas as grandes assembleias nos estados, aqui no Paraná (...) várias pessoas do movimento popular bem ou mal organizado, vêm participar dessa assembleia aqui em Curitiba. Ali no antigo cassino do Ahu, fazemos um baita de um encontro, fazemos discussão política, projetos políticos e se encaminham pessoas para esse encontro nacional em São Paulo (Ângela).

Ângela fala, com motivação, de um projeto que emerge deles, que se referia a seus desejos, suas necessidades, um projeto criador, um projeto que considerava o povo. Vygotski (2003) ensina que todo processo de transformação não se desenvolve, se, por trás, não há um processo de criação, que, por sua vez, é indispensável para projetar-se no tempo histórico. A criação é constitutiva do ser humano e se realiza na prática do homem, onde ele imagina, combina, transforma e relaciona. Contudo, para que exista uma proposta de transformação, devem existir as necessidades, as aspirações, os desejos que vão impulsionar os projetos de mudança.

Sílvia, uma das entrevistadas, tinha sido contratada como formadora pelo CEFURIA e assumir a Consulta Popular foi para ela um dos primeiros desafios dentro da entidade. Segundo conta, ela estava tomada por uma grande motivação e com muita vontade de dar impulso ao movimento.

Eu estava muito animada, na hora que eu vim para o CEFURIA. Eu estava muito animada porque a idéia era que eu viesse, para a gente tocar a Consulta Popular. Quando eu vim para cá, o CEFURIA passou a sediar a Secretaria Operativa da Consulta Popular (Sílvia).

Para ela, a Consulta tinha sentido pela formação nas bases. A formação, conforme ela conta, tinha ficado de lado, no decorrer da década de 90, uma vez que as condições existentes dificultaram a aproximação com as bases. Então, para ela, a Consulta deveria levar os movimentos de volta à formação das bases pela educação popular, tal como propõe nas palavras seguintes:

... e que a gente fizesse oficinas práticas, para que a gente exercitasse o que é o trabalho de educação Popular. Que se desafiassem a criar uma temática para fazer discussão a nível de base, então nós fizemos isso, e foi muito bom. O Miguel Arroyo foi assim, excelente, porque ele fez (...) de como é

que um militante do projeto Popular do Brasil tem que voltar para base, fazendo a crítica com essa coisa do vanguardismo, que não pode ir lá levar a verdade pronta, mas que tem que ouvir as pessoas. E a partir do que elas dizem, tem que começar um projeto de educação Popular (Sílvia).

A partir do sentido que dá à Consulta Popular, Sílvia levanta sua proposta em nível nacional. Suas convicções são postuladas com firmeza, demonstrando que, para ela, militância é, antes de tudo, formação e base, mas também é vontade, projeto a realizar, é trabalho e dedicação. Sílvia dá a máxima importância à educação popular, e, nesse intuito, defendeu que isso é que adere à Consulta Popular.

...de cara, eu montei a proposta de um curso em várias etapas, que a gente chamava de cursinho de Multiplicadores de Projeto Popular do Brasil que, na verdade, resgatava a história do Brasil. Nós chamávamos de “A história que não foi contada”: Curso de Formação de Multiplicadores do Projeto Popular do Brasil, e tentei organizar uma equipe, porque a minha concepção de formação parte do pressuposto que a gente tem que trabalhar coletivamente (Sílvia).

Para Sílvia, está claro que as condições existentes têm sua raiz no processo histórico e, junto com outras pessoas, coloca ênfase em trazer a história “que não foi contada” para os cursos de formação, o que significa: trazer a discussão à questão dos interesses dos distintos grupos, das relações de dominação que marcaram a história da América Latina e do Brasil. Mas também ela acredita em que todo o processo de formação só pode constituir-se coletivamente, e, nesse sentido, insiste que é necessário trabalhar em grupo, embora, muitas vezes, isso não seja possível pelas limitações que envolvem o trabalho de ação política.

Na concepção de Sílvia, é valorizado o sujeito histórico-social e, nesse sentido, é que ela planeja seu trabalho junto à Consulta Popular, trabalho que faz através do CEFURIA, compartilhando com outras pessoas que alimentam os mesmos sonhos e valores que ela.

Para Júlio, a Consulta Popular recupera o processo histórico das lutas que estavam adormecidas. Converte com essa proposta na necessidade de recuperar instrumentos de ação política. Júlio é, dos entrevistados, quem mais se compromete com a Consulta Popular, assumindo, nesse momento, a liderança da Assembléia Popular, uma expressão que nasce da Consulta Popular e que tem como intuito a

articulação das lutas e campanhas do povo. Para Júlio, a Consulta Popular assume sentido, enquanto...

...discute a necessidade de criar um outro instrumento político, mas não mais com o objetivo de disputar as eleições, o poder institucional, mas construir uma nova dinâmica de poder que seja o poder de baixo para cima, através de formação política, da elevação de formação política, da elevação do nível de consciência das pessoas, de que as pessoas sejam os autores e sujeitos das suas ações, que não têm como perspectiva necessária ascender ao poder, mas fazer com que se organizem de tal ponto, de fazer com que esse poder faça concessões. Na Consulta Popular, nós estamos discutindo a construção de um instrumento político que seria um instrumento para todos, para consciência política seria semelhante a um partido, mas sem o objetivo de disputar as eleições (Júlio).

Nas palavras de Júlio, encontra-se a potência do desejo de uma transformação, da necessidade de construir uma sociedade diferente, como ele diz, desde baixo, a partir da base, do povo. Júlio de igual maneira que Sílvia, adere à Consulta como um projeto no qual eles se encontram em seus anseios e necessidades. No entanto, percebem-se diferenças decorrentes de suas singularidades. Para Sílvia, a Consulta deve ser um potente mediador com as bases; para Júlio, é um órgão político que não deseja o poder, mas que pretende confrontá-lo. Compreende-se a postura de Júlio como uma alternativa de construir outra forma de poder, em contraposição com os partidos políticos. E, nesse sentido, preserva-se a relação com o poder político, embora Júlio postule que este não seja uma finalidade.

A velha tensão que atravessa todo o processo da participação em ações coletivas emerge uma vez mais: Como se deve enfrentar o processo de mudança: pela relação com o poder, ou seja, na articulação e na confrontação? Ou pela base, a partir das necessidades das pessoas, acompanhando-lhes em seus processos?

Ângela também participou na Consulta e conta como foi esse processo.

... se concretizou o surgimento da Consulta Popular, e ela leva esse nome porque, na realidade é Consulta Popular, um projeto popular para o Brasil, porque se consultaria o povo sobre a necessidade desse projeto e como seria esse projeto, em cima da discussão do Brasil que temos e o Brasil que queremos. Então, seria a leitura da realidade, para se chegar a um projeto. E desde o começo, se tinha claro que a gente não ia sair com um livro ou com um programa de governo, que era um projeto em construção, a partir das necessidades. Um projeto que se modificaria ao longo do tempo devido às necessidades, das circunstâncias, das conjunturas, então ele seria um projeto dinâmico construído no dia-a-dia com a população (Ângela).

Nas palavras de Ângela, estão cifradas grandes expectativas. O movimento da Consulta é compreendido, ou seja, significado como um trabalho que se vai desenvolver a partir do povo. No entanto, evidenciando uma contradição, ela assevera que a iniciativa da Consulta Popular nasce de intelectuais e, nesse sentido, constitui-se na contradição de sua origem. É o que revelam as seguintes palavras de Ângela.

Na realidade vem de cima pra baixo, então, entre aspas, porque é muito confuso. Porque são pessoas que têm uma excepcional militância rural, (...) pessoas que são os intelectuais orgânicos, que têm uma excepcional luta popular, que começam a fazer a leitura dessa crise e se preocupam com essa institucionalização (Ângela).

Como conciliar as necessidades do povo com os anseios dos que querem mudar o mundo? Essa é uma tensão que acompanha os espaços de ação coletiva e que provoca desafios nos trajetos a percorrer.

Pensar as desigualdades não é suficiente, é necessária a organização ativa daqueles que a “sentem”, os que são afetados em sua sobrevivência. E é esse processo de mediação que é construído no trabalho de base, que, muitas vezes, é truncado pelas próprias condições da existência e da sobrevivência. A Consulta conseguiu, em seu momento, motivar e articular diferentes grupos e espaços. O espaço social que se estava consolidando corresponde a formas de organização plurais, que reúnem diversos movimentos, coletividades e até sujeitos que aderem, mesmo não tendo uma referência grupal. Estas formas organizativas emergem timidamente e consolidam-se nas diferentes instâncias sociais, demonstrando uma otimização de suas lutas. Da Consulta Popular participam...

Os militantes dos Movimentos Sociais, normalmente, mas..., o movimento era aberto, também tinha muitos professores da rede pública; sempre é assim: têm militantes do MST, militantes de alguns movimentos, de algumas comunidades, principalmente das comunidades. Com o pessoal mais ligado às igrejas é preservado ainda algum trabalho, mais nas Vilas e tal... Também os professores da rede pública, e aí tinha gente do Movimento Negro que também participava. O público da Consulta Popular era bem misto que também participava. O público da Consulta Popular era bem misto (Sílvia).

A mobilização se articulou em torno de problemas comuns e práticas de solidariedade. Melucci (2001) prefere falar de Redes de Movimentos ou de Áreas de Movimentos, grupos que se reúnem para alcançar alguns objetivos. Esta definição considera não só grupos formais, mas também redes de relações informais que conectam indivíduos e grupos. Melucci postula que experiências plurais que funcionam como “redes de movimentos”, surgem da necessidade de dar conta das novas formas organizacionais, que diferem das tradicionais, caracterizadas principalmente pela busca de autonomia e pelo seu distanciamento dos sistemas políticos tradicionais.

Melucci (2001) explicita já não ser possível situar o Estado como agente único de intervenção e de ação. As relações entre sujeitos e Estado são mediadas por um sistema de relações complexas que extrapolam os sistemas nacionais e que se impõem. Isso justifica a emergência de pluralidades autônomas que se situam na cobrança de demandas coletivas, recuperando a motivação e o sentido da ação.

No entanto, houve entraves, e o movimento foi se esvaziando. Nas palavras de Sílvia, encontra-se a explicação os rumos que foi assumindo a Consulta Popular.

...em 1999, 2000 e 2001, foi muito intenso, nós trabalhamos muito e éramos um número muito pequeno (...) mas que também estavam envolvidos com muitas outras coisas (...) Havia assim muitas decisões, em nível nacional; a gente ia para atividade, em nível nacional; a gente fazia aquele calendário de luta extenso, do ano inteiro, e muito baseado no pique e na luta que o MST tinha. Isso se tornava inviável porque a gente não conseguia compreender o processo do meio urbano de mobilização, e tinha que correr atrás de construir as mobilizações, e nós não tínhamos os mesmos níveis de organização que o MST tinha. Então isso se tornou meio que uma fábrica de mobilizações, e nós não estávamos conseguindo enraizar, e se tornou cansativo; a gente não tinha tempo para mais (Sílvia).

Não faltava a vontade de avançar nas lutas populares; no entanto, o processo perde potencialidade e não por falta, mas por excesso de atividades. As pessoas não conseguem acompanhá-lo a partir das condições de sua realidade cotidiana, transformando-se em uma carga de deveres difíceis de alcançar. Dessa forma, a Consulta Popular se enfraquece como projeto de transformação, construído coletivamente. Sílvia também fundamenta essa fragilização nas relações instauradas.

... eu acho que ainda permanece na Consulta, que é um pouco da imagem do MST, ainda uma tradição muito vanguardista, muito de quadros, muito

verticalizada. E eu penso que não responde mais a esse desafio do mundo atual (Sílvia).

A posição de Sílvia demonstra o mal-estar que lhe produz que o processo de participação aconteça num ritmo que desconhece as próprias pessoas envolvidas e desconhece também o contexto histórico no qual estão inseridas. O enfraquecimento, nesse sentido, se dá pela perda da participação dos setores envolvidos.

Também não se pode esquecer que a exigência das próprias condições de vida acabam por se tornar empecilhos para a participação. A fragilização dos modos de vida de amplos setores da população, que lutam pela sua sobrevivência, deixa pouco espaço para o envolvimento em ações políticas. Passada a motivação inicial, as pessoas têm dificuldade de prosseguir, pelas dificuldades que encontram nas mesmas condições de sua existência.

Num contexto de grande cansaço, Sílvia renuncia a participar desse projeto para buscar “outras alternativas”, sempre procurando a aproximação às bases.

Então, eu falei não dá, aí nós chamamos uma última reunião, em 2001; tem até uma troca de um e-mail que a gente passou: participe do funeral da Consulta Popular. E nem para essa reunião veio mais ninguém. Aí, eu disse: a partir desse momento, eu estou fora da Consulta, eu acho que não é desse jeito o que eu entendo por organização Popular, não é desse jeito que se faz. Então, teríamos que retomar de outro jeito (Sílvia).

Embora muito do esperado não se tivesse conseguido concretizar, o momento da Consulta Popular foi marcante para os militantes que, no processo das práticas políticas, abriram espaços para novos caminhos, sempre distantes das instâncias formais. As palavras que seguem ainda trazem uma reflexão em torno desse momento, explicitando o decorrer dos acontecimentos:

...acho que o CEFURIA fez uma contribuição importante nesse período. Porque, quando nós falamos vamos parar, porque nós não podemos continuar sendo essa fábrica de mobilizações, nós temos que começar a entender o quê e o porquê que a gente não consegue retomar o trabalho de base... e tem, lógico, toda uma análise que a gente faz: hoje os espaços não ficam vazios (Sílvia).

O que provoca inquietude e que se vai revelando como a trama afetivo-volitiva que promove toda ação e reflexão é a aproximação às bases. Transpira em

Sílvia essa constante necessidade. Sílvia caminha na incessante procura de projetos que restabeleçam os vínculos com as pessoas que promovem participação.

Contudo, a experiência foi enriquecedora e suas marcas ficaram. Na atualidade, a Consulta Popular preserva-se como um movimento de grupos mais reduzidos, mas como uma fonte de reflexão e encaminhamentos para a mobilização social.

... uma coisa que ela constrói é a importância do resgate da formação, é através da Consulta Popular que se vai retomar a importância da formação política para a militância. Então, em vários lugares do Brasil se formam escolas de formação política e nós aqui no Paraná, criamos uma que é o “Centro de Formação Milton Santos”. Esse é o quadro da reprodução da Consulta Popular. A Consulta Popular vai criar um jornal que é o “Brasil de Fato” que quer se identificar com os Movimentos Sociais; ela cria uma editora que é a “Expressão Popular”. A Consulta Popular continua fazendo as assembleias populares que são chamadas de assembleias de “lutadores do povo”. Tudo isso é resultado um pouco desse processo da ação política que se faz na Consulta Popular (Júlio).

Ao se referir ao processo que envolve a Consulta Popular, Júlio se remete a atividades que ele ajudou a realizar e que tem como intuito a persistente busca da reivindicação das lutas populares. Por meio da ideia da Consulta Popular foi possível resgatar o processo de formação – que se perdera nos anos 90 -, a compreensão de uma história do Brasil como base fundamental para o caminho de lutas, a partir dos pensadores brasileiros. Acima de tudo, conseguiu-se irromper com a racionalidade hegemônica do pensamento único que paralisou amplos setores, possibilitando o avanço do pensamento neoliberal.

Todos esses aspectos valiosos enriqueceram o processo da ação política daquelas pessoas que, insistentemente, procuram o retorno às bases, como sendo o aspecto que movimenta a ação política.

Um dos últimos frutos da Consulta Popular é a ideia das assembleias populares, que retoma essas perspectivas de ouvir de novo o povo, o que o povo está pensando, o que o povo acha de seus problemas. Então é um pouco dessa coisa de pedagogicamente voltar para as bases (Júlio).

As assembleias populares se revelam como um esforço para voltar às bases e superar a cisão bases-articulação, como um espaço de encontros que coadune forças e que construa a articulação, a partir das bases.

4.6 A Campanha contra a ALCA

A inserção em campanhas, em âmbito nacional ou internacional, se inicia no CEFURIA, no transcurso dos anos 90, com a participação na Campanha de Betinho “Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria”. Na decorrência, militantes do CEFURIA participaram de outras campanhas de grande mobilização, como o Plebiscito da Dívida Externa, a Semana Social Brasileira, as Assembléias Educadoras do Povo e ultimamente a Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Dessa forma, a Campanha contra a ALCA constituiu-se como parte do processo da ação política das pessoas que constituem o CEFURIA. Destacaremos neste espaço de análise, para a configuração desta unidade de sentidos os depoimentos de três dos entrevistados que experienciaram tal momento e que, em suas falas, possibilitaram uma compreensão analítica desse processo participativo. Esses entrevistados são Júlio, Helena e Ângela.

O Tratado da Área de Livre Comércio das Américas foi uma proposta de abertura de mercados que abrangia os diferentes países de América do Norte, Centro, Sul e o Caribe (exceto Cuba). Decorrente das tendências atuais, de aberturas e flexibilização econômica, na busca de novos mercados, por parte de alguns dos países interessados, o tratado da ALCA foi proposto na Cúpula das Américas, no ano de 1994 (Manual, 2002).

Sendo o Tratado, negociado confidencialmente em diferentes instâncias dos países envolvidos, as negociações foram difundidas e postas à disposição do debate público, em abril de 2001, por uma ONG norte-americana que disponibilizou na Internet documentos correspondentes à negociação.

Distintas entidades dos países que participavam das negociações da ALCA se preocuparam com os caminhos que esse tratado estava assumindo e, na medida que foram conhecendo os conteúdos das negociações, se posicionaram em oposição à

ALCA, liderados pela Aliança Social Continental – ASC¹⁶. Dessa forma, a campanha contra a ALCA emergia como expressão dos países da América Latina em sintonia com novas formas de ação política global.

No Brasil a campanha foi assumida pelo Jubileu Sul,¹⁷ e em Curitiba, Paraná quem assumiu a liderança da campanha foi o CEFURIA.

Os acontecimentos do contexto mundial orientavam as expectativas da Campanha contra a ALCA a relacionar esse processo aos movimentos antiglobalização, emergentes em diferentes partes do mundo como novas formas de ação política.

Nesse sentido, foi surpreendente escutar das palavras de Júlio que, por trás da participação nas grandes campanhas, encontrava-se o fio condutor que dá força à trama afetivo-volitiva que sustenta sua participação e a de outros militantes: o sentimento enraizado com as classes populares que os faz procurar diversas estratégias para sua aproximação às bases e a busca da inserção destas nos espaços de ação coletiva, pela formação, o esclarecimento.

Nesse contexto, tornam-se compreensíveis as palavras de Júlio, quando se refere à Campanha contra ALCA, nos seguintes termos:

O objetivo principal não era organizar o plebiscito, votar contra ou a favor da luta contra a ALCA. Era para você ter uma forma de (pausa) você chegar nas pessoas, na comunidade, nas escolas, nas universidades, na paróquia. (...) Todas as perspectivas têm que estar relacionadas ao debate, à formação. Nessa perspectiva, eu acho que a estratégia estava correta (Júlio).

Assim a inserção nas grandes campanhas, e entre elas a Campanha contra ALCA, adquire para Júlio um sentido que potencializa a ação política pela formação,

¹⁶ A Associação Social Continental (ASC) é um fórum de organizações e Movimentos Sociais das Américas, criado em 1999 com o intuito de compartilhar informações, definir estratégias e promover ações conjuntas. A REBRIP (Rede Brasileira para a Integração dos Povos) é o órgão brasileiro que participa da Aliança. Essa entidade mantém um *site* na internet que veicula documentos, artigos e toda informação necessária para manter o processo de mobilização ativo.

¹⁷ Jubileu Sul é uma configuração que se define por abraçar lutas sociais. Constituído por organizações de um amplo universo político, como entidades sindicais, eclesiais, camponesas e ONGs. Em 2000, a Campanha Jubileu organizou o Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa, e em 2002, a Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

na busca de espaços reflexivos acerca da sociedade que aproximem os espaços populares à participação em ações coletivas.

A constante busca da participação, a renovação das estratégias para procurar a inserção dos setores populares nos espaços de ação política remetem à “vontade” que demarca a vida dessas pessoas em busca daquilo que elas acreditam e que as leva a realizar diversos projetos, que Júlio assume como próprios, constituindo-se para ele, como necessidades do “eu”.

De acordo com algumas narrativas escutadas, foi possível perceber que os entrevistados não sabiam muito do tema da ALCA, tal como a maioria das pessoas não engajadas politicamente.

O tema da ALCA entrou para nós no ano 2001 (...) não se tinha clareza do significado de tudo isso. As informações eram muito vagas, mas, a partir de 2001, de fato começa a puxar mais (Júlio).

Ângela também se lembra do assunto e conta como ela se apropriou do tema:

Falar da ALCA para nós era um outro mundo, porque era um tema tão complexo, tão grande, uma coisa que está tão fora do Brasil, um risco, uma coisa... Não é uma coisa que já estava acontecendo, enfim, uma doença que já estava comendo a pessoa. Não, mas é uma possibilidade, era que nem você falasse “olha, vamos economizar água, porque a água pode vir acabar”, está tão longe... Então, a gente achava que ia ser muito difícil (Ângela).

Helena também fala de como foi adquirindo subsídios, em relação à ALCA:

Primeiro teve um momento que a gente teve muita formação no Brasil todo, eu mesmo participei de vários, pelo menos para entender esse negócio da ALCA, para poder compreender, discutir (Helena).

Dos depoimentos dos entrevistados desprende-se que o que promovia sua inserção na campanha não era produto do “conhecimento” sobre o tema. Seu processo de participação política leva a pensar que o que estava por trás era o envolvimento com “causas” históricas, que são cultivadas e construídas nos diferentes espaços de interação, configurados como redes de entidades e Movimentos Sociais. Causas que são assumidas a partir dos interesses comuns e que envolvem uma série de compromissos com uma forma de se situar no mundo e na

sociedade. Para Helena, o envolvimento e o compromisso a leva a assumir responsabilidades.

... se você está em uma organização e você vai representar, quando você tiver que fazer uma discussão sobre a questão, você percebe a gravidade das coisas, da forma com que as coisas acontecem, tal que você se apaixona pela sua causa. De fato, você veste a camisa, você percebe que você tem que se contrapor. Então, achou que foi tudo isso, de você perceber a seriedade do momento, a gente dá um click, e você canalizava sua energia para isso. Então, é uma coisa que você tinha que responder, não dá para você militar mais ou menos, numa hora dessas; você precisa organizar e você tem que atuar com o que você tem e isso por conta da necessidade (Helena).

Com suas palavras, Helena revela a magnitude de seu compromisso, no qual se integram seus interesses pelas causas que assume e a paixão com que se envolve nelas.

Com intuito similar, os militantes se avocam a conhecer o que é a ALCA procurando subsídios que lhes permitam avançar no processo no qual se estavam inserindo, para depois poderem repassar esses conteúdos para as populações. Na medida que elas adquiriam conhecimento, se apropriavam dos temas da negociação, tal como Ângela conta:

...a questão da diversidade, os patenteamentos de nossas reservas, o que daí envolve Amazônia; a questão dos Tribunais que julgam, e isso já acontece. (...) Então era uma coisa que mexia com a gente, continua mexendo. A questão da Alcântara tem uma base militar, o controle territorial, a questão da soberania. A questão de poder decidir as coisas internamente, a soberania alimentar, decidir o que vai comer. A introdução dos produtos transgênicos; a possibilidade de abrir as fronteiras, a enxurrada de importados aqui, e a gente sem conseguir vender. As resistências que nós temos hoje, com nossas pequenas empresas que desaparecem em função dos capitais estrangeiros, enfim, achou que toda temática da ALCA é preocupante, eu pelo menos entendia dessa forma (Ângela).

Nesse processo, Ângela articula seus conhecimentos anteriores com os novos conhecimentos.

... ela (a campanha contra a ALCA) me trouxe uma nova dimensão: até o ano 98, eu tinha a dimensão do local, é a criança, aquela angústia de resolver as injustiças locais. Sabia que o problema era o governo, mas não conseguia dimensionar isso, não fazia essa relação, os horizontes eram outros, era a dimensão do pequeno. A partir daí se dá a dimensão do

global, com a ALCA. Dentro da consulta, a gente já fala de imperialismo e tudo. Só que a ALCA, ela passa a concretizar aquilo. A ALCA passa a concretizar isso tudo. Então assim, a gente ia aos cursos da Consulta (...) Então a gente discutia a questão da soberania, a gente discutia a dependência externa brasileira, a herança colonial que a gente tem, as relações sociais aqui dentro, a escravidão, a formação cultural, a formação étnica do Brasil. Só que a gente estudava a História do Brasil e a gente sabia que existia o imperialismo, ele estava presente, mas a concretude disso se dá com a ALCA, porque você vê a coisa acontecendo, o processo acontecendo de fato e você vê que ele pode ser maior do que ele é (Ângela).

Para Ângela, a ALCA evidenciava a junção da reflexão com a realidade. Conceitos que tinham sido estudados por ela numa dimensão abstrata, como parte de uma história, com a ALCA se transformavam em processos da vida real e adquiriam concretude. Nesse contexto, conceitos como imperialismo e dominação que tinham caído em desuso depois da abertura política para a democratização, hoje voltavam a partir das políticas de flexibilização e aberturas de mercado.

O tema atraiu a preocupação de muitos, e houve um grande envolvimento das pessoas. Ângela lembra esse momento, com as seguintes palavras:

... as pessoas procuravam a gente, pessoas que nunca... Nós não fizemos discussão na Paróquia do Pilarzinho e o pessoal veio a buscar urna, as pessoas ligavam à Secretaria da ALCA: "onde que tem uma urna, eu quero ir votar, eu estou aqui em casa, escutei o rádio, quero saber onde tem uma urna". Na Dívida Externa não aconteceu isso. Então, as pessoas mesmo não fazendo parte de nada mesmo, elas tinham interesse de votar. Elas estavam sensibilizadas para isso. Eu acho que isso é uma coisa nova (Ângela).

Como poderia explicar-se a adesão de tantas pessoas que não tinham histórico de participação política e provavelmente careciam dos subsídios ideológicos que nutrem a participação dos militantes? Ângela tem uma explicação para esse fenômeno.

Todos nós defendemos o que é nosso, nós somos muito privados, e as pessoas defendem o Brasil, normalmente a gente demonstra isso na Copa, quando tem jogo do Brasil, a gente demonstra que é patriota, veste a camisa. Eu já vi incendiar a bandeira de raiva, quando o Brasil perdeu. Então, mas assim a gente defende o Brasil no jogo, a gente não extravasa isso de outra maneira; na política, a gente não conseguia fazer isso, quando a gente levava a discussão da ALCA, o que a gente conseguia, não em todos os lugares, claro, mas de despertar esse sentimento patriota, de nação, nacionalidade, entende, de ser brasileiro, quando a gente falava da questão da Amazônia, o pessoal ficava pe da cara, pois como que os

Estados Unidos estudam que a Amazônia não é nossa? Tiram o Amazônia do mapa, por que eles querem controlar Amazônia? É o sentimento de posse, entende? O Brasil é nosso, eles não podem vir a dominar o Brasil, então as pessoas (pausa) Eu acho assim, a gente conseguia despertar um pouco esse sentimento de ter que defender nosso Brasil (Ângela).

Ângela, com suas palavras, remete à predominância de processos de identidade, enraizados em formas de nacionalismos. Para os militantes, a ALCA significa um processo que, em suas raízes, tem uma longa história de dominação e submissão. Para as pessoas, em geral, isso assume significado na racionalidade de uma identidade nacionalista, num patriotismo.

Ainda esse fator é aproveitado como fator motivacional para atrair as pessoas para a formação e promover a participação. Para nossos sujeitos o importante é que a ALCA seja um mediador de processos de participação e formação. E é a partir desse ponto de vista que para Júlio, Ângela e Helena, a campanha contra a ALCA cumpriu seus objetivos, ao facilitar o debate público sobre aspectos de dominação, que estão na realidade, ao conseguir espaços de reflexão. Mas, sobretudo, a campanha cumpre seu objetivo, ao atrair pessoas para a militância.

O trabalho de politizar as pessoas e trazê-las para espaços reflexivos e de ação é comentado por Ângela, nas seguintes palavras:

Aquela turminha lá que nunca se envolveu em nada, tem aquela turma, tem o pessoal das comunidades, umas pessoas bem simples, que vão à missa, participam do grupo de irmãos, mas não tem um envolvimento político, heim? Então tem essas instâncias das pessoas que ouviram falar, que ficaram sabendo que existe um projeto de dominação maior do que já tem, que ouviram falar da palavra imperialismo e começaram a entender um pouco mais dessa relação “imperial”, podem não ter compreendido na sua oportunidade, podem não ter sido militantes. Alguns surgiram dali e se engajaram mais; tem um outro nível que é um nível da militância, das lideranças, que vestiram a camisa, que foram buscar urnas, que ajudaram a mobilizar. Os estudantes, alguns estudantes que iam fazer o Plebiscito dentro do colégio, o diretor não queria, foram lá na porta fizeram na rua, esses ganharam um espírito de liderança. Se não vai, futuramente servir para a ALCA, quem sabe cheguem a ser líderes importantes, ne? Então nós descobrimos gente boa no meio do caminho e eu mando para eles direto informação (Ângela).

Para Ângela a campanha passa a ser mediadora daquilo que ela busca, politizar as pessoas, e, nesse sentido, foi uma experiência de muitas satisfações, como se expressa:

Nós tivemos um processo intenso, nós vivemos aquele período, foi muito intenso, era muito encontro, era gente. Nossa foi um troço fabuloso. Uma dimensão muito grande, assumiu realmente uma dimensão muito grande (Ângela).

Júlio argumenta, no mesmo sentido: a campanha da ALCA foi uma possibilidade de chegar às pessoas, de fazê-las compreender as relações de dominação que existem na sociedade, e, desde esse ponto de vista, considera que a campanha foi um êxito, tal como afirma:

Olha; eu diria que os ganhos foram fantásticos, porque pela primeira vez, a ALCA ela organizou, possibilitou um debate mais popular, com significado de fato do neoliberalismo. Porque o neoliberalismo ele já vinha sendo discutido, durante uma década, a partir de meados de oitenta, anos 90, mas sempre foi uma discussão extremamente vinculada aos movimentos mais orgânicos. A ALCA abriu uma porta para você fazer esse debate de forma mais ampla (...) A formação se fazia mais com pessoas, com grupos mais seletos; estavam mais organicamente vinculados. A ALCA não, ela possibilitou uma discussão entre pessoas que nunca ouviram esses conceitos, como neoliberalismo. Nunca ouviram esses conceitos o que é globalização, então quando você vai a uma paróquia, se juntam lá cem pessoas (pausa). Eu particularmente lembro que no ano 2001, fui a mais de 50 lugares para falar sobre a ALCA. Chegava a uma paróquia 50, 70, 80 pessoas, são pessoas que não participam efetivamente do movimento e você tem a possibilidade de falar minimamente, abordar esses temas. A partir das informações que elas têm, acho que o grande triunfo, a grande conquista da ALCA foi o grande debate que nós fizemos no país inteiro, em torno desses temas: globalização, neoliberalismo (Júlio).

Júlio demonstra a vontade de avançar em seus propósitos e de transmitir seu discurso. O esforço de comunicar e ser escutado se traduz no incansável processo de peregrinação por diferentes lugares, evidenciando a vontade que o envolve em seus propósitos e interesses. Para ele a campanha foi um grande instrumento pedagógico formativo de que dispôs para a população sobre temas políticos que não são de fácil acesso, mas que repercutem na realidade das pessoas. Os ganhos da campanha são vinculados por Júlio à receptividade da população, o que abre possibilidades de conseguir novos adeptos para a militância popular.

Helena também se refere à experiência na participação da Campanha da ALCA, compartilhando com Júlio e Ângela a satisfação pelos ganhos conseguidos em relação ao avanço nas lutas populares. E a esse processo se refere:

... o processo de discussão nos bairros, nas vilas foi muito legal, foi muito bacana porque as pessoas estavam acompanhando a gente. Isso para mim foi uma coisa assim, chegava numa vila e achava que as pessoas estavam dominadas, não sabiam o que era a ALCA. Podiam não saber o que era a ALCA, mas sabiam muito bem qual era a sua realidade e sabiam que tem coisas que não os beneficiavam e que percebiam claramente quando a gente comentava da ALCA, dos problemas. Que aqui não seria bom e foi assim. A rapidez, a perspicácia popular foi uma coisa assim, impressionante. E, ao mesmo tempo, às vezes, a gente saía das vilas, das comunidades, de organizações e tal, enriquecidos pela contribuição das pessoas que estavam lá, dos exemplos que as pessoas davam, né? Que era uma coisa bastante rica (Helena).

O tema da ALCA possibilitou que Helena se aproximasse das bases, conversasse com as pessoas e lhes apreciasse o conhecimento. Para ela foi uma experiência de trocas que possibilitou que as pessoas relacionassem as temáticas complexas da ALCA com a realidade delas.

Com a campanha contra a ALCA, os militantes conseguiram aproximar-se das bases, falar-lhes da relação das temáticas da ALCA com aspectos de sua vida cotidiana. Houve uma grande mobilização e o Plebiscito no Paraná, teve quase 700.000 votos.

Nesse intuito, nesta campanha, tiveram a oportunidade de relacionarem elementos macro-econômicos com a realidade cotidiana das pessoas, vincularam decisões políticas com acontecimentos do dia a dia. Entretanto, para os militantes permanece o desafio de avançarem em suas metas, uma vez que, terminado o plebiscito, os espaços coletivos se esvaziaram, deixando aos militantes a tarefa de refletir, de rever suas práticas, em função do que os promove incansavelmente: a busca da participação.

Falando desse contexto, Ângela se refere ao que permanece de todo esse árduo trabalho.

... às vezes me angustia um pouco que você vê, parece que as pessoas saíram sem nada, parece que elas saíram do tamanho que entraram, uma coisa assim. Falta vida, falta aquela empolgação. Mas eu penso que vai ter uma hora que ela vai lembrar, que ela vai precisar, sabe? Por mais que

aquele período tenha passado, mas as pessoas ouviram falar da ALCA, quem pautou a palavra ALCA foi o movimento. Se nós não tivéssemos feito o plebiscito, se nós não tivéssemos ido para as escolas, seguramente a sociedade não teria nunca ouvido a palavra ALCA, ou haveria achado ela, como se fosse ela qualquer coisa (...) mas eu acho assim, quando a coisa pegar de novo, as pessoas já vão ter discutido, elas vão lembrar disso. No pior das hipóteses, fica um signo de interrogação nas pessoas. Claro que eu não acho, que não valeu para nada, valeu, sim! (Ângela).

Uma vez mais se revela a vontade de Ângela e de outros militantes de promoverem a participação popular e a inserção nas lutas populares. Foi possível perceber que a campanha para eles era predominantemente outro momento estratégico de promoverem a formação e a participação.

4.7 A relação entre o partido e os movimentos e sua culminação na crise do Lula

Uma das tensões que os militantes atravessam em todo o processo de participação é a relação que mantêm com o Partido dos Trabalhadores (PT), e que hoje se manifesta nos caminhos a seguir, a partir de Lula como presidente. Esta unidade de sentidos considera essa problemática e será trabalhada analiticamente a partir dos depoimentos de Júlio, de Ângela, de Helena e de Lílian.

O Partido dos Trabalhadores (PT) nasce em 1980 como um parceiro muito importante nas lutas populares no Brasil. Define-se como um partido que enfatiza o caráter classista de sua organização e sustenta, em seus princípios, a construção de uma alternativa econômica e política que visse uma sociedade sem exploradores e sem explorados¹⁸.

Essa entidade política foi um dos parceiros importantes para a criação do CEFURIA, numa relação que consolidava projetos mútuos e que possibilitava o trânsito dos militantes entre o partido político, os Movimentos Populares e o Centro

¹⁸ Carta de Princípios publicada no dia 1 de Maio de 1979, disponível na Internet no site oficial do Partido dos Trabalhadores - Brasil.

de Formação como sendo um espaço compartilhado por pessoas que tinham ideários comuns.

A relação entre os parceiros teve momentos de glória, especialmente em seus inícios, nos anos 80, época em que os movimentos vivem seu apogeu e é reiniciado o processo de democratização. No entanto, o decorrer desse processo não esteve isento de momentos de conflitos, de situações difíceis que foram demarcando caminhos diferentes e que se configuraram como importantes nos processos da ação política das pessoas entrevistadas.

Júlio remete-se à história e conta que todos os projetos dos Movimentos Sociais, as pastorais, as CEBs, os movimentos de luta específicos de moradia, de transporte e todo movimento popular ou sindical tinham uma meta síntese que era a organização no partido para ascender ao poder e, a partir daí, fazer as grandes transformações almejadas. Acreditava-se que o partido, nascido de “baixo para cima”, desde as organizações das lutas sociais, daria as possibilidades de chegar ao poder e fazer mudanças substanciais, iniciando um processo de rupturas com a ordem estabelecida, que significasse ganhos rápidos para as populações de baixa renda. Júlio afirma que “naquela época” (década de 80) todo militante do movimento social também era militante do PT.

Prosseguindo seu relato, Júlio comenta que, na década de 80, algo peculiar e de que ninguém duvidava era que o “bom militante” era um dirigente de partido. Existia uma espécie de escala de ascensão na qual se passava primeiramente de militante na base, para depois, agente de pastoral, militante de algum sindicato, para finalmente chegar a militante de partido, o grau mais alto do “ranking” de militância. Para Júlio, o partido era o grande instrumento de transformação da sociedade.

E é assim que o partido é lembrado por Júlio, num momento em que estava articulado com os Movimentos Populares, assumindo espaços, junto aos poderes de Estado.

... nós estávamos avançando nas lutas sociais, nós estávamos conquistando as prefeituras, nós estávamos elegendo vereador, nós conquistamos espaços junto ao poder público, junto ao conselho municipal de saúde, ao conselho da criança e adolescente. O que nós precisamos é qualificar as nossas lideranças, as pessoas, para que tenham um desempenho junto ao poder público, para, de fato, poderem contribuir. Então eu diria assim,

usando uma expressão simplista: olha, a gente até agora, o CEFURIA, vinha fazendo um trabalho de chegar até a porta do poder público, de exigir reivindicar; agora não basta. Mas isso, nós temos o poder, nós temos que botar os pés lá dentro, já estamos ali nos espaços de interação (...) nós temos que qualificar para fazer valer aquilo que a gente sempre defendeu (Júlio).

O crescimento do partido era considerado por Júlio como progresso da luta popular. E a inserção nas instâncias institucionalizadas era assumida como passo a seguir pelos Movimentos Populares. Naquele momento Júlio acreditava no partido como um aliado fundamental para as lutas populares, era um momento que lhe significava satisfatoriamente para os projetos traçados à consecução do necessário para uma transformação social. Seus próprios projetos, os que ele perseguia, a partir de seu processo como militante, estavam se realizando na integração com o partido na tomada do poder. Para o CEFURIA e seus militantes, esse momento adquire sentido pela formação. Por isso era necessário ainda participar mais, fazer mais investimentos e, nesse sentido, os militantes vinculados ao CEFURIA se dispõem a dar formação, em especial aos que vão representar o povo nas entidades partidárias. As palavras de Júlio *“nós temos que nos qualificar para fazer valer aquilo que a gente sempre defendeu”* expressam sua motivação para a consecução dos fins desejados.

No entanto, no transcorrer do tempo, o processo vai assumindo outros rumos, como Ângela relata:

... pessoas que são os intelectuais orgânicos, que têm uma excepcional luta popular, começam a fazer a leitura dessa crise e se preocupam com essa institucionalização, começam a notar que o PT está começando a perder aquela discussão de base, e o PT começa a ser um partido de disputa eleitoral, quando você começa a fazer deputado, senador governadores, prefeitos, etc...Você começa a investir na disputa e só disputa (Ângela).

Ângela elabora sua narrativa, procurando transmitir a história do processo junto ao partido, mas também fazendo uma crítica ao rumo que assumiram os acontecimentos. Ela remete aos tempos de 1980, quando o partido respondia às bases e ainda se podia falar de projeto em conjunto.

... nós temos, por exemplo, um material histórico, quando o colégio eleitoral pra eleger Tancredo Neves, os núcleos do PT nos estados, nos municípios, devemos ou não devemos participar do colégio eleitoral em 1984; então os núcleos discutiam e mandavam seus relatórios; dizendo se o PT deveria ou

não participar do colégio eleitoral. Todas as decisões do partido, inclusive na Câmara Federal, eram os núcleos que decidiam. Era feito um coletivo. E começou a se notar isso, que não se discutia mais com a base, as decisões eram em nível de elite, mas de direção nacional, e esse pessoal que tem essa interação de base nos movimentos, mas, que são intelectuais. Que já pensam mais longe, resolvem chamar de novo a discussão para o Brasil, porque eles acreditam que o PT já não faz mais essa discussão de base (Ângela).

Ângela volta ao fio condutor que motiva sua mobilização e também a de outros militantes: a aproximação ou distanciamento das bases. De acordo com um setor, no qual se inclui Ângela, o PT se afastou das bases, e isso é decisivo para a posição dela, em relação ao partido. Para Ângela, a possibilidade de um trabalho conjunto foi ficando cada vez mais distante, uma vez que o que se apresentava era a evidência concreta de que as relações não confluíam para o mesmo processo. Essa condição deixou os entrevistados diante de um grave conflito, que eles ainda não confrontaram diretamente, pois existem vínculos profundos que perpassam suas histórias e suas afetividades.

À medida que os acontecimentos foram se desenvolvendo, estes entrevistados foram adquirindo consciência crítica da situação, e foram se encaminhando para outros rumos. Nesse sentido Júlio assume a Consulta Popular, como uma forma de preencher o vazio político, provocado pelas instâncias partidárias do país, que não davam respostas às carências de vastos setores da população.

Bom, se o PT já não preenche mais, não consegue mais desenvolver essa tarefa, não é mais esse instrumento, que outro tipo de instrumento seria esse? Então, nós estamos em um grande debate; nós temos, aqui no Brasil, que é o movimento da Consulta Popular (Júlio).

Suas palavras não só evidenciam um projeto político para o povo, um projeto no qual se encontram e confrontam o poder, como poder de Estado, e o poder do povo, como micropoderes que se irradiam, configurando sua força, desde baixo. Mas, também, ao se posicionar nesse sentido, Júlio assume uma decisão pessoal de renúncia a um projeto que ajudou a construir, em que tomou parte e, portanto é constitutivo de sua história. A decisão de assumir para si a Consulta Popular e trilhar outros caminhos, iniciando outra fase de sua própria história, é também um processo de transformação singular, no qual emerge a necessidade de construir novos

instrumentos, na busca de perspectivas para a ação coletiva. No entanto, os processos históricos, os vínculos afetivos construídos são mais fortes e Júlio, junto com outros militantes, assume a campanha para a eleição do Lula, a partir do ano 2000.

... a perspectiva concreta do Lula ganhar as eleições, a partir do ano 2000 meio que paralisa todo mundo. É muito forte essa coisa de um operário, que se sobrepõe à reflexão mais racional e todos nós entramos de cabeça para acompanhar o Lula. Achando que nós, de fato, vamos conseguir coisas significativas, mas não é isso que acontece. O Lula se elege (...) e realmente a nossa intuição estava correta, a gente precisa repensar a nossa organização popular. Acho que a instituição, a gente está vendo: o PT, o Lula no poder não conseguiu avançar o que a gente esperava (Júlio).

Lula ganha as eleições em 2002 e assume a presidência, apoiado pelos Movimentos Sociais. Com a vitória, os militantes acharam que aumentariam as expectativas dos Movimentos Populares. Ângela refere-se à repercussão desse processo e nos diz que “a gente tinha um sentimento assim, elegemos nosso super-homem, então não precisamos fazer mais nada”. Ela prossegue em seu depoimento relacionando esse processo com a Campanha contra a ALCA.

... elegemos Lula presidente, agora Lula não vai fazer a ALCA. Esse foi o sentimento que tomou conta. (...) Mas as pessoas não estão se mobilizando muito porque agora é o Lula, o Lula não vai fazer isso, as pessoas ainda acreditam que ele não vai, não sei quê. Mas a questão não é se ele vai ou não vai, a questão é que se estivessem na retaguarda pessoas dizendo não, fortaleceria a posição dele. A gente tinha um sentimento assim, elegemos nosso super-homem, então não precisamos fazer mais nada. No Brasil foi um pouco isso (Ângela).

Júlio também se refere a esse fenômeno e nos diz que houve um rompimento enorme da campanha, em relação ao que foi, e para ele “o grande fato é o efeito Lula, que de fato criou uma expectativa enorme” (Júlio).

Também, segundo Ângela, muita gente que participou da campanha da ALCA foi para o governo, assumindo cargos, na expectativa de ajudar ao governo, e nessa posição, não cabia mais a participação deles. Ainda a eleição do Lula a presidente trouxe algumas outras expectativas.

Na percepção de Helena,

... o Lula não é aquela Brastemp, não é aquela coisa, mas em contrapartida é um governo que tem as suas vantagens, por exemplo, ainda que pressionado pelo movimento social, porque ele exatamente sai do

movimento social, ele é capaz de responder afirmativamente a essas necessidades do movimento social. (...) eu posso estar enganada, mas o governo por mais que erre em alguns aspectos, não seria capaz de entregar o país da forma como talvez o FHC fizesse, né? (...) então, eu tenho uma impressão, sei lá, mas eu me sinto assim, como militante que (pausa). Nós sempre vamos ter que nos mobilizar diante de qualquer governo. (...) Acho que o governo brasileiro, é vacilante em vários aspectos. Eu acho que ele não seria capaz de uma decisão, por exemplo, da ALCA, como o FHC faria, por exemplo, então isso é que dá uma certa segurança, depois a coisa está meio devagar, está caminhando, mas está devagar; ele pode mudar a estratégia, a gente tem sempre uma preocupação com o capital (Helena).

Para Helena, a eleição de Lula trouxe certa tranqüilidade, mas também certa reticência; em outras palavras, é possível perceber que o novo governo não lhe inspira confiança. Mas também a urgência dos Movimentos Populares se perfila para questões que esperam, há muito tempo, que sejam realizadas, e, segundo Helena, é necessário cobrar do governo.

... hoje, o que está é uma preocupação com o modelo econômico; isso está pegando. Há um desejo dos Movimentos Sociais de alterar o modelo econômico que o Lula adotou e está botando fé. E isso está porque esse modelo econômico está prejudicando e agravando profundamente as desigualdades sociais. Por exemplo, a questão do desemprego, e isso é uma prioridade por quê? Porque a questão da mudança de governo era uma prioridade social. O povo queria (pausa), mas o que o Lula faz é dar continuidade, acho que isso está presente hoje, se não se discute hoje a ALCA, que era uma questão de soberania importantíssima, e porque nós voltamos pela alteração do modelo econômico, hoje o que está em pauta é isso; nós não queremos e ali está a preocupação do movimento social (Helena).

Esta reflexão é compartilhada por Júlio que assim se manifesta.

... há outra urgência colocada hoje na conjuntura nacional, nós voltamos um pouco eu diria, uma pauta mais nacional, na expectativa do governo Lula avançar, nas chamadas grandes lutas: moradia, reforma agrária, a questão da educação, saúde. Nós estamos vendo que está muito lento. (Júlio).

No sentir de Júlio, evidencia-se uma grande frustração, que se delata nas palavras seguintes:

Havia expectativa de que o governo Lula avançasse na histórica dos Movimentos Sociais: a reforma agrária, uma estrutura mais ousada em relação à ALCA (...) e se percebeu uma frustração. Então percebemos a importância de rearticular o movimento social. Olha! O movimento social

precisa se rearticular urgentemente, para fazer pressão para que o governo mude sua rota, mude seu rumo (Júlio).

Júlio reconhece o enfraquecimento dos Movimentos Sociais, mas isso não anula sua persistência de lutar pelos seus ideais, ao contrário, procura novos caminhos, e faz o chamado para a organização pelos Movimentos Sociais.

Foi um processo preenchido de conflitos e de perdas, no qual os militantes tentam estar presentes no processo da tomada de poder, mas o Partido dos Trabalhadores avança em outra direção.

Os militantes são obrigados a reconhecer que o PT abandonou o caminho dos ideais do povo, mas os petistas ficaram. Ângela explica: O PT se retirou mas ...*“os petistas ficaram, os militantes continuaram, porque os militantes não tinham necessidade de obedecer a ordem, eles são movidos por um sentimento”*. As palavras de Ângela refletem o conflito entre o PT e os petistas obrigados a rever suas opções em relação ao partido e ao movimento, movidos por uma base afetivo-volitva que havia norteado seu processo de luta na construção de um dever. E é essa mesma base que explica porque continuam a participar, a despeito da consciência.

Ainda Júlio não abre mão daquilo que ele considera, terem ganhado em longas jornadas de luta. Para Júlio, Lula é produto da mobilização coletiva. Mas, na realidade, o que aconteceu contraditoriamente é que, com as eleições, o povo ganhou “formalmente” uma eleição que já tinha assumido outro rumo, segundo eles mesmos confirmam, e na realidade, de fato, o que aconteceu foi que o Lula se distanciou dos Movimentos Sociais, mesmo que Júlio afirmasse que Lula é um lucro destes.

... o grande lucro do movimento social brasileiro foi eleger o Lula; nós paramos, em 2003, nós ficamos esperando o governo, o governo novo. Precisa dar tempo, é um governo comprometido com os grupos sociais, com as bandeiras históricas. Aí bom! Se percebe, no segundo semestre de 2003, que o governo está tendo dificuldades, é um governo de contradições, é um governo que, em meio de contradições, (...) não mudou a orientação da política econômica. Olha, nós ficamos sem articular no segundo semestre de 2003 (Júlio).

Embora Júlio se refira a um lucro, seu tom de voz é de pesar, de cobrança de que aquilo se fosse concretizando. E como Júlio formula em sua fala, é todo um trabalho, uma trajetória que se está perdendo.

A grande bandeira hoje, da formação dos Movimentos Sociais, é a mudança do modelo econômico do governo Lula, porque há uma percepção clara nossa de que é uma oportunidade histórica que criamos. A sociedade brasileira... não podemos simplesmente nos dar o luxo de abdicar, não o governo Lula, qual que é o modelo econômico? Então, a nossa preocupação de hoje, nós estamos olhando mais para dentro de nós mesmos. Porque mudança no governo significa também uma mudança de posição em relação à ALCA, em relação ao MST, em relação aos nossos parceiros (Júlio).

Tanto para Júlio como para Ângela desmorona-se um sonho, a possibilidade de conseguirem a transformação social que tanto almejavam, pelas vias do partido político com Lula na presidência. A culminação de um processo doloroso: ter de admitir que o partido não poderia ser mais uma via de transformação e que teriam que se afastar definitivamente do partido, deixando para trás toda uma história, projetos, sonhos em conjunto.

No entanto, num momento, Ângela afirma que ainda tem esperança, como manifesta, na declaração.

De uma forma geral, tudo, eu estou meio pessimista, medrosa. (...) A gente é boba, acaba procurando esperança em tudo. Eu fiquei um pouquinho mais esperançosa, sabe? Então, acho assim, (...) ainda podemos influenciar o governo Lula. Se a gente deslanchar, enquanto Coordenação dos Movimentos Sociais, conseguir fazer mobilizações legais, conseguir pautar. Nem a direita não está contente, nem a esquerda está contente. (...) Quer dizer, está complicado o negócio, vai chegar um momento que vai ter que rever as coisas. Ele não vai poder agüentar muito mais essa situação. Então existe ainda a possibilidade da gente ainda interferir na situação e eu acho que só vai acontecer isso através desse Colegiado que é a Coordenação dos Movimentos Sociais. Ali dentro não é só os movimentos na sua fragilidade que estão, mas está a gente que pensa o Brasil, gente que propõe, existe muita coisa legal ali. Então, ao mesmo tempo que me angustia, que fico triste, que me dá um ... ao mesmo tempo, a gente imagina que pode (pausa) algo diferente (Ângela).

Quando Ângela fala, suas palavras transmitem a ambigüidade do que está querendo dizer. Parece que precisa buscar para si mesma um sentido desse processo e, nesse intuito, aponta à possibilidade de expectativas. No entanto, ela não consegue assegurar sua insegurança e incerteza. Sua decepção e tristeza estão marcadas em seu rosto, em sua forma de se expressar. É a dor daquilo que para ela esta sendo perdido.

Estas condições foram repercutindo no processo da participação de Ângela, tornando mais difíceis as condições nas quais se mobiliza e dificultando muito sua

capacidade de construir seu espaço de participação política. Ainda ela permanece junto com os que têm a luta popular como projeto de vida. Nesse intuito, sobrepõe-se às dificuldades e aos conflitos e tensões, *do jeito que dá*, segundo suas próprias palavras.

... eu reduzi significativamente a minha participação, é uma coisa pessoal eu defini para mim até por uma questão de sobrevivência porque eu entrei numa neurose que eu deixei as coisas passarem despercebidas eu não conseguia mais. Um pouquinho mais eu entrava naquela história do pânico, da síndrome do pânico. Eu não conseguia mais olhar para as pessoas, eu não conseguia mais olhar para ninguém. Tudo para mim começou a ficar muito pesado, então, eu ia para as reuniões e chorava, chorava. Então, eu comecei a ter dificuldades muito grandes, pessoais (Ângela).

Em um outro momento, ela nos relatou que sua depressão e condição fragilizada se vinculavam ao processo histórico que estava experimentando na época. O contexto político no qual está inserida e, conhecendo um pouco da trama afetiva volitiva que potencializa sua ação e sua vida, não é difícil considerar que as circunstâncias sócio-políticas sejam alguns dos fatores que incidem em seu estado emocional. Hoje Ângela esta a cargo do Centro de Documentação e Biblioteca do CEFURIA.

Visivelmente marcada subjetivamente por processos de ordem política, Ângela destotaliza um momento de sua história, perdendo o eixo do devir, o que implica em afetos paralizadores do EU. A depressão é a perda da perspectiva que antes norteava sua vida, a qual se fazia a base ampliadora de sua potencia de ação, culminando em apatia e decepção. No que acreditar agora? O momento que deveria ter culminado com uma série de logros e expectativas cumpridas pela eleição do Lula se transformou em decepção. Sob que circunstancias agora, é possível uma luta que antes afirmava para si e para os outros como uma alternativa concreta aos processos de exclusão social? Sob tais condições, o efetivo se vê aprisionado na perda do devir e se revela como recusa da continuação de práticas participativas junto à população.

Mas, para Júlio, a vontade de ação política persiste e se reflete na análise crítica que elabora deste momento:

Hoje uma discussão de importância é voltar a dar mais ênfase na formação do movimento social. Eu hoje particularmente, eu dedico as minhas

energias aos Movimentos Sociais. Eu já dediquei minha energia, muitos anos, à militância partidária. E hoje eu estou fazendo uma avaliação mais crítica, acho que deveria ter me importado mais com os Movimentos Sociais. Porque faz parte de um processo histórico. Agora, assim como eu, muitos acham que o importante é voltar ao movimento social (Júlio).

O processo da participação política, para alguns dos entrevistados, caminha para novos desafios. Os movimentos, segundo Helena, ficaram na resistência, pois se esperava muito mais do governo Lula. Segundo Helena, existe um desencantamento generalizado e a vontade de construir novos caminhos, na certeza de que a questão eleitoral não muda a realidade das pessoas mais necessitadas, e é necessário organizar o povo.

Numa perspectiva diferente, LÍlian, que esta no CEFURIA, inserida nas atividades da Economia Solidária postula, sua posição a respeito.

...a gente está conseguindo fazer, tudo graças ao governo Lula, porque está vindo recursos para a organização de projetos de Economia Solidária. Por exemplo, os recursos que vieram para comprar os equipamentos e multiplicar as padarias comunitárias, (...) é tudo de lá do governo, do Fome Zero que veio; e também o próprio programa do Talher, a gente está conseguindo fazer toda essa formação de base por causa do dinheiro que vem do recurso público. e depois o convênio com o FINEP (...) a gente está conseguindo fazer formação com as padarias comunitárias e tudo mais, e aí a gente consegue recursos até para o transporte para as pessoas virem, porque se elas não tem dinheiro para vir elas não vem (LÍlian).

Para LÍlian, o mais importante é levar a cabo o projeto da Economia Solidária, que é “seu projeto”, e, nesse sentido ela sente que o governo está respondendo, manifestando-se satisfeita. No entanto, num âmbito mais amplo, faz algumas críticas, embora restritas.

a gente sabe, que ele (Lula) deixou de fazer uma porção de coisas, principalmente nas questões macro, a dívida externa, a questão da ALCA. As ligações que ele fez com as tramas políticas, que trouxe uma série de problemas, inclusive a própria corrupção dentro do governo Lula, que a gente não sabe quanto tudo isso é verdadeiro ou não, ou é intriga da oposição, (...) então é uma série de questionamentos. Mas, nós que estamos com a Economia Solidária, a gente que fez todos esses projetos que nós conseguimos fazer, captar recursos para a Economia Solidária (...) é porque nós estamos conseguindo fazer nosso trabalho, por isso que nós achamos que o Lula deve continuar ainda. (LÍlian).

No transcurso da entrevista podemos perceber a afecção de Lílian diante o sofrimento humano e isso se torna predominante. Seus afetos pelo que a sensibiliza se entrelaça com a percepção que tem do governo Lula e elabora combinações a partir de sua singularidade, voltando-se para projetos de Economia Solidária. Seu processo de subjetivação das condições sócio-políticas produziu sentidos diferentes em relação aos construídos por Ângela, cuja base afetiva se voltou à derrota de projetos e sonhos antes almejados. Lílian destotaliza aquele momento, retotalizando por dentro o mesmo da lógica solidária, reinventando estratégias de participação e (re) construção de novos trajetos. Por meio de uma nova saída ético-política, ela consegue escapar da apatia e decepção, reinventado a si mesma em um movimento que não rompe com os laços já pré-estabelecidos, os quais acreditava com todo seu ser.

4.8 Entre o macro e o micro, a escolha pela Economia Solidária

Neste espaço somam-se os depoimentos de Patrícia, Lílian e Pâmela. Elas não estavam nas lutas dos anos 80, já que se integraram no período dos anos 90 e construíram sua presença no CEFURIA, a partir desse momento até hoje, junto com Sílvia, participando da equipe que compõe o CEFURIA.

Nos 25 anos de existência do CEFURIA, ao longo desta trajetória foi-se revelando, que as pessoas, próximas a ele, têm em comum a preocupação com o ser humano, o que as motiva na ação para superarem condições que promovem e perpetuam o sofrimento ético-político. A partir desse interesse, os esforços dessa entidade se orientam, entre outros, em promover a formação e a ação política dos setores populares, a criação de vínculos e redes, o acompanhamento em processos de recuperação da humanidade.

Nesse intuito, a entidade e os sujeitos que a ela se vinculam são perpassados pela tensão de orientar o trabalho para a base ou para a articulação. Trabalhar com a base é focalizar aspectos microestruturais - ou seja, trabalhar junto com as pessoas dos setores populares, acompanhando seu processo, considerando suas necessidades.

Privilegiar dimensões macroestruturais é trabalhar em nível de mobilizações, com as entidades, as representações, assumindo lutas políticas na relação com o poder e na reivindicação de direitos.

Helena assim entende o que é trabalho de base ou articulação:

O trabalho de base que a gente considera é aquele que você faz diretamente falando com trabalhador, que você está lá na vila, que você está falando com a dona de casa, que você está falando com a liderança que está na Vila. O trabalho de mobilização (articulação), você trabalha com entidades, você faz o trabalho mais de fora de mobilização, você não tem tempo para estar conversando ali, então você fala com as entidades e faz um trabalho. Por exemplo, você fala com a CUT e a CUT fala com seus sindicatos, você não vai lá, e o sindicato vai falar com trabalhador. O trabalho de base é você estar lá, se é no sindicato e no meio dos trabalhadores, daquela categoria, se é na associação de moradores é lá no bairro, se é no movimento de mulheres é lá onde a mulherada está. Fazer um trabalho de mobilização, você trabalha mais com entidades organizadas, que já têm seus coletivos próprios, você vai falar com a CUT, com partidos, com os movimentos, com as pastorais, você vai falar com entidade, a entidade que fala, é mais com estruturas (Helena).

Trabalhar com o micro é, pois considerar o sujeito em suas necessidades concretas, é procurar o contato com os sujeitos afetados e afetar-se com eles e com o que lhes repercute. É estabelecer a relação na dimensão das vidas cotidianas, onde os seres humanos cumprem suas necessidades elementares, mas onde também se satisfazem outros tipos de necessidades, de igual forma fundamentais para o desenvolvimento humano e que se geram nas relações com os outros como: solidariedade, amizade, afetividade e o reconhecimento como pessoa.

Trabalhar em nível macro é voltar os esforços para a transformação pela relação com o poder e a institucionalização. É voltar os esforços para a implementação de políticas e leis que derivem em direitos. É organizar-se para conseguir mudanças, é mobilizar-se na denúncia das injustiças, desigualdades e abusos de poder. Essa forma de relação exige formas de representatividade que facilitem o trabalho de mobilização o que comumente se reflete numa perda dos referenciais relacionados com as pessoas em suas necessidades, passando a predominar a luta pelo poder.

Essas dimensões da ação social e política se efetivam no processo de participação dos militantes e configuram-se na processualidade política das pessoas

na qual interconexões micro e macro se entrelaçam, constituindo uma dimensão da história da ação coletiva destes militantes, e, definindo também, o processo histórico do CEFURIA junto aos setores populares.

A história do CEFURIA se inicia a partir das bases. Seus fundadores e militantes deram vida à entidade, procurando suprir necessidades que estavam nas pessoas. É das bases, das condições de vida dos seres humanos dos setores populares que os militantes nutrem suas vontades de aderir à luta popular. E, é também a partir das necessidades das bases que o CEFURIA se vincula aos Movimentos Populares e promove a articulação na ação política. E nesse sentido o CEFURIA tem construído uma história junto às lutas populares em Curitiba.

Nesse primeiro período, foi isso, foi a luta do transporte coletivo, foi a luta do movimento contra desemprego, que a pastoral operária fica muito à frente disso tá? Depois o CEFURIA voltou-se mais para a formação, porque se conquistou sindicatos, tinha uma Central, você tinha que politizar mais (Helena).

Helena relata que o CEFURIA, em seus inícios, se origina das bases, mas de suas palavras se infere que, naquela época, base e articulação confluíam juntas para os mesmos propósitos. Documento (1990) da entidade mostram que existia uma extensa participação das pessoas das Vilas e que estas participavam das determinações que orientavam o trabalho de mobilização. No entanto, no processo, houve dificuldades e essas dimensões da luta popular foram se distanciando.

... e aí cometeu-se... eu acho, não é que tinha se cometido um erro, mas tivemos uma outra prioridade: trabalhar formação. Trabalhar formação, daí tinha cursos nível I, nível II, nível III, aquela coisa, vários níveis. O problema, nesse período, é que foi uma formação desvinculada no trabalho de base, que não foi um erro só do CEFURIA. Depois a gente constatou no PT, na CUT, todo mundo deixou o trabalho de base, fomos fazer formação com quem já tinha. O trabalho de formação o CEFURIA intensificou nesse período e daí que foi complicando, porque não tinha lideranças e o trabalho foi degradingando, degradingando. Quando nós voltamos para o CEFURIA, quando nós entramos no CEFURIA, ele estava acabado, de portas fechadas, era uma coisa meio fantasmagórica (Helena).

O processo histórico revela existir uma série de condições que provocaram dificuldades de ação, em especial, as condições de vida que foram se tornando mais problemáticas para as pessoas, dificultando seu processo de participação.

Para Helena é preponderante “o afastamento das bases”. A crise do esvaziamento dos espaços coletivos assume sentido pelo afastamento das bases. As bases se revelam como motivo de toda potencialização para as lutas populares. As condições de vida das pessoas que constituem “as bases” é o que mobiliza, que promove a busca de outros empreendimentos, da elaboração de novos projetos.

Fazendo uma retrospectiva do que já se tratou em unidades de sentido, anteriores, Ângela se referia ao processo da Constituinte, em suas nuances pela institucionalização e a autonomia dos movimentos. Ela postulava: *ali você perde a base*, atribuindo sentidos ao processo histórico de ação política no qual estavam inseridos, sentenciando que o mais grave desse momento de perdas foi a fragilização dos Movimentos Populares por se distanciarem das bases.

Nos inícios dos anos 90, a opção do CEFURIA de fazer formação para subsidiar as lideranças e os setores que se relacionavam com as instâncias políticas partidárias também desaguou numa crise, tendo como resultado o afastamento das bases, procurando, então, novos caminhos para reaproximá-las.

A inserção nas grandes campanhas se deu depois da crise produzida pela formação orientada para lideranças. Nesse contexto, os militantes saem do recinto do CEFURIA e procuram as bases, inserindo-se na Campanha contra a Fome e a Miséria liderada pelo Betinho, e iniciam um trabalho junto às bases, o qual acaba se diluindo em trabalho de articulação e mobilização.

O distanciamento do Partido dos Trabalhadores é também perpassado por essa tensão. A ruptura foi-se construindo porque não se discutia mais com as bases, as decisões eram limitadas à elite, à direção nacional. Isso provocou a procura de outras instâncias de onde nasce a Consulta Popular.

Sílvia, em sua experiência na Consulta Popular, afirma...

...a gente não conseguiu na Consulta Popular, enraizar a nível de base, fazer o que era o sonho e permanece ainda até hoje, de ter os núcleos de base nas Vilas, que se reúnem e discutem seus problemas, e tentar encaminhar a solução para eles (Sílvia).

Os entrevistados que participaram da Consulta Popular situam esse momento com grande preponderância, pelas contribuições que ficaram; a maioria dos

participantes voltaram a procurar outros espaços de ação política, na busca da aproximação às bases. Seguindo o fio histórico desse percurso, o CEFURIA assume a liderança da campanha contra a ALCA, procurando aproximar-se às bases. No entanto o processo se transforma num acontecimento de articulação de massas, que revela novamente a necessidade de fazer trabalho de base.

No processo participativo, alguns sujeitos se inclinam para acompanhar iniciativas próximas às bases; outros defendem uma presença mais ativa no embate político pelas articulações para a mobilização.

Nesse contexto, os entrevistados se diferenciam em seus caminhos e em suas opções. Para Lílian, o mais importante é o trabalho com as bases, como manifesta em seu depoimento. É isto que ela defende.

O CEFURIA se afastou das bases, onde ele nasceu. E nas Assembléias sempre se pedia: o CEFURIA precisa voltar às bases, o CEFURIA precisa voltar às bases. Mas a formação que o CEFURIA fazia era assim: para sindicalistas, para lideranças de Movimentos Sociais, das Pastorais Sociais (...) ah! Então vamos fazer o Grito dos Excluídos¹⁹, se botava 200, 250 pessoas e aquilo lá. O primeiro de maio, uma ou outra manifestação, Manifestação dos Professores, mas era assim, era muito classista (Lílian).

Lílian soma-se aos que preferem trabalhar diretamente com as bases e faz a crítica à opção das mobilizações. Sua argumentação de que as origens do CEFURIA está nas bases e de que, portanto, é ali onde ela deve atuar, complementa à fortaleza que ela coloca na opção de que é necessário estar com os que sofrem. Lílian defende que o trabalho popular deve ser realizado diretamente com as pessoas, vítimas do sofrimento das extremas carências causadas pelo sistema. Ao referir-se ao Grito dos Excluídos e falar de 200, 250 pessoas, está fazendo uma crítica às formas de ação política de articulação onde *fazer número* é importante. Nesse intuito, se refere à sua opção pelo trabalho junto aquela população concreta.

¹⁹ O Grito dos Excluídos é uma expressão popular que acontece em todo o território nacional, uma iniciativa levada adiante por várias forças da sociedade civil organizada, um espaço de participação livre, que nasce em 1995 junto à Campanha da Fraternidade, realizada pelo Setor Pastoral Social da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dando continuidade aos debates da 2ª Semana Social Brasileira, realizada nos anos de 1993 e 1994. Realiza-se no dia 7 de setembro, dia da pátria, tentando chamar a atenção da Sociedade às condições de crescente exclusão social na sociedade brasileira. As atividades são variadas: atos públicos, romarias, celebrações especiais, seminários e cursos de reflexão, blocos de rua, caminhadas, teatro, música e dança (Documento Grito dos Excluídos. Gráfica Popular, 2004).

... é botar os pés na lama. (...) a gente começou a ir à periferia, na pobreza mesmo, eu chorava: “Nós temos que botar os pés na lama”, os conselheiros do CEFURIA têm que ir lá a botar os pés na lama, onde está a pobreza, têm que ir onde está aquela gente sofrida. É ai, eu disse assim: olha, gente! É lá que o povo está precisando da atuação do CEFURIA. A formação tem que ser feita lá. Então eu dizia assim: não adianta o CEFURIA continuar fazendo e tal. E tinha assim, até 2003, uma certa resistência ao nosso trabalho (Lílian).

Os sentimentos que desperta em Lílian a realidade atual, a leva a sentir, como uma necessidade, a mudança nos rumos do CEFURIA. Para ela, o trabalho com as bases é o trabalho com o *outro*, construído na relação com a alteridade e aberto a ela, no fazer, no pensar e no sentir. Seu sentido se entrelaça o tom colorido ao significado compartilhado coletivamente acerca “das bases”: seu desejo de estar junto a elas está amparado no afetivo-volitivo que a orienta.

Como afirma Helena, “o CEFURIA está ligado nas coisas, não é uma ilha”, e as pessoas que a secundam sentem que houve mudanças nas condições sociais das pessoas que apontaram ao recrudescimento das condições sociais e isso provoca discussões em relação aos caminhos a assumir. O que é evidente são as mudanças provocadas pela nova ordem mundial e, nesse contexto, Gabriela fala de como foram mudando os significados da pobreza.

... eu acho que a disposição à pobreza antes era diferente da que existe hoje, antes era uma pobreza mais incluída não tinha tanto desemprego assim as lutas eram dos operários, do trabalhador da fábrica (...), hoje em dia não, hoje em dia o que marca é a pobreza, é a insegurança, não saber o que vem amanhã, é você não ter previsão nenhuma do que vem amanhã; hoje tem um bico amanhã pode não ter, hoje; a igreja está dando cesta básica amanhã ela pode não estar dando mais, entendeu? Então essa é que a questão da população (Gabriela).

Para Gabriela a pobreza é significada a partir das formas em que agora se realiza, numa extensão das carências e das necessidades, pela insegurança que produz escassas possibilidades do presente e imprevisão do futuro. As condições impostas à sociedade, com um estado minimalista e as flexibilizações das relações de trabalho, refletem nas próprias vidas, e isso se torna muito forte para as pessoas. É a

dor do outro que se eleva na consciência delas e as leva a fazer opções. Nas palavras de Pâmela.

...porque essas pessoas estão descartadas de tudo, da empresa multinacional muito mais, porque eles exigem um padrão; então, você tem que ter certo grau de instrução, e as pessoas acabam não tendo isso, acabam trabalhando quando conseguem; hoje em dia tem muito isso na questão do lixo reciclável, material reciclável, na questão dos catadores de papel. Grande parte são catadores de papel e empregadas domésticas, quando conseguem, porque as pessoas discriminam muito. Quando a pessoa está, inclusive fisicamente, muito mal tratada: dentes, cabelo, tudo largado; então, chega na porta de alguém e a pessoa não aceita. Primeiro é fazer esse resgate de auto-estima, de melhorar o visual da pessoa, para ela se cuidar, que isso é importante para a saúde não só fisicamente por ser bonita, não é só questão de boniteza, é questão de saúde (Pâmela).

A preocupação com a aproximação às bases é constante, o que nutre a vontade destas pessoas permanece e se torna, inclusive, mais evidente. No entanto, o que parece que se dilui na urgência das necessidades é o político. O que aparece não é um subjetivismo em si, descolado da realidade, como critica Sawaia (2001b), das tendências atuais; mas o que está presente é o subjetivo, encarnado nas condições cruentas do social e que se revela em toda sua emergência na absoluta carência de toda necessidade e possibilidade. Contudo, e nesse aspecto concordamos com Sawaia (2001b), a condição de voltar-se ao subjetivo pode acarrear a perda do político. Nesse sentido, diz a autora, é necessário não se deixar enredar pela instrumentalização que envolve a categoria da subjetividade, negando outras dimensões da participação, justificando o desinteresse pela política, reduzindo a participação a um foro íntimo, contrapondo-a ao coletivo.

Na disjuntiva das opções, Sílvia delibera.

Eu penso que ainda o grande desafio nosso é a gente articular os grupos locais com as lutas mais gerais. Eu penso que isso não está de todo resolvido, porque assim eu não sei te dizer ainda, eu tenho uma angústia ainda, a mesma angústia que eu tinha, quando estava do outro lado. Antes a gente ficava só no macro e não conseguia dar conta do micro; eu, às vezes, ... tenho hoje e em muitos momentos... Eu tenho chamado atenção para isso internamente, às vezes, não sou bem compreendida (Sílvia).

A angústia de Sílvia é provocada pela preocupação de descuidar uma dimensão da ação política. A vontade de avançar nas lutas sociais é importante, mas

ela está convencida de que não adianta querer avançar, sem construir a mobilização social junto com as bases. Compreendemos que considerar as bases, para Sílvia é construir reconhecendo as pessoas, em suas singularidades e no coletivo pelas suas necessidades, a partir de seus próprios processos. É também trabalhar para ampliar e fortalecer as lutas populares, o que só é possível para ela mediante a participação construída coletivamente pela reflexão e motivação.

Sílvia problematiza as formas tradicionais de participação e reflete sobre dimensões que são importantes para ela.

...a gente começou fazendo a crítica com uma militância mais histórica, porque estudando Paulo Freire, é impossível não enxergar. As formas autoritárias, às vezes, não é por maldade (...) E, às vezes, eu digo: gente, a gente tem que construir um protagonismo, porque nós somos muito poucos, tem que ter mais gente de base, entendendo e se preparando, inclusive teoricamente. Não adianta que meia dúzia de nós avancemos do ponto de vista teórico e nos distanciemos tanto, porque a gente tem essa idéia. Isso é um conflito! Se tu queres estudar, você não tem tempo de estar no dia-a-dia das coisas práticas, então cria um conflito que é terrível, porque esse é o conflito de quem quer mudar o mundo. Que nem acha que é só na base, que nem acha que é só na universidade, ou só na academia, ou só estudando (...) Meu Deus, não adianta! O buraco é mais em baixo (Sílvia).

Sílvia chama a atenção às formas de relação, instauradas no processo da formação, considerar o outro em suas necessidades é também não impor autoritariamente. De igual forma, para Sílvia, não só é necessário estar com as bases e estar no confronto, mas também é necessária a formação, há necessidade do conhecimento e da reflexão.

Conhecimento é importante e deve emergir das condições concretas das pessoas, das condições que provocam sofrimento. Ainda, conhecimento por si só não resolve a dor das pessoas nem seus problemas, é necessária a ação, mas seu impulso se dá pela esfera do afetivo e, nesse sentido, se abre a disjuntiva da necessidade da articulação.

O processo de Sílvia nas lutas populares está determinado pelas escolhas que ela precisa fazer. Sílvia depara-se com as limitações que determinam os avanços da luta popular, as escassas condições humanas e materiais dificultam um trabalho extensivo. Nesse contexto, é obrigada a escolher, tentando tomar as melhores

decisões, buscando contribuir, buscando saídas, entre o macro e o micro, “brechas” como ela chama, as oportunidades da inserção nos espaços populares, para formação e ação coletiva.

A disjuntiva que está em Sílvia, é trazida para o depoimento de Helena, que manifesta a importância de considerar os distintos aspectos da ação coletiva, na superação das cisões que se arrastam historicamente, fragmentando a realidade social e dissociando os indivíduos de suas próprias realidades.

Faz a coisas concomitantemente, porque se você faz um trabalho de base, você também mobiliza, se você precisar. Você faz assim, você vai conhecendo lideranças, você vai despertando lideranças, preparando, se você precisar, por exemplo, botar um povo na rua hem? Ao frente de uma prefeitura, você vai para uma rua, ou você vai à romaria da Terra, o você vai fazer alguma coisa, você sabe onde tem gente. Você sabe onde estão as lideranças porque você tem um trabalho de base. Se você não tem um trabalho de base, você fala sozinha, porque você não tem a base (Helena).

A dissociação é produto da predominância de uma visão fragmentada da realidade. É necessária a participação dos sujeitos, a partir do seu envolvimento nos processos de mobilização, decorrentes de seus interesses e motivações. Mas também é necessário que, líderes e dirigentes compartilhem espaços de reflexão que possibilitem significações compartilhadas da realidade, de maneira que tenham condições de expressar as reais necessidades das pessoas para reivindicá-las politicamente.

Ainda, percebe-se que a tendência de Helena é a articulação, ela dá sentido ao trabalho de base como uma preparação, uma motivação para o trabalho de mobilização. Acreditamos que, em sua perspectiva não desconsidera o trabalho de base pelo trabalho do sofrimento ético-político, mas lhe dá um sentido diferente, na construção de alternativas para mudanças. Helena é uma militante articuladora, sua participação é fundamental para a mobilização nas campanhas; no entanto, retirou-se e foi estudar. Ela marcou uma época no CEFURIA e fez história na entidade. Suas palavras podem dizer algo sobre seu afastamento.

Tem várias razões pessoais, primeiro pela minha trajetória de vida, que eu não fico muito tempo num lugar só, porque liderança que fica muito tempo num lugar só cristaliza, domina, controla, manipula, e há também o preconceito que os mais jovens falam dos mais velhos, só que os mais novos ficam mais velhos também e eles vão ver como que se dá esse

processo lá na frente. Mas primeiro porque é problemático sim, ficar muito tempo em uma entidade; de certa forma, você domina, você se desestimula, você já conhece toda a máquina, você conhece as lideranças, você fica um pouco arrogante também eu acho; e ao mesmo tempo, você quer ter o controle de tudo nas mãos, ainda mais se você tem um cargo de direção (...) tenho essa questão pessoal de vida; mesmo que eu não goste de ficar muito tempo num mesmo lugar, eu gosto de mudar, e ao mesmo tempo minha vida inteira eu assumi trabalho de mobilização, da pessoa que fala. E chegou um momento da minha vida que faltava aprofundar algumas coisas mesmo; claro que nós trabalhamos muito a formação, mas não uma formação acadêmica que você pega uma coisa e vai estudar, a gente faz conforme a necessidade, e teve um momento que eu precisava aprofundar umas coisas (Helena).

Helena retirou-se, dando espaço para uma nova perspectiva, a do trabalho nas bases pela Economia Solidária. Como ela argumenta, as mudanças são boas; no entanto, às vezes dolorosas. Helena fez uma história de amor com a entidade e as pessoas, assumiu para si os desafios da luta popular no embate, no confronto, na denúncia. Foi assim que a conhecemos. Sente-se sua mágoa quando ressalta o preconceito dos mais novos em relação aos velhos. Compreende-se que não é uma questão de idade, acreditamos que Helena se refere ao tempo histórico, as vivências que marcaram e que está nos militantes que acompanham e permanecem nas lutas desde os anos 80. Helena foi estudar, pode ser que seja para compreender esses novos processos que invadiram a realidade e que se tornam complexos em suas abrangências e em suas repercussões no ser humano, que é o que lhe interessa. Nesse sentido também defende a importância da formação:

... eles não podem ser massas de manobra heim? (...) Não, a idéia é que as pessoas tenham uma consciência crítica conclusiva (...) que elas tenham conhecimento, que elas julguem, saber julgar para não formar um pré-conceito, né? Que as pessoas, aquelas lá que não têm condições? Como que não têm! Como é que elas não podem avaliar? Elas vivem em uma situação que elas conhecem. É uma situação (pausa) por isso que a formação é muito importante, de uma forma libertadora, porque ela pode ser deformadora também (Helena).

Ao valorizar os sujeitos em suas capacidades de conhecer a realidade que os constitui, Helena reconhece os sujeitos da base como sujeitos que se apropriam da realidade em uma construção significada, decorrente do processo histórico-social no qual vivem. Nesse processo são as pessoas que sentem, que vivenciam suas

condições de vida; que são afetadas pelas circunstâncias do contexto que vivenciam, que devem recuperar sua condição de humanidade, para poderem sentir a necessidade de mudanças e refletir quais são seus interesses. Para ela, é só assim, pelos conhecimento e sentimento que é possível que as pessoas se envolvam e orientem suas vontades para processos de transformação.

Gabriela expõe as condições que levaram o CEFURIA a, uma vez mais, a trilhar outros rumos, mas não perdendo, porém, os horizontes que lhe dão suporte, a busca de aproximação às bases, que se revela no percorrer de todo o processo como o eixo que mobiliza a trama afetivo-volitiva que o promove e a motiva a recriar a ação política, junto às classes populares.

... quando eu cheguei no CEFURIA, como voluntária, quando eu conheci em 98, o CEFURIA era muito presente nas mobilizações populares. O CEFURIA não estava fora de nenhuma mobilização popular, ele participava de todos os grandes eventos, das grandes manifestações. Estava sempre presente; só que o trabalho de base ficava um pouco descoberto, o trabalho ali com o povo de formação. Então se priorizava, no meu tempo, quando eu entrei, o trabalho maior, as articulações maiores, as grandes mobilizações, então parece que, de 2002 ou 2003 para cá, se mudou a estratégia do CEFURIA: ele se voltou mais para a base, com o trabalho com a população nas vilas, nas comunidades, trabalhando formação. O objetivo não mudou. Acredito que mudou a estratégia; as últimas mobilizações elas estavam meio esvaziadas e a gente percebeu que a gente estava muito no alto e que o povo não estava conseguindo acompanhar, porque, numa mobilização, se a população não tiver um mínimo de informação para que ela compreenda, para que serve aquilo? Não participam. Porque, a gente percebeu que o CEFURIA estava muito em volta dos próprios militantes, não abria; os militantes com eles mesmos, e sempre os mesmos militantes, a gente não estava conseguindo alargar não estava conseguindo envolver mais a população; então parecia que a gente estava num patamar que não conseguia ir lá olhar pro povo que precisava do bê a bá, da formação mesmo (Gabriela).

Com a participação ativa de Gabriela, Lílian e Pâmela o CEFURIA inclina-se na década dos anos 2000, para o trabalho de base. A entrada nesse percurso se dá num contexto no qual o CEFURIA vive, com seus militantes, novos desafios: a desmotivação em torno da Consulta Popular. Apesar de suas contribuições, a tensão provocada pelo exaustivo trabalho e responsabilidade assumidos com a Campanha contra ALCA e o esvaziamento posterior dos espaços de mobilização, as opiniões contraditórias em relação ao Governo Lula, sintetizadas em ilusão/desilusão, o

impacto que provoca o “efeito Lula”, nos militantes antigos e também novos vínculos e relações, constituídos com este governo. O acirrado empobrecimento de vastos setores, como repercussão das medidas neoliberais que se mostram em sua crueza para estas pessoas, transforma-se também num fator preponderante para a escolha dos rumos a seguir.

Nesse contexto, emerge uma nova fase que estava em processo e que não está livre de conflitos e deliberações, tal como é relatado por Pâmela.

... eu participei foram uns quatro, três anos atrás, dessa retomada do trabalho de base. Isso teve um conflito muito grande, porque tinha pessoas que não achavam que nós tínhamos que retomar diretamente esse trabalho, que isso tinha que deixar para outras entidades, para a igreja e tal, e nós trabalharmos com articulação como nós sempre vínhamos fazendo. Outras pessoas não: nós temos que pisar lá no chão, no barro; se não nós vamos estar falando e fazendo coisas para quem já está aqui, então você já participa da articulação, do grito dos excluídos, da romaria do trabalhador. Mas o trabalhador lascado ali, que está todos os dias pegando ônibus às cinco horas da manhã, ele não vem; ou aquele que nós chamamos hoje ao grito dos excluídos. Os excluídos não participam e nem se acham excluídos, inclusive, tem isso. Porque as pessoas que nós consideramos que são excluídos da sociedade, do mercado, de tudo, essas pessoas não se sentem excluídos. Por isso elas não vêm ao grito dos excluídos, entende? Então era necessário fazer toda essa retomada do trabalho de base (Pâmela).

O passo para o trabalho de base não foi tranqüilo, houve dificuldades, e alguns, como Pâmela, foram convincentes em suas argumentações. Aquele que mais precisa, não participa, sentencia Pâmela, ele não se sente excluído. Em Pâmela também vinga como em Lílian e em Gabriela, essa vontade tenaz de acompanhar os mais despossuídos, a qual nasce do compromisso de superar o sofrimento humano, como algo persistente que se encontra em toda a processualidade destas pessoas. Estas escolhas não estão alheias às condições de maior exacerbação da pobreza e de uma visão de realidade: a de sujeitos que não podem esperar que a realidade mude através das instâncias políticas.

O grupo que acredita nessa trajetória vai-se consolidando; é um setor do CEFURIA que tem a convicção de que o caminho a trilhar deveria postar-se nesses rumos.

É, portanto, pela Economia Solidária que se abrem novos caminhos que começaram a ser trabalhados no CEFURIA. Nessa linha de trabalho, houve o acompanhamento aos clubes de trocas, às padarias comunitárias. Além

de serem espaços de renda, ao mesmo tempo, são de formação e convivência. A coordenação é feita pelas próprias mulheres envolvidas e que se reúnem no CEFURIA configurando o Conselho Gestor “Fermento na Massa” cujo objetivo é debater os problemas e avanços relacionados com sua experiência (Pâmela).

O trabalho de base foi retomado, orientado para a perspectiva da Economia Solidária. Uma prática que já estava no CEFURIA, desde os anos 90 e que hoje se situa em primeiro plano. A idéia surgiu do Movimento Popular das Mulheres do Paraná (MPMP). São experiências comunitárias de geração de renda que buscam se contrapor, à ideologia excludente das economias liberais e também gerar formas de renda familiar imediata.

Nesse sentido, os espaços criados pela Economia Solidária são enriquecedores, como relata Pâmela, em seu depoimento:

... a gente percebe a olhos vistos o crescimento das pessoas, principalmente da base, pessoas que num primeiro momento, abaixam cabeça, que já perderam quase tudo na vida, e que aos poucos, começam a te olhar nos olhos, a falar o nome, porque para muitas pessoas até dizer o nome é difícil, porque foram sempre jogadas para fora, então você percebe essas pessoas, de repente, indo num órgão da prefeitura junto com os outros, indo a lutar por alguma coisa que precisam, acho que isso é o centro de tudo, fazer as pessoas perceberem-se sujeitos da história, não como meros (pausa). Acho que o de perceber nas pessoas, que percebemos que estão lá excluídas, que não têm nada mais, que parece que não têm mais nada a perder na vida. A gente vê essas pessoas sendo resgatadas, criando sua autoconfiança, a sua auto-estima, buscando, indo atrás dos seus direitos, assim é muito bom, é assim um “tcham” (Pâmela).

Para Pâmela, a experiência de ver crescerem as pessoas, de sentir seu desenvolvimento não só provoca satisfação, mas a enche de felicidade. Para ela, o crescimento dos seres humanos, em sua humanidade, é manifestação da realização de seu projeto de vida, ela sente essa transformação como construção de seus esforços, e nesse sentido se fortalecem suas escolhas pela Economia Solidária como espaços sociais de interação e solidariedade.

Aqueles que acreditam que o CEFURIA deveria estar mais na linha de frente, no embate político, discordam dos que preferem a atuação predominantemente nas bases, junto com os que têm maior urgência, os excluídos. Para eles, difícil era sair da linha de frente e situar-se na última linha, com aqueles que não têm visibilidade.

Mas, se compreendemos essa ação de alguns militantes pela raiz que está na mobilização destas pessoas: o comprometimento com a dor, com o sofrimento humano, a constante busca da aproximação às bases provém da sensibilização com as condições de vida desses setores. A trama afetivo-volitiva que os incentiva a procurar transformar a sociedade provém do sentimento humano genérico que os compromete com o coletivo e os faz assumir a luta como projeto de vida, nem que seja, na atualidade, ajudando a superar o sofrimento de alguns poucos, como é a opção de Lílian.

... a gente começou com as padarias, os clubes de troca, a gente começou a ir à periferia, a pobreza mesmo e as reuniões da direção do CEFURIA, do Conselho (Lílian).

A participação para Lílian, Pâmela e Gabriela adquire sentido pelo trabalho de base; é isso que as motiva e as promove no trabalho coletivo. Nos significados dados ao trabalho de base prevalece o sofrimento ético-político como realidade concreta e sentida por algumas pessoas. São pessoas que convivem com o sofrimento de sentir-se nada e, muitas vezes, com a sensação de não terem ninguém. Sawaia (2003) nos diz que falar em sofrimento ético-político é referir-se a dor físico-emocional vivida por alguns sujeitos, e provocada por determinadas ordens sociais que se orientam a injustiças, preconceitos e falta de dignidade.

A autora postula que o sofrimento ético-político...

“Empobrece e afunila o campo de experiências e de percepções bloqueando a imaginação e a reflexão; torna as pessoas impotentes para a liberdade e a felicidade, quer na forma de submissão, quer na de ódio e fanatismo. Seu exemplo mais emblemático é o sofrimento da indignação moral, que pode manifestar-se seja como desamparo, violência contra familiares e alcoolismo, na intimidade, seja como passividade ou rebelião e criminalidade, na vida pública” (Sawaia, 2003, p. 46).

Os militantes que optaram por atender populações duramente empobrecidas, orientadas pelo sofrimento ético-político de alguns setores, significam suas práticas por uma reinvenção do político, pela transformação do cotidiano, na atenção focada na afetividade e na recuperação das pessoas pelos movimentos de subjetivação e objetivação.

Júlio percebe esses projetos não como uma solução para as urgências econômicas, mas sim como a recuperação do indivíduo pela sua dignidade.

Eu acho que a racionalidade que existe por detrás hoje, digamos assim que a gente possa usar um conceito, uma palavra seria a dignidade. Eu interpreto muito a Economia Solidária, essas iniciativas das padarias comunitárias, dos clubes de troca e de algumas iniciativas de cooperativas, como iniciativas que tentam recuperar a dignidade de pessoas que já não têm mais perspectivas de se incluírem no mercado de trabalho, que se sentem angustiadas em função de sua situação, que têm uma baixa auto-estima e que encontram nesses espaços, que são espaços solidários de relações pessoais de fazer algo. Eu diria que é muito nessa linha de recuperar a dignidade dessas pessoas (Júlio).

A Economia Solidária é significada por Júlio como mediadora no suprimento de necessidades afetivas, tão valiosas como as necessidades básicas de comida e abrigo. A recuperação de bens nem tão materiais, mas fundamentais para a dignidade humana é possibilitada nos relacionamentos sociais, são supridas necessidades de afeto pela solidariedade, amizade, comunicação e partilha.

Os sentidos dados à Economia Solidária por Júlio e por outros militantes revelam que as necessidades não se reduzem à comida e abrigo. Como diz Sawaia (2001b), a realidade rompe, uma e outra vez, o mito de que o pobre não tem sutilezas psicológicas e age como um rebanho tangido por determinações sociais e pela fome, como se os segredos da subjetividade fossem próprios das pessoas mais abastadas e intelectualizadas (Sawaia, 2001b, p. 125).

No documento de 2004 “Rompendo o Silêncio e Escrevendo a Nossa História”, emitido pelo CEFURIA encontram-se depoimentos de pessoas que têm participado da escola da Economia Solidária. Na pergunta: o que é Economia Solidária para nós? As respostas de algumas das pessoas foram: trabalho em conjunto, conhecimento, afeto, compreensão, respeito, direito de expressão, igualdade, valorização, partilha, humildade. Nas respostas não havia vínculos com o econômico como ganho significativo.

Para Gabriela, a Economia Solidária só é uma solução das necessidades econômicas das pessoas, se fosse reformulada a estrutura da sociedade.

A Economia Solidária? Ajuda, resolver só quando mudar o sistema. Isso é uma grande ilusão que as pessoas têm: enquanto não mudar o sistema não

tem a sociedade não tem, o mercado não tem lugar para todos, não tem. Qualquer vaga que abre no mercado de trabalho é uma fila; então, quem consegue são aqueles que têm uma aparência melhor, que têm estudo, idade, que são jovens; as pessoas que estão ali excluídas, elas não têm chance nenhuma de competir, não têm chance de competir (Gabriela).

Gabriela é ativa organizadora da Economia Solidária. Sua afirmação não diminui o valor que ela dá a esse projeto, mas, tal como acontece com Júlio, os ganhos que ela vê, não estão na economia, mas no trabalho coletivo com as pessoas, o que possibilita a recuperação delas em seus aspectos afetivos. Suas palavras confirmam que o sentido que para ela tem a Economia Solidária é o resgate da humanidade para poder pensar em desejos, para estabelecer outras formas de relação.

Sílvia tinha saído da entidade para fazer uma pós-graduação, no ano 2001, quando volta, em 2003, se encontra com a novidade de que o CEFURIA está enveredando vigorosamente para a Economia Solidária. Conta que não tinha muita clareza de como essa atividade poderia transformar-se numa força política ou em uma nova cultura de modo de produção. Mas, aos poucos, refletindo acerca de pequenas pesquisas, começa a ver concretamente possibilidades da economia solidária como uma alternativa concreta de organização através do trabalho. Passa a pensar a economia como forma de trabalho para romper com o assistencialismo, como uma maneira de construir protagonismo com as populações que dependem das cestas básicas, que vivem nas favelas e estão excluídos das relações de produção formal, e incluídos pela miséria.

Então comecei meio que a refletir um pouco, estudar um pouco (...) dessa proposta de Economia Solidária numa perspectiva de uma economia mais transformadora. Assim, de como as pessoas se transformam, a partir do próprio processo de trabalho, e que transformem a sociedade a partir do próprio processo de trabalho, porque da construção material da vida não tem como fugir (Sílvia).

O sentido que Sílvia dá à Economia Solidária elabora-se a partir da proposta do trabalho como mediador de subjetividades. A perspectiva postulada por Sílvia corresponde a uma visão sócio-histórica na qual a relação pelo trabalho não só modifica o mundo material, mas através da qual o homem se modifica a si mesmo,

na relação que estabelece com os outros. Nesse intuito, adquire conhecimentos, constrói vínculos afetivos, apropria-se da cultura, constrói sua humanidade, elaborando não só artefatos materiais, mas também criando sentidos e significados, (re) criando o mundo social, criando um espaço próprio no contexto social. Desta forma, o que se percebe é que Sílvia aposta no crescimento humano.

E acho que a Economia Solidária permite isso, permite fazer essa ligação da educação e do trabalho, que era o grande sonho, acho, dos pensadores socialistas na área da pedagogia, e que, na verdade, acho que mesmo por conta muito dessa visão de Estado e de partido, de sindicato. A gente nunca foi no miudinho de tentar entender isso (Sílvia).

Para Sílvia a Economia Solidária é um caminho de desenvolvimento humano e, nesse sentido, é significada por ela como uma forma de transformação que, ao produzir o crescimento das pessoas, pode abrir espaços para uma forma política de enfrentar a vida.

Júlio, a partir de outra perspectiva, faz comparações entre os anos 80 e a atualidade e argumenta:

A diferenciação que eu faço dos anos 80 é que nós, dos Movimentos Sociais, para nós era lutar, lutar também pela dignidade e pela inclusão social, mas eram lutas que tinham como objetivo alterar o próprio capitalismo. Acho que hoje nós estamos submetidos a essa lógica e a gente só navega aqui, é claro que no bojo, a Economia Solidária traz a proposta de uma outra economia, mas nós perdemos força de conteúdo político (Júlio).

A crítica de Júlio volta-se ao desejo de avançar, de poder fazer mudanças, na qual as pessoas possam assumi-las politicamente. Mas, como postula Sílvia: *“isso não é possível, transformando-se numa “fábrica de mobilizações”*. É necessário o trabalho de base, como afirmam Gabriela e Lílian, mas concomitantemente com a articulação, como é a proposta de Helena.

Júlio, participante dos anos 80 do CEFURIA e que hoje está em outros espaços do movimento popular, assume sua inserção nas lutas populares a partir da participação pela mobilização e, desde esse ponto de vista, critica os caminhos que atualmente adota o CEFURIA.

Eu acho que o CEFURIA hoje está muito se voltando para aquela coisa muito só de igreja, está muito na Economia Solidária, acho que ele está abdicando de participar desses outros espaços, que são espaços mais

difíceis, de construção mais coletiva. Eu tenho sentido isso, que o CEFURIA está muito no seu foco, que é a Economia Solidária, que é a formação de grupos, mas não é que ele esteja ausente, mas ele está menos presente do que esteve antes; então, ele ganhou, por um lado, por essa organicidade, porém ele perdeu em articulação com as outras forças sociais (...) O CEFURIA está se orientando por uma coisa bem basista, assim eu acho, as vezes um pouco assim até despolitizada, não vou dizer assim o CEFURIA mas, algumas pessoas do CEFURIA eles têm aquela coisa “da base, da base”. Então, qualquer coisa que você tente, uma reação que avance, isso já seria dirigismo (...) a gente acha que está bom, mas a gente tem que ver também o que pode se avançar (Júlio).

Para Júlio, o sentido das lutas populares não pode desvincular-se dos embates políticos e do trabalho de articulação. Acreditamos que a história de Júlio é preponderante em suas escolhas. Sua inscrição histórica está preenchida de experiências de confronto e articulação; ele teve uma inserção ativa no processo de manter viva a presença dos Movimentos Populares em Curitiba. Ele é militante desde os anos 80, num período de apogeu dos Movimentos Populares em que a participação se valorizava coletivamente. Nessa perspectiva, o importante é fazer pressão e reivindicar direitos e benefícios.

Ainda Júlio argumenta que a origem da entidade esteve junto às articulações.

... a luta contra a ALCA, a luta pela reforma agrária, mesmo esse movimento que o CEFURIA participou intensamente, a luta contra a fome e a miséria do nosso Betinho. Tinha algumas lutas sociais que a gente tinha do calendário unificado das lutas nacionais. O CEFURIA, nesse período dos anos 90, final dos anos 90, estava muito presente nessas articulações nacionais, nessas frentes de lutas. Ele vai desempenhar um papel importante, exatamente porque ele tem uma rede de capilaridade. Então, vamos organizar a campanha contra a ALCA, vamos organizar o plebiscito, mas quem é que vai assumir a coordenação disso, para fazer fluir os materiais, para servir como referência de contatos, articular as atividades de formação, de preparar o material e os subsídios? O CEFURIA. Porque o CEFURIA carrega na sua memória genética a origem sua que é de articulação (Júlio).

Compreende-se bem que, para Júlio, é importante destacar essa vinculação com a articulação. Trata-se de uma participação histórica, fundamental para as lutas populares, e o CEFURIA proporcionou valiosas contribuições nesse sentido.

Seus militantes têm como objetivo a superação de formas de inclusão perversa; sua prática se orienta para esse fim, o sentido que dão à mesma é diferente, o que

está por trás é uma compreensão do político e uma forma diferente de fazer política. Se, por um lado, se pensa que é necessário ter uma presença mais abrangente, que potencialize denúncias e pressione as mudanças, por outro lado, também é necessário construir a mobilização, a partir das bases. Estas significações e sentidos da ação política remetem também a formas diferentes de fazer política. Política como relações de poder e política como a construção de espaços comunitários, para viver em sociedade.

O dilema da escolha entre base e articulação está inserido num contexto histórico-social para o qual confluem inúmeros fatores. Entre eles, as próprias condições da sociedade contemporânea e as condições sócio-históricas dos militantes envolvidos. Nesse sentido lembra-se que Gabriela, Pâmela e Lílian não viveram a experiência dos anos 80, que não só marcou uma época da plenitude da articulação dos Movimentos Populares, mas também envolveu as pessoas num processo de fortalecimento e construção, duramente alcançado pelos militantes dessa época.

Pâmela e Lílian provêm de espaços religiosos, num relacionamento com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir do qual são construídas formas de ação social que perseveram em seus militantes e que também marcaram uma época, destacando-se pela ação social que privilegia a comiseração com o sofrimento humano.

Júlio, Sílvia, Helena e Ângela são militantes que estão nas lutas populares, a partir dos anos 80. Júlio claramente se define pela articulação, Sílvia vê na Economia Solidária uma possibilidade política de atuação, Helena se retira para estudar e Ângela se encontra a cargo do centro de documentação e não se referiu ao tema da economia popular. Eles são os militantes históricos, os que vivenciaram a fase ativa dos Movimentos Sociais urbanos, e, como destaca, Maheirie (1997) todo sujeito vive e faz sua história de forma dialética, superando velhas formas de pensar e agir, mas também conservando-as, e é assim que eles conformam sua processualidade política, nos nexos entre afeto e razão, vida cotidiana e história.

4.9 CEFURIA, um lugar de encontros

O trajeto da processualidade política dos sujeitos desta pesquisa permite conhecer algo destas pessoas; seus depoimentos revelam seus sonhos, seus desejos e necessidades, relacionados ao contexto mais amplo do qual fazem parte. Neste processo se entrelaçam suas histórias com a história da instituição que, por sua vez, se insere no contexto mais amplo da sociedade. Estas histórias todas confluem entre si, promovendo nos militantes significações e sentidos da realidade.

Nesta unidade trazemos os depoimentos que correspondem aos significados e sentidos que os entrevistados atribuem ao CEFURIA como mediador de suas próprias vidas.

Lílian assim se manifesta:

O CEFURIA para mim é essa entidade que eu consigo colocar ao serviço do povo, aquilo por que eu quero lutar, em que eu quero acreditar, que é a organização e a construção de uma nova sociedade. E a Economia Solidária é o caminho; então, o CEFURIA para mim é isso, tanto que eu trabalhei sempre como voluntária. Dentro de minha aposentadoria, às vezes eu vivia bem apertadinha, mas nem vale transporte, nada, nada, nunca cobre, nunca recebi nada, porque foi uma opção que eu fiz, hem? Vivo assim na minha simplicidade (...). Mas, estar no meio do povo é todo que eu quero, para ajudar o povo a se libertar da opressão, e ser gente (Lílian).

Na fala de Lílian reflete-se um projeto de vida que se realiza pelo CEFURIA como a entidade que lhe permite veicular seus interesses. Lílian entrelaça sua vida com o CEFURIA, confunde-se com a entidade por aquilo que a apaixona: o serviço ao povo. Realiza-se nesse espaço como sujeito afetivo-refletivo e busca caminhos para a consecução de suas finalidades. Buscando validar sua identificação com a entidade, Lílian traz sua história, conta as opções que já fez na vida e que revelam que, detrás de seus interesses, está a consecução de um projeto, uma trajetória de lutas sociais. Nos conflitos que houve, Lílian foi uma grande defensora da volta às bases pela Economia Solidária. Ao se posicionar em relação ao CEFURIA, Lílian também reforça o sentido que para ela tem a entidade: o lugar que viabiliza seus sonhos, o espaço social e político, a partir do qual se pode aspirar a superar desigualdades pela Economia Solidária. Sua vida de compromisso com o sofrimento humano, sua opção

de vida fundamentada em valores que compartilha com os outros adeptos do CEFURIA, tudo isso promove seu apreço por esse espaço e seu reconhecimento pela entidade, assumindo-a como algo seu.

Dos relacionamentos estabelecidos nesse espaço, ela nos fala...

a gente vive em total amizade, família, só amigos. E a gente percebe a diferença assim, de fora no mercado capitalista, a equipe de trabalho tudo... principalmente (...) Onde trabalhei, era assim, teu colega estava sempre te puxando tapete. E isso me estressava muito porque não era de minha índole, nunca foi competir. Aqui, não. No CEFURIA, a gente não vê isso (Lílian).

Além de propiciar expectativas em relação a projetos e desejos extensivos para o social, o CEFURIA é para Lílian um lugar de bons encontros e de relacionamentos de amizade, solidariedade e respeito, que foge dos valores voltados ao individualismo, pautados nas sociedades capitalistas. Neste lugar, ela luta pelo que acredita e também encontra felicidade nos relacionamentos. E, nesse sentido, ela coincide com Sílvia, para quem o CEFURIA destaca-se pelas relações que ela aprecia.

O CEFURIA tem assim uma coisa importante na minha vida, porque o CEFURIA tem uma característica que é diferente, por exemplo, do sindicato, do partido ou de todos os lugares onde eu trabalhei. Eles também que eram trabalhos ligados a questões sociais no CEFURIA o nível de disputa é diferente, não vou dizer que não tenha problemas porque isso seria dizer que aqui é um grupo de anjos e não é, mas assim não tem essas disputas acirradas de grupos, como tem no sindicato e no partido. Você consegue construir mais unidade na diversidade, eu acho que tem uma característica mais de serviço; então, isso para mim é o que precisa ser o Movimento Social. Então, nesse quesito, eu tenho aprendido muito também nessa convivência interna, o trabalho que a gente faz no CEFURIA é um trabalho coletivo, embora a gente tenha tarefas específicas, mas é sempre um trabalho coletivo que se complementa. A gente não tem essa coisa negativa, é um ambiente de trabalho muito bom, que tem coisas em que até a gente consegue até fazer uma crítica mais fraterna, coisa que eu não achei em outros espaços. Então, nesse sentido, eu acho, que eu tenho como ser humano, aprendido muito, tenho maior oportunidade de crescimento; nesse sentido, esse é o impacto que pode trazer (Sílvia).

A valorização dada ao espaço social, compartilhado por estas pessoas, é perpassada por uma valorização de si, uma vez que, nele as pessoas se reconhecem, mesmo diferenciando-se uns dos outros. Os relacionamentos estabelecidos se

fundamentam numa forma de convivência de comunidade, que se define por valores compartilhados. Um tipo de comunidade que, segundo Heller...

“Surgen de las necesidades de la actividad política y/o del desarrollo de la individualidad, de la intención consciente y de la voluntad que el particular, a través de la integración dada, tenga de una relación consciente con la genericidad” (Heller, 1991, p. 77).

Segundo esta autora não se trata de organizações formais, mas, a diferença da organização em grupo – na qual o que interessa são os aspectos ligados aos objetivos e aos interesses do grupo –. Trata-se de uma configuração social na qual os valores reconhecidos coletivamente extravasam o espaço social compartilhado e se realiza também em todos os aspectos da vida das pessoas. Nesse sentido, constitui-se numa ética, uma forma de se situar no mundo e que se revela em todos os relacionamentos estabelecidos. Estas coletividades também se definem por serem produto de livre eleição de participação, constituídas por pessoas que se reúnem fundamentalmente por terem em comum certos valores.

Gabriela encontra-se nesses valores e encontra-se no CEFURIA, como nos relata nas seguintes palavras.

Bom, eu tenho uma paixão pelo CEFURIA, desde o momento que eu o conheci; eu gosto muito, tanto que quando me chamaram para trabalhar aqui, para mim foi um ..., pra mim foi muito importante. Uma organização que eu respeito muito, admiro, tenho orgulho de fazer parte da equipe, eu acho que são poucas as organizações que atuam como o CEFURIA atua, nossa!..., eu tenho toda a inspiração da forma como os trabalhos são conduzidos, da forma democrática como tudo é encaminhado e as decisões são tomadas, o trabalho que é feito, um trabalho assim que visa à transformação mesmo, mudança social (Gabriela).

Tal como em Lílian, nas expressões de Gabriela o que se revela é uma identificação com a entidade, um reconhecimento daquilo que ela valoriza e que a promove a vínculos afetivos. Gabriela conheceu o CEFURIA, quando cursava a Faculdade de Serviço Social. Em sua narrativa, conta que o curso lhe possibilitou o desenvolvimento de um pensamento crítico, mudando-lhe completamente a vida. O encontro com o CEFURIA promoveu a consolidação desse mundo novo que lhe estava surgindo e que se tornava para ela muito importante, porque lhe mostrava

uma outra forma de vida, fundamentada no amor pelo outro, em valores sociais e comunitários.

Sente uma grande emoção, quando fala da entidade, que a marcou em sua vida. Conta que, cada vez mais, foi-se comprometendo com as lutas populares até chegar a ser totalmente absorvida pelo seu trabalho. Mediada pelos “outros” que lhe possibilitaram o contato com um contexto de luta contra a exclusão, Gabriela consegue perceber o mundo de outra forma e transcender a visão que antes tinha dele.

Quando Ângela se refere à entidade, remete-se à sua história e traz a instituição em seus aspectos constitutivos pelas atividades realizadas nesse contexto social.

O CEFURIA esteve em todos os momentos de minha vida, desde que eu comecei a participar dos cursos de formação. Eu aprendi a fazer diagramação dentro do CEFURIA, aprendi a fazer boletins, aprendi a fazer educação popular e trabalho de base, aprendi a fazer enfim, tudo que eu sei hoje, dentro de tudo politicamente, eu fiz dentro do CEFURIA ... tudo que eu fiz, tudo, foi a partir do CEFURIA (Ângela).

Para Ângela, o CEFURIA adquire sentido pelo movimento da objetivação – subjetivação, gerado no âmbito das atividades necessárias para a consecução dos objetivos da ação política. Ao mesmo tempo em que ela se reconhece na objetivação do trabalho realizado, ela revela a dimensão subjetiva desse processo, quando se reconhece nele. Assim, ela introduz, numa dimensão da ação política que comumente permanece em segundo plano, as atividades como constitutivas do sujeito: elaborar folders, desenhar, fazer diagramas, preparar o material, fazer planejamento são produtos sociais que, no contexto de um projeto, se direcionam para certos fins. Um processo mediado por relações entre as pessoas que, nesse contato, consolidam vínculos e fortalece seus projetos. E é dessa dimensão que Ângela fala, neste outro momento.

O CEFURIA teve um papel fundamental em minha formação política (...) foi um espaço importantíssimo de construção de projeto de sociedade (...) Os princípios e idéias que sempre nortearam as pessoas que fazem e que fizeram parte desse espaço, permitem que haja um crescimento efetivo daqueles que abraçam a luta por uma sociedade mais humana, como foi meu caso (Ângela).

Ângela reconhece no CEFURIA um espaço fundamental para seu desenvolvimento, expressando nesse processo o singular a partir o contexto social. Fala de princípios e idéias compartilhadas, ou seja, remete-se ao sujeito da ética, um sujeito que se afeta pelos outros e que assume a transformação da sociedade como uma necessidade pessoal.

Sawaia (1998), a partir dos postulados de Espinoza, aponta que a ética...

“... está nas afecções do sujeito das idéias que as acompanham, adequadas ou não. Ela está no homem e na relação, no poder de afetar outros e de ser afetado, no esforço de se conservar, que é o único fundamento da virtude” (Sawaia, 1998, p.129).

Pâmela refere-se ao CEFURIA, nos seguintes termos.

Olha, o CEFURIA é como um (pausa), como eu poderia explicar (pausa), ele é assim, fundamental nas lutas sociais para Curitiba e região. É uma referência, nos seus 20 e tantos anos nunca fugiu ao seu objetivo, que é a formação, a articulação, o acompanhamento dos grupos, do trabalho de base, embora, por um tempo, tenha se dedicado muito mais à formação do que hoje, mas nunca fugiu ao seu objetivo central, é uma referência, e é um lugar, um espaço de crescimento (Pâmela).

Ao afirmar que o CEFURIA é um referente, Pâmela situa o CEFURIA no que significa no contexto social e histórico da sociedade na qual está inserido, o CEFURIA como expressão histórica das lutas sociais em Curitiba. Mas também se refere às repercussões que a entidade teve nela.

Na minha formação tem contribuído muito, inclusive por me provocar, fazer buscar sempre o meu conhecimento, e também perceber as pessoas. Embora eu nunca tenha me afastado disso, porque meu trabalho sempre foi esse, sempre estive em meu bairro, minha vila, principalmente ligada à Igreja, e também tem contribuído também no sentido de perceber e de ajudar as pessoas a se perceberem na história (Pâmela).

Pâmela remete-se às contribuições do CEFURIA para seu crescimento pessoal, reconhece o crescimento e o incentivo para a opção por caminhos. Neste reconhecimento, ela o aponta como um lugar que promove os afetos em relação ao outro, na ampliação dos sentidos pelo encontro, pela ação, pela reflexão e pela

alteridade. No entanto, ela se situa num contexto mais amplo e comenta que, em seu processo pessoal, ela já tinha outros interlocutores, inseridos no contexto da comunidade e da Igreja. E é nessa trama de relações que Pâmela se constitui como ser humano, fazendo a opção pela luta popular.

Helena, ao refletir sobre o CEFURIA, situa-se no contexto do movimento social e fala de si mesma.

...se você for pensar que tipo de pessoa eu seria, se não fosse uma militante do movimento social... A gente pode até imaginar algumas coisas, talvez tivesse uma vida mais tranqüila, talvez tivesse conhecido, sei lá, outras pessoas, outras necessidades, com outros interesses... não sei como seria! Agora eu sei, do ponto de vista da participação de uma militante, eu acho que eu melhorei muito, enquanto pessoa humana. O movimento lhe dá isso de refletir, discutir a questão da solidariedade, discutir o socialismo, né? Você tem, na prática, você tem que mudar, você não busca as coisas mais no individual, você tem que atuar no coletivo. E atuar no coletivo exige, porque é andar na contramão do sistema. (...) Para você chegar até aqui, você teve toda uma caminhada, para você ir daqui para frente, tem outra caminhada e, às vezes, a gente não tem essa compreensão, como um cidadão comum que é. (...) Então, acho que o movimento social fez que eu percebesse essas coisas; também dá uma alegria muito grande! (Helena).

Helena reconhece a experiência e as relações sociais, estabelecidas nesse contexto, como fundamentais para sua constituição como sujeito e, nesse sentido, valoriza suas relações pelas possibilidades de desenvolvimento que lhe propiciam.

Os afetos são fundamentais. Eles sustentam ideais e ações na vida concreta, construindo vínculos, formas de viver talvez mais difíceis, mas com espaços de gratificações, lugares de bons encontros e felicidade. Para ela, sua participação como militante a tornou uma pessoa melhor, possibilitando caminhos e encontros que se fizeram trampolins para um tipo de existência dignamente mais humana, amparada em relações de reciprocidade e solidariedade.

Estas pessoas fizeram a opção por uma vida sensata, que segundo Heller (1991), é o “para nós” da vida cotidiana, em um mundo aberto, caracterizado por um desenvolvimento infinito no qual não faltam os conflitos, mas que podem ser superados porque os limites dessas vidas só é dado pela morte.

Como postula Heller, com relação ao indivíduo da vida sensata (1991):

“Este individuo no encierra su personalidad en límites de ningún tipo, se mide a sí mismo con el metro del universo, en el interior de los límites determinados elige por sí mismo sus valores, su mundo, el universo que asume como metro (Heller, 1991, p. 416).

Nessa opção de vida, o indivíduo está constantemente confrontando o novo, voltando a plasmar sua vida e sua identidade, conservando, ao mesmo tempo, a hierarquia que elegeu para sua vida. Nesta postura, ele reconquista continuamente o “para nós” de sua vida cotidiana, tornando-a plena, porém não isenta de contradições, sem deixar de perseguir um rumo cada vez mais voltado para uma perspectiva humano-genérica (Heller, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda persona que haya alcanzado el nivel necesario para extraer sus decisiones directamente de la genericidad, es decir, que esté en condiciones de tomar decisiones políticas y que tenga una influencia tal que le permita llevar a la práctica una determinada decisión, desarrolla una actividad política dirigente, aunque en el movimiento sea un simple militante
(Heller, 1991, p. 175).

Chega ao final este trabalho, percorridos distintos momentos da vida das pessoas entrevistadas para este estudo, escolhidas porque compartilhavam um espaço social e político, o CEFURIA; sujeitos constituídos a partir das condições sociais e políticas em que estão imersos e que não poderiam existir “como eles são”, descolados desse contexto. Trata-se de sujeitos que escolheram estar ali, que confluíram em esse espaço, a partir de distintos lugares e de distintas realidades. Estes sujeitos foram se reunindo, construindo um espaço, baseados em interesses compartilhados, motivados para superar o sofrimento e as carências do ser humano. Assim sendo, o ponto de partida que os reúne é sempre um ponto de intermédio das relações que os configuram na mediação de suas atividades políticas.

Na indagação da vida dos entrevistados, encontram-se processos históricos, experiências, relacionamentos que se mostravam densamente concatenados, tecendo uma complexa rede de conexões simbólicas e materiais em que eles atuam e elaboram seus pensamentos e seus afetos, construindo suas singularidades. Assim, Ângela e Júlio se vinculam a um compromisso social, ainda quando meninos; Helena e Pâmela, em sua mocidade; Sílvia quando inicia sua vida adulta; Gabriela, em sua vida madura, e Lílian, depois de aposentada.

Não é o *tempo cronológico* que significa as relações, caminhos e projetos, mas o *tempo histórico* constituído pelas experiências vividas. As experiências promovem conexões e, como diz Vygotski (1999c), produzem alterações nas conexões e na infinita diversidade, de modo que promovem novas sínteses, novas funções cruciais.

Paulatinamente foi se descobrindo, neste estudo um fio condutor que crescia e se complexificava. A sensibilização com o ser humano se expressa nos sujeitos

entrevistados a partir das múltiplas relações que foram se revelando em duas vertentes. Uma que promove expectativas e desperta desejos, mas também diminui, cristaliza e provoca rompimentos, construindo-se na **relação difícil com o partido, a institucionalização e o Estado**. Outra que potencializa e promove transformações, provoca contraposições e elaboração de estratégias; que avança pelos caminhos por eles escolhidos, mesmo que por diferentes trilhas, decorrente das multiprocessualidades que aparecem na necessidade da **aproximação às bases**; questão que eles realizam na tensão do micro e do macro, do singular e do coletivo; do trabalho de base ou de articulação.

Duas tensões que atravessam o processo da vida destas pessoas e que se ampliam em suas incidências e suas repercussões. A relação com o partido é a relação com o estabelecido, com o que já foi convencionalizado na política formal e que se revela pela tensão do poder político. A relação com as bases é o futuro, o que deve ser construído, e que se revela possível na política da comunidade, na construção de coletivos e espaços sociais. Formas de se relacionar na política que constituem sujeitos: a política do poder institucionalizado e a política da comunidade.

A organização em comunidade como promotora de espaços coletivos e políticos é claramente definida nas reflexões de Ângela, quando relata as transformações acontecidas nos bairros e que repercutiram na participação política. A mesma temática volta a aparecer, quando os entrevistados manifestam sua gratificação por participar do CEFURIA, como espaço de comunidade, grato de viver e conviver, porque construído baseado em valores compartilhados que se expandem a todos os espaços da vida (Heller, 1991).

As pessoas escolheram caminhos difíceis, nos quais a vida deve ser encarada como luta na contraposição do que se impõe como tendência política econômica e social, no entanto, elas vivem a gratificação de um espaço compartilhado e comunitário, o CEFURIA, que reconhecem como lugar de encontros e alegrias.

Nesse espaço de compartilhamento, configuram-se os sujeitos que, em suas singularidades, se reúnem e se distanciam, sempre em constante movimento, onde o sólido é o simbólico, construído dialeticamente na história singular e coletiva e no

espaço comunitário, gerando novas conexões, ampliando e enriquecendo suas experiências.

Nesse sentido, encontram-se confluências que se geram na distinção dos tempos vividos. Os sujeitos que vivenciaram as lutas populares dos anos 80 e delas participaram diferenciam-se dos que ingressaram na vida de militância nos anos 90. Os primeiros, representados por Júlio, Ângela, Sílvia e Helena, apreciam com maior veemência a “**articulação**”, e sua relação com o partido é mais complicada; os segundos, nas pessoas de Lílian, Gabriela e Pâmela, não desconhecem a importância da articulação, mas não se envolvem diretamente, privilegiando o “**trabalho de base**”; para estes, a relação com o partido, atualmente governo federal, é mais tranqüila.

Nas tendências existentes, os velhos *no tempo histórico* se postulam mais analíticos, elaboram suas argumentações, fazendo relações mais amplas e complexas, revelando historicamente a riqueza de suas experiências, estabelecendo projetos políticos, não necessariamente partidários. Os novos *no tempo histórico* são mais impulsionados pelo afetivo, nas afecções que lhes provocam as condições do sofrimento humano; procuram resolver os problemas do presente, acompanhando e construindo uma recuperação da humanidade nas pessoas maltratadas pelo sofrimento ético-político.

Nessa trama de tendências, as relações se tornam complexas e se misturam os projetos, resultantes da riqueza e pluralidade de formas de intervir e pensar a práxis política da volta às bases. É o caso da proposta de Sílvia, que postula a Economia Solidária como uma nova ordem econômica-política; de Júlio que trabalha na construção das Assembléias Populares, como um espaço para as bases se articularem; ou ainda de Lílian, que vê, em vínculos com o governo, espaços de construção popular.

O que é claramente definido e em que não há dúvida nenhuma é a vontade destas pessoas de lutarem contra condições humanas de sofrimento, fator preponderante na trama afetivo-volitiva que perpassa toda a processualidade política destes sujeitos. Esta vontade se revela em projeto de vida, que perdura, apesar dos momentos difíceis e das tensões que atravessam suas práticas. Assim, a

processualidade destas pessoas é intensamente demarcada pela afeição às bases e é nesse elo que fixam suas batalhas, se submergem nas crises e saem delas.

No entremeado da aproximação e afastamento das bases, o CEFURIA renasce das bases e daí se organiza, promovendo a articulação; foi assim, quando da crise no período da Constituinte (1988), quando, num momento de grande efervescência política, paradoxalmente, se produz uma forte institucionalização dos movimentos e estes, no entanto, perdem autonomia; foi assim quando, pelo afastamento das bases, no período de 1993, a equipe interna se demite; sai da crise quando seus militantes voltam para as bases, inserindo-se na Campanha contra a Fome e a Miséria, coordenado pelo sociólogo Betinho; a crise volta pelas condições político-econômicas que provocam o distanciamento das bases e se dilui pela Consulta Popular, em 1997, como uma proposta do povo, que recupera sua história; o CEFURIA submerge-se de novo na crise, ao perder o vínculo das bases pelo ativismo e pelo intelectualismo, e renasce na Campanha contra a ALCA (2001), numa aproximação às bases que se perde, logo depois do plebiscito contra a ALCA pela “crise do Lula”; volta-se às bases pela Economia Solidária (2003) e constroem-se espaços de articulação pelas Assembléias Populares.

Nessa caminhada, os militantes são ativos participantes, que se inserem nas atividades, pelos seus motivos e interesses, comprometendo-se afetiva e intelectualmente, constituindo-se no singular de suas multiprocessualidades: o Padre Otávio recupera as origens da entidade, revelando os fios históricos de seu comprometimento emocional, que não era só dele, mas que retrata uma realidade coletiva que estava emergindo, naquela época. Ângela traz para seu relato os sentidos que atribui à Constituinte como momento de revelação, nos caminhos sub-reptícios que assumem os movimentos. Os momentos difíceis adquiriram sentido como momentos de estagnação, pelas falas de Ângela, Sílvia, e Júlio, que, a partir de seus processos singulares, focalizam diferentes aspectos. Ângela destaca a perda dos espaços comunitários, Sílvia se insurge contra o crime organizado nos espaços populares e Júlio fala das repercussões das transformações nos significados do desemprego. Seus posicionamentos, apontados em distintos sentidos, confluem para

um mesmo fenômeno: o esvaziamento dos espaços populares de ação política que se revela, para estas pessoas, como “momentos difíceis”.

Foram Júlio, Sílvia e Ângela que, engajados e motivados, aderiram ao projeto da Consulta Popular, como um momento de criação que busca voltar às bases, reativar a ação política e a formação. Contudo, a apropriação é singular, e, desta forma, a Consulta adquire para Júlio sentido na confrontação com o poder estabelecido; para Sílvia a Consulta realiza-se pela formação nas bases. Essas apropriações não deixam de estar vinculadas com os processos que predominam na história destas pessoas, em Júlio, fortemente a partir da articulação e em Sílvia, nas atividades de formação.

No decurso do processo, o que emerge é a campanha contra a ALCA, momento que revela, em sua dinâmica, o fio condutor que incentiva a trama afetivo-volitiva destas pessoas: a aproximação às bases, a incansável promoção da participação. Júlio afirma que o objetivo em si não era o plebiscito, mas chegar às pessoas, à comunidade, à escola. Assim, a campanha contra a ALCA, que emerge no realce dos movimentos antiglobalização, é apropriada por estas pessoas como uma aproximação às bases, revelando-se como um movimento local, articulando-se aos modos de vida.

Júlio ainda revela que, a campanha contra a ALCA foi uma aula da realidade; as pessoas conseguiram fazer os vínculos, estabelecer conexões entre as decisões em nível global e suas repercussões na vida cotidiana. No mesmo sentido, para Ângela, esta foi a junção da teoria com a realidade, uma oportunidade para compreender conceitos abstratos que se revelavam na realidade, como a própria noção de imperialismo. Ângela e Helena sentem intensamente a empolgação do momento, no entanto, é Ângela que faz a crítica, aduzindo que a mobilização do povo não é promovida por uma consciência política, mas por um sentimento de nacionalismo, fundada num individualismo, naquilo que é “meu”.

A eleição de Lula repercute nestas pessoas através da crise com relação ao partido. Os caminhos que o governo assume é de contradições e levanta questionamentos. Júlio faz uma revisão de suas opções e sentencia que deveria ter cuidado mais de sua relação com o movimento; Ângela é envolvida por uma tristeza

que compromete outras dimensões de sua vida; Helena se retira para estudar, quer ter uma compreensão mais ampla dos acontecimentos que estava vivendo.

Pámela, Gabriela e Lílian, as militantes que se inseriram no CEFURIA nos anos 90, são as que se orientam por suas práticas para a Economia Solidária, elevando-se a tensão do micro e do macro; entre as bases e a articulação. O que prevalece é a aproximação às pessoas intensamente fragilizadas, assumindo como fator preponderante o sofrimento ético-político.

A análise desta realidade relatada nos remete à emoção como positividade política, como afirma Sawaia (2000b), a partir de Espinoza, deslocando a política para o campo da ética, transferindo as emoções do campo dos instintos para o do conhecimento, sem negar-lhe o caráter de afecção corporal.

Vygotski (1999c) recorre a Espinoza quando postula que a alma pode conseguir que todas as manifestações, todos os estados, se voltem para um mesmo fim. Ressoam as palavras de Vygotski que diz:.

“Quando nos achamos em presença de individualidades humanas que revelam o grau máximo de perfeição ética e a mais maravilhosa vida espiritual, encontramos-nos diante de um sistema no qual o todo mantém relação com a unidade” (Vygotski, 1999c, p.134).

O que em nossa interpretação se traduz num sujeito em sintonia com sua genericidade, como sendo esse o caminho de seu desenvolvimento como humano.

Nesse mesmo sentido, Heller (1991) aponta que a relação consciente com os valores genéricos constitui-se no sujeito pela mediação com uma concepção de mundo na qual os valores genéricos se transformam no motor de suas ações.

“De este modo – mirando a la totalidad de la vida y no a cada momento suyo particular separadamente – es reconstruida la unidad de la motivación y del objeto de la acción. Sabemos que en el hombre la acción (en las objetivaciones en-si) surge precisamente porque el objeto y la motivación de la acción se separan el uno de la otra. Ahora están reunidos de nuevo, pero ya no espontaneamente, sino mas bien a través de la consciencia, no para poder satisfacer las necesidades fundamentales de la vida, sino como satisfacción de la necesidad de una vida humana” (Heller, 1991, p. 410-411).

Podemos dizer que, em contraposição à tendência do mundo atual, pela perda de valores comunitários, pautados pelo individualismo, existem setores da sociedade que recriam seus sentidos de vida, mediados pelas relações com os outros, a partir de uma perspectiva que considera valores éticos do ser humano. Nessa relação, são fundamentais os valores que, enquanto necessidades, ativam a vontade vivida por cada um de se voltar para a ação política.

Nesta caminhada, foi possível perceber que o CEFURIA não se restringe somente às pessoas que pertencem à entidade. O raio de sua amplitude é dado, além das entidades com as quais se articula, pela interação com a sociedade como um todo, pelas pessoas que fluem pelos seus recintos, tanto adquirindo informação, como construindo a mobilização popular. O que se sentia nas observações que pude experienciar era que aqueles que circulavam, embora não fossem do quadro estável de trabalho, também o integravam e contavam com a entidade para o cumprimento de propósitos afins.

Igualmente, foi possível definir que o CEFURIA não é só uma entidade que se limita a dar formação aos movimentos populares; é um articulador dos movimentos de ação coletiva e, nesse sentido, tem sido um espaço inovador que está sempre à procura de novos caminhos, recriando-se na reflexão e na ação, configurando-se em Curitiba como o elo dos movimentos sociais, realizando-se na participação em rede. Ali se encontram pessoas que provêm das CEBs, pastorais, de distintos sindicatos, das comunidades, de diversos movimentos sociais, populares, partidos políticos, setores estudantis e setores rurais.

Em certos períodos, o CEFURIA mostrou-se mais articulador de mobilizações, em outros, liderou grandes campanhas. Em alguns momentos, foi mais explosivo e fulgurante e, em outros, mais repousado e reflexivo. Seus quadros reconhecem a necessidade de uma formação mais acadêmica, porém, há uma necessidade de aproximação com relação às suas bases; alguns setores cobram uma posição mais de vanguarda, outros uma prática mais mesurada. No entanto, acima das formas de ação, dos procedimentos, das técnicas, das estratégias e dos recursos, o CEFURIA são sujeitos em movimento, que se definem pela **vontade da participação**.

O CEFURIA enquanto entidade física e simbólica se revela como mediador do processo constitutivo dos sujeitos entrevistados, atravessando a singularidade de cada um deles, inscrevendo-se em seus processos de subjetivação. Subjetivar e objetivar se revelam como duas dimensões dos sujeitos, sendo objetividade enquanto realidade física e ação e subjetividade enquanto possibilidade de transcender o já objetivado (Maheirie, 2003).

Os interesses e motivações do Padre Otávio se projetam na construção desse espaço social e político, que se realiza na fundação do CEFURIA, como a objetivação de sua subjetividade enquanto a concretização material de seus desejos, como um espaço que acolhe aos sujeitos dos setores populares.

Ângela afirma que, politicamente tudo que sabe e tudo que fez passou ou passa pelo CEFURIA. O movimento da objetivação de sua subjetividade se realiza pela suas atividades, pelas suas ações, e também pelos seus processos reflexivos que se transformam em alguma forma de linguagem. Ela se apropriou de uma visão de mundo e uma forma de se relacionar, que se inscreve no encadeamento do que é o CEFURIA e dos caminhos que este adota. No entremeado de suas atividades e ações Ângela elaborou folders, fez desenhos e diagramação; além disso formou parte do Movimento da Constituinte, participou da Consulta Popular, liderou a Campanha contra a ALCA e hoje organiza o Centro de Documentação e Biblioteca da entidade.

Para Júlio o processo foi diferente, nem por isso, menos relevante. O mesmo participou do CEFURIA na representação dos Movimentos de Bairro e liderando o Movimento contra o Desemprego nos anos 80. Sua participação contribuiu com a existência do CEFURIA, encaminhando a entidade para a articulação e formação de quadros políticos.

Sílvia conhece o CEFURIA nos anos 80, sua trajetória política foi se inclinando para a formação, uma relação objetivada nos cursos que são ofertados pela instituição, construindo o elo entre ela e a entidade nessa configuração. Os sonhos, os projetos, os desejos de mudança que compartilha com os outros do CEFURIA, são objetivados nas atividades planejadas e efetuadas, dando um rumo à entidade.

Lílian realiza-se como sujeito no CEFURIA, pela participação na Economia Solidária. O CEFURIA foi a concretização de seus desejos, em relação ao espaço no

qual ela queria atuar. Sua inserção, como sujeito ativo e participante, busca encaminhar o CEFURIA para experiências de geração de renda, formação e compartilhamento.

Pâmela reconhece no CEFURIA um lugar de referência e crescimento pessoal, assume a liderança do CEFURIA e sua coordenação, objetivando-se e subjetivando-se nesse processo constitutivo.

Helena fez uma intensa caminhada pelo CEFURIA, confluindo pela articulação. Sendo ela uma articuladora histórica, recria esse espaço na construção de significados que fortalecem caminhos de ação coletiva, marcando uma época na história dessa entidade. Helena foi coordenadora de formação, retirou-se para outros espaços e foi estudar, a projeção dela permanece no CEFURIA, como parte de sua constituição e de sua história. Gabriela fez a opção pelo CEFURIA como lugar de trabalho e realizações; entrelaçando seus projetos pessoais e sua profissão da área social com a própria entidade, que tem como grande inspiração a superação das desigualdades.

A caminhada destas pessoas, mediada pelo CEFURIA, é trilhada pela ação coletiva e política, onde a objetivação seria um desabrochamento, algo que lhes permite contemplar-se num contexto específico, no qual eles se constituem como co-criadores.

A elaboração desta Tese nos levou à apropriação de uma dimensão da realidade, revelada, fundamentalmente, pelos sentidos dos entrevistados. Tais sentidos são mediados pelas significações que impregnam os sujeitos e seu contexto e que nos impregna a nós mesmos na compreensão dos outros, como sendo um momento de nossa própria práxis (Sartre, 1984).

Iniciamos esta Tese com o interesse e a motivação de alcançar compreensibilidade de aspectos psicossociais que mediatizam a participação em ações coletivas. O processo da pesquisa nos levou a escolher um espaço social e político que, nesse momento, pelos seus militantes, estava inserido no Movimento contra a ALCA. Nossas expectativas estavam cifradas em encontrar elementos psicossociais desses participantes, articulados à complexidade do mundo contemporâneo, pelos avanços da informática e as comunicações.

No entanto, os militantes que constituíam esta pesquisa foram nos surpreendendo, ao se deslocar, da participação no Movimento contra a ALCA, para práticas de trabalhos de formação e acompanhamento de experiências de Economia Solidária em setores populares, extremamente fragilizados e afetados por intenso sofrimento ético-político.

Nesse contexto, a perspectiva teórica sustentada numa concepção histórico-social do sujeito, aportava subsídios para estudar a processualidade política dos sujeitos engajados em ações coletivas, a partir dos sentidos que estes atribuem a suas práticas.

Assim, estes sujeitos da pesquisa nos levaram a espaços locais, dimensões da vida cotidiana, subjetividades constituídas nas afeições ao ser humano que sofre. Encontramos sujeitos que, nas condições do mundo contemporâneo - em suas amplitudes e restrições - significam o mundo e as relações sociais nele instauradas, pelas repercussões de desigualdades e injustiças constituídas historicamente, revelando "o invisível": sujeitos imersos no mundo globalizado pela luta política de condições básicas de vida dos setores populares. Sujeitos engajados com o ser humano num processo de desenvolvimento humano-genérico que os leva a voltar suas potencialidades e possibilidades para uma finalidade: a superação de condições de sofrimento.

Garimpar os sentidos que as pessoas dão a suas práticas de ação coletiva, nos levou à compreensibilidade de sujeitos apontados por Melucci (1994, p. 160), como cheios de paixão, que não podem explicar-se reduzidos a um racionalismo instrumental. Afinal, aduz o autor, se não houvesse paixão, por que alguém se importaria em transformar?

Assim, os caminhos percorridos por esta pesquisa, afirmam os horizontes perseguidos pela teoria sócio-histórica, enquanto abre possibilidades de compreensão da realidade de sujeitos engajados em espaços de ação coletiva.

Sujeitos inseridos em espaços que vão para frente, como postula Melucci, espaços que ...

"...indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas falam à frente, anunciam

aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (Melucci, 2001, p.21).

Nesse sentido esta pesquisa aponta à necessidade de estudos de ações coletivas, na dimensão sócio-histórica de sujeitos concretos, na direção de capturar processos de subjetivação que apontem novos caminhos, outras direções, tal como postula Melucci (2001), anunciando as mudanças possíveis, não para um futuro distante, mas para o presente de nossas vidas. Obrigando o poder a tornar-se visível, dando-lhe forma e rosto, nossos sujeitos falam uma língua que parece unicamente deles, mas que dizem alguma coisa que os transcende e, desse modo, falam para todos e por todos nós.

7. BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Wanda Junqueira; OZELLA, Sergio. 2006. **Núcleos de Significação como instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos**. Revista Psicologia Ciência e Profissão. 26 (2), 222 – 245.
- AGUIAR, Wanda Junqueira. 2006. **A pesquisa junto a professores: fundamentos teóricos e metodológicos**. In: AGUIAR, Wanda Junqueira. Sentidos e Significados do Professor na Perspectiva Sócio-Histórica. São Paulo: Casa do Psicólogo. p. 11-22.
- ALVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. 2000. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Novas leituras. Introdução. Belo Horizonte. Editora UFMG, p. 15 – 57.
- BAGGIO, Fernanda Striker Fernandes. 2006. **Movimento de Participação Popular na Constituinte**. Curitiba: Editora Gráfica Popular.
- BAUMAN, Zygmunt. 1999. **Globalização** As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar.
- BIERRENBACH, Flávio. 1986. **Quem tem medo da Constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BLUMER, Herbert. 1962. Comportamento Coletivo. In: SMITH, Samuel. **Princípios de Sociologia**. São Paulo. Editora Herder. 209 – 272.
- CANEVACCI, Massimo. 1981. Introdução. **Dialética do Indivíduo. O indivíduo na natureza, história e cultura**. São Paulo. Editora Brasiliense. P. 7 – 40.
- CARNEIRO, G.; BEZ, Antonio. 2005. **Clubes de Troca** Rompendo o silêncio, construindo outra história Metodologia e Sistematização de Experiências Coletivas Populares. Curitiba: Editora Gráfica Popular.
- CARVALHO, José Murilo. 1999. A Liberdade dos pós-modernos. Revista Mais **Folha de São Paulo**. 30 maio, p. 3.
- CERTEAU, Michel de. 2003. **A Invenção do Cotidiano a arte de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes.

- CHAUI, Marilena. 1986. **Conformismo e Resistência**. São Paulo. Editora Brasiliense.
- _____ 1995. **Convite à Filosofia**. São Paulo. Editora Ática.
- _____ 1998 **Ética e violência**. Artigo digital 31/dez/1998. disponível em: <http://www2.fpa.org.brportal/modules/news/article.php?storyid=2305> Acessado em 8 Nov. 2006.
- _____ 2000a. Paixão, ação e liberdade em Espinosa. **Folha de São Paulo**. Revista Mais. São Paulo. Domingo, 20 de Agosto. Acessado em 4 out 2001.
- _____ 2000b. Spinoza: poder y libertad. Capítulo IV. BORON, Atílio (comp.). **La Filosofia Política Moderna. De Hobbes a Marx**. Buenos Aires: CLACSO. p. 111 - 141.
- DAGNINO, Evelina. 2004. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (compilador) **La Cultura em las Crisis Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 195 - 216.
- DAVYDOV, V.V; ZINCHENKO, V. P. 1994. A contribuição de Vygotski para o Desenvolvimento da Psicologia. In: DANIELS, Harry (org.) **Vygotski em Foco: pressupostos e desdobramentos**. Campinas - São Paulo: Papirus, p. 151-167.
- DELUIZ, Neise. 1995. Formação do sujeito e a questão democrática em Habermas. **Boletim Técnico do Senac**. 21 (1). Jan/abr. p. 15 - 21.
- DIAS, Eurípedes de Cunha. 2001. Arqueologia dos Movimentos Sociais. Departamento de Antropologia UnB. <http://www.unb.br/ics/dan/Serie310empdf.pdf> Acessado em 6 out. 2006.
- DIAS GARCIA, Maysa. 2001. **Ação educativa e movimento popular**: A experiência do Centro de Formação Urbano - Rural Irmã Araújo. Tese de doutorado. Programa de Educação da Universidade de São Paulo.
- DOIMO, Ana Maria. 1995. **A Vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pos-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 352 páginas.
- ESPEJO, Rosa Trigo. 1996. Relatório Supervisionado em Psicologia Escolar: **Acompanhamento de um Curso de Formação de Formadores na Escola SUL da CUT/SC** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.
- _____ 1999. **As Transformações do Mundo do Trabalho: a experiência de funcionários de uma empresa pública em processo de privatização**. Dissertação de Mestrado, apresentada no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. 1991. **Matrizes do Pensamento Psicológico**: Petrópolis: Vozes.

_____ 1992. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. São Paulo: Educ: Escuta.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. 1997. **Psicologia, uma (nova) introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência**. São Paulo: EDUC.

FLEURY, A. C.; VARGAS, M. 1983. **Organização do Trabalho: uma abordagem interdisciplinar, sete casos brasileiros para estudo**. São Paulo: Editora Atlas.

FOUCAULT, Michel. 2006. **A Microfísica do Poder**. 174p. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf> Acessado em 4 out. 2006.

GEBRIM, Ricardo. 2005. **Movimento Popular**. Texto elaborado para o Seminário "Partidos de Esquerda na América Latina", Fundação Rosa Luxemburgo, Out. http://www.rls.org.br/publique/media/PartAL_Gebrim.pdf Acessado em 4 fev. 2007.

GIL RODRÍGUEZ, Eva Patrícia. 2004. **Ultraindividualismo y simulacro en el Nuevo Orden Mundial: Reflexiones sobre la sujeición y la subjetividad**. Tesis doctoral. Departamento Psicología Social, Universidad Autónoma de Barcelona. Disponível em: <http://www.tesisenxarxa.net/TDX-0202105-162044/index.html> Acessado em 2 março 2007.

GOHN, Maria da Glória. 1997. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola.

GONZALEZ REY, Fernando. 1997. **Epistemología Cualitativa y Subjetividad**. São Paulo: EDUC Editora da PUC-SP.

HELLER, Agnes. 1982. **Para mudar a vida. Felicidade, liberdade e democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____ 1985. **Teoría de los sentimientos**. Barcelona: Editorial Fontamara S. A.

_____ 1991. **La Sociología de la Vida Cotidiana**. 3 ed. Barcelona: Editora Nova Gràfiks/a.

- _____ 1996. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Novagràfik, S. L.
- KÄRNEN, Hartmut. 1987. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN Ilse e KRISCHKE Paulo. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Editora Brasiliense. p. 19 - 34.
- LANE, T. M. Sílvia. 1986. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE T. M. Sílvia e CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense. p. 10 - 19.
- LE BON, Gustave. S/d **Psicología das Multidões**. Portugal. Publicações Europa-América.
- LUKÁCS, György. 1991. Prefácio In: HELLER, Agnes. **La Sociología de la Vida Cotidiana**. 3 ed. Barcelona: Editora Nova Gràfiks/a. p. 9 - 14.
- MAHEIRIE, Kátia. 1997. Identidade: O Processo de Exclusão/Inclusão na Ambigüidade dos Movimentos Sociais In: ZANELLA, Andréa et al. **Psicologia e Práticas Sociais**. Porto Alegre: ABRAPSOUL. p. 6- - 67.
- _____ 2003. Processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotski. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 8. n° 2, p. 147-153.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. 1987. El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In: Maritza Montero (Coor.). **Psicología Política Latinoamericana**. Venezuela: Editorial Panapo, 135 - 158.
- MARX, Karl. 2004. **Manuscritos Económicos Filosóficos**. São Paulo. Editora Martin Claret.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. 1996. 10ed. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Hucitec.
- MELUCCI, Alberto. 1999. Esfera Pública y Democracia en la era de la Información. Metapolítica. **Revista trimestral de Teoría y Ciencia de la Política** , vol 3, N° 9, enero - marzo, 57-67.
- _____ 2001. **A Invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ : Vozes.
- MONTERO, Maritza. 1987. Una aproximación teórica al estudio de la conciencia social en América Latina. In: Maritza Montero (Coor.). **Psicología Política Latinoamericana**. Venezuela: Editorial Panapo, 135 -158.

NEVES, Lafaiete Santos. 2006. **Movimento Popular e Transporte Coletivo em Curitiba (1970 - 1990)**. Curitiba: Editora Gráfica Popular: CEFURIA.

OLSON, Mancur. 1999. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora USP.

RENAUT, Alain. 1998. **O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito**. Rio de Janeiro: DIFEL.

RIVIÈRE, Angel. 1987. El concepto de conciencia en Vygotski y el origen de la Psicología Histórico-Cultural. In: SIGUÁN, Miguel. **Actualidad de Lev S. Vigotski**. Barcelona. Editorial Anthropos. p. 128 - 135.

RIVERO, Ángel. 1996. Introducción. In: HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Novagràfik, S. L, p. 9 - 55.

PINO, Angel. 2000. O social e o cultural na obra de Vygotski. Revista **Educação e Sociedade**. Campinas, Vol. 21. Nº.71 Julho, p. 45 - 78.

SALAZAR, José Miguel. 1987. O latinoamericanismo como uma idéia política. In: Maritza Montero (Coor.). **Psicología Política Latinoamericana**. Venezuela: Editorial Panapo, p. 135 - 158.

SAWAIA, Bader Burihan. 1987 **A Consciência em Construção no Trabalho de Construção da Existência: uma análise psicossocial do processo da consciência de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato**. Tese de doutorado Psicologia Social. Pontifícia Universidade de São Paulo.

1995. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, Sílvia; SAWAIA, Bader. (Orgs.) **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense. 45 - 53.

1997. A legitimidade subjetiva no Processo de Participação Social na Era da Globalização. In: CAMINO L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. **Estudos sobre Comportamento Político: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 149-159.

1998. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. **Psicologia e Sociedade**. 10 (2) 117 - 136. jul/ dez. p. 117 - 135.

1999 O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da Exclusão análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes. p. 97 - 118.

_____ 2000a. **A dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural.** III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc> Acessado em 8 out. 2006.

_____ 2000b. **Por que Investigo Afetividade?** Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP.

_____ 2001a. **Subjetividade, Cotidiano e História.** Anotações de Aula. 1º Semestre. Disciplina Programa de Pós-graduação Psicologia Social PUC-SP.

_____ 2001b. Participação social e subjetividade. In: SPOSATI, Aldaíza; SAWAIA, Bader; DALLARI, Dalmo; WARREN Ilse Scherer, et al. Coor. SORRENTINO, Marcos. São Paulo: EDUC - FAPESP. p. 115 - 134.

_____ 2003. **Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades** In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.) . Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUC-SP. p. 39 - 50.

SENNETT, Richard. 2000. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record.

SCHERER-WARREN, Ilse. 1993. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola.

SHUARE, Marta. 1990. La Concepción Histórica-Cultural de L. S. Vigotsky. In: **La Psicología soviética de Vigotsky.** Madrid: Visor Lobros - Infancia y Aprendizaje. 57 - 84.

SMELSER, Neil. 1963. **Teoria del Comportamiento Colectivo.** México: Fondo de Cultura Económica.

SOUZA, Ana Inês. 2006a. **CEFURIA: 25 anos fazendo história popular.** Curitiba: Editora Gráfica Popular.

_____ 2006b. A Pedagogia de Paulo Freire. Set. www.CEFURIA.org.br

SOUSA SANTOS, Boaventura. 2002. Os processos da globalização Cap. 1 In: SOUSA SANTOS, B. (org) **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Editora Cortez.

STIGLITZ, Joseph. 2002. **A globalização e seus malefícios.** A promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura.

- TELLES, Vera Silva. 1987. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN Ilse e KRISCHKE Paulo. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense. p. 54 - 85.
- TEIXEIRA, Paulo Fleury. 1999. A Individualidade Humana na Obra Marxiana de 1843 - 1848. Revista **Ensaio** Ad Hominem 1. Tomo I Marxismo. Filosofia/Política/Ciência da História. Estudos e Edições Ad Hominem, p. 175 - 246.
- THOMPSON, John. 1995. **Ideologia e cultura Moderna Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis - RJ: vozes.
- TOURAINE, Alain. 1995. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis, Vozes.
- _____ 1999. **Como sair do Liberalismo?** Bauru - São Paulo: EDUSC.
- TRIVIÑOS, Augusto. 1987. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas.
- VAN DER VEER, René; VALSINER, Jan. 2001. **Vygotsky uma síntese.** São Paulo: Edições Loyola.
- VYGOTSKI²⁰, Lev S. 1993. Pensamento e Linguagem. **Obras Escogidas. Vol II.** Madrid: Visor. 15 - 27.
- _____ 1995. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Cap. 1 **Obras Escogidas III.** Madrid: Visor. 11 - 340.
- _____ 1999a. A consciência como problema da psicologia do comportamento. In: **Teoria e Método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes. (56 - 85).
- _____ 1999b. O significado histórico da crise em Psicologia In: **Teoria e Método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes. 203 - 417.
- _____ 1999c. Sobre os sistemas psicológicos. In: **Teoria e Método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes. 103 - 135.
- _____ 1999d. A psique, a consciência e o inconsciente. In: **Teoria e Método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes. 137- 159.

²⁰ Para efeitos de padronização foi adotado a aceção de Vygotski, para definir o autor. No entanto o autor deve ser procurado em suas obras também pelas aceções Vygotsky, Vigotsky, Vigotski.

- _____ 1999e. O problema da consciência. In: **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. (171-189).
- _____ 2000. Psicologia concreta do homem. **Revista Educação e Sociedade**. Ano XXI, N. 71, Julho. 23 - 44.
- _____ 2001. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ 2003. **Imaginación y creación en la edad infantil**. Buenos Aires: Editorial Nuestra América.
- _____ 2004a. **Teoría de las emociones**. Estudio histórico-psicológico. Madrid: Ediciones Akal.
- _____ 2004b. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ 2004c. **A Transformação Socialista do Homem**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/Vygotski/1930/atransformacaosocialistadohomem.htm> Acessado em 15 fev 2007.

WANDERLEY, Luis Eduardo. 2005. Movimentos sociais populares: aspectos exonômicos, sociais e políticos. In: **Ciências Sociais na atualidade** movimentos. São Paulo: Paulus. p. 23 - 74.

ZANELLA, Andréa. 2006. "Pode até ser flor se flor parece a quem o diga": reflexões sobre Educação Estética e o processo de constituição do sujeito. In: ZANATA, Sílvia da Ros, et al. **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC.

DOCUMENTOS

Movimento Popular A história das lutas recentes e atuais desafios. 1990. Publicação do Centro de Formação Irmã Araújo, elaborado a partir do Seminário sobre Movimento Popular realizado nos dias 07 e 08 de abril de 1990.

MANUAL. **Para entender a ALCA**. 2002. São Paulo. Edições Loyola.

Soberania sim ALCA não! Análises e documentos. 2002. Campanha Nacional contra a ALCA (org.). São Paulo: Expressão Popular.

Grito dos Excluídos 10 anos de luta. 2004. Expressão Popular.

MISEREOR documento. Disponível em: www.misereor.org Acessado em 4 fev 2007.

Rompendo o Silêncio e Escrevendo a Nossa História Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária. 2004. Caderno 6 da Série “**História Social do Trabalho**”. Publicação do Centro de Formação Urbano – Rural Irmã Araújo.

“**Quem Somos**” 2005. Texto elaborado para o Seminário Partidos de Esquerda na América Latina, Fundação Rosa Luxemburgo. Disponível em:

<http://www.consultapopular.org.br/sobre/quem-somos/> Acessado em 8 jan. 2007.

Tríptico CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo s/d.

Documento Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/idh/> Acessado em 11 dez 2006.

Documento Genoma Humano. Disponível em:

<http://afilosofia.no.sapo.pt/CGENOMA.htm> Acessado em 11 dez 2006

ANEXOS

Entrevistada Sílvia

Vou pedir que, primeiramente, você me fale sobre sua vida.

Eu sou casada, tenho dois filhos, um adolescente de 15 anos e um jovem de 19 anos. Trabalho e tenho vínculo empregatício mesmo aqui, no CEFURIA. Sou assalariada pelo CEFURIA e isso já faz 6 anos. Tive uma interrupção para fazer o mestrado e, enfim, a nível de graduação, eu fiz Ciências Sociais. Depois fiz uma especialização na área de Organização do Trabalho Pedagógico, na Federal, e fiz mestrado em Educação do Trabalho.

Onde você trabalhou anteriormente?

Olha, eu comecei o meu trabalho depois que eu terminei a primeira faculdade, em Florianópolis. O curso que eu fiz foi Tecnologia de Alimentos, foi Farmácia na Tecnologia da Produção de Alimentos e o meu trabalho primeiro foi na indústria Todeschini. Aqui em Curitiba, eu vim fazer estágio, mas fiquei trabalhando lá, porém não me identifiquei com o curso e nem com o trabalho em si. Eu queria fazer algo diferente, daí eu pedi demissão. Depois apareceu um Concurso Público para trabalhar na EMATER com ascensão Rural, com os camponeses, pequenos agricultores. Eu trabalhei quatro anos e meio em dois Municípios, aqui da Região Metropolitana, e, a partir daí, eu decidi fazer Ciências Sociais.

Naquela época, você tinha alguma filiação política?

Não tinha nenhuma filiação política, nenhum partido, nenhum movimento; eu tinha um incômodo. Vamos dizer assim, de enxergar a sociedade, mas eu não conseguia compreender as causas nem o funcionamento. Eu tinha um incômodo nessas coisas de pobres e ricos; era uma coisa que me incomodava muito, mas eu não conseguia ter clareza, enxergar. O trabalho da EMATER me ensinou a enxergar essas diferenças. A diferença entre campo e cidade, e eu me indignava muito, porque eu via a miséria com que viviam os pequenos agricultores, achava que isso tinha a ver conosco também que morávamos no meio urbano. Depois que eu comecei a compreender que a questão não é entre o campo e a cidade, mas é entre os ricos, os que têm os meios de produção e os que não têm nada, enfim... Mas daí comecei a fazer contato com a comissão da Pastoral da Terra, daí eu cheguei ao primeiro Congresso do MST. Eu estive lá, vi acontecer e vi inclusive o CEFURIA lá. Eu já conhecia o CEFURIA, porque, morando na Região Metropolitana, então em Pinhais, na Vila Maria Antonieta, eu participava do Movimento de Bairro. Isso a partir de 83/84; foi nessa época que eu conheci o CEFURIA, porque o CEFURIA estava, na época, envolvido com o Movimento de Bairro. O MAB tinha sua sede no CEFURIA, que era o Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região Metropolitana; então, assim, as coisas foram se encontrando. A partir das questões discutidas ali no MST, eu via o meu local de moradia. Cheguei ao Movimento de Bairro, ao CEFURIA e ao local de trabalho também, e já de cara eu comecei a perceber essas questões das

diferenças. Diferenças salariais das mulheres e dos homens, com o mesmo nível de escolaridade; que o trabalho social era menos considerado do ponto de vista do que trabalho técnico da produção que os agrônomos e veterinários faziam. Comecei, dentro da EMATER, a puxar uma reflexão com as Ciências Sociais. No final de 82, com a eleição aqui do PMDB que era oposição, eu comecei a cobrar um pouco dentro da empresa, tentava fazer com que aquilo que estava escrito no papel, de fato fosse colocado em prática, que era o compromisso com os pequenos, com os Sem Terra. Discutia que o texto era muito teórico; então comecei a puxar um pouco essa discussão internamente, fizemos só alguns encontros entre os Movimentos Sociais e, por conta disso, eu fui convidada para integrar a chapa da primeira Associação Sindical. Na época, por conta da ditadura, a gente não podia ter Sindicato dos Servidores Públicos; então chamávamos de Associação dos Funcionários da Casa. Eu compus uma chapa que era formada pelo pessoal que participava dos escritórios locais e que a gente chamava de “pessoal de campo”, que concorreu com a chapa que era formada pelo pessoal que trabalhava no escritório central, aqui de Curitiba. Nós ganhamos e, por conta disso, nós fizemos um trabalho bem interessante. Assim, eu rodei o Estado para conhecer os locais de trabalho, fizemos muitas Assembléias. As coisas vieram meio juntas na verdade, foi uma descoberta de meios de passos, mas os anos 80 para mim foram fundamentais, assim, no meu ponto de vista de consciência política. Eu ainda vejo que, em 82, eu ainda votei no PMDB e já tinha PT, naquela época, e eu ainda não tinha muita clareza. Então, tive um voto meio útil contra o partido do governo, que era o partido da ditadura. Eu só fui me filiar ao Partido dos Trabalhadores mesmo, em 85, quando fui morar na Maria Antonieta. Quando me juntei com os grupos, o grupo de lá com o Jair que era meu marido, na época ele já era militante do Partido dos Trabalhadores, na época e a gente começou a organizar os núcleos de base e eu me filiei, porque para mim, me filiar a um partido político é uma coisa muito séria. Então, até que eu tive certeza mesmo, já era 85. Acho que um pouco é isso, o primeiro momento histórico da minha vida.

No início, como foi a sua relação com o CEFURIA? Quem conhecia? Quem trabalhava?

Primeiro eu conheci o CEFURIA em 84/85, por conta do Movimento de Base, quando eu fui morar no Bairro Maria Antonieta, no final de 84, assim que eu me casei. Inclusive, no curso de Ciências Sociais, a monografia de trabalho de conclusão de curso, eu fiz sobre o MAB. Eu e o Jair escrevemos juntos, sobre o MAB, que era o Movimento das Associações de Bairro de Curitiba e da Região Metropolitana, que era onde a gente participava. Eu conheci o CEFURIA nesse período: então, pessoas que trabalharam aqui, por exemplo, o Clemente que era uma pessoa muito interessante e muito séria. Eu o conheci lá no Maria Antonieta, isso em 83, antes de eu me casar. Então, assim, o primeiro contato no CEFURIA foi com Clemente, mas já também por conta do Movimento de Bairro fui tendo contato com outras pessoas, como a Regina. A Irmã Araújo eu não conheci ela morreu antes da fundação do CEFURIA, naquele ano da fundação do CEFURIA. Conheci o Sílvio Miranda que também é um dos fundadores, que estavam dentro do primeiro período do CEFURIA. Essas foram as primeiras pessoas que eu conheci: Clemente, Gil, Regina,

Everlindo e Sílvia Miranda. Eu ainda participei um pouco do Movimento de Bairro, até o final dos anos 80, não tanto mais na linha de frente, mas a gente participava da Associação de Moradores, mas aí eu já estava trabalhando. A partir de 87, eu fui convidada para trabalhar no Partido dos Trabalhadores, na Assembléia Legislativa, na equipe de assessoria do primeiro deputado. Então, eu já viajava muito, eu já não estava mais muito presente no Movimento de Bairro aqui. Assim, eu não tinha uma relação muito próxima com o CEFURIA, a não ser pelo movimento e pelo próprio partido, porque as pessoas do partido estavam muito envolvidas também. Eu voltei a fazer contato com o CEFURIA quase dez anos depois, mais próximo quando começamos a discutir a questão da Consulta Popular, aí eu já não estava mais no Partido dos Trabalhadores. Em 96, fui trabalhar no sindicato dos professores, como assessora sindical, e aí tive contato com as primeiras reuniões da Consulta Popular e aí inclusive fui fazer um curso nacional, no instituto Cajamar, em São Paulo. Lá encontrei a Helena, e a Dori, depois aqui, a Fernanda e começamos a militar juntas na Consulta Popular. A Helena me pediu, em 98, dizendo que aqui eles estavam numa discussão interna no CEFURIA, com mudanças de equipe, querendo dar uma outra dinâmica na área de formação. A Helena me pediu para ajudar a fazer uma reflexão; eu estava na APP e no Sindicato dos Professores em 98. Ela chamou também mais duas pessoas do PT de São Paulo e eu e o _____ com a equipe do CEFURIA. Fizemos juntos uma reflexão que eu já tinha ajudado a preparar e também um outro Seminário, onde o CEFURIA chamou várias organizações para cada uma apresentar o seu programa de formação para, assim, estabelecer algumas comparações e fazer algumas reflexões sobre o próprio trabalho que o CEFURIA desenvolvia na época. Enfim, eles estavam procurando, e chegaram à conclusão de que eles estavam precisando de um formador em tempo integral, e a pessoa que estava nessa época aqui era o Rodolfo. Acho que ele já estava dando aula na Uni Brasil, não sei, mas ele estava um período bem pequeno no CEFURIA, não tinha disponibilidade e tinha outras prioridades na vida e tal. Eles estavam procurando e eu, na APP, estava meio descontente, já no final de 98, por conta das brigas internas, dos grupos nas disputas eleitorais e do sindicato. Aí coloquei meu nome à disposição do CEFURIA, e a Helena disse: “ não vamos procurar mais ninguém”, porque eu era a pessoa certa, naquele momento. Em 99, então, eu vim para cá; em janeiro de 99, eu vim para o CEFURIA, onde eu fiquei, então em 99, 2000 e 2001 e saí em 2002. Fiquei afastada até meados de 2003, por conta do mestrado. Eu voltei em junho de 2003; então, se somar tudo, deve dar uns seis anos, agora em setembro.

O que você fazia na APP?

Na APP, eu coordenava, assessorava, na verdade, a área de formação sindical. A Maria Helena era a diretora dessa parte de formação sindical, e eu trabalhava junto com ela. Eu ajudava na coordenação dos cursos da Produção de Materiais Pedagógicos, para área de formação dos professores que eram sindicalizados. Nós tínhamos, montamos um curso de formação de formadores, em várias etapas, assim eram muito interessantes lá. E eu fiquei lá, então, em 96, 97 e 98, três anos, e, nesse período, fizemos a primeira turma completa e, na segunda turma, não chegou a se

completar as cinco etapas do curso, exatamente por causa das brigas internas; daí então, eu resolvi sair e achei que não valia a pena, enfim.

Como ficou o seu contrato em 99, quem a contratou no CEFURIA e como foi essa experiência para você?

Eu estava muito animada, na hora que eu vim para o CEFURIA. Eu estava muito animada porque a idéia era que eu viesse, para a gente tocar a Consulta Popular. Quando eu vim para cá, o CEFURIA passou a sediar a Secretaria Operativa da Consulta Popular. Então já de cara, eu montei a proposta de um curso em várias etapas, que a gente chamava de cursinho de Multiplicadores de Projeto Popular do Brasil que, na verdade, resgatava a história do Brasil. Nós chamávamos de “A história que não foi contada”: Curso de Formação de Multiplicadores do Projeto Popular do Brasil, e tentei organizar uma equipe, porque a minha concepção de formação parte do pressuposto que a gente tem que trabalhar coletivamente, e, num primeiro momento, eu tive um choque. Porque eu fui conversar com a Dori e com a Helena, principalmente com a Helena, porque eram as pessoas mais próximas. Eu queria que a gente pudesse discutir coletivamente a para o posta que tinha feito, e a Helena disse! “a gente não tem tempo, você foi contratada para isso, você toca”. Aquilo me assustou um pouco, assim; e aí comecei a pensar num primeiro momento: Que puxa! isso não vai de encontro com as coisas que eu acredito e que eu falo. Comecei a ir atrás de pessoas que tivessem um pouco mais de disponibilidade e tempo, que faziam parte do Conselho do CEFURIA e que eram voluntárias, vamos dizer assim, internamente. Foi quando a Fernanda, a Marina e a Cristina começaram a participar das atividades; depois outras pessoas foram sendo chamadas para assessorar cada uma das etapas do curso e foram se integrando num coletivo.

Antes, o que elas faziam? Participavam do conselho, como voluntárias?

É; participavam sim. Mas assim, porque na verdade havia um pouco para se fazer, mas eu queria um grupo que ajudasse a pensar e discutisse sistematicamente, não só para ir lá e organizar o espaço ou preparar as dinâmicas, mas que a gente pudesse ter um grupo que estudasse o processo de formação e pudesse teorizar um pouco a prática que já era conhecida. Essa sempre foi uma característica conflitante dentro do CEFURIA; você que já começou a ler o livro ou depois que você terminar, você vai perceber isso. Que essa questão da teoria com a prática sempre foi muito conflitante, e eu acho que isso que dá um nó. Eu não vejo isso como uma coisa negativa, eu vejo isso como uma coisa positiva, porque não deixa o CEFURIA descambar nem para um lado nem para o outro. Também tem muito a ver com a característica das pessoas que trabalham aqui: em alguns momentos, as pessoas são muito ativistas, o CEFURIA é muito ativista. As pessoas gostam mais de teorizar; por exemplo, o momento que eu vi um lance que teve aqui e que inclusive criou um conflito muito grande, por conta disso. Eu, nesse período, queria fazer uma mediação disso, porque eu já tinha sentido a necessidade que a gente precisava estudar. Eu penso que o Movimento Social, como um todo, nos anos 90, começou a compreender isso, porque, nos anos 80, a gente só queria ação, a gente tinha preconceito mesmo ao

estudo. E depois as pessoas começaram a estudar, os próprios militantes começaram a estudar e isso a gente mesmo vê. A própria Helena que é, por excelência, uma pessoa muito ativista, uma pessoa completamente dedicada, que dedicou a vida a isso, teve um momento que foi estudar. Então, acho que isso é uma coisa boa, mas depois é assim, é um momento que você está chegando, e é assim o CEFURIA, em mudança. Naquele período, ele, (CEFURIA) tinha vindo aqui para a Galeria Andrade, na outra sede, que hoje está alugada para o Centro. Mas, assim, o material estava todo encaixotado. Os relatórios, as coisas estavam todas lá na Gráfica Popular, então assim todo era absolutamente precário, e eu ficava desesperada, porque eu achava que aquilo era a história Popular que estava se perdendo, e que a gente tinha que mexer naquilo, enfim. As atividades da Consulta Popular, nesses primeiros anos de CEFURIA me absorveram tanto que a gente não conseguiu fazer tudo o que a gente queria fazer com os arquivos e todo material. Então comecei a ver a história mais recente que tinha, que estava na sede do CEFURIA, para compreender a dinâmica do CEFURIA, para que eu pudesse me inserir com mais segurança e tal, e fui perguntando para as pessoas.

E naquele momento havia mais pessoas contratadas pelo CEFURIA?

Não, na verdade aquele momento no CEFURIA (era um momento que eles estavam com poucas pessoas) porque tinha o processo do projeto e estavam encerrando os recursos, estavam em período de fechamento em 1999/2000, que foi um recurso maior, que permitiu contratar algumas pessoas. Então, estava a Helena, o Denílson e o Adenival naquele período, e eu entrei para coordenar essa parte de formação; daí, lógico que tinha a Carolina na recepção que ajudava o Denílson um pouco na administração, mas o resto era trabalho voluntário. Não tinham, naquele período, ainda tanto essas ações de acompanhamento de grupo de base, porque, na verdade, foi um período, esse período dos anos 90, foi um período de afastamento, por conta do momento histórico mesmo, da conjuntura do trabalho mais concreto na base. Então assim, os 80 foram de muito enraizamento, de muita organização de base, e os anos 90 não foram. O CEFURIA também era fruto disso, não tinha muita ação concreta em nível de base, e, na verdade, quem fazia um pouco essa articulação com os grupos mais organizados também era a Central dos Movimentos Populares, que também tinha sua sede dentro do CEFURIA. Mas, a central, ocorre que ela se funda em 1993, em um momento de crise dos movimentos de base; então a Central nunca chegou a ter uma força política consistente que pudesse..., e na verdade havia um pouco de conflito, até porque os documentos mostram um pouco disso. A característica um pouco da Helena, do Manuel Proença que trabalhou até o período que eu e o Adenival entramos, era muito de articulação e a Central achava que eles tinham esse papel de articulação, mas eles também não conseguiam fazer. Então, havia, assim, um pouco de conflito, nesse período, entre o próprio CEFURIA, o papel do CEFURIA e o papel da Central.

E esse papel da Consulta Popular quem construiu a reflexão?

Em 99, fui para a Consulta Popular, na verdade, assim era a retomada da discussão de um projeto Popular no Brasil, que era uma coisa de que já não se falava mais.

E como vocês colocaram isso em pauta? Faziam reuniões?

Sim, nós tínhamos esse fluxo que começamos a organizar mais concretamente, esse grupo de que eu te falei, que era um grupo pequeno. Em alguns momentos de estudo, era um grupo maior, porque daí vinha o assessor também, e aí começamos a estudar os casos do enfrentamento brasileiro, para tentar entender o Brasil: o Florestan Fernandes, o Caio Prado Júnior, o Darci Ribeiro. A Pedagogia de Paulo Freire, para tentar entender a história, e um pouco assim, a possibilidade da revolução brasileira. O que é a revolução brasileira? O professor Fernandes fala muito disso e o Caio Prado Júnior principalmente e o próprio Celso Furtado, e a gente já estudou vários textos. Então nós tínhamos os grupos de estudos, e nós tínhamos esse curso de multiplicadores por onde a gente estudava a história do Brasil, numa perspectiva dos trabalhadores.

Quais participavam dessas atividades?

Os militantes dos Movimentos Sociais, normalmente, mas..., o movimento era aberto, também tinha muitos professores da rede pública; sempre é assim: têm militantes do MST, militantes de alguns movimentos, de algumas comunidades, principalmente das comunidades. Com o pessoal mais ligado às igrejas é preservado ainda algum trabalho, mais nas Vilas e tal... Também os professores da rede pública, e aí tinha gente do Movimento Negro que também participava. O público da Consulta Popular era bem misto, mas assim... Enfim, naqueles anos, conseguimos organizar grandes mobilizações como a da dívida externa, das Assembléias que nós chamamos de Assembléias Educadoras do Povo. Sempre assim, eram muitos eventos, a gente não conseguiu na Consulta Popular, enraizar a nível de base, fazer o que era o sonho e permanece ainda até hoje, de ter os núcleos de base nas Vilas, que se reúnem e discutem seus problemas, e tentar encaminhar a solução para eles.

Esse projeto da Consulta Popular ainda perdura?

Ainda perdura. Aqui no Paraná ainda tem um grupo, o Júlio, o Edson do MST, mas ela (a Consulta Popular) ficou mais fraca. Porque, assim, em 1999, 2000 e 2001, foi muito intenso, nós trabalhamos muito e éramos um número muito pequeno. Então, às vezes, eu até brinco: na prática, eu a Fernanda, a Cristina e a Marilde carregávamos o piano, ajudavam-nos a Helena e a Dori, mas que também estavam envolvidos com muitas outras coisas, e um pouquinho o Júlio e algumas outras pessoas, mas nós éramos um grupo muito pequeno. Havia assim muitas decisões, em nível nacional; a gente ia para atividade, em nível nacional; a gente fazia aquele calendário de luta extenso, do ano inteiro, e muito baseado no pique e na luta que o MST tinha. Isso se tornava inviável porque a gente não conseguia compreender o processo do meio urbano de mobilização, e tinha que correr atrás de construir as

mobilizações, e nós não tínhamos os mesmos níveis de organização que o MST tinha. Então isso se tornou meio que uma fábrica de mobilizações, e nós não estávamos conseguindo enraizar, e se tornou cansativo; a gente não tinha tempo para mais nada. Então, eu falei não dá, aí nós chamamos uma última reunião, em 2001; tem até uma troca de um e-mail que a gente passou: participe do funeral da Consulta Popular. E nem para essa reunião veio mais ninguém. Aí, eu disse: a partir desse momento, eu estou fora da Consulta, eu acho que não é desse jeito o que eu entendo por organização Popular, não é desse jeito que se faz. Então, teríamos que retomar de outro jeito porque na verdade eu me animei muito com a Consulta, inclusive fizemos encontros pedagógicos, desde 2000. Fizemos um encontro em Minas Gerais, a nível nacional, que foi muito interessante, inclusive ajudei a preparar em São Paulo esse encontro. Quando eu fui para esse encontro, as pessoas estavam com a seguinte pauta: chamar as pessoas para ir lá falar sobre a realidade brasileira. Então eu falei se esse é curso de formação de formadores, que é para preparar pedagogicamente as pessoas, nós temos que trazer gente da área pedagógica, da área da educação, para ajudar a construir. Na Consulta Popular, a gente tinha que estudar do ponto de vista político e pedagógico, e eles achavam que eu tinha razão, que deveríamos mesmo chamar uma pessoa que era o Miguel Arroyo, lá de Minas Gerais mesmo, o curso era lá em Minas Gerais em Bieté. Que nós chamássemos o Miguel Arroyo, que na época era... eu nem sabia que ele estudava Paulo Freire... e que a gente fizesse oficinas práticas, para que a gente exercitasse o que é o trabalho de educação Popular. Que se desafiassem a criar uma temática para fazer discussão a nível de base, então nós fizemos isso, e foi muito bom. O Miguel Arroyo foi assim, excelente, porque ele fez... inclusive a fala dele eu transcrevi depois, porque eu que estava na coordenação da mesa e eu transcrevi depois. Ele fez a discussão de como é que um militante do projeto Popular do Brasil tem que voltar para base, fazendo a crítica com essa coisa do vanguardismo, que não pode ir lá levar a verdade pronta, mas que tem que ouvir as pessoas. E a partir do que elas dizem, tem que começar um projeto de educação Popular. Então, isso foi muito interessante! Tanto as oficinas práticas que a gente fez, o grupo todo achou que realmente a gente tinha razão, e que era aquilo mesmo. Esse texto eu transcrevi e foi publicado depois no caderno do MST e também naquele livro que o grupo que eu fazia parte, aqui na Federal, produziu de Paulo Freire: Vida e Obra. O mesmo texto está publicado lá também, que, na verdade a gente mandou para o Miguel Arroyo, caso ele achasse necessário fazer alguma mudança, mas foi mínima a alteração que ele fez da transcrição que eu havia feito da fala dele. Então, a Consulta Popular...

Mas que continuou sendo, que admitia nos próximos testes de avaliação, que a gente tinha as pernas quebradas, ainda era a questão da organização Popular de base. A organização é permanente, porque tinha muita produção de cartilhas, inclusive porque havia vários intelectuais orgânicos que eram descontentes com o Partido dos Trabalhadores que acabaram canalizando sua militância para a Consulta Popular, como o Júlio Benjamin, o César Sampaio, (os dois o pai e o filho), várias pessoas a nível nacional. Então, tinha muita produção, muito texto, muito material circulando, a interpretação do Brasil estava feita. E acho que assim se criou uma dinâmica nova, porque se dizia, assim, que o projeto Popular tinha que ser construído, de baixo para cima, na luta, e não como um projeto de meia dúzia de

intelectuais. Não era um plano de governo, e isso é uma coisa muito bonita! e é na Consulta Popular. Mas eu acho que ainda permanece na Consulta, que é um pouco da imagem do MST, ainda uma tradição muito vanguardista, muito de quadros, muito verticalizada. E eu penso que não responde mais a esse desafio do mundo atual, e, nesse sentido, acho que o CEFURIA fez uma contribuição importante nesse período. Porque, quando nós falamos vamos parar, porque nós não podemos continuar sendo essa fábrica de mobilizações, nós temos que começar a entender o quê e o porquê que a gente não consegue retomar o trabalho de base... e tem, lógico, toda uma análise que a gente faz: hoje os espaços não ficam vazios. Os anos 90, enquanto a esquerda ficava meio tonta com os militantes tentando entender o neoliberalismo e querendo saber o que estava acontecendo e correndo atrás para não deixar perder, o trabalho de base foi esvaziado. E foi aí (nessa época) que o crime organizado fincou e centrou..... Como parte da própria lógica do capitalismo, dos tempos do vale tudo para ter dinheiro para se ter lucro a todo custo, é o crime, porque é um sistema criminoso e a impunidade ia engrossando. Então, como resultado (eu digo) da própria questão do desemprego, o crime organizado se colocou como opção de emprego, e inclusive os criminosos fazendo aquela proteção que o Estado não dá à camada mais pobre. Então, quer dizer os religiosos e os militantes que antes faziam opções de vida de morar na favela, nas ocupações irregulares, e que tinham muito apoio... Que também é um reflexo dos anos 90, esse retrocesso da Igreja Católica, na inspiração da criação da ideologia da libertação, que tinha sido uma grande força nos anos 80. Então assim, esses espaços do povo foram ficando meio abandonados nesses anos 90. No momento de crise profunda de emprego e de impunidade, com uma degradação da polícia; na verdade, acho até que antes já era, mas talvez era menos. A questão do desemprego acelerou isso. Então assim, ficou muito difícil; hoje é muito difícil você adentrar esses espaços, porque os caras têm os donos, os lugares de pobreza hoje têm seus donos. Então é muito, enfim, mas a gente tem que aproveitar as brechas. Que brechas nós teríamos para voltar para esse trabalho de base? Essa que era a idéia, é aí que a gente começa a olhar para essas experiências que no CEFURIA já estavam tendo algum acompanhamento pela Lílian, pela Brauli, pela irmã..., que eram do conselho do CEFURIA e que acompanhavam esses grupos de padarias comunitárias, oficinas de costura, trabalho artesanal com mulheres, que sempre foi periférico. A gente sempre olhou muito desconfiado para isso, porque a gente achou que era um trabalho que não transformava a sociedade politicamente, que acabava mantendo a pobreza no meio da pobreza. Mas a gente começou a ver nesses grupos uma possibilidade de voltar a ter uma inserção, a nível de base, e também abrir alguma perspectiva, não de resolver o problema do desemprego, porque isso não se resolve, mas alguma alternativa de renda para algumas pessoas que estavam num estado de miséria muito grande. Então começa-se a olhar mais para isso. Para mim, eu não tinha muita clareza sobre essa coisa da Economia Solidária, ainda no final dos anos 90 início de 2000. Para mim não ficava muito claro como é que isso poderia se transformar em uma força política de transformação ou em uma nova cultura de começar a ajeitar um novo modo de produção. Eu não tinha isso como possibilidade; então, depois em 2000, 2001, a Consulta começou a fraquejar aqui no Paraná, e eu ainda fiquei até o final do ano, de 2001, por conta de uma outra coisa, eu até rescindi o meu contrato

com o CEFURIA em julho, mas permaneci até o final do ano porque eu coordenei uma pesquisa da Misereor, desculpe, da Misereor não, da UNESCO. Nós já tínhamos trabalhado em 2000, em uma pesquisa que era iniciativa de trabalho com jovens, em uma perspectiva de prevenção ao uso de drogas, violência urbana, que a UNESCO estava fazendo. E nós fazíamos aqui em Curitiba, e o CEFURIA coordenou a pesquisa de campo, aqui no Estado do Paraná. Então nós viajamos para Campo Mourão, para conhecer experiências lá, viajamos para a Lapa, e a maioria das experiências se concentraram aqui em Curitiba. E, na verdade, em 2000, quando o Adenival se elegeu vereador, a pessoa que vem trabalhar no lugar do Adenival é a Gabriela. Como é que a Gabriela chegou no CEFURIA? Ela chegou via cursos da Consulta Popular e começou a se inserir na Consulta Popular, e quando o Adenival saiu, eu sugeri que o CEFURIA contratasse a Gabriela, que ela estava dando mostras de ser uma pessoa, que tinha formação de Serviço Social e que também é uma formação é importante para esse trabalho comunitário. E a Gabriela já se inseriu, acompanhando essa pesquisa da UNESCO. Essa primeira pesquisa, depois eu já engatei em uma segunda pesquisa, em 2001, que foi com as escolas sobre a visão que os alunos e professores têm da escola. Então também foi uma pesquisa muito grande, que nós fizemos, pesquisa em mais de 60 escolas, só em Curitiba, escolas públicas e particulares. As particulares, acho que nós entrevistamos todas, escolas que eu nem imaginava que existiam. A gente só não foi pesquisar aquelas grandes, porque algumas não permitiram, tipo Dom Bosco. Mas pesquisamos Santa Maria, Medianeira, o Bom Jesus também não permitiu, mas Positivo, enfim, essas que são de freiras Coração de Jesus, enfim, o Adventista, um monte. E isso foi muito interessante. Assim, as duas pesquisas para nós trouxeram um grupo da juventude, que é um grupo com que a gente também não consegue ter uma aproximação mais concreta. É o grupo que está mais vulnerável a essa questão da violência, do desemprego, da falta de perspectiva. E é um desafio para a gente continuar sendo, mas essas pesquisas ajudaram ... enfim, eu saio para fazer o mestrado, e, no mestrado, eu retomo essa coisa da educação no trabalho. Eu começo a ver concretamente as possibilidades da Economia Solidária, do ponto de vista não apenas como uma tática de voltar para as comunidades ou chegar aos pobres, mas como possibilidade concreta de nova organização do trabalho, de começar a ajeitar um novo modo de produção, dentro desse que está aí, que começa com iniciativas com pesquisas muito pequenas, mas que é um aprendizado para que depois se chegue às fábricas. Enfim, na produção de todas as coisas que a gente precisa para viver. Então, quando eu volto para o CEFURIA, em 2003, eu volto com um referencial teórico que me permitiu ver as experiências que o Antônio e a Lílian estavam desenvolvendo e a Gabriela, porque quando eu saí, quem veio para o meu lugar em meio período só, foi o Antônio. E o trabalho dele foi mais voltado para as comunidades, porque a formação do Antônio era uma formação mais de base e ele já estava inserido na questão da Economia Solidária e a Lílian, como militante voluntária. A Lílian não era contratada; então eu volto e o Antônio começa a me falar dessa experiência do clube de troca, que era uma coisa nova que eu não conhecia. Daí fui com ele aos clubes de troca que estavam funcionando no Perpétuo Socorro, em Bom Jesus. Alguns que nem estão operando mais (espaços da Economia Solidária), para entender o que ele estava me falando, participei de um seminário lá na PUC,

que foi chamado pela área de ação social da Cúria Metropolitana, que chamou o CEFURIA e o CEPAT a pensar um pouco que tipo de trabalho fazer com essas pessoas que recebiam a cesta básica. Como romper com o assistencialismo, como começar um trabalho, de um pouco de construção de protagonismo com essas populações que dependiam das cestas básicas, que viviam nas ruas, nas favelas. Enfim, que eram excluídos de tudo. Então comecei meio que a refletir um pouco, estudar um pouco. Acho que as reflexões me ajudaram muito, apesar do pessoal aqui do CEFURIA não usar muito.... O Marcos Arruda, um dos que refletem um pouco essa área no Brasil, mas eu acho que na origem da pedagogia socialista está a origem dessa proposta de Economia Solidária numa perspectiva de uma economia mais transformadora. Assim, de como as pessoas se transformam, a partir do próprio processo de trabalho, e que transformem a sociedade a partir do próprio processo de trabalho, porque da construção material da vida não tem como fugir, e a gente, em quanto formação política, a gente sempre separou o político da economia, a economia não enquanto produção material da vida, mas economia enquanto política econômica do Estado Brasileiro. Economia como produção material da vida mesmo, como é que as pessoas, como modo de vida.. E acho que a Economia Solidária permite isso, permite fazer essa ligação da educação e do trabalho, que era o grande sonho, acho, dos pensadores socialistas na área da pedagogia, e que, na verdade, acho que mesmo por conta muito dessa visão de Estado e de partido, de sindicato. A gente nunca foi no miudinho de tentar entender isso, entender as experiências que o próprio Makarenko fez, lá na Rússia, com os meninos de rua, as experiências que ele desenvolveu. E eu comecei a fazer essas relações, e ele (Antônio) me disse: olha nós temos muitos grupos despontando, porque agora as pessoas querem fazer essa renovação de acabar com as filas da cesta básica e tentar fazer um trabalho, mas, num primeiro momento, de resgate da auto estima. Só que está faltando conteúdo político para isso. Então, foi quando eu propus para ele: eu acho que a gente tinha que pensar um curso de formação mais permanente, de longo prazo, mais sistemático, no sentido de não ser só pontuais assim, e que incorporem um pouco as experiências das pessoas, mas que tragam conteúdo político também. Lembrei um pouco dos cursos em que a gente estudava, de como funcionava a sociedade nos anos 80, o que nos ajudou muito do ponto de vista da consciência política. Só que, já quando eu fiz a proposta, já também assim, só que ao invés de nós fazermos com osnós vamos pegar o eixo do trabalho e esse é o nosso objeto principal. Montei primeiramente uma proposta e chamei a Gabriela, que na época também estava afastada por conta do mestrado e também foi interessante, porque ela também estava tendo acesso a uma literatura que procurava compreender esses processos novos no Brasil e na América Latina. Não só no Brasil; e aí discutimos um pouco a proposta inicial que eu fiz, amadurecemos um pouco, e virou o que é hoje, o curso de Multiplicadores da Economia Solidária, chamada Escolinha, que faz o resgate da história social do trabalho, e que deu certo. Têm muitas turmas que estão agora entrando, acho que é a nona ou a décima turma, agora no segundo semestre, sempre com quarenta, cinqüenta pessoas, esse foi um momento importante. Outra coisa também que, assim, eu senti necessidade, nesse processo de retomar o trabalho de base, que é voltar a um estudo mais sério de Paulo Freire, porque Paulo Freire sempre foi para mim uma referência importante, desde a época em que eu estava na EMATER.

O que é a EMATER?

A EMATER, é assim, uma empresa de extensão rural, na verdade, ligada, em nível nacional, ao grupo EMBRATER; só que assim, eles tinham uma empresa de economia mista nos Estados, que era a Associação de Crédito... depois eu posso lhe passar direitinho o que significa a sigla em si, mas era a CARPA/EMATER Paraná, que era ligada ao grupo EMATER, de extensão rural, assistência técnica e extensão rural. A gente trabalhava com as famílias dos agricultores. Enfim, então, voltando, a Economia Solidária, essas experiências de grupo, foi ao mesmo tempo uma brecha e uma possibilidade de discutir um projeto político novo, que tentasse juntar um pouco a economia e o político, não permanecesse sempre separada. Essa coisa da formação política e grupo de Economia Solidária com acompanhamento de base, que a gente não via muito aonde iria dar, e eu acho que isso foi um salto importante. E aí voltamos ao estudo do Paulo Freire; então, fizemos um grupo de estudo de metodologia que, num primeiro momento, não entrou direto em Paulo Freire; nós fizemos junto com o André do CEPAT que participava também, nós começamos estudando o império do Negri, que a idéia era entender um pouco essas coisas das multidões. O que era essa nova literatura, estão falando que não é mais do jeito que a gente pensava, sindicato e tal que são as multidões que vão fazer mudanças, como é que é isso? Tentar entender isso porque o que a gente viu um pouco foi isso, assim essa coisa da consciência mais individual. Rosa, eu acho que isso, não sei se, do ponto de vista psicossocial, tem alguma resposta, mas assim a gente sempre falou muito do coletivo, do coletivo e as experiências históricas não deram conta disso, porque sempre deixou as pessoas em segundo plano, os indivíduos. E depois vem um sistema individualista, que coloca como se a pessoa fosse o centro de tudo, mas, por outro lado, essas tecnologias que, por um lado, individualizam as pessoas, abrem uma brecha para essa coisa da consciência mais individual. Então quem votou no Lula em 2002, a característica do voto no Lula foi diferente de quem votou no Lula em 89. Que a gente dizia o voto que tem um saldo organizativo na sociedade, e, em 2002, teve mais a ver com essa coisa da consciência individual. Não acho que seja só por conta da propaganda, também isso acho que tem um peso importante, mas tem muito a ver por que as pessoas têm acesso também à informação do ponto de vista da consulta. à internet, que não querem militar hoje junto aquele político, junto a uma associação profissional de moradores. Elas podem ter acesso à informação alternativa de internet, mesmo as coisas que nós divulgamos, que as organizações divulgam, podem conhecer toda a história do MST, via internet. Via internet, elas não têm que estar diretamente nos grupos; então, assim é uma coisa nova que a gente precisava entender, então era uma coisa nova que esse grupo começou, estudando um pouco o império do Negri, também que ele fala da biopolítica; o que é essa biopolítica? A economia da bioeconomia das pessoas produzindo valores, que não são considerados, quando cuidam dos idosos, das crianças, então, todos esses migrantes do mundo inteiro, produzindo valores que não são considerados do ponto de vista da macroeconomia. Fazendo todos os trabalhos que os ricos já não querem fazer, trabalho de produção da vida, então, isso nos ajudou a compreender essas coisas, da coisa do afeto, como é que isso mobiliza e gera valores, não necessariamente valores, que você pode dizer quanto custam, mas que te permitem

uma vida mais decente, enfim. Depois entramos no estudo do Paulo Freire e isso foi muito importante, porque a gente, daí já tinha uma porção de experiências novas que nos permitiam ler Paulo Freire, e olhar para essas práticas, e dizer: Puxa! Isso é autoritário, nós estamos reproduzindo coisas autoritárias! Então, isso acho que foi muito importante nesses últimos anos, nessa minha segunda vinda, que foi de 2003 para cá, que desencadeou muito rapidamente. E outra coisa também, que para mim foi uma questão de honra: que a gente tinha que buscar possibilidades, e abrimos possibilidades com o recurso que nós trouxemos da Itália, para organizar a documentação; porque para mim a memória histórica, se você perde a memória histórica, você perde a possibilidade de construir o futuro. Então organizar essa documentação toda era uma questão urgente; e não é uma coisa assim. Várias pessoas no CEFURIA, se a gente pega lá nos documentos da Maysa, do Clemente, do Jaime, sempre eles tinham arquivos bem organizados, só que é aquilo que eu te falei, se entra pessoas com uma dinâmica mais ativista não dá muito importância para essas coisas, e também o problema das mudanças, porque as pessoas como sempre têm muitas coisas para fazer, essas coisas a que não se dá muito importância vão sendo deixadas de lado. E isso permitiu que a gente recuperasse o material, contratasse os estagiários e nos permitiu publicar, aproveitar os recursos que a gente tinha para publicar essa memória histórica. Uma coisa é tu ter o material organizado no centro de documentação, que daí se pressupõem que, um dia, alguém resolva fazer uma pesquisa e pesquisar. Se você já tem livro circulando, as pessoas podem dizer não, isso é insuficiente. Eu quero aprofundar mais isso! Então, elas pegam aquilo que o livro já tem e vêm atrás da documentação. Então, eu acho que isso foi um dos avanços para 2004. Para mim 2004, foi um ano muito importante, porque a gente fez a primeira publicação, voltamos para o Centro, porque estávamos na Casa do Trabalhador. Isso permitiu que as pessoas voltassem a frequentar o CEFURIA mais; quem estava aqui não estava abandonado. Então, nós demos uma nova dinâmica para a Videoteca Popular e a própria Quem TV, com produções de coisas novas. Penso que, assim, o ano de 2004 foi um ano muito importante para uma virada: as publicações têm rolado o Brasil inteiro, e o que é importante nessas atividades, muita gente que não era militante começou a participar. Então, assim, assistentes sociais, essas pessoas que têm uma generosidade muito grande, ligadas a igrejas, mas que dedicam seu tempo, sua vida, mas que estavam fazendo de forma assistencialista. Então, a gente começou a fazer essas pessoas refletirem, num eixo foi um avanço muito importante, de 2004 para cá. De 2003 a 2004 para cá, principalmente com a Escolinha da Economia Solidária.

Como você, vê a relação com o que se está fazendo agora, que é o trabalho de base, que está ligando a economia e a política? como você vê isso, em relação a como funcionava antes?

Eu penso que ainda o grande desafio nosso é a gente articular os grupos locais com as lutas mais gerais. Eu penso que isso não está de todo resolvido, porque assim eu não sei te dizer ainda, eu tenho uma angústia ainda, a mesma angústia que eu tinha, quando estava do outro lado. Antes a gente ficava só no macro e não conseguia dar conta do micro; eu, às vezes, ... tenho hoje e em muitos momentos... Eu tenho

chamado atenção para isso internamente, às vezes, não sou bem compreendida, porque eu acho que eu também tenho de estudar mais um pouco, acompanhar mais os grupos, porque eu não tenho conseguido fazer em 2005, como eu me envolvi muito, principalmente em 2006. Porque essas coisas das publicações absorvem muito, mesmo quando não sou eu a pessoa responsável pela organização. Eu encaminho para a gráfica a diagramação, e isso eu comecei, eu acompanhava mais o grupo de educadores, as reuniões que eles faziam de avaliação e que é uma obrigação minha, como coordenação pedagógica. Desde esse ano, eu deixei a desejar, uma avaliação que eu já fiz comigo mesma e em alguns momentos, eu fico até constrangida de apontar algumas coisas que eu estou vendo como falhas, que podem não ser a gente; teria que discutir isso coletivamente, porque eu teria que ter um pouco mais... teria que estar contribuindo um pouco mais, porque eles estão fazendo. Então assim, eu acho que a gente tem um pouco de dificuldades ainda, e isso também, um estudo de gestão nos apontou isso, uma dificuldade de amarrar mais concretamente todas as áreas do CEFURIA. Então eu acho que também não está bem compreendida a importância do CEDOC e das publicações. Teoricamente está compreendido, mas eu acho que, na prática do dia a dia isso não está incorporado. Porque o próprio desafio da Assembléia Popular... como é que a Assembléia Popular se articula com os grupos de base? Então essas coisas ainda aparecem como algo a mais que demanda uma mobilização. Em alguns momentos, a gente não conseguiu como um grupo, como um todo, incorporar isso, como parte de um projeto político, que articula o micro e o macro, que ajuda a qualificar e a superar essa coisa da fragmentação do micro. Porque é assim, nós temos “status” de importância, de exercício, inclusive da democracia e da autogestão que são esses espaços do conselho gestor das padarias comunitárias... o encontro dos animadores dos clubes de troca, que são espaços onde se escutam os problemas em comum dos grupos, que tentam.: Mas eu sinto que ainda tem uma coisa faltando, só que a gente tinha que estar mais junto com o grupo, para ir refletindo junto com eles, e inclusive ir, de vez em quando, junto com eles, os grupos. Este ano, eu não fui nem uma vez aos grupos, eu tenho contato com as pessoas dos grupos por conta da Escolinha, porque em nossa história, na primeira etapa. Eu faço assessoria da Escolinha, e assim na primeira turma da Escolinha, eu acompanhei todas as etapas. E isso foi muito importante. Eu lembro que, no final do ano, teve, assim... teve uma outra qualidade, tanto é que nós discutimos; não porque eu acho que assim... eu tenho minhas deficiências e é o Antônio, a Gabriela quem fazem o trabalho de base, e eles talvez tenham deficiências que eu não tenha. Então, se nós trabalhamos juntos. Eu acho que, em 2004, nós fizemos isso muito bem. Eu acho que foi um ano importante, assim 2004, 2005. Este ano, porque se acumulou tudo, o que nós já fazíamos aos vinte cinco anos do CEFURIA, que nós montamos uma atividade paralela ainda mais intensa, e isso foi muito doido, está sendo muito doido este ano. Para o ano que vem, eu já estou falando para eles, que no ano que vem, nós vamos sentar; eu vou, eu quero, pelo menos uma vez, acompanhar com vocês e com eles, acompanhar os grupos, porque aí a gente pode fazer a troca. Porque eu ouço os relatos e tudo, mas até para aprontar, ajudar concretamente, dar um apoio mesmo concreto, com auxílio pedagógico. Então eu acho que, mesmo assim, nós fizemos muitas coisas legais e é porque as publicações começam também a sair dos nossos espaços. Os nossos espaços que a gente não consegue alcançar de

corpo presente, o site e as publicações chegam; então, a gente não tem idéia de como é que a gente dimensiona o nosso trabalho de base, porque o trabalho de base não é só aquele em que você está indo lá; pelo menos, eu entendo assim. O trabalho que nós fazemos internamente, nas nossas relações internas, também tem um saldo de qualidade muito importante, porque hoje, no CEFURIA, nós somos um grupo muito grande: se você for pegar a gráfica, a Quem TV, os educadores do TALHER e nós aqui, internamente na sede, já somos quase setenta pessoas. Então, assim, o trabalho de formação política nunca tinha sido feito com a gráfica antes. A relação do CEFURIA com a gráfica foi do final dos anos 90 até 2003, concretamente. Antes a relação muito profissional e muito tensa, porque o CEFURIA é o dono da gráfica, mas, na verdade, a gráfica é uma empresinha, que tem algumas pessoas, que tem o nome. Mas que a gente conseguiu superar colocar, os funcionários da gráfica como parte de uma..., como nós chamamos, de família CEFURIA,. A gráfica não é uma gráfica capitalista, mas que tem uma especificidade e eles começaram a compreender isso; então, e uma pessoa que tem um papel muito importante nisso, foi o João também. Quando o João veio em 2003, o João tem esse jeito místico, ele valoriza muito essa questão da relação entre as pessoas, ele imprimiu uma identidade.

Essa prática de agora, de acompanhar com micro-mobilização, como ela se articula sobre o fenômeno da “globalização”? São produtos disso, são conseqüências?

Penso que tem a ver como é que isso se articula com a globalização. Na verdade, são assim todos que estão nessa experiência de “micro”, são pessoas que não têm acesso aos frutos da globalização. Assim têm acesso só aos frutos negativos, elas não têm acesso aos frutos positivos da globalização. De certa forma, o processo da fusão, da concentração é cada vez mais de riqueza. Excluiu tanta gente, que as pessoas, têm que buscar alternativas, se o Estado não aponta mais alternativas para elas. E esse aprendizado é de que: somos nós, conosco mesmo! É um pouco essa idéia. Então tem uma decepção também com a política. Eu acho que houve uma esperança muito grande no Lula. Mas não é uma esperança fundada numa consciência política de esquerda socialista, como a gente achava que seria o Lula, em 89. É uma outra coisa; também o Lula está fazendo uma fala para o povo, do ponto de vista que ele é aquele guri que veio e começou na miséria e veio para São Paulo como retirante, etc. E a globalização, ela serve só para alguns, como sempre. É um outro jeito de organizar o capitalismo como foi desde o “mercantilismo”, que é só para alguns. Só que, como hoje tem muito mais gente no mundo, tem muito mais gente expulsa dos benefícios do que o capitalismo, da técnica, que é a ciência a serviço do capitalismo. Podem trazer para as pessoas... Então as pessoas percebem isso: o que adianta uma medicina avançadíssima (no meu ponto de vista), se tem pessoas por aí sem ter acesso e se a maioria das pessoas está é mesmo morrendo de diarreia!

E o fato do conhecimento, da falta de conhecimento como você me disse, como se articula com o desenvolvimento tecnológico?

Pois é, essa é uma questão, essa coisa de ver e ter acesso. Eu acho assim: o que a televisão mostra é que exatamente, confunde num certo sentido, porque ela mostra de forma fragmentada. A televisão não mostra de forma de que as pessoas permitam organizar o pensamento pelo contrário. Hoje os meios de comunicação mostram tudo para esconder as causas de tudo. Então, eu acho que confunde um pouco, por um lado, e, por outro, cria uma outra consciência de ir buscar. Mas não é uma consciência de buscar como direito, é uma consciência de buscar, não sei como te dizer, não sei se seria injusto, mas com uma forma criminosa, inclusive. E buscar no primeiro que está na frente, não é no rico aqui. Não; nós temos que buscar aquilo que é de direito de todo mundo, porque é o fruto do conhecimento humano, de maneira que sozinha não posso ir. Então temos que nos organizar de forma para ir buscar aquilo que é a idéia, de moradia, de base, de meios. E também não é desorganizado, porque as pessoas estão organizadas, mas de forma criminosa. Então, isso que eu acho, por um lado assustador, porque, para mim, é algo novo, porque sempre teve máfia. Há quanto tempo tem essa máfia italiana, japonesa, agora e depois você lê algumas coisas. Eu li num livro sobre a questão do Narcotráfico. Ele falava dessas coisas com relação à Casa Branca, e com o grupo comunista na União Soviética. Então sempre teve, eu acho também que a globalização escancarou mais um monte de coisas, que sempre aconteceu, mas a que a gente não tinha acesso. Então tudo isso de dizer que o Bush é um terrorista de Estado, de repente hoje, até está meio Popularizado. Mas para as pessoas antes não, porque tudo era feito pela Guerra Santa. Hoje eu penso que hoje as pessoas têm mais informação, mas de uma forma fragmentada e também confunde. Então tem um apelo ao consumo que essas pessoas, que estão excluídas, não podem, não podem ter, e alguns começam a achar formas alternativas de construir a vida com outras coisas, e outros querem ter acesso através do crime. Ou do crime mesmo do tráfico, do roubo, de todas essas ou de coisas do tipo CD pirata, crimes mais legais, do ponto de vista de burlar a legislação para poder ter acesso. Agora eu penso, é por isso que eu te digo que não tem nenhum movimento histórico que só tem um lado, né. Eu penso que a globalização também tem dois lados: então por um lado, é toda essa desgraceira e, por outro, abre possibilidades. Acho que daí a gente estudou também um pouquinho do Milton Santos, porque ele ajuda a gente a compreender um pouco isso. Ele fala dessa história, porque a gente está começando uma fase popular da história, porque as pessoas do circuito interior da economia estão percebendo, por que a vida continua para essas pessoas. As pessoas estão sobrevivendo e vivendo nesse circuito interior da economia, não são só as grandes empresas. E eu acho que é esse nosso público, aí que eu acho que é a grande tacada que se redescobriria com mais clareza, internamente, do ponto de vista do CEFURIA conseguir cada vez mais. Porque eu acho que a gente conseguiu construir uma equipe com muita afinidade, múltipla, porque nós temos muitas diferenças, como eu e o Antônio, a Gabriela, o João. Essa equipe de formadores básica do CEFURIA, que hoje são poucos, porque o João está

fora e as outras meninas entraram. Mas eu considero que esse é um pequeno núcleo, que conseguimos construir, com todas as nossas diferenças, uma certa unidade, e foi isso que fez o CEFURIA. E eu penso assim, dar um salto na qualidade de 2004 para cá, se a gente conseguir avançar do ponto de vista da reflexão teórica, a partir das experiências concretas, respeitando os limites e as possibilidades que cada um de nós tem e as nossas histórias. Inclusive eu penso que, no ano que vem, a gente pode avançar um pouco mais, nesta relação dos grupos de base com as lutas gerais. Porque é assim, a gente começou fazendo a crítica com uma militância mais histórica, porque estudando Paulo Freire, é impossível não enxergar. As formas autoritárias, às vezes, não é por maldade, não é porque eu não posso dizer que o Júlio, por exemplo, é um cara autoritário. Mas ele, às vezes, tem um jeito de fazer as coisas que não constrói... E, às vezes, eu digo: gente, a gente tem que construir um protagonismo, porque nós somos muito poucos, tem que ter mais gente de base, entendendo e se preparando, inclusive teoricamente. Não adianta que meia dúzia de nós avancemos do ponto de vista teórico e nos distanciemos tanto, porque a gente tem essa idéia. Isso é um conflito! Se tu queres estudar, você não tem tempo de estar no dia-a-dia das coisas práticas, então cria um conflito que é terrível, porque esse é o conflito de quem quer mudar o mundo. Que nem acha que é só na base, que nem acha que é só na universidade, ou só na academia, ou só estudando, então não é uma coisa para se fazer, então acho que a gente começou a fazer muito atrito e o CEFURIA deixou de participar. Por exemplo, das coordenações dos Movimentos Sociais, porque a gente tinha que dizer agora é a sua vez de acompanhar, depois passava para o outro e ...ninguém pensasse em ficar naquelas reuniões, porque a gente... Meu Deus, não adianta! O buraco é mais em baixo. Tu percebes que o buraco é mais embaixo, então nós vimos na Consulta da Assembléia Popular uma possibilidade e levamos uma proposta de que se a gente fizesse uma metodologia ... uma discussão não de ir lá, levar o conflito. Não convidar as pessoas irem, num domingo, na Assembléia Popular, mas conseguir fazer a reunião lá nos grupos de base, fazer reflexão com o povo e, a partir disso, vir para a Assembléia Popular e depois voltar. Então nós fizemos um pouco disso, e algumas pessoas foram, o que foi bom, foi que muitas dessas pessoas estão fazendo a oficina de Pedagogia Freiriana que está sendo muito importante, que é o encontro que eu te falei. Mas que também para nós o fundamental é que são quatro dias, que tu ficas repetindo o que Paulo Freire quer falar dessa economia geradora e tal... Porque a gente usa muito o objeto no concreto, a gente vai ouvir as pessoas nos lugares mais, com isso já fomos. Porque também é uma forma de conhecer lugares a que a gente não ia e muitas daquelas pessoas. Os moradores e militantes sociais mesmo não tinham medo de se declarar com uma violência que achávamos que só tinha no Rio de Janeiro e em São Paulo, um nível de miséria tão grande e de controle, porque as pessoas que estão lá vêm, em plena luz do dia, o controle do traficante. Vêm os meninos envolvidos, vêm passagem de drogas. Então isso tudo está acontecendo. São coisas que a gente não tem condições de registrar em estúdio, mas que se complementam no trabalho, e nos preparam também. Isso está sendo muito importante, essas oficinas de metodologia, para a gente rever as práticas. Na Assembléia Popular é uma coisa que nós do CEFURIA... e nesse sentido eu já falei para o grupo de educadores a Assembléia esta aí, e nós temos que construir a Assembléia, nós tivemos até uns

atritos internos, porque, paralelamente, a outra Assembléia estava sendo construída com experiências de Economia Solidária. A referência da Economia Solidária é um mal governamental, não é necessidade nossa do Movimento Social. Então nós entramos num atrito porque... com ela inclusive. Ela se chateou, porque ela fez a crítica como é que nós estamos mobilizando para a véspera as pessoas, para a conferência, quando o nosso objetivo era mobilizar para Assembléia Popular. Então, nós não podemos usar dessa forma, e isso não é Freireano por que isso é uma iniciativa nossa. Isto aqui é uma iniciativa do Movimento Popular, porque a gente está ajudando a construir, por mais que a gente possa ter críticas a alguns dos companheiros que estão na linha de frente. É obrigação nossa ajudar a construir de forma diferente. A Assembléia Popular para nós, eu acho que hoje pode ser o novo, que articulará os grupos de base com as questões mais gerais, mas porque é uma coisa nova que nós não temos muita clareza. Porque a gente teria que estudar um pouco o papel do Estado, enquanto quem está puxando, animando a Assembléia Popular, e como é que a gente pode organizar novas instituições, sem negar essas que estão aí. Porque, infelizmente, eu não consigo imaginar uma sociedade complexa, sem instituições que organizem. Então, quer dizer, negar essas que estão aí completamente, dizer: não, nós não queremos mais nada com elas, é fazer uma sociedade paralela. Então nós não temos tanta política para fazer isso. Eu penso que esse é o desafio, e, para o ano que vem, nós temos que nos aprofundar essa relação dos grupos de base com a Assembléia Popular. Concretamente num planejamento que não separe o que é Economia Solidária, o que é o TALHER, da Assembléia Popular. Nós temos que fazer um único planejamento, que o trabalho de base construa a Assembléia Popular e vice-versa, e a Assembléia Popular ajude a reforçar o trabalho de base e que encaminhe as lutas concretas.

Por que você escolheu esse caminho para a sua vida?

Não é bem assim uma escolha. É e não é. É aquilo que eu lhe falei: eu tinha uma insatisfação; eu acho que o trabalho na EMATER Paraná com os agricultores no campo começou a me ajudar a enxergar o funcionamento da sociedade. Eu não conseguia, eu via, constatava as desigualdades, mas eu não conseguia compreender as causas. Na EMATER e no curso de Ciências Sociais, eu comecei a fazer. Comecei a trabalhar na EMATER, e aí eu fui fazer o curso de Ciências Sociais, exatamente para entender essa coisa da desigualdade; e aí, uma coisa foi puxando a outra, né? Rosa, não é bem uma decisão, é uma decisão no sentido de que eu tive oportunidade de estar dando aula na Universidade e aquilo me fazia muito mal. Não conseguia ver luz na Universidade, no espaço da Universidade, uma possibilidade de mudar alguma coisa e aquilo contribui para teu processo de formação social; então, foi uma escolha nesse sentido, eu nunca me importei com a minha carreira pessoal, nem quero trabalhar num lugar porque eu preciso... eu preciso sobreviver, mas que eu não tenha que irritar meus princípios; então, nesse sentido, é uma opção. Mas, então, uma coisa foi puxando a outra da EMATER, eu fui me aproximando da CPP, do MST, me inseri na própria organização sindical; e vejo uma coisa vai puxando a

outra... depois no Partido dos Trabalhadores, depois no sindicato dos professores. Então as coisas foram se colocando na minha vida como possibilidades.

Como você acha que o CEFURIA impactou na sua vida?

O CEFURIA tem assim uma coisa importante na minha vida, porque o CEFURIA tem uma característica que é diferente, por exemplo, do sindicato, do partido ou de todos os lugares onde eu trabalhei. Eles também que eram trabalhos ligados a questões sociais no CEFURIA o nível de disputa é diferente, não vou dizer que não tenha problemas porque isso seria dizer que aqui é um grupo de anjos e não é, mas assim não tem essas disputas acirradas de grupos, como tem no sindicato e no partido. Você consegue construir mais unidade na diversidade, eu acho que tem uma característica mais de serviço; então, isso para mim é o que precisa ser o Movimento Social. Então, nesse quesito, eu tenho aprendido muito também nessa convivência interna, o trabalho que a gente faz no CEFURIA é um trabalho coletivo, embora a gente tenha tarefas específicas, mas é sempre um trabalho coletivo que se complementa. A gente não tem essa coisa negativa, é um ambiente de trabalho muito bom, que tem coisas em que até a gente consegue até fazer uma crítica mais fraterna, coisa que eu não achei em outros espaços. Então, nesse sentido, eu acho, que eu tenho como ser humano, aprendido muito, tenho maior oportunidade de crescimento; nesse sentido, esse é o impacto que pode trazer.

Como você vê essa relação do CEFURIA com o governo?

O CEFURIA, na verdade, sempre foi uma coisa complicada, por exemplo, assim quando havia possibilidade de pegar recursos do FAT, na época do governo do Fernando Henrique. Meu Deus, nós não queríamos nem saber! Nunca pegamos recursos do FAT, na época do Fernando Henrique, sempre foi visto como uma coisa negativa. Mas acho que agora tem uma coisa diferente, porque o governo Lula não é a oposição pela oposição, não é mudar o Fernando Henrique pelo Serra, tem uma característica diferente, nós ajudamos a construir o Lula.

Como que vocês lidam com essa contradição?

É uma contradição, mas, ao mesmo tempo, é assim, porque a gente nunca foi contra o governo, porque o recurso público deve ser colocado a serviço do povo. A intermediação que nós fazemos hoje, enquanto CEFURIA, é uma parcela muito pequenininha desse recurso público que é colocado a serviço do público. Não é um recurso que fica na estrutura; ele ajuda, óbvio, ele ajuda a manter porque a gente não tem de onde tirar isso, demanda gastar telefone, pagar aluguel, enfim pessoas para trabalhar, e, nós temos completa autonomia, e veja, os recursos do TALHER que são intermediados pelo Instituto Paulo Freire...É para fazer trabalho de Educação Popular. Mas nós temos completa autonomia, nós não temos nenhum compromisso, tanto é que quando vieram, alguém falou que estão fazendo propaganda dos que estão com dificuldade, estão filmando, para colocarem nos programas eleitorais. Uma coisa são os grupos, nós não somos donos dos grupos, nós ajudamos a

assessorar; agora, se quiserem ir até os grupos e conversar com as pessoas e se elas quiserem deixar gravarem é outra história; agora nós, enquanto CEFURIA, irmos até lá falar, seria deseducativo do ponto de vista... Então, assim, nós não temos nenhum compromisso, tanto é que nós fazemos a crítica. Se você ler os textos que nós escrevemos, todos eles têm a crítica, nós não conseguimos racionar nenhum tipo de recurso. Fizemos um projeto que é para trabalhar com a juventude em comunicação popular, na área de teatro, tv de rua, rádio comunitária; mandamos a para Petrobrás, não aprovamos, e não conseguimos nenhum acesso direto. Então, nós não temos nenhum compromisso; assim, usamos um recurso que é para fazer Educação Popular, que é para fazer protagonismo para se organizar, inclusive para lutar contra o governo Lula, se for o caso. Outro recurso que a gente intermedia, que não é nem recurso em espécie, mas a relação que tem com a Secretaria do Trabalho, aqui do Estado do Paraná, que é o repasse dos equipamentos para as Padarias Comunitárias, visto que os grupos de base não têm existência legal para poder conseguir os recursos, os aparelhos. Na verdade, precisavam de uma base legal, nós intermediamos, e com isso, aproveitamos para fazer trabalho de Educação Popular e educação política com esse grupo. Então, assim, é contraditório e não é, ao mesmo tempo. A gente lida, porque a gente não se submete; nunca ninguém nos viu dizer que nós tínhamos que defender o Lula nas atividades, nós mostramos a sociedade tal como ela é, e falamos isso ainda piorou, no princípio do Governo Lula, não talvez por culpa dele, mas é um processo histórico. Assim tínhamos uma expectativa maior, não tínhamos expectativa de rompimento então a gente não deixou de fazer a crítica, por ter acolhido o TALHER. Porque, você veja, Rosa, o TALHER é um apêndice no governo; eles repassam o recurso para o Instituto Paulo Freire que gerencia isso a nível estadual. Então, nós prestamos contas para o Instituto Paulo Freire, nós não prestamos contas para o governo. Quem presta contas para o governo é o Instituto Paulo Freire. Então, por outro lado, é isso: eu nunca fiz oposição por oposição, a gente faz uma oposição de classe estratégica que quer transformar a sociedade de quem não quer. Então é assim, primeira vez na história do Brasil, e nós temos que reconhecer isso, é o primeiro governo que você tem um operário como presidente da República e que vem de uma luta sindical, que, por mais que se tenha feito parecer que ele também está governando para os ricos, eu não posso ignorar que isso tem uma mudança.

Ana, conceitualmente se diferencia ONG de Movimento Social. Como você se sente como ONG?

É, na verdade, nós não nos sentimos ONG, e isso é um outro conflito, nós não somos um Movimento Social e isso eu tenho claro, mas nós também... não somos uma ONG, porque assim, o CEFURIA é anterior às ONGs; o CEFURIA em 81 surgiu como Centro de Formação Política, o que é diferente porque as ONGs elas têm ... enquanto esse conceito... Porque nós temos que diferenciar isso. Porque para nós é um conflito, por exemplo, a gente não tem uma participação ativa na ABONG, associação das ONGS do Paraná no Brasil. Exatamente por conta desse conflito, ano passado a Moema me convidou para uma atividade, lá em Florianópolis, da ABONG. E porque nós não nos sentimos ONG, porque na verdade as ONGs, nos

anos 90, elas já vieram nesse bojo de desresponsabilizar o Estado, da construção de um terceiro setor, enfim, e que muitas delas se beneficiaram e muitas se organizaram. Também eu não posso julgar, mas assim como uma forma de construir empregos para algumas pessoas, e eu não vamos dizer que todas as ONGs são ruins, mas, por exemplo, a gente se construiu como um centro, tanto é que a gente diz que é uma associação da sociedade civil com fins não lucrativos, e que não se diz como organização não governamental, em algum momento aparece isso em alguns documentos, principalmente na época que o Euclides esteve aqui, inclusive foi um período de conflitos, por, naquele momento, para nós imagine só, no início dos anos 90... A coisa de falar de ONG e terceiro setor para nós era um horror, eu não estava internamente, mas eu vi pelos documentos que diziam que o CEFURIA talvez tivesse que fazer uma adaptação estatutária para se transformar numa ONG, prestadora de serviços, inclusive para vender serviços de assessoria. Não que ele não tivesse compromisso, mas acredito que ele tinha uma outra visão, naquele momento, do papel da ONG, enfim, para poder arrecadar recursos. Agora eu começo a compreender que depende do conteúdo também. Assim, por exemplo, o CEPAT ele se organiza, nos anos 90. Eu não posso me igualar ao CEPAT com um monte de ideologias, que estão aí a serviço do neoliberalismo, só para fazer assistência. Então, na prática, se formos pensar em organização governamental, nós não somos, porque nós não somos governamentais. Nossas empresas também são organizações não governamentais; então, o que nos impede nós somos organizações não governamentais, que não buscam lucro diferente das empresas, mas isso tem um monte. Então a gente sempre diz isso: Olha, a gente não se considera ONG desta leva, nós somos anteriores a isso.

A organização legítima é como ONG?

Não. Não está dito nos estatutos; diz que nós somos uma associação da sociedade civil.

Você quer ver exatamente a definição do CEFURIA, eu tenho um estatuto aqui, você também tem um desses?

Não parece que não.

Vou te dar então definição, natureza e sede, enfim: O Centro de Formação Rural Irmã Araújo é uma associação civil de direito privado com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e econômicos, com sede e fórum na cidade de Curitiba,...Então, não está dito então, em algum documentos quando começou a também aparecer, até porque assim principalmente nos anos 90, se teve um projeto com a ONG que é uma instituição não governamental que capta recurso da União Européia e outros recursos, inclusive de outras pessoas de alta taxaço, então nessa relação se você pegar os documentos dos anos 90 é possível até que eu vim para cá o CEFURIA como instituição não governamental, mas assim ela não é.

Não está escrito assim.

Do ponto de vista estatutário. E até nós fazemos questão de, em determinados Fóruns, a gente dizer isso, entendeu? Mas assim, por isso que eu te digo que a Terra de direitos é uma ONG e eles também botam nos estatutos, porque tem uma coisa assim, até nós estávamos discutindo, nós somos uma instituição da sociedade civil, nós somos coisa positiva, nós não somos uma... não governo, nós somos uma instituição da sociedade civil, é diferente, porque veja só o próprio não governo, já sugere que tu vai fazer aquilo que deveria ter feito pelo governo, mas que é feito por um não governo. Então nós, o CEPAT, a Terra de direitos, a gente tem essa idéia; já nós somos uma coisa afirmativa, nós não somos algo negativo para fazer isso no governo.

GUIA DA ENTREVISTA N 1 ²¹

Tema da Campanha contra ALCA

Como foi sua inserção no CEFURIA?

Que grupos foram importantes para sua inserção?

Como ficou sabendo do movimento contra ALCA?

Como surgiu o movimento contra ALCA?

Que se pretende defender com o movimento contra ALCA?

Quem participa?

Quais as dificuldades do movimento?

Que trouxe o movimento para vocês?

Qual o futuro do movimento?

Como funciona o movimento?

Que atividades se fazem?

Como esta o movimento na atualidade?

Qual a relação com o governo?

Como se articula o movimento a nível continental?

Como o movimento se articula aos movimentos antiglobalização?

²¹ Esta entrevista foi aplicada, em um momento anterior, a três dos entrevistados, e seu conteúdo foi utilizado para o enriquecimento da análise desta pesquisa.

GUIA DA ENTREVISTA 2

Tema: CEFURIA

Quem é você?.

Quantos anos você tem?

Formada, em que trabalha, a quanto tempo participa no CEFURIA – Com quem mora – o que você faz

Como você foi se inserindo em grupos de mobilização?

O que você gostou desses espaços? Que predominava nesse grupo?

Como você chegou ao CEFURIA? Quem falou do CEFURIA? como ficou sabendo dessa entidade. Que estava acontecendo nessa época?

Que foi que falaram a você do CEFURIA?

Lembra o primeiro momento?

E daí como foi sendo a rotina?

Com quem se juntou aqui adentro? A quem conheceu?

Que é o que se discutia? Qual era o espírito do CEFURIA?

Quem estava ali?

Naquele momento qual era sua impressão dessa entidade

Qual a sido seu percurso no CEFURIA

Sua impressão mudou ou se manteve?

Que estava fazendo quando entrou no CEFURIA, quem levou a você a se integrar – que estava acontecendo no meio político social. – como era sua percepção da realidade antes de entrar no CEFURIA.

Que mudou depois de participar no CEFURIA

Quais suas atividades ligadas ao CEFURIA - Em que campanhas você tem participado -

E as diferentes campanhas que você participou, quais eram os propósitos, eles foram conseguidos. Que se pretendia nesse momento – que ficou para o momento posterior –

Como tem sido o processo do CEFURIA

GUIA DA ENTREVISTA 3

Tema: CEFURIA

Falei um poquinho de você: onde você nasceu, sua família,

Quantos anos você tem

Grau de instrução Escolaridade

Vínculo empregatício

Núcleo Familiar

Quando começo sua participação em participações coletivas? Em que grupos e atividades já participou?

Pode me contar um pouquinho o que é o CEFURIA?

Qual é sua ligação com o CEFURIA

O que significa o CEFURIA para você?

Além de participar no CEFURIA, participa de outras atividades? De outros grupos é afiliado a algum partido?

Como você tomou contato com CEFURIA? (Se fosse o caso) como foi que a contrataram?

O que a motiva a estar aqui?

O que você faz dentro do CEFURIA a satisfaz?

Como são as pessoas que participam do CEFURIA, segundo você que tem em comum essas pessoas, que as une?

O que procura o CEFURIA, qual é seu norte?

Qual têm sido os momentos mais críticos do CEFURIA, qual foi sua atuação nesses momentos?

E os mais enriquecedores? Qual foi sua atuação nesse momentos?

Quais as tendências mais predominantes que o CEFURIA assumido e por que (Prioridades)

Em que participa o CEFURIA e porque?

Como o CEFURIA tem impactado em sua vida, que mudou depois/

E as diferentes campanhas que você participou, quais eram os propósitos, eles foram conseguidos. Que se pretendia nesse momento – que ficou para o momento posterior –

Como você vê a relação com o governo?

Que aspira você como pessoa? O que tem valor para você? Como você vê o mundo da política?